

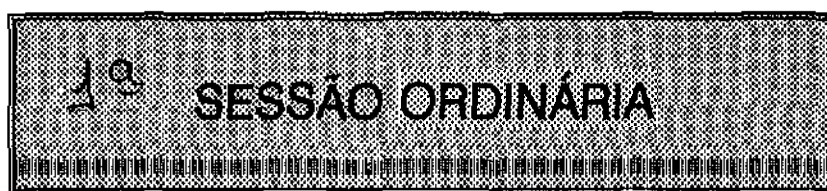
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA-SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA



(4ª Parte)

DATA: 01/02/94

HORA: 9:35 às
14:30 hs



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

(499)

TAQUI.: Lúcia

REVISOR: M. Stein

HORA: 10:10 Nº: 0-15.117

DATA: 01.01.94

ORADOR: Pres. Benício Tavares

agf.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Passaremos ao

COMUNICADOS DE LIDERANÇAS

Com a palavra o Deputado Peniel Pacheco, pelo PTB.

O SR. PENIEL PACHECO (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Jornalistas, Srs. participantes das galerias, retornamos, depois do período de recesso, às atividades normais da Câmara Legislativa. Entendemos que se instala, a partir de hoje, um dos períodos mais efervescentes da vida do legislativo local. Isto porque já estamos no ano de 1994, ano em que se deverá consolidar as eleições no Distrito Federal, da representação tanto a nível federal, para Presidente da República, Senadores, Deputados Federais, como a nível regional, com a eleição do Governador e dos Deputados Distritais. Obviamente, esse período traz consigo os aspectos positivos e os negativos. Do ponto de vista do aspecto positivo, sabemos que Brasília caminha para a consolidação efetiva da sua autonomia política e da consagração, através das urnas, dos representantes da sociedade do Distrito Federal.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

500

TAQUI.: Lara

REVISOR: Stein

HORA: 10:15 Nº: 0-16.01

DATA: 01.02.94

ORADOR: Dep. Peniel Pacheco

agf.

Agora, paralelamente, percebemos que o momento de eleição é o ensejo para que os oportunistas se lancem, muitas vezes, com propostas e atitudes não muito recomendáveis do ponto de vista da ética. São aqueles que, usando o pretexto da eleição, atropelam o contexto e distribuem textos difamatórios, incriminatórios aos homens ^{públicos} que, depois de três anos, sem sequer uma atitude que pudesse desabonar suas condutas, não escaparam à sanha terrível daqueles que desejavam, insistentemente, enxovalhar, criar situações de constrangimento, o que de fato parece ser a especialidade de alguns.

Creio que cabe uma reflexão neste momento. Aqui, todos os Srs. Parlamentares sabem que, em clima de eleição, em nível baixo de difamação, de agressões, em nível onde a política é substituída pela politicalha e pela politicagem, quem perde é a sociedade, aqueles que estão sendo representados pela sociedade do Distrito Federal.

Conclamo os nobres Pares para que, neste ano, já que existe um movimento pela ética, sejamos éticos neste Plenário e em nossas atitudes, evitando usar os subterfúgios tão condenados, como aqueles utilizados pela ditadura militar na Revolução de 64. Hoje estamos na Revolução de 94, 30 anos depois. Se tivermos a Revolução dos Militares em 64, hoje estamos tendo a revolução dos militantes, cujos objetivos são diferentes. Mas parece-nos que,



501

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Lara

REVISOR: Stein

HORA: 10:15 Nº: 0-16.02

DATA: 01.02.94

ORADOR: Dep. Peniel Pacheco

agf.

muitas vezes, são utilizadas as mesmas armas: execração em praça pública; difamação; pré-julgamento; condenação sumária e outras práticas não aceitáveis, que já foram muitas vezes condenadas por aqueles que hoje estão utilizando os mesmos recursos.

Diria até, lembrando um pouco das reminiscências de Minas Gerais, quando mulheres saiam em fila em direção aos córregos, aos riachos, para lavar roupa •. Ali, sob o pretexto de estarem esfregando a roupa suja, ouvia-se fofocas e mais fofocas, ouvia-se todo o tipo de acusações contra A, B ou C e, sob o pretexto de lavar a roupa suja, esqueciam de lavar a própria língua e viviam difamando as pessoas, os vizinhos, aqueles que estavam, muitas vezes, inocentes, mas que se tornavam vítimas das lavadeiras.

Boris Casoy dizia: "Vamos passar o Brasil a limpo!" Só



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

502

TAQUI .: Lara

REVISOR: Stein

HORA: 10h15 Nº: 0/16.3

j DATA: 01.02.94

ORADOR: Dep. Peniel Pacheco

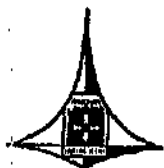
que ele esqueceu de dizer: Mas, por favor, não chamem as lavadeiras... Porque, embora as lavadeiras estejam querendo lavar a roupa suja, elas difamam, criticam, denunciam. ⁶Estamos vendo, hoje, as lavadeiras da modernidade, que usam, não a difamação da beira de córrego, mas a difamação eletrônica, a difamação através dos meios de comunicação, a difamação através da panfletagem.

Espero que as lavadeiras da modernidade possam aprender a lição do Borel Case ^c se querem um Brasil limpo, lavem a língua, pois, senão, ouvirão daquele apresentador de televisão : "Isto é uma vergonha!".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra a Deputada Maria de Lourdes Abadia.

S/Sula



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

503

TAQUI.: Sulamita

REVISOR: Alzira

HORA: 10h20 Nº: 0-17/1

DATA: 01/02/94

ORADOR:

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PSDB. Sem revisão da orador.) Sr, Presidente, Sras e Srs. Deputados. Navegadores antigos tinham gloriosa uma frase: "Navegar é preciso, viver não é preciso". Quero para mim, o espírito desta frase, para expressar meu sentimento, nesta hora em que alguns "piratas" querem furar o barco da autonomia política, duramente conquistada, e naufragar nossos sonhos de, democraticamente, conduzir o nosso próprio destino.

A autonomia política do Distrito Federal veio para ficar; ela está consagrada em princípios constitucionais e na alma dos candangos que construíram esta cidade.

Dois de fevereiro de 1997: ecoava no Plenário da Câmara dos Deputados as reivindicações das ruas, o sentimento do povo. E se instalava naquele dia o histórico trabalho da Assembléia Nacional constituinte.

Muda Brasil! Era a palavra de ordem de toda a Nação. E lá estávamos, em nome do povo brasileiro, para executar a tarefa e mudar o Brasil.

Brasília quer votar! Era a palavra de ordem do Distrito Federal. E lá estávamos, em nome dos brasilienses, para executar a tarefa e conquistar o inegociável e direito de escolher, de votar.

Prometemos e cumprimos. A Constituição assegurou ao povo de Brasília sua autonomia política.

Não foi fácil não!... O Presidente Sarney não queria, o Centrão não queria, os medrosos e oportunistas de Brasília temiam pel as mudanças.

Conseguimos! Brasília foi resgatada!



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Sulamita REVISOR: Alzira HORA: 10h20 Nº: 0-17/2
DATA: 01/02/94 ORADOR: Maria de Lourdes

Companheiros, sinceramente não consigo compreender o que está por detrás desta sórdida campanha contra a nossa cidade. É inacreditável que parlamentares de outros Estados, que mal dão conta de seus problemas, se preocupem em legislar para o D.F.

Quanto zelo!

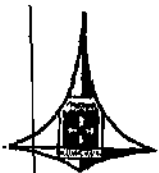
Bem ou mal o povo brasiliense também depositou o seu voto, emprestou sua voz e escolheu seus representantes.

- Posso até acreditar na decepção das pessoas, com os atuais políticos, principalmente os acusados e, lamentavelmente, incriminados pela CPI;

- Posso até acreditar no despreparo da nossa geração em viver em plena democracia, confundindo liberdade com libertinagem; poder com desrespeito às coisas públicas, política com tramóia e lideranças com demagogia;

- Posso até acreditar que nossas ações são menores do que o tamanho dos problemas e que as soluções são demoradas ou desprezadas;

- Posso até acreditar que a nossa sensibilidade não seja suficiente para mensurar a grandeza das aspirações populares;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

505

TAQUI.: Sulamita	REVISOR: Alzira	HORA: 10h20	Nº. 0-17/3
DATA: 01/02/94	ORADOR: Maria de Lorudes		

- Posso até acreditar que erramos.

E se não estamos correspondendo, se estamos errados, caberá ao povo de Brasília, através do voto, resgatar este tempo perdido, esta confiança traída.

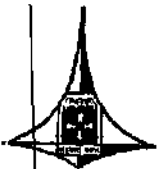
Afinal de contas a democracia é um processo acumulativo de perdas e conquistas; de erros e acertos. E não se constrói, da noite para o dia. É necessário ter fé. É necessário ter povo.

Companheiros é chegada a hora!

Esta Casa tem uma responsabilidade ímpar neste processo de garantir o que foi conquistado: A nossa autonomia política. Esta Casa é a voz e a Casa do povo.

Brasília é maior do que os partidos políticos, é maior do que as ideologias, é maior do que os interesses de alguns, é maior do que as diferenças que, democraticamente, nos separam.

A autonomia política de Brasília é recém-nascida, inspira cuidados e dedicação.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

506

TAQUI. :

Sulamita

REVISOR:

Alzira

HORA:

10h20

Nº:

0-17/4

DATA;

01/02

ORADOR:

Maria de Lourdes.

Como canta Milton Nascimento: "há que se cuidar do broto
pra que a vida nos dê flor e fruto."

De Brasília, cuidaremos nós! Porque Brasília é bem maior
do que todos nós!

S/DENISE



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

507

TAQUI.: DENISE REVISOR: ALZIRA HORA: 10:25 Nº: 0:18.1

DATA: 01.02.94 ORADOR: M^a DE LUORDES ABADIA

*Célio.

Companheiros, neste momento em que iniciamos a nossa legislatura, em 1994, comunico aos companheiros, ao povo de Brasília, a minha assinatura no requerimento de instauração de CPI nesta Casa.

Devemos buscar a verdade para Brasília. O povo que elegeu, em primeiro turno, um Governador, não pode ficar na dúvida sobre o que foi levantado na CPI do Congresso Nacional.

Companheiros, não estou aqui para fazer panfletagem, nem para fazer disputa política — por espaço. Estou aqui, como representante do povo, para, em nome do povo de Brasília, não condenar inocentes, nem absolver culpados.

Essa é a posição do PSDB de Brasília, que não faz prejulgamento de ninguém. O PSDB de Brasília quer a verdade. Temos que dar a oportunidade de defesa às pessoas acusadas, e que punir os culpados, porque o País tem que ser passado a limpo.

Companheiros, deixo aqui a minha posição e a posição do meu Partido. Esta Casa tem o dever histórico de dizer e de não temer, pois sabemos que as coisas não estão claras para a população de Brasília. Há muito jogo, há muita desinformação, há muitas fofocas, podemos assim dizer, há muitos interesses. Temos que dar uma resposta a Brasília, porque o povo quer saber da verdade e temos que dizer-lhe quem são os culpados e quem são os ino-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: Denise REVISOR: Alzira HORA: 10h25 Nº: 0/18.2
DATA: 1º.02.94 ORADOR:

~~deixar~~
centes. Não podemos que inocentes sejam condenados e culpados ino-
centados.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado
Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) - Sr.
Presidente, inicialmente faço um apelo a V.Exa.: há muita gente fora das
galerias querendo entrar. Solicito que os portões sejam abertos, para que a
população possa entrar.

S/Ayã,

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

(nada é mais vergonhoso e degradante para o homem público do que as manobras de dissimulação que utiliza para escamotear a verdade. Notadamente quando a verdade procurada coloca em suspeição o seu próprio comportamento ético.

Sonegar informações nestas circunstâncias é o mesmo que admitir a culpa. É reconhecer que a revelação dos fatos seria comprometedora e, conseqüentemente, incriminadora.

Sim, Sr. Presidente, porque fosse o contrário, a autoridade implicada seria a primeira a exigir todos os mecanismos, instrumentos e oportunidades que lhe permitissem demonstrar, de público, e de maneira incontestável, a sua mais absoluta inocência diante das acusações levantadas.

Não parece ser esta, infelizmente, a posição do Governador do DF, o Sr. Joaquim Roriz. Ao que tudo indica, prefere investir na estratégia da fuga a ter que explicar, aos representantes do povo, a origem de sua fortuna pessoal e a natureza de suas relações com a quadrilha do orçamento. Prefere o silêncio às declarações esclarecedoras. Prefere desqualificar as testemunhas a desmentir as denúncias que recaem sobre sua própria conduta. Prefere distribuir, à população, panfletos de auto-promoção a ter que comprovar sua isenção nos atos de rapinagem que vem dilapidando o Erário. Prefere divulgar resultados de pesquisas de opinião pública a ter que apresentar os documentos que refutem cabalmente as imputações que o colocam no grupo dos políticos de mãoA sujas. Prefere a perda da autonomia política do DF, que não defendeu em nenhum momento, a ter

que comparecer à CPI da Câmara Legislativa. Prefere, enfim, a mentira à verdade.

Enquanto isso, Sr. Presidente, os principais meios de comunicação social do país continuam chamando a atenção para as inequívocas provas de envolvimento do Sr. Roriz em atos de corrupção, que envergonham nossa cidade e deixam indignados os seus moradores. O Governador não tem mais o direito de negar os esclarecimentos devidos à população. Se insiste nesta posição é porque reconhece e confessa a sua culpa.

A sabedoria popular já estabeleceu, como princípio comportamental para situações de tamanha gravidade como esta, que quem cala consente. Assim, o Sr. Roriz não pode, a esta altura do processo, recorrer ao silêncio, sob pena de estar atestando sua participação ativa nas irregularidades apontadas pela CPI do orçamento. Se quiser valer-se desse recurso deverá, antes, renunciar ao mandato, a fim de que o cargo de governador do DF não continue sendo conspurcado pela presença de um titular com reputação ética no mínimo duvidosa, se não de todo desmerecida pela imoralidade administrativa e pela corrupção.

A Câmara Legislativa do DF encontra-se, por todas essas razões, diante de um dilema incontornável. Ou exerce a integralidade de suas atribuições institucionais e instala a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as pesadas acusações que responsabilizam o Sr. Joaquim Roriz por atos que atentam contra o decoro e a decência administrativos, ou estará irremediavelmente desmoralizada como Casa Legislativa.

De fato, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se

deixarmos de cumprir com esse dever histórico no Distrito Federal, não teremos como disfarçar a nossa convivência com a impunidade e chegaremos ao final de nossos mandatos na deplorável condição de coveiros da moralidade pública.

É preciso considerar a enorme dimensão ética e política da decisão que nos cabe tomar, era grau de independência, autonomia e compromisso com a legitimidade da representação que exercemos nesta Casa. Os ^{interesses} ~~interesses~~ da população que nos delegou voz e voto neste plenário estão muito acima das conveniências de agrupamentos partidários ou de circunstâncias eleitoreiras. Está em jogo, Srs. Deputados, a nossa própria reputação como cidadãos investidos em função pública de alta relevância social. Aceitar a subordinação às manobras do Sr. Roriz, por maior que seja a identificação partidária com suas atitudes, é trair o povo. É entrar na contra-mão da história, é confrontar com a sociedade no seu instante de maior expectativa em relação à lealdade daqueles que escolheu para defender ^{seus valores éticos, seus} ~~seus valores éticos, seus~~ princípios morais e a sobrevivência das suas instituições. É, enfim, optar pela depravação dos costumes na prática política.

Por todos esses motivos, Sr. Presidente, quero crer que esta Casa não cometerá o desatino de rejeitar a instalação da CPI para investigar os atos de corrupção do Governador. Prefiro acreditar que os nobres colegas permanecerão fiéis aos compromissos dos seus mandatos e leais às causas do povo de Brasília.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

512

TAQUI.: Aya

REVISOR: Clarice

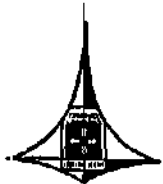
HORA: 10:30 Nº: 0.19.4

DATA: 01.02.94

ORADOR:

Sr. Presidente, prefiro acreditar que, no momento

em que todo esse esquema envolve os Deputados desta



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

513

TAQUI.: RIVA

REVISOR: CLARICE

HORA: 10h35 Nº: 0.20.1

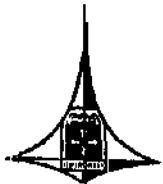
DATA: 01.02.94

ORADOR: AGNELO QUEIROZ

Casa, que argumentaram não ter feito operações espúrias, mas operações legítimas, com a CPI poderão provar isso à sociedade. Essa oportunidade é ímpar!

Sr. Presidente, o que coloquei aqui, de quem não deve, não teme, não serve só para o Governador, mas, também, para os Deputados. Disse também que se o Governador ficar calado, estará assumindo a sua culpa. Isso, obviamente, serve aos Deputados, porque se essa CPI não for aprovada, sendo uma grande oportunidade de limpar o nome de S. Exas., não haverá nenhuma outra explicação. Não há homem público que não meça esforços para limpar o seu nome se for inocente, mas, se for culpado, fará tudo para que o silêncio seja mantido.

Muito obrigado, Sr. Presidente!



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

514

TAQUI.: R1VA

REVISOR: CLARICE

HORA: 10h35 Nº: 0.20.1.º

DATA: 01.02.94

ORADOR: AGNELO QUEIROZ

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Depu-
tado Odilon Aires.

1

O Sr. ODILON AIRES (PMDB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o ano,

o ano legislativo que hoje iniciamos será, certamente, o mais importante da história política do Distrito Federal. Neste ano teremos a eleição para Governador, Deputado Federal e Presidente da República, que consolidará o direito de a população eleger diretamente seu administrador; teremos uma definição sobre a autonomia financeira do DF, através da criação do Fundo Constitucional específico para Brasília; e, principalmente, enfrentaremos uma dura batalha durante os trabalhos de revisão da Constituição Federal, já que grupos se articulam no Congresso Nacional para revogar a autonomia política alcançada pelo Distrito Federal na Carta de 1988.

(2) Como se vê, ^{Srs.} ~~mentamos~~ Deputados, teremos muito trabalho pela frente. Precisaremos da união de ^{todos} que se preocupam com o futuro de Brasília para superar os desafios, sobretudo a ameaça — hoje real — de perdermos o direito à cidadania, representado pelo poder de elegermos nossos governantes.

A luta pela preservação da autonomia política, conquistada com tantos sacrifícios, é de todos nós, independentemente de interesses ou tendências ^{partidárias}. Ninguém pode se furtar a participar dessa luta, que é muito maior que eventuais conveniências partidárias ou de grupos políticos.

3

Sr.

é por isso, senhor Presi-
dente, que não podemos concordar
com a estratégia eleitoral mon-
tada por oposicionistas nesta Ca-
ma, de tentar criar uma CPI para
investigar supostas irregularida-
des cometidas pelo Governador.
Esta demagógica iniciativa visa
exclusivamente a criar um palan-
que de promoção da bancada de
oposição, pois não existem indí-
cios consistentes dessas irregu-
laridades, capaz de justificar a
instalação da Comissão. Em con-
trapartida, ela nos dividiria ir-
remediavelmente e enfraqueceria a
batalha pela preservação da auto-
nomia política do Distrito Fede-
ral, num momento em que mais pre-
cizamos estar fortes e unidos.

estamos indignados...

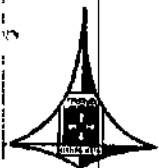
O Balbo

5

Essa conduta irresponsável não vai produzir os efeitos que os opositores ambicionam. Esta Câmara Legislativa tem missões muito mais sérias a cumprir, como citei no início desta fala. Não podemos perder tempo e dissipar energias inutilmente, em nome dos interesses de uma minoria preocupada exclusivamente com o próprio umbigo.

Afirmamos há pouco que a batalha pela preservação da autonomia de Brasília requer o engajamento de todos — inclusive daqueles que têm demonstrado não possuir a estatura que o momento exige. O apelo que fazemos é no sentido de que esses parlamentares deixem de lado o revanchismo, os interesses eleitorais, e passem a trabalhar pelo bem de nossa cidade. O PMDB do DF imbuído nesse propósito, não fugirá à luta pelo bem-estar da comunidade brasiliense.

Muito obrigado.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA K APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

520

TAQUÍ.: SABA

REVISOR: GERALDO

HORA: 10:40 Nº: 0.21 3

DATA: 01.02.94

ORADOR::

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - A Presidência informa a todos Ouvintes das galerias que o som está no ponto máximo.

O SR. GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero comunicar a V.Exa., como Presidente desta Casa, que um funcionário do Governo *presente na galeria*, provavelmente trazido pelo Sr. Governador ou por algum dos seus prepostos, está a nos provocar.

Eu gostaria, inclusive, de comunicar a V.Exa., como Presidente desta Casa, que *de lá, lá fora* um senhor que está se escondendo agora *Ele* está a nos agredir do lado *de lá, lá fora*, que V.Exa, tome as devidas providências, como aliás já fez de outras vezes com pessoas que agrediram outros Parlamentares, sob pena de termos que sairmos daqui e tomarmos nós mesmos as providências.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Eu pediria aos ouvintes da galeria que, por favor, não agredam com palavras ou *com* gestos os nossos Parlamentares, para que pudéssemos dar continuidade à sessão.

S/Kátia



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

521

TAQUI.: KATIA REVISOR: GERALDO HORA: 10:45 Nº: 0-22.1
DATA: 01/02/94 ORADOR:

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Passo a Presidência
à Deputada Rose Mary Miranda.

(Assume a Presidência a Sra. Rose Mary Miranda.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Com a palavra
o Deputado Eurípedes Camargo.

PARTIDO DOS TRABALHADORES
GABINETE DA LIDERANÇA

OSR EURIPEDES CAMARGO (P.T. Pronuncia o seguinte discurso) -

Senhor Presidente
Senhoras e senhores Deputados

Inicialmente queremos dar as boas vindas a todos, na certeza de que o período de férias, merecido, possibilitou a todos recuperar as energias despendidas ao longo de 1993 e capacitou-nos a enfrentar 1994 com ânimo renovado.

Com o início do processo de revisão constitucional, vêm a tona, entre outros temas importantes, Proposta 1 de extinguir a autonomia política do Distrito Federal.

Nossa autonomia política é resultante de um longo processo de lutas da comunidade. Essa conquista coletiva teve seu ponto culminante com a eleição para governador e a criação da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

É evidente que o Partido dos trabalhadores, cujos dirigentes e militantes participaram desta luta desde o início, rechaça qualquer tentativa de cerceamento da liberdade de manifestação política dos habitantes do Distrito Federal.

Nesse sentido, não podemos deixar de reafirmar a luta em defesa dos direitos de cidadania da população do DF, com a luta pelo esclarecimento total dos fatos levantados a partir das investigações e conclusões da CPI da Corrupção, que envolvem o governador Joaquim Roriva e deputados com assento nesta Casa, em atos atentatórios à moralidade no trato do dinheiro público.

Ainda com essa preocupação, entendemos que esta casa tem obrigação de tomar a si «a» responsabilidade pela apuração destes fatos. A comunidade, legitimamente, cobra de cada um de seus representantes atitudes claras, dignas, éticas e morais, no que se refere aos atos praticados por seus representantes no Poder Legislativo ou pelo ocupante do Poder Executivo.

A população brasileira já não aguenta mais que a corrupção continue impune. O resgate da honestidade, da transparência no trato da coisa pública, iniciado com o Impeachment de Collor, tem que estender-se a todos os níveis da vida pública.

Afinal, o dinheiro ganho ilicitamente e o mau uso do dinheiro público afetam a qualidade de vida de todos os cidadãos. Isso é a causa da falta de saneamento básico, da falta de escolas, do transporte caro, da ausência de segurança pública, do descalabro em que se encontra o sistema de saúde, do custo de vida mais alto do país, da fome e da miséria.

Esses motivos todos levam-nos a fazer, ao mesmo tempo, m deft?sa intransiaente tla au:onomim polí:iea do

Distrito Federal e, com igual ênfase, lutar pela ir»si:alação de uma CPI para apurar as irregularidades e a corrupção.

É preciso portanto, que todos aqueles que se dizem comprometidos com a honestidade, com a justiça, com a transparência no uso dos recursos públicos, lutem pela instalação imediata da CPI para a apuração dos fatos e como, aliás, defendeu o senhor Álvaro Dias, presidente nacional do Partido Progressista, o mesmo partido do governador Roriz e de vários depu:idos envolvidos no escândalo.

Reafirmamos que a população do Distrito Federal não pode ser penalizada pelo envolvimento em corrupção de políticos aqui eleitos. O que a população quer é a apuração cabal dos fatos e a punição dos envolvidos. Afinal, é a população que elegeu quem tem maior legitimidade para cobrar honestidade e lisura de seus representantes.

Finalizando, temos a convicção ~~de~~ que esta Casa sabervÁ assut»ir com dignidade o papel que lhe cabe neste momento e atenderá os reclamos da população que exige a apuração dos fatos e a punição dos envolvidos. Em nome da Justiça e como a forma mais eficaz de defender a autonomia política do Distrito Federal.

Esta é a posição do Partido dos Trabalhadores *e dos que lutam* pela ética na política. . . Acreditamos, neste momento que toda Nação saia às ruas, no sentido de apoiar a questão pela moralização ^{que} é um desdobramento do processo em desenvolvimento no nosso País. Com certeza a população saberá se conduzir neste momento e exigir que seus representantes saibam dar o trato necessário a esta questão.

Era o que tínhamos a comentar, na certeza de que isso irá acontecer.

A SRA. PRESIDENTE (Rose Mary Miranda) - Passo a Presidência...

S/Célia



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

524

T AQUI: Célia

REVISOR: Alicéa

HORA: 10:50 Nº: 0.23.1

DATA: 01.02.94

ORADOR:

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Carvalho) - Passo a Presidência
ao Deputado Benício Tavares.

(Assume a Presidência o Deputado Benício Tavares.)

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Depu-
tado Aroldo Satake.

O SR. AROLDO SATAKE (PP - Pronuncia o seguinte discurso.)-
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comunidade aqui presente, Lideranças,
Srs. funcionários e Srs. da imprensa.

(Procede à leitura do seguinte:)

~~XXXXXXXXXX~~
bom dia Tf

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Sempre entendi que a Política é a arte de se promover o bem comum. Grandes políticos e grandes estadistas foram os que se esqueceram de seus interesses pessoais para dedicar sua vida ao interesse da **coletividade**. Porisso que a política não pode ser encarada como uma carreira, uma **profissão**, um meio de vida - mas como um sacerdócio e um apostolado a serviço da verdade e da melhoria das condições de vida das camadas mais humildes da população.

Se esse é o conceito e esse deve ser o rumo da **atividade política**, cabe a pergunta: **Quem, no Distrito Federal, pode se orgulhar mais do que o Governador Joaquim Roriz de colocar sua vida política a serviço dos mais pobres, dos mais humildes, dos mais esquecidos peia roda da fortuna?** Respondam-me, por favor: **Quem, mais do que o Governador Joaquim Roriz melhorou de fato as condições de vida da parcela mais humilde e também mais numerosa da nossa população?**

A resposta mais autêntica a estas perguntas vem sendo continuamente dada pelo próprio povo, através de eleições e de seguidas pesquisas de opinião pública. Não é nas camadas mais favorecidas nem mais elitizadas da população que Joaquim Roriz encontra o mais alto respaldo nem o mais comovido agradecimento às **diretrizes** e às decisões de seu Governo. É no meio dos mais pobres, no meio do **povão**, que se construiu e se reforçou a liderança política de Joaquim Roriz. As eleições dizem e as pesquisas **confirmam** que Roriz é o verdadeiro eleito do povo.

Curiosamente, seus inimigos políticos apresentam-se como "**progressistas**" e pretendem ser encarados como políticos de "**esquerda**". **Serão**, realmente, **progressistas** e podem ser considerados de "**esquerda**"? Em recente entrevista ao "**Jornal do Brasil**", o deputado Roberto Freire dizia que depois da queda do Muro de Berlim só existe um **mico** de aferir quem é de esquerda. E este meio, segundo ele, consiste em saber, em **identificar**

quem, de fato (mas de fato mesmo e não apenas de **palavra**), está empenhado em melhorar as condições de vida dos mais pobres.

Senhores **Deputados**,

No Brasil de hoje e no **Distrito** Federal, mais especificamente, os mais pobres da população não são os que se agrupam em corporações sindicais ligadas ao Estado e que tiram do seu poder de **arregimentação** política a condição para melhorarem continuamente suas condições de vida. Pode-se dizer que se criou no Brasil uma espécie de **mandarinato** do assalariado e que as lideranças **sindicais** não falam em nome dos mais pobres, mas dos mais protegidos profissional e **salarialmente**.

Pelo que as eleições e as pesquisas dizem e pelo que um grande político de esquerda - o deputado Roberto Freire - afirma, o verdadeiro progressista (sem aspas) e o verdadeiro homem de esquerda na política do Distrito Federal é o Governador Joaquim **Roriz**.

Porque foi ele quem garantiu, através do lote e da **infra-estrutura** básica, a cidadania a mais de 600 mil não assistidos; é ele que vai garantir transporte **rápido**, eficiente e barato aos trabalhadores e estudantes; porque é ele quem cuida desta cidade, como nunca foi feito antes.

S/Eliane



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

527

TAQUI.: Eliane

REVISOR: Alicéa

HORA: 10h55 Nº: 0.24.1

DATA: 1º.02.94

ORADOR:

A07

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PP. Pronuncia o seguinte discurso:) -
Sr. Presidente, caros Colegas, primeiro quero dar as boas vindas aos meus Pares desta Casa e na certeza de que iniciamos mais uma jornada de trabalho em defesa da população.

Quero, Sr. Presidente, dizer a todos aqui presentes, Sras. e Srs. que são bem-vindos a esta Casa, à casa do povo. É o momento em que nós, Deputados, sentimos que esta Casa é resultado da luta de um povo que quer sua autonomia política. [Mas, Sr. Presidente, começo o meu discurso abrindo aspas.

GABINETE DA LIDERANÇA DO GOVERNO

528

SENHOR PRESIDENTE. SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS,

" O OPORTUNISMO CRESCE SIMULTANEAMENTE COM A POSSIBILIDADE DE OBTER GANHOS PESSOAIS NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE POLÍTICA, MAS SOBRETUDO CRESCE QUANDO ESSA ATIVIDADE SE CONSTITUI NO ÚNICO CAMINHO DO SUCESSO, OU O MAIS RÁPIDO, REPRESENTANDO O MEIO MAIS SEGURO PARA ADQUIRIR STATUS, RIQUEZA E PODER SEM NENHUMA CONSIDERAÇÃO PELOS PRINCÍPIOS IDEAIS E MORAIS "

GIANFRANCO PASQUINO.

CAROS COLEGAS

HOJE É UM DIA FUNDAMENTAL PARA A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. REABREM-SE OS TRABALHOS DE MAIS UMA LEGISLATURA JUSTAMENTE NO ANO DAS ELEIÇÕES CASADAS QUE SERÃO UM MARCO NA HISTÓRIA POLÍTICA DO PAÍS. A MINHA ESPERANÇA COMO LÍDER DO GOVERNO NESTA CASA, É DE QUE ESTE SEJA UM ANO IMPORTANTE PARA A CONSOLIDAÇÃO DE NOSSA CASA LEGISLATIVA.

MAS PARA QUE ISSO ACONTEÇA, SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS, É PRECISO QUE SEJAMOS CAPAZES DE PENSAR MAIOR, PENSAR NO FUTURO DE NOSSOS

FILHOS E NETOS, BEM COMO NO FUTURO DESTA CIDADE, DO QUE NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES. É PRECISO QUE SEJAMOS CAPAZES DE ABRIR MÃO DE PEQUENAS ESPERTEZAS ELEITORAIS, PARA NOS AFIRMARMOS COMO UMA CASA LEGISLATIVA QUE MERECE RESPEITO. ALGUNS MEMBROS DESTA CASA ARTICULARAM UMA PROPOSTA DE CPI. MAS CPI PARA INVESTIGAR O QUÊ ?

A VERDADE É QUE NA CPI DO ORÇAMENTO, O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL FOI VIRADO PELO AVERSO - E NADA FOI ENCONTRADO. TENTARAM DE TUDO: USARAM OS VAZAMENTOS CRIMINOSOS DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, AO ARREPIO DA LEGALIDADE; FIZERAM DENÚNCIAS ANÔNIMAS, ASSUMINDO-AS COMO VERDADE, AO ARREPIO DA PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO; TENTARAM TRANSFORMAR EM HERÓI UM CRIMINOSO COVARDE DESMORALIZANDO E ACUANDO A POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL PARA QUE ELA NÃO INVESTIGASSE ATÉ O FIM; USARAM ESTE MESMO CRIMINOSO COMO "POMBO CORREIO" DE MENTIRAS E DISSIMULAÇÕES; E NADA FOI ENCONTRADO.

~~EMBASEM-SE EM DENÚNCIAS DE PRÁTICA DE ATOS CONTRA A PROIBIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E APONTADO COMO TENDO COMETIDO IRREGULARIDADES PATRIMONIAIS E FISCALIS PELA "ARAPONGAGEM" INSTITUCIONAL DO PARTIDO INQUISITOR-MÓR E DE SEUS SATÉLITES QUE NÃO TÊM LUZ PRÓPRIA PORTANTO, FICAM A REBOQUE.~~

ESSAS "DENÚNCIAS" FORAM RETIRADAS DE UM RELATÓRIO APÓCRIFO, QUE SEQUER FOI EXAMINADO NA SUBCOMISSÃO

S/Hermione

(continua o Sr. Edmar Pireneus)

DE EMENDAS, E QUE NEM FOI CONSIDERADO PELO RELATOR-GERAL, DADA A SUA INCONSISTÊNCIA, O DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES ASSIM CONCLUI:

" SÃO MUITAS AS DENÚNCIAS CONTRA O GOVERNADOR JOAQUIM RORIZ. PARTE DELAS NÃO PODE AQUI SER CONSIDERADAS PORQUE AS FONTES SÃO ANÔNIMAS OU, NOOUTRAS HIPÓTESES, INSUSCETÍVEIS DE COMPROVAÇÃO "

OU SEJA, A METADE DAS ACUSACÕES CONTRA O GOVERNADOR JOAQUIM RORIZ SÃO ANÔNIMAS. UMA GRANDE PARTE DESSAS ACUSACÕES NÃO FORAM APRESENTADAS PROVAS. AS DENÚNCIAS FUNDAMENTADAS COM DOCUMENTOS ~~ESTAS~~ FORAM PLENAS E SATISFATORIAMENTE RESPONDIDAS PELO GOVERNADOR JOAQUIM RORIZ. O CASO DA PENITENCIÁRIA DA RAPUDA, ONDE SE VIU QUE AUDITORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, MOBILIZADOS PELA CFT, E NÃO PELO TRIBUNAL, COMPARARAM O METRO QUADRADO DE UMA CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL COM O METRO QUADRADO DE UMA PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA PARA CHEGAR A UMA ESTAPAFÚRDIA DENÚNCIA DE SUPERFATURAMENTO; O CASO DO METRO, # DE UMA TOTAL INCONGRUÊNCIA ... ~~NÃO SE ENCONTROU, NADA~~ MAIS MESMO ASSIM SE SUGERE UMA INVESTIGAÇÃO PELO CONTROLE INTERNO DA UNIÃO. O CFT CONSIDERA BENVINDA, PORQUE SE IRÁ PROVAR COMO A OBRA ESTÁ SENDO FEITA DENTRO DA MAIOR LISURA.

QUANTO AO QUE CONSTA DO RELATÓRIO FINAL DA CFT. E QUE DIZ RESPEITO A QUESTÕES PESSOAIS DO GOVERNADOR RORIZ, TODAS EXPLICADAS NA CFT MAS NÃO LEVADAS EM

CONSIDERAÇÃO, A INSTÂNCIA ADEQUADA PARA OS ESCLARECIMENTOS é OUTRA, é o MINISTÉRIO PÚBLICO, E FOI O QUE SE FEZ. SE A CÂMARA FOSSE O FORO ADEQUADO PARA TAIS ESCLARECIMENTOS, A CPT ENCAMINHARIA O RELATÓRIO FINAL À CÂMARA, COMO QUERIAM NOSSOS ADVERSÁRIOS POLÍTICOS, AQUELES MESMOS QUE RONDAM OS PARQUES DA CIDADE ALTAS HORAS DA MADRUGADA A PROCURA DE INFORMAÇÕES; TALVEZ DO ALÉM, COMO ASSOMBRAGENS POLÍTICAS QUE SÃO.

E QUEM QUER ESTA CPT? É O MESMO GRUPO POLÍTICO QUE AGIU DESTA FORMA, ACOBERTANDO ~~ACOBERTANDO~~ UM CRIMINOSO COVARDE X TENTANDO IMOBILIZAR A POLÍCIA NO SEU TRABALHO DE INVESTIGAR UM CRIME QUE ABALOU A CIDADE, VAZANDO CRIMINOSAMENTE INFORMAÇÕES SIGILOSAS QUE FORAM TRANSFERIDAS À CPT.

Sus. / D. QUERO DIZER, SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS, QUE A MAIORIA DESTA CASA NÃO PERMITIRÁ QUE SE TRANSFORME ESTA CÂMARA, NUM MOMENTO TÃO DELICADO DO PAÍS, EM PALANQUE ELEITORAL DE UMA FACÇÃO, ESTA MESMA FACÇÃO QUE USA NA MÃO INVERTIDA, OS MESMOS MÉTODOS DA DITADURA MILITAR – A CENSURA, A “ARAPONGAGEM” E A INTIMIDAÇÃO PARA IMPEDIR QUE ALIADOS FALEM EM PROGRAMAS ELEITORAIS AS VERDADES QUE ELES NÃO QUEREM OUVIR.

PARA FINALIZAR, PODEMOS DIZER QUE FICAMOS IMPRESSIONADOS COM A IMPORTÂNCIA QUE DERAM AO DISTRITO FEDERAL, ONDE OS “NANICOS” JOGARAM TODAS AS SUAS FICHAS NA



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

532

TAQUI. : HERMIONE

REVISOR: ARNAUD

HORA: 11:00 Nº: 0.25.3

DATA: 1º.02.94

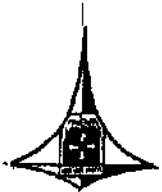
ORADOR :

tentativa de inviabilização do Governo do Distrito Federal. A única chance de vencer as próximas eleições é macular a imagem do Governador Joaquim Roriz, procurando a todo custo retirá-lo dos seus caminhos, chegando ao ponto desta proposição descabida, o que nos leva a considerar que o Procurador-Geral da República não é uma pessoa séria e que o Ministério Público não tem capacidade para a continuação das investigações.

Querem ganhar eleição através da convulsão política e no grito. Ai, não. Tem de ter competência política, popularidade e voto, e isso faz a diferença entre Joaquim Roriz e os outros.

Sr. Presidente, neste primeiro dia, eu não poderia deixar de conclamar todos, não só os Parlamentares desta Casa, mas toda Brasília, porque a questão Joaquim Roriz está clara e a população deu a resposta. A questão Joaquim Roriz ficou bem clara quando a CPI não o citou e enviou os documentos ao Ministério público. E todos que duvidam, que não acreditam neste País, que rem tirar a autonomia política do Distrito Federal. Cabe a nós, agora, a nossa Capital num só corpo, numa só forma, esquecer o palanque, esquecer o instrumento que já foi muito longe a denunciar o Sr. Governador, aquele que está construindo o metro, que está defendendo a moradia, aquele que está construindo obras no momento mais difícil deste País.

Cabe a nós, sim, defender a autonomia política do Distrito



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: HERMIONE

REVISOR: ARNAUD

HORA: 11:00 Nº : 25.4

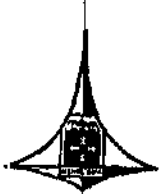
DATA: 1º.02.94

ORADOR: Edimara Pireneus (cont.)

Federal sem cor ideológico-partidária. Alguém da Oposição, no Senado, fez uma proposição contra a nossa autonomia política. Cabe a nossa população, sem revanchismos, mas com amor, defender o Distrito Federal.

Brasília existe e precisa ser defendida.

Era o que ^{eu} tinha a dizer.



(534)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: YÊDA

REVISOR; ARNAUD

HORA: 11h05 No: 0.26.1

DATA: 01.02.94

ORADOR:

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

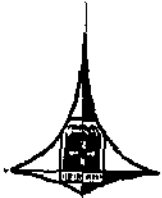
O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado Cláudio Monteiro, pela ordem.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, atendendo às questões regimentais, comunico à Mesa Diretora e aos membros desta Casa a minha mudança de partido: ingresso no PPS.

Consequentemente, pretendo fazer uso da palavra no horário de lideranças, na ausência do Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado Cláudio Monteiro, pela Liderança do PPS.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo, em nome do meu partido, saudar todos os meus Pares no reinício dos trabalhos legislativos desta Casa, esperando que cada um de nós, embuído da responsabilidade outorgada pelo mandato conseguido nas urnas e da responsabilidade maior de representar o povo do Distrito Federal condignamente, não se arreda dessa responsabilidade, trilhando o caminho da Justiça.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

535

TAQUIL.: YÊDA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 11h00⁰⁰q. 0.26.2

DATA: 01.02.94

ORADOR:

São os meus votos a todos no reinício dos trabalhos da Câmara Legislativa.

Quero saudar também as galerias que hoje se fazem presentes a esta Casa, por um número significativo de pessoas. Respeito a opinião de cada um porque sou um democrata. Acredito que cada uma das pessoas que aqui está - e vejo entre elas idosos, jovens e até crianças - creíam naquilo que aqui veio fazer, todos encanavam esta Casa entoando hinos religiosos e posteriormente o Hino Nacional.

Verifico que estão a exercer o direito indelegável da cidadania. Essa é a vantagem da liberdade, do sistema democrático.

Lamento não poder pactuar do mesmo pensamento. Lamento que estejam acreditando em algo ilusório, E lamento, como disse, que jovens e idosos estejam atrelar um caminho sinuoso - mas respeito a opinião de cada um.

Fui ovacionado ao ser o primeiro Deputado a ingressar neste plenário, com uma calorosa vaia. Isso nos faz pensar no dia-a-dia, Srs. Deputados.

Essa luta que se procura travar neste plenário, querendo estabelecer a ideia de que interessa a esse ou àquele partido, a esse ou àquele Deputado o direito de investigar o Poder Executivo é um equívoco. A responsabilidade de investigar o Poder Executivo é atribuição indelegável desta Ca-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

536

TAQUI.: YÊDA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 11h05' Nº: 0.26.3

DATA: 01.02.94

ORADOR: O SR. CLÁUDIO MONTEIRO (PPS) cont.

sa, é função precípua desta Casa. Portanto, não é responsabilidade de "A" ou "B", não é primazia desse ou daquele partido político, mas responsabilidade



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

537

TAQUIJ: LÚCIA REVISOR: M^a STEIN HORA: 11:10 Nº: 0:27.1

DATA: 01.02.93 ORADOR: CLÁUDIO MONTEIRO

*Célio.

de todos quanto tenham assento nesta Casa e que tenham vindo para cá com o voto legítimo do povo do Distrito Federal.

Tenho certeza de que, no decorrer dos dias, o tempo, corno senhor de todas as ações, irá demonstrar que essa responsabilidade é de todos e que o discurso vazio, o discurso equivocado de se estabelecer uma luta entre oposição e situação nao irá prevalecer, porque creio, creio piamente, em cada um dos Pa-
res. Tenho certeza de que não irão se intimidar, não irão permitir que a omis-
são faça parte dos seus currículos. Tenho certeza de que não deixarão, como le-
gado a seus filhos, pela passagem neste Poder, o rótulo da omissão e o desejo
equivocado de tornar, como oposição, aquele caminho incorreto.

Minha gente, manifestem-se! Manifestem-se! Assim se faz democracia;
assim se aprende a votar; assim se conhece cada um no dia-a-dia. Vocês nos co-
nhecem e nós passamos a conhecer a cada um dos que estão aqui e, com certeza,
em futuro próximo, estaremos a nos encontrar no dia-a-dia.

Sr. Presidente, quero deixar registrada a posição do nosso Partido,
PPS, que é, de antemão, favorável a toda e qualquer investigação que possa esta-
belecer a verdade, que não irá pactuar, de forma alguma, com a omissão. Certo,
também, é que não praticará injustiças com pré-julgamento, mas manterá um pro-
pósito inarredável de buscar a verdade: não a verdade de alguns; não a verdade
de uma parcela; não a verdade daqueles que desejam ter as suas consciências com



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

538

TAQUI.: LÚCIA REVISOR: M^a STEIN HORA: 11.10 Nº: 0:27.2
DATA: 01,02.94 ORADOR: CLÁUDIO MONTEIRO

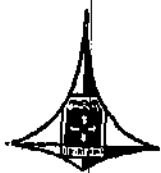
*Célio.

pradas; mas a verdade que possa surgir da elucidação de todos os fatos. Esse é o nosso compromisso com Brasília, com o povo do Distrito Federal e com as nossas famílias. Tenho certeza de que não deixarão, como legado, pela passagem transitória nesta Casa, o rótulo da omissão, porque tenho dito reiteradas vezes que dispomos de um contrato de trabalho temporário e com um patrão coletivo. Esse contrato se renova a cada quatro anos, ou se extingue pelas ações feitas ou não, de acordo com o crivo e com a sabedoria do povo do Distrito Federal. Estou convicto de que construímos, no dia-a-dia, a renovação de nossos mandatos.

É embuido desta fé, deste compromisso, que desejamos a CPI. É embuido desse compromisso que queremos o esclarecimento da verdade.

Sr. Presidente, concluindo, em nome PPS, desejamos a apuração de todos os fatos, que seja estabelecida a verdade real, que não seja a verdade comprada ou a estabelecida por grupos ou segmentos, mas que se possa ter, e que se possa dar, a toda a sociedade uma resposta cabal de uma série de denúncias formuladas e que ficaram como uma interrogação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, nobres Pares. Agradeço sinceramente a todos quanto estiveram aqui e puderam livremente se manifestar. Lamento que lhes tenham sido retirados os cartazes, porque, da representação e da manifestação, também faz parte a utilização dos métodos como cartazes.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

539

TAQUI.: Lara

REVISOR: Stein

HORA: 11h15 Nº: 0/28.1

DATA: 01.02.94

ORADOR: Dep. Fernando Naves

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Passamos ao

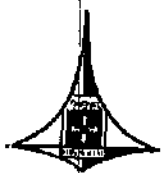
PEQUENO EXPEDIENTE

Com a palavra o Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PP. Sem revisão do orador.) - Sr, Pre
sidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras, e Srs. da Imprensa, Sras. e Srs. Asses
sores, Sras. e Srs. das galerias, antes de iniciar minha fala, gostaria de cum
primentar todos os nossos Pares, todos os servidores desta Casa, pelo início
das atividades parlamentares de 1994.

Sr. Presidente, dou entrada, neste momento, reconhecendo ati
tude de um verdadeiro cidadão, que não é de Brasília, mas que desenvolve gran
de empenho a fim de que nossa autonomia política permaneça inalterada e, se
possível, seja ampliada, ^{a um} requerimento de voto de louvor ao nosso Ministro
de Estado da Justiça, Senador Maurício Correia.

Sr. Presidente, reconhecendo o alto espírito de cidadania e
democratização do Deputado Nelson Jobim, dou entrada ^{também} a um projeto de decreto
legislativo, concedendo a esse ilustre Parlamentar ^o título de Cidadão Honorário



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

540

TAQUI.: LARA REVISOR: STEIN HORA: 11:15 Nº: 0:28.2
DATA: 01.02.94 ORADOR:: DEPUTADO FERNANDO NAVES
*Célio.

de Brasília, por se propor a fazer a defesa da autonomia política do Distrito Federal, por ocasião da Revisão Constitucional.

Sr. Presidente, desses documentos, tiramos uma conclusão muito simples, a de que aqui conhecemos os verdadeiros cidadãos de bem sabemos de muitos que pregam, através de seus representantes, em outros Estados, a extinção desta Casa, dizendo, no Distrito Federal, serem contrários à extinção, fazendo esse tipo de coisa para criar um pacto político naquele Estado, apoiando a atitude daquele Parlamentar e, no Distrito Federal, criam um pacto político como se fosse sem os pseudo-defensores do Distrito Federal, da cidadania e da representação política.

Sr. Presidente, observamos e, durante nosso recesso, obtivemos a representação de quem é quem no Distrito Federal, quem realmente representa o Distrito Federal e quem quer o melhor para o Distrito Federal. Quando pessoas, querendo pregar a mesma teoria de Hitler, querendo pregar o nazismo no Distrito Federal, implantaram os verdadeiros arapongas para vasculhar e, na hora de dizer a verdade, faltar com ela, porque não encontraram nada e disseram somente mentiras.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

341

TAQUI.: Lara

REVISOR: Stein

HORA: 11h15 Nº: 0/28.3

DATA: 01.02.94

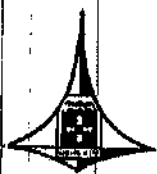
ORADOR: Dep. Fernando Naves

Sr. Presidente, não admitiram, em momento algum, a verdade, por que não a conhecem, não sabem pregá-la. Dizem^{se} moralistas, mas, na verdade, não o são. Dizem ter que^{se} manter a ética, mas, na verdade, não a mantêm. Dizem que defendem uma boa reputação, mas, na verdade, reputação nenhuma tem.

Então, Sr. Presidente, observamos que instalou-se, no Distrito Federal, um clima que jamais gostaríamos de estar vivendo um confronto político, querendo a tomada do poder pela força e não pela conquista nas urnas.

Sr. Presidente, estão querendo crucificar um homem que teve

S/Sula



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

542

TAQUI.: SULAMITA REVISOR: ALZIRA HORA: 11:20 Nº : 0:29.1

DATA: 01.02.94 ORADOR: FERNANDO NAVES

*célio.

a sua eleição em 1º turno e vai conseguir novamente fazer o seu candidato. Vai conseguir, porque tem trabalho a apresentar, ao contrário daqueles que, hoje, criticam e que nada o têm, nada fizeram para o Distrito Federal. Apenas criticam, não sabem o que fazer para ganhar as eleições, querem crucificar o nosso Governador Joaquim Roriz. Mas, isso, não vamos deixar acontecer, Sr. Presidente, porque conhecemos muito bem o Governador que temos, conhecemos a seriedade do seu trabalho, conhecemos tudo que fez pelo Distrito Federal,

Finalizando, Sr. Presidente, quem veio a esta tribuna dizer de moralidade, de ética, de verdade, de boa reputação, queremos questionar o seu comparecimento, por ocasião da convocação extraordinária da Câmara. Se realmente compareceu a todas as sessões, o que fez com o dinheiro que recebeu? Se embolsou ou se devolveu aos cofres públicos? Queremos questionar, Sr. Presidente, e tenho certeza que o Deputado Manoel Andrade dará entrada a um requerimento, nesse sentido.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

Muito obrigado.

GABINETE DO DEPUTADO FERNANDO NAVES

(543)

REQUERIMENTO

Autor; Deputado FERNANDO NAVES

Partido; Partido Progressista

Assunto; Requer voto de Louvor ao Ministro de Estado da
Justiça, Senador MAURÍCIO CORRÊA

Senhor Presidente,

Com fulcro no artigo 108, inciso XX, do Regimento Interno da Câmara Legislativa, requero a V.Excia., que seja concedido voto de Louvor ao Ministro de Estado da Justiça Senador MAURÍCIO CORRÊA.

JUSTIFICAÇÃO

O requerimento ora proposto, tem por escopo conceder ao Ministro de Estado da Justiça Senador MAURÍCIO CORREA, voto de Louvor, pela brilhante defesa da autonomia do Distrito Federal, na Revisão Constitucional.

Tendo conhecimento que o insigne Ministro da Justiça diante do seu alto espírito democrático luta pela autonomia do Distrito Federal, concluimos pela intensa demonstração de preocupação com a nossa Capital,

A nossa cidade deve manter-se autônoma, zelando por seus ocupantes, que hoje aqui estão permanentemente em busca de melhores condições de vida. Acompanhamos a defesa da autonomia do Distrito Federal, feita pelo Ministro da Justiça, a sua Excelência reconhece ser um dos fatores mais relevantes para determinar a progressividade do Distrito Federal,

Em emendas apresentadas, o Ministro MAURÍCIO CORREA, ressalta, "que seria um retrocesso e precisamos ficar vigilantes para manter as conquistas da Constituição de 1988".

Por estes motivos, creio que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, ao aprovar o presente Requerimento, estará demonstrando a sua preocupação permanente com o futuro do Distrito Federal.

Sala das Sessões, em 01 de fevereiro de 1994.

Deputado  FERNANDO NAVES - PP

GABINETE DO DEPUTADO FERNANDO NAVES

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 194

Concede Título de cidadão Honorário de
Brasília ao Deputado Federal NELSON
JOBIM.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal Decreta:

Art. 1º - Fica concedido ao Deputado Federal NELSON JOBIM, o
Título de **Cidadão** Honorário de **Brasília**.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O Presente Projeto de Decreto **Legislativo**, tem por finalidade conceder Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Deputado NELSON JOBIM, **pela relevante** dedicação e o **alto** espírito democrático e **cidadania**, em **não** acatar as propostas de acabar com a autonomia política do Distrito Federal.

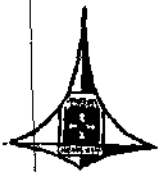
O insígne Deputado vem incessantemente lutando em prol da permanência da autonomia política do Distrito Federal na atual Revisão Constitucional de 1988, além de assegurar que esta revisão se dará em tempo hábil.

Este fato é histórico e merece respeito à luta que empreendeu o Deputado NELSON JOBIM, de proteger a nossa Capital Federal.

Assim sendo, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, em 01 de fevereiro de 1994.

Deputado  FERNANDO NAVES - PP



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

547

TAQUI.: SULAMITA REVISOR: ALZIRA HORA: 11:20 Nº: 0:29.6

DATA: 01.02.94 ORADOR: E. M. I. V.

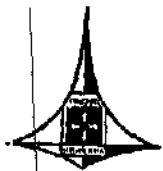
*Célio.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra a Deputada Lúbia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr, Presidente, S^{as}. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu gostaria de ~~saudar~~ os companheiros que estão aqui na galeria. como sou defensora da democracia prefiro conversar com aqueles que pensam diferente de mim. Portanto, eu os recebo, nesta Casa, de braços abertos. Gostaria de saudar, também, os companheiros da imprensa, os funcionários e os Deputados, desejando a todos um ano de 94 farto de lutas e que possamos eleger os melhores representantes no Executivo e no Legislativo. Este é o meu desejo sincero a todos os companheiros e companheiras aqui presentes.

Quero dar uma breve resposta sobre matéria que saiu no Jornal de Brasília e o Sr. Presidente foi uma das pessoas que colaborou na confecção dessa matéria, na medida em que deu a entrevista dizendo que horas extras estão sendo pagas indevidamente.

Quero entregar a cada Deputado um relatório sobre os servidores desta Casa que receberam horas extras. Quero dizer aos Deputados que desde o início da existência desta Casa, há 3 anos e 1 mês, temos apenas um total de 500 horas extras pagas. E apenas a partir de julho de 93 é que essas horas extras começaram a ser pagas e, ainda assim, apenas a servidores concursados. Temos



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

548

TAQUI.: SULAMITA

REVISOR: ALZIRA

HORA: 11:20 Nº: 0:29.7

DATA: 01.02.94

ORADOR: LÚCIA CARVALHO.

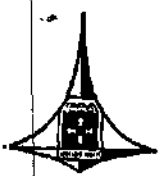
*Célio.

aqui a origem de cada uma dessas solicitações e o respaldo da lei. Erro nosso seria não pagar horas extras. Quero fazer uma ressalva a todos os servidores concursados, informando que é direito de cada um entrar na justiça, se houver trabalhado e o seu chefe imediato ou o Deputado ao qual está subordinado não solicitar o pagamento das horas extras, o ~~que~~ irregular.

A Lei nº 8.112, que rege os servidores desta casa, fala no pagamento das horas extras. A resolução nº 35 fala no pagamento das horas extras aos concursados. Temos respaldo na justificativa de cada uma das solicitações das horas extras pagas e no ato da Mesa nº 34, que normatiza as horas extras, cujo relatório será entregue a cada um dos Deputados.

Fica o meu alerta, se o funcionário concursado fez horas a mais na sua jornada de trabalho, é dever de seu chefe imediato pagar as horas extras.

Há uma questão que quero comunicar aos meus Pares. Ontem tivemos, através de voto da maioria da Mesa, a revogação do ato nº 7. O que é o ato nº 7? O ato nº 7 é o que disciplina as funções da Primeira, da Segunda e da Terceira Secretarias, bem como da Presidência e da Vice-Presidência. Não temos nenhum outro espaço, nenhuma outra legislação que determine o que cada um dos membros da Mesa faz. Portanto, quero comunicar aos Senhores que, a partir de hoje, com a revogação desse ato, estamos sem função, ou seja, é a mesa, que tem, hoje, a maioria dos Deputados Governistas,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

549

TAQUI.: Denise

REVISOR: Alzira

HORA: 11h25 Nº: 0/30.1

DATA: 12.02.94

ORADOR: L. Carvalho

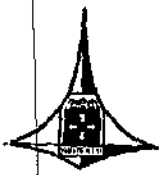
que dirige a Casa. Não temos mais a delegação das atribuições da Primeira Secretaria, do Segundo-Secretário, do Terceiro-Secretário, nem da Vice-Presidência. Estão determinadas apenas as atribuições do Presidente, conforme Regimento Interno; as dos demais membros da Mesa não.

Agora, qual foi a alegação? Foi uma solicitação do Deputado Fernando Naves com base num outro complemento do Regimento Interno que diz: "A Mesa, ao ser eleita, no dia seguinte, vai designar as atribuições, ad referendum do Plenário." Este Plenário não referendou nem as atividades da primeira Mesa, nem as da segunda.

Espero que não se configure a armação ilimitada "que antevejo e que, rapidamente, a Mesa traga a este plenário, a votação das funções de cada um dos Secretários, sob pena de estarmos vivendo um golpe branco com os partidos que, proporcionalmente, pela Lei Orgânica, devem representar e administrar esta Casa.

Essas são colocações burocráticas que faço a toda Casa.

Minha última colocação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros que ocupam as galerias, gostaria que pudéssemos levar a discussão de solicitação da CPI para as autoridades do Distrito Federal não como um ato revanchista e de palanque, como tem sido dito aqui, por aqueles que se sentem acusados e por aqueles que, tenho certeza, também têm culpa no cartório.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

560

TAQUI.: DENISE

REVISOR: ALZIRA

HORA: 11:25 Nº: 0.30.2

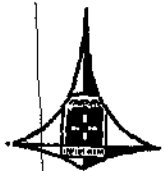
DATA: 1º.02.94

ORADOR:

Quero dizer que contra fatos não existem argumentos contrários. Existem fatos determinados para que esta Casa não se omita. Temos o direito legítimo de instalar uma CPI pois já contamos a assinatura de 10 Deputados, que se colocaram hoje solicitando-a. São 5 Deputados do PT, 2 companheiros do PSDB, 2 companheiro do PPS e o companheiro do PC do B, num total de 10 assinaturas, para o requerimento que deu entrada na Casa no dia 27/01/94, às 16 horas.

Entendemos que o correto seria esta Casa e o Presidente realizarem a nomeação desta comissão. Por que? Porque aqueles que estão sendo acusados indevidamente terão a oportunidade de legitimar e entregar a sua defesa, a fim de serem isentados de culpa, como aqueles que têm responsabilidade com o superfaturamento nas obras da escola técnica. Está aqui no relatório, não estou inventando. A Administração do Distrito Federal, através de seus governantes, Governador e Secretários, recebeu uma quantidade de dinheiro que deveria para construir duas escolas técnicas. De quem é essa responsabilidade? É de alguém!

Temos uma denúncia, já comprovada, de que neste mês o Governador tem em mãos 15 bilhões de cruzeiros reais, que vieram para o pagamento das áreas de saúde, educação e segurança, que está aplicado no mercado financeiro, de cujo rendimento diário não estão sendo prestadas contas a esta Casa.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

551

TAQUI.: DENISE

REVISOR: ALZIRA

HORA: 11h25 Nº: 0.30.3

DATA: 14.02.94

ORADOR:

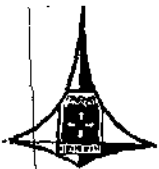
Há uma comissão instalada para fazer todo o acompanhamento das obras do Metro, nomeada pelo próprio Governador, e que detectou pelo menos 15 irregularidades.

A conclusão da CPI é muito clara e é a argumentação para a nossa solicitação. Fechar os olhos para essas irregularidades, dizer que não existe nada contra o Secretário de Governo? E o desaparecimento dos 30 mil dólares da casa do Governador, atestado pelo Banco Central que S, Exa. detinha dólares indevidamente; dinheiro não registrado no País?

Estamos fechando os olhos para a verdade. Fosse quem fosse: fosse um Governador do PDT, fosse um Governador do PSDB, fosse um Governador do PT, de que partido fosse, as irregularidades estão acima das concepções ideológicas.

Eu gostaria que os que estão apoiando a CPI dos Sindicatos tivessem tanto empenho para realizar também a CPI sobre as irregularidades apontada, envolvendo autoridades do Distrito Federal.

Dou um depoimento: não assinamos, nem votamos a CPI dos Sindicatos, mas vamos participar e vamos entregar toda a documentação solicitada pela CPI. Este é o procedimento de pessoas honestas. Desonesto é aquele que não assina uma reivindicação de PCI para apurar irregularidades. Desonesto é aquele! que tem medo de ser investigado. Aquele que não deve não teme; aquele



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

552

TAQUI.::

Denise

REVISOR:

Alzira

HORA:

Nº:

11h25 0/30.4

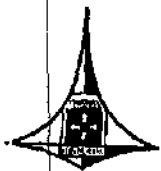
DATA:

1º.02.94

ORADOR:

que deve, teme e foge da assinatura da CPI.

S/Aya



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

553

TAQUI.: Aya

REVISOR: Clarice

HORA: 11:30 Nº: 0.31.1

DATA: 01.02.94

ORADOR: Lúcia Carvalho

Infelizmente, vocês são massa de manobra de gente espúria.

A história vai mostrar quem realmente usurpou do direito de todos nos sermos mais cidadãos.

O SR. MANOEL DE ANDRADE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado Manuel de Andrade.

O SR. MANOEL DE ANDRADE (PP. Sem revisão do orador.) - Sr.

^{ou}Presidente, gostaria de apresentar requerimento à Mesa, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO: _____/94

AUTOR: Deputado Manoel ríe Andrade - Manoelzinho

PARTIDO: Partido PrQyressista - PP

ASSUNTO: Requer lista de Deputados presentes às Sessões Extraordinárias, realizadas nos dias 3, 4, 5 e 6 de Janeiro de 1994»

Senhor Presidente

Com fundamento no art. 107 do Regimento Interno, requero a V. Exia. a relação dos Parlamentares que compareceram e, para tanto, foram remunerados, às Sessões Extraordinárias desta Casa, realizadas nos dias 3, 4, 5 e 6 de Janeiro Próximo passado,

J U S T I F I C A Ç Ã O

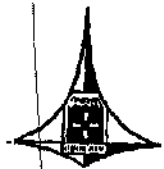
A requisição tem por finalidade verificar quais os Parlamentares que, por ventura, foram remunerados, sem o necessário comparecimento e não devolveram a importância aos cofres públicos.

Sala das Sessões, em Brasília-DF, em 12 de fevereiro de 1994.

Dep. MANOEL DE ANDRADE

Autor

SSO/maa



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

555

TAQUI.: AYA

REVISOR: CLARICE

HORA: 11:30 Nº: 0,31.3

DATA: 01.02.94

ORADOR:

O SR, PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado Wasny de roure.

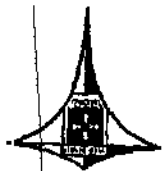
O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de saudar o novo ano, o último ano da nossa primeira experiência de mandato legislativo. Espero que os colegas Parlamentares possam trilhar uma trajetória de construção de uma sociedade onde os 3 discriminados sejam resgatados e integrados na verdadeira cidadania.

Sr. Presidente, no dia de hoje estamos vivendo momentos bastante efervescentes. Há o segmento que procura aprofundar as investigações iniciadas no Congresso Nacional, como também há o segmento que não quer dar continuidade a esse processo.

Ouvi atentamente o pronunciamento do Líder do Governo esta manhã, nesta Casa. Eu esperava, naturalmente, um esclarecimento devido aos relatórios apresentados pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Lá estive, acompanhando toda a leitura do relatório e pude presenciar, de fato, o que aconteceu ali dentro.

Naturalmente, o relatório-geral teve uma dificuldade que foi o fator tempo, para que pudesse, de fato, aprofundar as investigações. Naturalmente, o Sr. Governador não está absolvido.

Esta é uma conclusão precipitada e infundada, daqueles que



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

556

TAQUI.: AYA

REVISOR: CLARICE

HORA: 11:30 Nº: 0,31.4

DATA: 01.02.94

ORADOR: WASNY DE ROURE

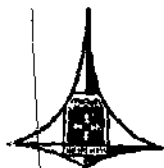
tentam tergiversar sobre a matéria. É claro que quando o relatório coloca a composição histórica dos últimos 4 anos da renda do Governador e a entrada na sua) conta, vemos que são incompatíveis. Naturalmente que o Ministério Público terá que se pronunciar.

Por quê, Sr. Presidente, entendemos que esta Casa terá que se manifestar? A Comissão Parlamentar de Inquérito é um papel do Poder Legislativo. Ela não pode perder a sua responsabilidade perante a história e perante a sociedade do Distrito Federal.

Tenho sido, inclusive, abordado por diversos eleitores do Governador e por diversos eleitores de Parlamentares desta Casa. No último domingo, tive a oportunidade, na Ceilândia, de ser abordado por algumas pessoas. Há uma inquietação profunda e a população exige que estas investigações sejam feitas. Em não sendo feitas essas investigações, prevalecem as informações colocadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito e as informações já veiculadas até o momento.

Portanto, é necessário que sejamos um pouco mais atentos e, no mínimo, leiamos os relatórios das Sub-Comissões.

Na página 169 da Sub-Comissão de Emendas está escrito o seguinte:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

557

TAQUI.: RIVA

REVISOR: CLARICE

HORA: 11h35' Nº: O - 32/1

DATA: 01/02

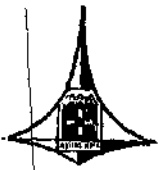
ORADOR: WASNY DE ROURE

"No caso do "Presídio da Papuda" o desembolso injustificado de dinheiro público alcançou a marca de 60%, ou seja, preço médio dos itens da obra pagos pelo Poder Executivo do Distrito Federal foi superior, em mais da metade, do que a média aceitável no setor.

A situação agrava-se, no que tange à obra da "Escola Técnica": nesse projeto, o superfaturamento médio ultrapassou a barreira dos 100%, de modo que a comunidade poderia ter, com o mesmo dinheiro, não uma única escola, mas duas."

Sr. Presidente, o que mais nos preocupa não é apenas o relatório e o parecer levantados pelo Tribunal de Contas, mas a observação de que o Sr. João Alves, o Sr. Manoel Moreira e o Sr. Ricardo Fiúza terem feito emendas, destinando recursos para o Distrito Federal. Isto, sim, é que deveria ser mencionado. Há um nítido cruzamento entre os "Sete Anões" do Congresso Nacional com o Distrito Federal. Essas são as apurações que devem ser feitas. Não podemos fazer vistas grossas a elas. Temos, de fato, que investigar-las,

Sr. Presidente, o Orçamento Geral da União, do ano de 1991, em sua Emenda G00078.8, refere-se a 1 bilhão para a implantação do Sistema de Transporte Ferroviário Metropolitano, equivalente a 18 milhões.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

558

TAQUI.: Riva

REVISOR: Clarice

HORA: 11h35 Nº: 0 - 32/2

DATA: 01/02

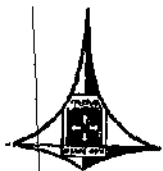
ORADOR: Wasny de Roure

Sr. Presidente, nesta Casa, os Deputados são testemunhas de que quando da votação do pedido de autorização para financiamento do empréstimo, votei juntamente com meu companheiro de Bancada, Deputado Geraldo Magela.

Mas votei na consciência de que Brasília necessitava de um sistema eficiente, moderno e sobretudo um mecanismo que viesse distribuir renda à população. Foi nesse sentido que dei o meu voto, mas não dei o voto para a corrupção; não dei o voto para a lavagem de dinheiro, via Governo do Distrito Federal.

Sr. Presidente, onde está o Sr. Valdivino? Onde está o Sr. Vanderlan? São contas fantasmas que precisam ser investigadas por esta Casa,

Portanto, Sr. Presidente, compartilho das preocupações de alguns Parlamentares, que foram, de alguma maneira, irresponsavelmente acusados de terem recebido dinheiro. Eu gostaria de dizer a estes colegas que pretendo participar das investigações, para aí, sim, dar o atestado de idoneidade a esses colegas, porque não é justo que sejam acusados irresponsavelmente e que venhamos omitir essa análise, para que tenham um convívio salutar entre nós. Agora, prevalece a informação: "Quem não deve, não teme!". Nesse sentido, concito a todos os companheiros para que de fato possamos implantar a Comissão Parlamentar de Inquérito, para não julgar, não para fazer palanque eleitoral, mas



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

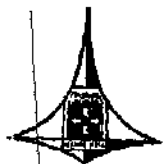
559

TAQUI.: Riva REVISOR: Clarice HORA: 11h35' Nº: 0 - 32/3

DATA: 01/02 ORADOR: Wasny de Roure

para cumprir uma função que a Câmara Legislativa tem; ou seja, de fiscalização do Poder Executivo. Desta forma poderemos concluir as nossas observações sobre o desempenho do Governo do Distrito Federal.

Sr. Presidente, muito obrigado.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

560

TAQUI.: RIVA

REVISOR: CLARICE

HORA: 11h35' Nº: 0 - 32/4

DATA: 01/02

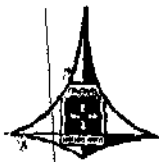
ORADOR:

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos entrando no ano de 1994, aquele que talvez seja o ano mais importante da história política brasileira. Lamento que tenhamos iniciado nesse clima, com tanto problemas a serem resolvidos,

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer algumas colocações, inclusive em cima de algumas colocações feitas por alguns Parlamentares, de que os oposicionistas estão querendo inventar a CPI para o Roriz, de que querem inventar as denúncias que estão sendo feitas.

Sr. Presidente, quero mostrar algumas notícias que foram publicadas pela imprensa local e pela imprensa nacional. Nós, da oposição e especialmente do Partido dos Trabalhadores, não temos controle sobre os jornais "O Estado de S. Paulo", "O Globo" e "Folha de S. Paulo". Muito pelo contrário, estes jornais nunca tiveram simpatia pelo Partido dos Trabalhadores. A "Folha de S. Paulo" diz: "CPI convoca Governadores



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: SABA

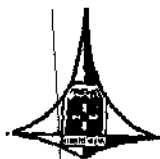
REVISOR: GERALDO

HORA: 11:40 Nº: 0.33.1

DATA: 01/02/93

ORADOR:

para prestar depoimento; mais a frente ainda, na folha de São Paulo, "Roriz não explica destino de 1,2 milhões de dólares", e mostra como funcionava o esquema. O Jornal de Brasília também noticia matérias, mostrando a situação. Aqui temos, no Jornal de Brasília mostrando: "capataz terá contas devassadas" - o Sr. Valdivino. E mais: "Roriz nega acusações e apresenta extratos." Aí vem: "CPI vai quebrar sigilo de capataz e fantasma de Roriz." Senador fala em Impeachment para Roriz. Não sou eu, é a imprensa que fala, "Fantasma cria curiosidade; CPI investigara contas ligadas a Roriz." O capataz que Roriz diz *per* amigo dele *disse* na declaração que *ele* fez lá no Palácio do Buriti: "Só podem ter copiado minha assinatura", o capataz Valdivino que movimentou centenas de milhares de dólares de Roriz diz nunca ter estado no Banco do Progresso, "estão usando meu nome e vão ter que prestar contas disto; quero ver a assinatura que estão dizendo que é minha. Laranja eu só conhecia a fruta e fantasma eu só conhecia no caso PC." E mais na frente: "Roriz fez nove retificações na receita um dia antes de depor à CPI." Um dia antes, ele retificou toda a sua declaração de Imposto de Renda, e mesmo assim continuam as irregularidades. São muitas coíbidências, Sr. Presidente, É mais: "Polícia Federal amplia suspeitas da CPI sobre Roriz," assinaturas do ex-capataz não conferem, *as* falsificaram *a* assinatura do capataz Valdivino.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

562

TAQUI.: SABA

REVISOR: GERALDO

HORA: 11h40 Nº: 0/33/2

DATA: 1/2/94

ORADOR:

No "O Estado de S.Paulo" - da família Mesquita - "acordo com empreiteiras envolve Roriz". Mais ainda, no "O Estado de S.Paulo": "obra em prisão amplia suspeita sobre Roriz". Ainda, no Jornal do Brasil: "CPI descobre mais dois laranjas de Roriz". Na Folha de S.Paulo: "Roriz pode ter usado assinaturas falsas; perícia preliminar feita pela CPI indica que são falsas as assinaturas do ex-capataz do Governador". Não são palavras da Oposição, são colocações feitas pela própria CPI do orçamento e pela imprensa nacional. "Obra do presídio do DF super faturada; construtora suspeita de irregularidade; sigilo bancário de ex-capataz será quebrado. CPI quebra sigilo de pessoas ligadas a Roriz". O Governador deveria processar todos os jornais. Se mentiram tanto, S. Exa. tem que entrar com um processo contra a Rede Globo, Manchete, SBT, o Globo, O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, Folha de S.Paulo, Correio Braziliense, Jornais da Bahia. Eu também vi por lá a matéria; a imprensa deve ter caluniado o Sr. Governador. Ele deveria processar todos.

"TCU apura obra superfaturada". "Fundação Essência aponta Codeplan". "CPI apura a liberação relâmpago de 60 milhões de dólares" Sabe de onde surgiram esses milhões de dólares? Dinheiro da merenda escolar para alimentar as crianças famintas do Distrito Federal, que foram desviados para as contas dos amigos do Governador Roriz.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: SABA

REVISOR: GERALDO

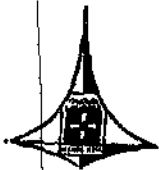
HORA: 11:40 Nº: 0.33.3

DATA: 01/02/93

ORADOR:

E para concluir esse relatório não foi feito por nós,

S/Katia



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

564

TAQUI.: KATIA REVISOR: GERALDO HORA: 11:45 Nº: 0-34.1
DATA: 01/02/94 ORADOR: Dep: Pedro Celso

o Relatório da CPI diz:

m • CONFRONTO ENTRE OS O ANHOS E RENDIMENTOS DECLARADOS C A
MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS BANCÁRIOS APURADOS

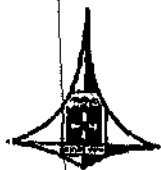
O exame das contas do Governador Roriz no período investigado deixou claro que a sua movimentação bancária é absolutamente incompatível com os rendimentos declarados. Em 1991, por exemplo, cinquenta e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro dólares), enquanto US\$ 2.062.864,00 (dois milhões sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e quatro dólares) foram creditados em suas contas bancárias, ou seja, há um ingresso, não explicável pelos ganhos, de US\$ 1.808.120,00 (um milhão, oitocentos e oito mil, cento e vinte dólares). Isto quer dizer que o movimento verificado nas contas da Roriz naquela «no está 709,78% (setecentos e nove, virgula setenta e oito por cento), ou mais M sete vezes, acima da sua renda.

Os dados referentes ao período 1989-1992 estão totalizados (valores em dólares) no quadro abaixo, e examinados «o rendimento» que a movimentação bancária aponta, em todos os anos pesquisados, os créditos feitos nas contas do Governador não podem ser explicados pelos seus ganhos, porque superam largamente.

Ano	Créditos (US\$)	Renda (US\$)	Comparação	
			Valor	Porcentagem
1989	2.991.854,00	397.123,00	-2.594.731,00	(863,38%)
1990	2.040.356,00	896.088,00	-1.144.268,00	(127,70%)
1991	2.062.864,00	254.744,00	-1.808.120,00	(709,78%)
1992	893.081,00	125.778,00	-767.303,00	(451,04%)

As discrepâncias entre os créditos bancários - as fontes identificadas de rendimentos do Governador não confirmadas pelos seus bancos, que no período 1989/93 encontra uma diferença a J maior, superior a 6 milhões e de dólares. O Sr. Governador remeteu àquela Subcomissão extensos demonstrativos buscando refutar aqueles números.

São muitas as denúncias contra o Governador Joaquim Roriz. Para delas não pode ser aqui considerada porque as fontes são anônimas ou, noutra hipótese, inusitadas de comprovação.



CAMARÁ LEGISUTIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: KATIA REVISOR: GERALDO HORA: 11:45 Nº: 0-34.2
DATA: 01/02/94 ORADOR: Dep. Pedro Celso

O que queremos é apurar o caso e instalar essa CPI, porque a sociedade de Brasília está a exigir isso. Entendo ser obrigação desta Casa instalar essa Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar as diversas ilegalidades e irregularidades apontadas.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado!

CPI PARA RORIZ

Este jornal é de inteira responsabilidade dos partidos políticos do Distrito Federal - PT, PSB, PC do B, PPS, PCB, «2 PSDB, da CUT e seus sindicatos filiados, da UNE, UBES, DCE da UnB, Associações de Moradores, da Central de Movimentos Populares e da Famibre. Estas entidades exigem a abertura imediata de uma CPI para apurar as irregularidades que envolvem o governador Roriz e os deputados distritais Maurílio Silva, Rose Mary Miranda, Gilson Araújo, José Edmar Cordeiro, Salviano Guimarães, Peniel Pacheco e Manoel Andrade, no desvio de verbas públicas. Para isso, é preciso que a Câmara Legislativa se autoconvoque para que os envolvidos sejam punidos e a dignidade seja instalada.

As matérias publicadas, abaixo, foram extraídas dos jornais O GLOBO dos dias 11 e 12/1 e O ESTADO DE S. PAULO do dia 13 de janeiro de 1994.

CPI acha depósitos de Roriz para deputados

JORGE BASTOS MORENO • DENISE ROSENBERG

BRASILIA - A CPI da máfia do Orçamento descobriu um esquema de distribuição de verbas para sete deputados distritais montado pelo governador do Distrito Federal, envolvendo diretamente o governador Joaquim Roriz. As contas do governador e dos sete deputados eram abastecidas por Valdivino Vieira Pinheiro, capataz da fazenda de Roriz, e pelo "fantasma" Wanderlan Dias Soares.

O capataz de Roriz era o principal operador do sistema de corrupção. Valdivino liquidava aplicações financeiras e as depositava nas contas do governador. A CPI descobriu,

também, que o capataz fez depósitos idênticos nas contas dos sete deputados. No dia 10 de julho de 1991, por exemplo, Valdivino resgatou uma aplicação de US\$ 238 mil e a repassou, em valores iguais de US\$ 7.604 (CR\$ 2.501.210,00 na época), para as contas dos deputados Maurílio Silva (PP), Manoel Andrade (PP), Rose Mary Miranda (PP), Gilson Araújo (PP), José Edmar Cordeiro (PFL), Salviano Guimarães (PSDB) - à época presidente da Câmara Distrital - e Peniel Pacheco (PTB). No mesmo dia, a conta de Roriz, também no Banco Progresso, recebeu um depósito de Valdivino no valor de US\$ 39.784. O resto do dinheiro resgatado foi repassado em RDBs por

Valdivino e utilizado para pagar compromissos financeiros.

A CPI apurou que Roriz recebeu US\$ 557.528 diretamente do capataz e outros US\$ 159.246 depositados pelo jornalista e empresário Ronaldo Junqueira, ex-editor-geral do "Correio Braziliense". A conta de Ronaldo Junqueira havia sido abastecida pelo "fantasma" Wanderlan e a CPI suspeita que ele seja o repassador dos recursos encontrados na conta fantasma.

Além dos valores idênticos recebidos do capataz de Roriz, esses deputados distritais, que estão sendo chamados de "os sete anões do cerrado", tem outra coincidência: abriram

suas contas no mesmo banco (Progresso), onde foi resgatada a aplicação, e na mesma data, cinco dias antes de receberem os depósitos. O capam alimentava também as contas bancárias de outros funcionários do Governo do Distrito Federal.

Na outra ponta do esquema, o "fantasma" Wanderlan Dias Soares tinha como um dos principais beneficiários o jornalista Ronaldo Junqueira. A CPI tem fortes indícios de que Junqueira era o principal operador do "fantasma", inclusive para a conta de Roriz. O jornalista recebeu, por exemplo, em 11 de novembro de 1990, um mês depois da eleição de Roriz, um depósito no

valor de US\$ 730.934 (CR\$ 90.000.000,00) e repassou US\$ 159.246 (CR\$ 19.607.974,00) para a conta (de Roriz dois dias depois).

O grande mistério a ser desvendado é a fonte do dinheiro que abastecia o capataz e o "fantasma", já que esses dois estão comprovadamente identificados como fontes do governador, dos deputados e do jornalista. A guia de depósito na conta do "fantasma", por exemplo, não traz qualquer dado sobre quem depositou os US\$ 735 mil em sua conta. Valdivino também não tinha conta específica no Banco Progresso. Ele chegava com o dinheiro e fazia aplicações como "operador de mercado".

Decoro

O SENADOR Jarbas Passarinho tateia o conteúdo do livro dos envolvidos em desvio de verbas públicas.

COMO presidente da W do Orçamento, ele conhece o tamanho do esquema que está investigando - "Bêta Quê" - cassação de mandatos será punição justa, mas ineficiente.

A MÁFIA do Orçamento feriu o decoro parlamentar? A expulsão do Congresso é a pena pertinente para esse delito. Mas também há espaço para construir fortunas ilegítimas - cuja existência incutiu odores no decoro da Nação.

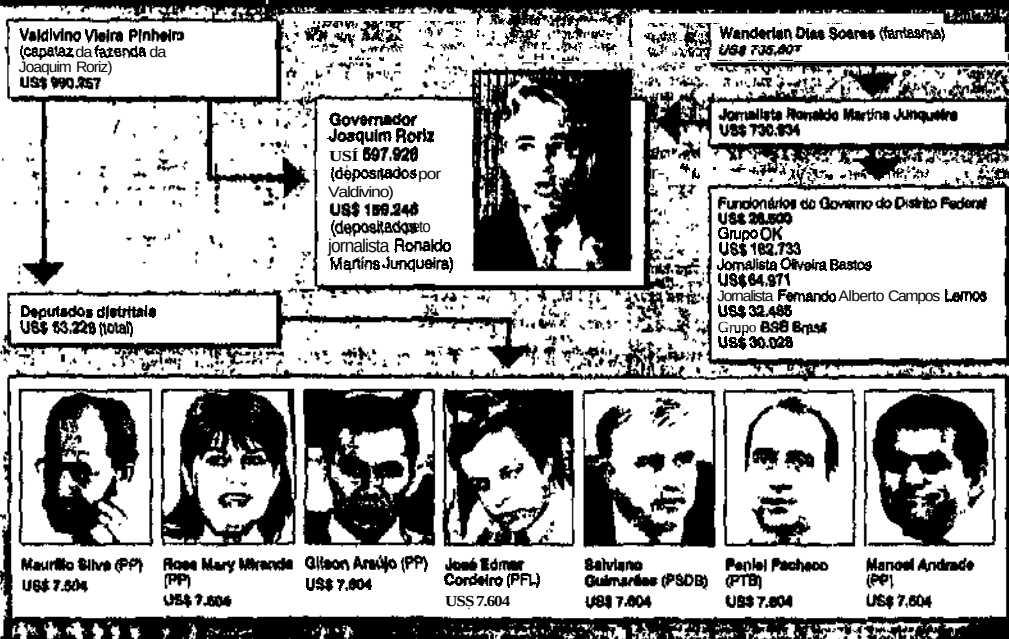
Dinheiro pode ter saído do Orçamento

BRASILIA - A CPI deve iniciar esta semana o cruzamento das datas dos depósitos com a liberação de recursos públicos para o Governo? Brasília. Há suspeitas de que todos os recursos distribuídos tenham saído do Orçamento da União.

Dos depósitos ao governador, no dia 28 de novembro de 1990, houve um resgate de US\$ 757,9 mil, distribuído para várias pessoas. Roriz ficou com US\$ 60,9 mil. Outros US\$ 34 mil foram depositados numa conta do ex-presidente da Telebras Almir Vieira Dias. Os demais recursos acabaram distribuídos em diversas aplicações sem identificação do beneficiário.

com o fim dos cheques ao portador em 1990, ficou fácil chegar ao jornalista Ronaldo Junqueira e ao depósito milionário na conta do governador. Dos US\$ 730,9 mil depositados em sua conta, ele ficou com US\$ 61,7 mil. O grupo OK, ao empresário Luis Esteves, recebeu US\$ 182,7 mil. Junqueira também não esqueceu os amigos. O jornalista Oliveira Bastos recebeu US\$ 49,9 mil e outro jornalista, Fernando Lemos, que na época era secretário de Comunicação Social do governador, US\$ 32,4 mil. A direção-geral da Secretaria de Turismo, Maria Eulália Franco, recebeu US\$ 21 mil. No dia 31 de novembro de 1990, o dinheiro foi depositado na conta corrente do Banco do Brasil. Uma outra funcionária - Vânia Andrade Prões - que tem em sua ficha no BRB a profissão de "funcionária pública", recebeu US\$ 4,4 mil.

Como funcionava o esquema





Distritais contemplados dão explicações diferentes

ISAAC AMORIM



Edmar Cordeiro

JOAQUIM FIRMÃO



Salviano Guimarães

ISAAC AMORIM



Manoel Andrade

JOAQUIM FIRMÃO



Gilson Araújo

ISAAC AMORIM



Rose Mary Miranda

ISAAC AMORIM



Peniel Pacheco

JOAQUIM FIRMÃO



Maurílio Silva

Os sete deputados distritais que receberam créditos bancários do governador Joaquim Roriz, através de seu capataz Valdivino Vieira Pinheiro, deram informações contraditórias ontem sobre a transação que envolveu um repasse de 7 mil 604 dólares para cada um. José Edmar Cordeiro (FL) disse ter recebido o depósito e devolvido por não saber a origem. Peniel Pacheco (PTB) confirmou ser um empréstimo. Gilson Araújo (PP) e Maurílio Silva (PP) disseram ter recorrido ao governador. Salviano Guimarães (PSDB) afirma «como Cordeiro» nunca ter recebido empréstimo de Roriz. Rose Mary Miranda (PP) e Manoel Andrade (PP) não foram localizados. O capataz de Roriz, que fez os pagamentos, foi impedido ontem de falar. Página 5

BRAZILIENSE



INDRES. 1808. HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960 ASSIS CHATEAUBRIAND

1, c uarta-fe ra, 12 de janeiro de 1994

Preço CR\$ 250,00

tes

BRASÍLIA

Aníbal Andrade

BRASÍLIA

Daniel Pacheco

ue receberam créditos
aquém Roriz, através
eira Pinheiro, deram
ntem sobre a
de 7 mil 604 dólares
(PFL) disse ter
não saber í, origem.
um empréstimo.
(PP) disseram ter
Julmarães (PSDB)
ceb do empréstimo de
anoel Andrade (PP)
Roriz, que fez os
falar. Página 3

CPI vai quebrar sigilo de capataz e fantasma de Roriz

A CPI do Orçamento deverá decidir hoje sobre a quebra do sigilo bancário do fantasma Wanderlan Dias Soares e de Valdivino Vieira Pinheiro, capataz do governador Joaquim Roriz. Wanderlan movimentou 735,8 mil dólares e Valdivino 990,2 mil dólares. Segundo a CPI, tanto o fantasma quanto o capataz abasteciam as contas de sete deputados distritais aliados de Roriz, tendo cada um recebido o correspondente a 7,604 dólares, que o governador afirma serem empréstimos pessoais. Ontem, Roriz disse ao presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho que vai levar pessoalmente documentos que comprovam a legalidade dos

empréstimos feitos por ele aos deputados distritais. Em nota a imprensa o governador disse que fez os empréstimos com recursos próprios e ainda afirmou desconhecer o fantasma Wanderlan. Quanto à movimentação bancária feita por seu capataz Valdivino, Roriz afirmou que se tratava de recursos inicialmente destinados à compra de gado. O senador Jarbas Passarinho garantiu que a CPI continuará investigando as irregularidades nas contas dos governadores e que os resultados serão encaminhados ao Ministério Público. O senador José Paulo Bisol disse que Roriz pode sofrer processo de impeachment semelhante ao de Collor.

Página 5

DOSSIÊ

#Imprensa local e nacional#

= 4 a 14 de janeiro/94 =

Esquema Roriz & "Sete anões do cerrado"

(Gabinete Popular Pedro Celso - PT)

COMISSÃO DIVIDIDA

CPI convoca governadores para prestar depoimento

PFL tentou impedir decisão e agora ameaça entrar com ação no STF



Senador Marco Maciel - deputado Luís Eduardo Magalhães

4 Roriz diz que vai depor

Da Sucursal de Brasília

O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP), vai respeitar a data e o horário marcado pela CPI do Orçamento para seu depoimento. A informação é do secretário de Comunicação do Distrito Federal, Wellington Moraes. Segundo Moraes, o governador está preparado para prestar os esclarecimentos à CPI, desde que o assunto seja relacionado ao Orçamento da União.

Moraes confirmou que Roriz esteve na casa do deputado João Alves (sem partido-BA) para tratar de verbas do Orçamento. Segundo ele, Roriz foi tentar manter os recursos orçamentários rela-

cionados à segurança, saúde e educação para o Distrito Federal.

A Folha ficou para o governador do Maranhão, Edison Lobão (PFL), em sua casa em São Luís e no telefone celular em Brasília. Não conseguiu localizá-lo até 21h.

Na semana passada, o governador de Sergipe, João Alves Filho (PFL), disse que estava disposto à disposição da CPI para depor, apesar de, segundo ele, não haver nada "comprometedor" contra ele. "Se o trabalho de levantamento preliminar nada chegou, não me convocar essas pessoas? É fiada de bom senso. A CPI investigou toda a minha vida e nada encontrou de irregular."

Da Sucursal de Brasília

A CPI do Orçamento decidiu ontem, por 15 votos a 5, ouvir os governadores Edison Lobão (MA), João Alves Filho (SE) e Joaquim Roriz (DF).

Eles serão convocados como testemunhas e terão a prerrogativa de escolher o local, hora e data. O presidente da CPI, Jarbas Passarinho (PPR-PA) vai propor que os governadores escolham o local, deixando que a CPI fixe a data.

A CPI vai decidir ainda a forma dos depoimentos. Eles poderão ser ouvidos em plenário ou por um grupo de parlamentares. A expectativa é de que a segunda opção prevaleça.

Roriz já disse que aceita depor. Já os governadores João Alves Filho e Edison Lobão não querem ir à CPI. Os dois, que pertencem ao PFL, pediram pareceres «os advogados Saulo Ramos e Manoel Gonçalves Ferreira Filho para respaldar a decisão. Passarinho recebeu ontem a informação de que os dois pefelistas vão submeter a convocação às assembleias legislativas de seus Estados.

O PFL não descarta a possibilidade de entrar com mandado de segurança no STF (Supremo Tribunal Federal) para impedir a convocação. A CPI, por sua vez,

tem pareceres afirmando que possui poderes que sustentam seu poder para interrogar governadores. "O recurso ao STF seria até bom para ter uma jurisprudência", disse Passarinho,

Saulo Ramos, que defende o Congresso no processo contra o ex-presidente Fernando Collor de Mello, se considerou "eticamente impedido" de dar um parecer, mas opinou que eles não devem depor. Ferreira Filho, que tem a mesma opinião, termina seu parecer nesta semana.

O argumento jurídico é o de que a convocação de governadores pela CPI fere o pacto federativo: caberia às assembleias legislativas investigar os governadores de Estado. Para Saulo Ramos, os governadores só podem depor como testemunhas, com a prerrogativa de marcar data, hora e local.

A pressão para « não-convocação dos governadores aumentou ontem. Os dois líderes do PFL, deputado Luís Eduardo Magalhães (BA) e senador Marco Maciel (PE), foram ao gabinete de Jarbas Passarinho antes da reunião de plenário.

Segundo Luís Eduardo, os governadores não querem depor porque entendem que uma eventual convocação teria motivos políticos. Na semana passada, a CPI não colocou em votação o depoimento dos governadores por temer não alcançar o número suficiente para a aprovação do requerimento.

GRUPO METROPOLITANA DE RÁDIO E TV-COMUNICADO

Comunicamos aos amigos, clientes, fornecedores e colaboradores em geral, bem como bancários e demais instituições financeiras, que a liminar concedida pelo Douto Juiz da 40ª Vara Cível da Comarca da Capital, Dr. Antônio Roberto da Silva Figueiredo, em 17 de fevereiro de 1.993, confirmando o Sr. Ruy Pereira Sanches - administrador do Grupo Metropolitano de Rádio e TV (Rádio Metropô, Rádio Metropolitana, Rádio Metropolitana Paulista - Rádio e TV Metropolitana) em sua suspensão por decisão do C. 6ª Câmara Cível do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos autos nº Mandado de Segurança nº 208.384.173, relatado pelo nobre Desembargador, Dr. P. Costa Manso, rascab) - Mnda. assim, a administração da emissora majoritária Amrah São Paulo, que, na oportunidade, assumiu o comando da nova sede do Grupo, qual seja, Rua Antônia de Macedo, nº 59, Vila Mariana, fone 371-3524. Amrah São Paulo.

CPI DO ORÇAMENTO

Roriz não explica destino de US\$ 1,2 milhão

Governador deixa de esclarecer o que ocorreu com a verba liberada para a construção de 54 galpões

Secretário
contesta CPI

Da Sucursal de Brasília

O secretário da Fazenda do Distrito Federal, Everardo Maciel, disse ontem à Folha que os convênios entre órgãos públicos costumam ser assinados sem a data. A data, segundo o secretário, é colocada depois por um burocrata. Maciel disse que a Codeplan foi escolhida para fazer a obra nacional porque seu estatuto permite a instalação de agências em outros Estados.

Maciel discordou da avaliação do deputado Benito Gama de que o depoimento ficou incompleto para a Subcomissão de Bancos. "A única discordância foi quanto ao total da movimentação bancária. Os técnicos vão agora chegar a uma conclusão sobre qual o dólar que foi adotado para o cálculo."



O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz

FLÁVIA DE LEON
Da Sucursal de Brasília

O depoimento do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, à CPI do Orçamento não esclareceu qual foi o destino dado a uma verba de US\$ 1,2 milhão liberada pelo Ministério da Ação Social para a construção de 54 galpões em todo o país.

Na avaliação de parlamentares que ouviram o depoimento, as declarações de Roriz foram inconclusivas. "Foi o pior depoimento que já assisti. O governador se revelou despreparado e inseguro", disse o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG). Roriz foi ouvido por cinco deputados, inclusive o relator da CPI, Roberto Magalhães (PFL-PE).

A principal dúvida que ficou sem resposta é sobre o convênio entre o governo do Distrito Federal e o Ministério da Ação Social (gestão Margarida Proença), no valor de US\$ 1,2 milhão, datado de 31 de dezembro de 1990 — um

dia antes de Roriz tomar posse. A vice-governadora, Márcia Kubitschek, assina como testemunha.

O convênio deu origem a um contrato entre a Codeplan (Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central) e a Fundação da Fraternidade Essência no Brasil para a construção de 54 galpões em todo o país. "Não se sabe o que aconteceu com o dinheiro, que é da União, e que galpões são esses", declarou Magalhães.

Sérgio Miranda considerou incompreensível que um governador assinasse convênio para fazer obras em outros Estados. A Folha procurou ontem a sede da fundação. No local funciona o Colégio ADI, que está em obras.

O vigia Sebastião Gonçalves disse que a fundação vendeu o prédio para o grupo Compacto há seis meses. "Em 23 de dezembro (último) eles vieram aqui, encostaram um caminhão e levaram o resto das coisas", disse. Segundo Gonçalves, a fundação já ocupou o local junto com a escola.

Foi perguntado a Roriz se ele conhecia os deputados Cid Carvalho (PMDB-M A), Genivaldo Correia (PMDB-BA) —acusados de envolvimento em irregularidades no Orçamento—, o empreitei-

ro Onofre Vaz (Servaz) e o ex-secretário nacional de Saneamento, Walter Annicchino. Roriz respondeu que mantinha com eles um relacionamento formal. Miranda disse ao governador que uma festa gravada em vídeo mostra Cid Carvalho fazendo uma saudação a ele. Roriz, segundo seu relato, não soube o que responder.

O deputado Benito Gama (PFL-BA), coordenador da Subcomissão de Bancos, disse que o depoimento "ficou incompleto". Roriz apresentou documento feito por sua assessoria contábil que calcula sua movimentação bancária entre 1989 e 1993 em US\$ 5,4 milhões. A subcomissão apurou o valor de US\$ 6,3 milhões.

No final do depoimento, Roriz perguntou a Benito se havia algum documento que o envolvesse com empreiteiras ou com algum dos deputados do grupo dos "sete anos". Benito respondeu que "até às 14h de hoje (sábado) não havia esse documento".

O governador deixou dúvidas quanto a suas declarações de renda e se comprometeu a esclarecê-las. Não explicou relatórios de irregularidades em obra no prédio da Papuda.



348 X
571

CPI não acha ligação de Roriz com empreiteiras

Jornal de
Rec. 04/01/94

O governador Joaquim Roriz depôs durante mais de quatro horas a cinco membros da CPI do Orçamento e obteve do coordenador da subcomissão de bancos, deputado Benito Gama (PFL-BA), a garantia de que, até agora, não encontrou nenhum indicador de ligação do governador com empreiteiras ou parlamentares que estão sendo investigados. Já o relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães, disse, ao sair da residência oficial de Aguas Claras, que "o governador Joaquim Roriz, em 4h30m de depoimento, em momento algum deixou de responder a qualquer tipo de pergunta".

Segundo Magalhães, o governador se dispôs a falar "até sobre questões pessoais". O aspecto da movimentação bancária será ainda fechado pela subcomissão de bancos da CPI, mas o relator destacou que alguns esclarecimentos foram "satisfatórios". Para o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), representante da Subcomissão Patrimonial e de Bancos, o governador prestará outras informações "Receita Federal, pois já encaminhou ao órgão requerimento de inclusão de dados e deve fornecer novas informações".

Indagado se esse fato não implicaria em irregularidades, Salomão disse que é normal contribuintes, principalmente os que têm muitos bens, omitirem alguns dados em suas declarações de renda e afirmou que esse não era o aspecto mais importante da CPI. "Não estamos investigando se um político é mais rico ou menos rico", disparou.

Convênio — Durante o depoimento, o governador Joaquim Roriz não mencionou de um convênio assinado no dia 31 de dezembro de 1990 entre o GDF e o Ministério da Ação Social, no valor de US\$ 1.212 milhão.

Às final do depoimento, Roriz se comprometeu a dar explicações e enviar comprovantes sobre a movimentação bancária no período de 1989 a 1993. "Os números não batem", afirmou o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães. A diferença entre os cálculos da subcomissão de bancos e os do governador é de US\$ 1 milhão. Joaquim Roriz também prometeu encaminhar documentos complementares sobre sua evolução patrimonial.

O deputado Roberto Magalhães vai pedir que o Tribunal de Contas da União (TCU) investigue o convênio assinado pelo governador e a ex-ministra da Ação Social, Margarida Procópio, tendo como testemunha a vice-governadora Márcia Kubitschek. O convênio destinou recursos para a construção de 54 galpões da Fundação Fraternidade Essência, inclusive fora do Distrito Federal. Os recursos foram repassados a fundação pela Codeplan.

O deputado Luiz Salomão

(PDT-RJ), da subcomissão patrimonial e fiscal, ressaltou ao governador o seu empenho para construir o metrô de Brasília, orçado em US\$ 120 milhões. Do repasse de 25% deste valor, que caberia à União, só 3% foram até agora liberados, segundo o secretário de Comunicação do GDF, Wellington Moraes. Salomão sugeriu a Magalhães que inclua no relatório final da CPI, sugestão para o que o Governo Federal cumpra todos os repasses de sua responsabilidade.

O deputado Roberto Magalhães considerou o depoimento "longo e esclarecedor". Magalhães, Luiz Salomão, Benito Gama, Sérgio Miranda e Nelson Trade (PTB-MS) chegaram a residência oficial do governador, em Aguas Claras, às 17h05, e só saíram às 21h40, anunciando que prosseguirão as investigações sobre pontos que ainda permanecem pendentes.

Debate — O governador Joaquim Roriz defendeu uma ampla revisão da organização do Estado brasileiro e de profundas mudanças na prática orçamentária vigente, ao depor como testemunha perante a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga manipulação de recursos da União pela chamada "máfia do Orçamento". Roriz fez questão de enfatizar que, embora pareceres jurídicos defendam a tese de que governadores estaduais situam-se fora do âmbito de competência de CPIs do Poder Legislativo Federal, desde o início colocou-se à disposição da Comissão para, com seu testemunho, auxiliá-la e dar sua contribuição para o aperfeiçoamento das instituições e para a moralização das práticas políticas.

Roriz entregou aos cinco membros da Comissão que o ouviram — deputados Roberto Magalhães (coordenador), Benito Gama, Nelson Trade, Sérgio Miranda e Luiz Salomão — farta documentação sobre seu patrimônio e movimentação bancária, levantada por uma equipe de auditores. Essa documentação comprovou que o movimento financeiro de suas contas bancárias nos últimos três anos totalizou US\$ 5 milhões, absolutamente compatível com SM patrimônio material, que soma US\$ 20 milhões. Adversários políticos de Roriz chegaram a "vazar" para a imprensa, sob a proteção do anonimato, que aquela movimentação teria sido de US\$ 9 milhões.

O governador fez um desabafo emocionado das angústias e sofrimentos a que foi submetido nos últimos três meses, "desde que fui citado por um homicida em entrevista à revista de grande circulação nacional". "Meus trinta anos de vida pública, empresarial e até pessoal foram virados pelo avesso, num processo de apuração de que muito se utilizaram nossos adversários na política de Brasília".

34-
57-

12/01/94 O GLOBO

Explicação

Em meio a onda de denúncias que atingiu deputados distritais, um boato curioso ventilou nos corredores da Câmara Legislativa. Sabendo que alguns parlamentares haviam sido citados, o deputado Fernando Naves tratou de preparar uma nota de explicação, mas rapidamente recuou, ao ser informado que seu nome não figurava entre os envolvidos.

JORNAL DE
BRASÍLIA

12/01/94

Beneficiados

Os deputados do PT de Brasília estão rindo a toa. Com a denúncia dos depósitos nas contas de sete distritais do PP, os petistas não têm dúvidas que conseguiram detonar, não só a reeleição do grupo, como a candidatura do virtual adversário do partido à eleição para o GDF. O PT distribui, a partir de hoje à tarde, uma nota repudiando a atitude dos parlamentares e do governador Joaquim Roriz.

34-11

574

PF investigará verba para distritais

Os deputados federais Chico Vigilante e Maria Laura e o distrital Euripedes Camargo, todos do PT, entraram ontem na Procuradoria Geral da República com ação pedindo abertura de inquérito para apurar denúncia de que haveria um esquema de distribuição de verbas pelo governador Joaquim Roriz a deputados distritais. A denúncia deverá ser investigada pela Polícia Federal. O esquema foi levantado pela Subcomissão de Bancos da CPI do Orçamento. O governador Roriz

rebateu ontem as acusações. Ele explicou que as verbas recebidas pelos distritais eram, na realidade, empréstimos pessoais, "Como pessoa física, fiz empréstimos, com recursos próprios, a deputados distritais e correligionários", explicou Roriz, em nota oficial. O Congresso aprovou ontem a prorrogação do prazo dos trabalhos da CPI do Orçamento, para que todos os denunciados sejam ouvidos em plenário. O deputado Gastoni Righi depõe hoje de manhã.

FF investigara distribuição de verba a distritais

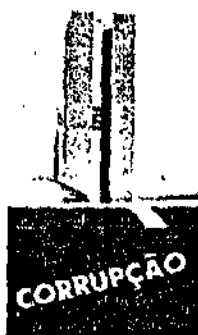
34-12
(575)

J. BRASÍLIA
12/01/94

O governador Joaquim Roriz e os sete deputados distritais deverão ser investigados pela Polícia Federal. O pedido de abertura de inquérito foi protocolado **ontem**, na Procuradoria Geral da República, pelos deputados federais Chico Vigilante e Maria Laura e pelo distrital Eurípedes Camargo, todos do PT do Distrito Federal.

Eles também querem que o Ministério Público apure a ocorrência de enriquecimento ilícito de Roriz e dos deputados distritais Manoel Andrade (PP), Rose Mary Miranda (PP), Maurílio Silva (PP), Gilson Araújo (PP), Salviano Guimarães (PSDB), José Edmar Cordeiro (PFL) e Peniel Pacheco (PTB) acusados de receberem verbas do governador Joaquim Roriz.

"Com esta denúncia, o Poder Legislativo do Distrito Federal fica sob **suspeição**, o que **não** contribui para a imagem de Brasília", afirmou Vigilante. Para **ele**, o fato tem que ser esclarecido para preservar a instituição, alvo de tanta polêmica. Com esta nova iniciativa, os parlamentares **pretendem reapresentar** o pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia do DF em sessão extraordinária — proposta **recusada**



em novembro, por 14 votos a 10 — por inconsistência de provas, conforme explicou Eurípedes Camargo.

De acordo com os parlamentares, 1/3 da Assembleia foi atingido **pelas denúncias**, o que inviabiliza um pedido de abertura de CPI para **apurar o fato**. **Portanto**, a forma encontrada para iniciar a investi-

gação dos deputados distritais foi solicitar à Procuradoria inquérito sobre **possível** crime de sonegação fiscal e **enriquecimento ilícito**, informou Vigilante. "Gostaríamos que a Polícia Federal e a Receita Federal apurassem se os parlamentares que receberam as verbas as **declararam** no Imposto de Renda", observou Maria Laura.

Desdobramentos — Hoje a Procuradoria deve distribuir a representação e designar o promotor para acompanhar o caso, se **este** for acatado. "Se a Procuradoria, após apuração, oferecer a denúncia ao Tribunal de Justiça do DF, este vai pedir permissão à **Câmara** Distrital para processar os envolvidos e, neste caso, os sete parlamentares citados não participam da votação", disse Vigilante. Assim os **petista** acreditam que seria possível conseguir maioria em plenário para aprovar o processo.

Comissão vai continuar apuração

O esquema de repasse de dinheiro do governador Joaquim Roriz (PP-DF) para deputados distritais e a movimentação milionária através de contas fantasmas continuarão sendo investigados pela CPI da máfia do Orçamento. Ontem Roriz ligou para o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), e se disse "chocado" com a divulgação do esquema, feita ontem pelo O Globo. O governador garantiu que terá explicações para todas as **denúncias** e pediu que a CPI **marcasse** uma data para que entregasse documentos que desmentiriam a existência do fantasma Wanderlan Dias Soares e confirmariam a atribuição do **capataz** Valdivino Pinheiro de movimentar **grandes** somas para pagamento de funcionários de sua fazenda. Passarinho disse que a decisão de pedir a **convocação** de novas pessoas envolvidas no caso será do relator Roberto Magalhães (PFL-PE).

— As investigações **vão** continuar. Tudo que for levantado por essa CPI será investigado. **Depois**

de analisar os novos documentos que o governador diz possuir, o relator pode pedir novas convocações e quebras de sigilo — disse Passarinho.

No telefonema a Passarinho, Joaquim Roriz reclamou que no sábado, **durante** quatro horas de depoimento, **não foi questionado**, em nenhum **momento**, sobre o esquema de repasse de dinheiro aos distritais.

Contrariando declarações de Valdivino Pinheiro, **que** garantiu desconhecer a utilização de seu nome para a movimentação de uma conta bancária milionária, Roriz disse a Passarinho que ele era um antigo empregado **encarregado** de fazer o pagamento dos demais funcionários da fazenda localizada no município de Luziânia. Sobre o fantasma Wanderlan Soares, que fez **depósitos** milionários na conta do jornalista Ronaldo Junqueira, o governador disse **que** não o conhecia.

— Ele disse que não tem nenhum fantasma — **disse** Passarinho.

JOURNAL IN PRESS

12/01/94

Cordeiro (PFL), Silvano Grimaes (PSDB), Peniel Pacheco (PTB) e Manoel Andrade (PP). A situação do governador Joaquim Roriz agravou-se após o depoimento que prestou à CPI. Já então último, e da descoberta do uso de "fantasma" e "laranja" para movimentar conta bancária. Roriz mandou seus aliados ao Congresso - os senadores Waldir Campelo (PTB-DF) e Pedro Teixeira (PP-DF) e o deputado Benedito Domingos (PP-DF) - avisarem ao presidente da CPI, Jarbas Passarinho (PPR-PA), que pretendia ir pessoalmente ao gabinete do senador justificar seu patrimônio, sua movimentação bancária, o "fantasma" e o "laranja".

Aliados mantêm apoio a governador



Moerits: «oito» tem Burke
COU » Câmara extraordinariamente — o que de direito ao Jussé equivale a um salário extra —, para votação de vários projetos. Os mais polêmicos foram o que autorizava o Executivo a abrir crédito suplementar de CM 22 bilhões para obras de infra-estrutura; e o que autorizava o GDF a contratar financiaíncaio com a Caixa Econômica Federal (CEF), no valor de CR\$ 35 bilhões.

De acordo com o que apurou a bancada do PT na Casa, a minoria das verbas foi destinada para obras de infra-estrutura na sede do Parnod, mas que não chegaram a ser executadas. "Temos que apurar estas denúncias", sustenta Eurípides Camargo.

O senador **Valmir Campelo**, que é um dos nomes mais cotados para disputar a sucessão no Distrito Federal, com apoio de **Roriz**, observou que o governador "está dando todas as explicações e a população acredita em sua inocência, o que ficou claro nas manifestações

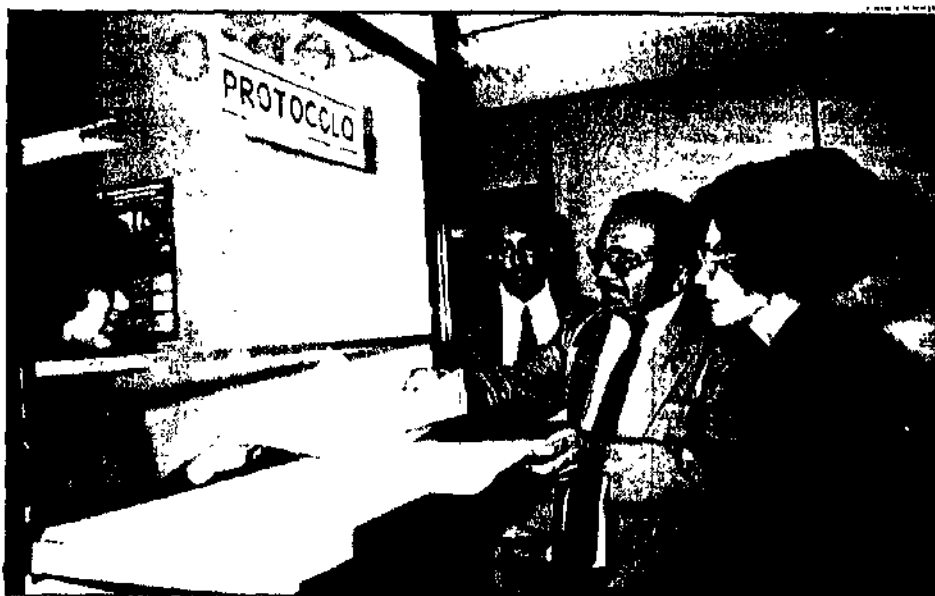
de apoio que recebeu de lideranças domingo, no Centro de Convenções". O presidente do pp, ex-governador Alvaro Dias, não foi encontrado ontem em Curitiba. Dias, que disputa com o governador o controle do partido, deseja ser reeleito presidente nacional este ano, mas tem evitado manifestar-se sobre as denúncias de envolvimento de Roriz no Orçamento.

São Paulo — O presidente do PP, Álvaro Dias, disse ontem esperar que o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, também do PP, venha se manifestar sobre as denúncias de que teria repassado dinheiro para sete deputados distritais e de que operava com contas fantasmas. O esquema de Roriz foi descoberto pela CPI da máfia do Orçamento, que inicia agora o cruzamento dos dados para verificar se os depósitos feitos nas contas do governador e dos sete deputados coincidem com a liberação de recursos públicos para o Governo do Distrito Federal. Há suspeitas de que esse dinheiro tenha saído do Orçamento do União.

Álvaro Dias disse que o partido vai aguardar o relatório final da CPI do Orçamento para decidir que atitude tomar em relação a Joaquim Roriz. Cauteloso, ele sequer quis admitir a possibilidade de expulso do governador caso as denúncias sejam confirmadas pela própria CPI.

"Se feio que sim **vão** dizer que é **revanchismo de** minha **parte**", argumentou, dando **sinais** de **que** essa será a sua **posição** no caso das **denúncias** serem comprovadas.

O presidente do PP não acredita que as denúncias envolvendo o governador Joaquim Roriz venham a prejudicar o partido nas eleições. O ex-governador do Paraná usou justamente as divergências que tem com Roriz para não se manifestar pessoalmente sobre o esquema de corrupção montado pelo Governo do Distrito Federal.



Vigilante quer preservar a instituição - diz que suspeição prejudica a imagem de Brasília

Roriz nega acusação e apresenta extratos

O governador **Joaquim Roriz** rebateu ontem as acusações sobre distribuição ilegal de verbas para sete deputados distritais, levantadas pela subcomissão de bancos da CPI do Orçamento. O dinheiro repassado às contas bancárias dos deputados **Maurílio Silva (PP)**, **Rose Mary Miranda (PP)**, **Gilson Araújo (PP)**, **José Edmar Cordeiro (PFL)**, **Salviano Guimarães (PSDB)**, **Peniel Pacheco (PTB)** e **Manoel de Andrade (PP)** teria sido, de acordo com a Comissão, intermediado pelo capataz de Roriz, **Valdivino Pinheiro**. Cada deputado recebeu valores iguais de US\$ 7,6 mil na mesma data, 10 de julho de 1991. O governador declarou tratar-se de empréstimos pessoais.

"Como pessoa física, fiz empréstimos, com recursos próprios, a deputados distritais e correligionários", afirmou, em nota oficial, divulgando também fac-símiles dos extratos bancários de sua conta pessoal e as promissórias dos deputados **Rose Mary Miranda** e **Peniel Pacheco**. Nos extratos bancários distribuídos, de setembro de 1991 a fevereiro de 1992, aparecem 30 depósitos entre CR\$ 425 mil e CR\$ 443 mil (valores de época). A assessoria de comunicação do GDF afirma tratar-se dos depósitos feitos pelos deputados como pagamento do empréstimo. "Os deputados, em reunião social com o governador, pediram o empréstimo concedido e pagaram posteriormente. Não vejo nada de anormal no caso", disse o assessor de comunicação, **Wellington Moraes**.

Segundo ele, as acusações de corrupção não procedem. "É muito pouco dinheiro para se comprar alguém", disparou. **Joaquim Roriz** diz que os recursos movimentados por seu capataz — cerca de US\$ 990 mil — eram inicialmente destinados à compra de gado, que não foi concretizada. "Os recursos foram aplicados e depois utilizados, em parte, para os empréstimos".

O capataz **Valdivino Pinheiro**, entretanto, teria dito não ter conhecimento dos depósitos, nem ter movimentado quantias no Banco do

Roriz divulgou extratos para provar recebimento de empréstimos

de **Pinheiro**. "Be não deve ter entendido a questão e se confundido", afirmou. O GDF apresentou fac-símile da procuração concedida a **Valdivino** por **Roriz**, para comprar e vender gado, como prova dos "plenos poderes" do capataz.

Outra suspeita levantada pela CPI em relação ao governador diz respeito ao "fantasma" **Wanderlan Dias Soares**, que teria "abastecido" a conta de **Roriz** em US\$ 159 mil em 14 de novembro de 1990, mas o governador nega qualquer

fili qualquer transação bancária com essa pessoa", diz a nota.

A assessoria do governador garante que todos os outros deputados citados possuíam documentos provando o pagamento do débito. "Creio que alguns ainda estão pagando", afirmou **Moraes**. Ele insistiu na lisura da transação. "Poderia haver suspeição se o dinheiro não tivesse sido devolvido", acrescentou. Ele sustenta que as duas documentações apresentadas (da deputada **Rose Mary** e do deputado

Petistas tentam convocar uma CPI na Câmara

O líder do PT na Câmara Legislativa, deputado **Eurípedes Camargo**, solicitará uma convocação extraordinária do Legislativo do Distrito Federal para instalar uma CPI destinada a investigar o esquema de corrupção envolvendo o governador **Joaquim Roriz**. Segundo ele, os casos que surgiram até agora são suficientes para que a Câmara inicie «discussões sobre um processo de cassação do mandato do governador — Impeachment».

~ Esta notícia, publicada hoje (ontem) pelo O Globo, foi a gota d'água que faltava. Agora, não há como fugir da CPI. Há vários indícios que o envolve, afirmou **Camargo**.

Eurípedes se referia a pelo menos quatro suspeitas já levantadas até agora pela CPI do Orçamento. A primeira envolveu **Fábio Simão**, ex-secretário particular de **Roriz**. **Simão** é acusado de cobrar comissões para execução de obras e liberação de recursos do GDF. A segunda foi o sumiço de US\$ 33 mil da residência do governador. O dinheiro foi levado por dois meninos de rua que, ao passar uma tarde na casa do governador, retiraram os dólares de uma gaveta. A terceira foi o convênio de US\$ 1,2 milhão para a Fundação **Fraternidade Essência**, assinado no dia 31 de dezembro de 90, antes de **Roriz** tomar posse.

Galpões — Os recursos se destinavam à construção de diversos galpões espalhados pelo País. Por último, apareceram os depósitos em sua conta de dinheiro que partiu de fantasmas e de aplicações efetuadas por seu capataz, **Valdivino Vieira Pinheiro**. O próprio **Valdivino** já negou que tivesse realizado aplicações financeiras no Banco Progresso.

O terceiro secretário da Câmara Legislativa, **Cláudio Monteiro (PPS)**, e o deputado **Agnelo Queiroz (PC do B)** passaram a manhã de ontem tentando fazer o cruzamento dos projetos aprovados com os depósitos nas contas dos sete parlamentares para ver se houve alguma votação importante. Até agora, as suspeitas recaem sobre a aprovação de um financiamento de CR\$ 22 bilhões na Caixa Econômica Federal.

Hoje, a oposição a **Roriz** terá uma reunião às 10h00 para tentar levar adiante a proposta de convocação extraordinária apresentada por **Camargo**. A dificuldade será o quorum. A maioria dos deputados distritais está viajando, em férias. Dos 24 deputados, apenas quatro compareceram à assembleia ontem: **Camargo**, **Monteiro**, **Agnelo Queiroz** e **Peniel Pacheco (PP)**. **Pacheco** é um dos deputados que recebeu empréstimo com recursos da conta de **Valdivino Vieira Pinheiro**.

Senador fala até em impeachment

O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, pode sofrer processo de impeachment semelhante ao do ex-presidente Fernando Collor, com base na lei nº 1.079/50, por crime de responsabilidade, no entender do coordenador da Subcomissão de Patrimônio da CPI do Orçamento, senador José Paulo Bisol (PSB-RS). Em sua opinião, há ainda o agravante de falsidade ideológica, por ter o governador assinado convênio com o antigo Ministério da Ação Social com data anterior à posse. Roriz alega que o convênio foi assinado depois.

Bisol esclareceu que o processo de impeachment poderá ser encaminhado pela Câmara Legislativa. Para que isso possa ocorrer, o deputado Chico Vigilante (PT-DF), acompanhado pela deputada Maria Laura (PT-DF) e pelo líder do PT na Câmara Distrital, Euripedes Camargo, protocolou ontem na Procuradoria Geral da República representação solicitando abertura de inquérito para apurar repasse de dinheiro, em cotas semelhantes e no mesmo dia, a sete deputados distritais.

Teixeira faz defesa e ataca PT

O senador Pedro Teixeira (PP-DF) acusou ontem o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) de estar fazendo da CPI do Orçamento um palanque da campanha sucessória em Brasília. "É impressionante como este parlamentar se põe a serviço do Partido dos Trabalhadores em seu objetivo de atacar o governador Joaquim Roriz para ter alguma chance de conquistar o Palácio do Buriti no pleito de 3 de outubro próximo", analisou Teixeira.

Segundo Pedro Teixeira, Bisol deveria ter na memória o drama que é a situação de se sentir

Documentos — O deputado Benito Cama, coordenador da Subcomissão de Bancos, informou que já determinou o envio ao governador Roriz de toda a documentação sobre movimentação bancária analisada pela subcomissão. "O governador me fez esse pedido verbalmente no dia de seu depoimento (sábado passado) e hoje (ontem) requereu por escrito", disse Benito Cama.

O senador Passarinho também não soube informar a origem das informações. "São os famosos vazamentos", comentou. Segundo o senador Passarinho, as informações pegaram a Mesa da CPI de surpresa.

A inclusão ou não de governadores no relatório da CPI está gerando controvérsias na comissão. Passarinho é de opinião que, para respeitar o princípio federativo, a CPI apenas deve enviar ao Ministério Público o resultado das investigações. Já o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) garante que, como a questão em análise é o mau uso de dinheiro público, cabe à CPI encaminhar ao Ministério Público a recomendação do impeachment.

caluniado. "Não faz cinco anos que o senador perdeu a chance de se tornar vice-presidente da República na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva em função de uma informação distorcida apresentada pelo ex-presidente Fernando Collor com relação a uma filha de Lula", recordou.

Reviravolta — Confiante na inocência de Joaquim Roriz, o senador acredita que, o intuito de Bisol não será alcançado. "Depois de apresentar todos os documentos que possui, Roriz receberá da CPI a confirmação de sua inocência, que servirá como uma espécie de atestado de idoneidade para a campanha eleitoral. E aí haverá uma reviravolta na política local: de réu Roriz se tornará vítima e obterá o salvo-conduto da população de Brasília, elegendo seu sucessor no Palácio do Buriti e fazendo ampla maioria na Câmara Legislativa e no Congresso Nacional".

Governador promete provar legalidade de transações

O governador Joaquim Roriz avisou ontem pela manhã o presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), que vai levar pessoalmente documentos que comprovam a legalidade dos empréstimos feitos por ele a sete deputados distritais. A atitude do governador é uma resposta à matéria publicada ontem pela imprensa, onde ele é acusado de articular um esquema de distribuição de verbas para deputados e empresários do Distrito Federal.

Segundo as denúncias, as contas bancárias de Roriz e dos deputados eram abastecidas por Valdevino Pinheiro, capataz da fazenda do governador, e pelo fantasma Wanderlan Dias Soares. Durante toda a manhã de ontem, o governador ficou na residência oficial de Aguas Claras preparando-se para explicar a sua movimentação bancária. De acordo com a assessoria de Roriz, sua maior preocupação é desvincular o seu nome do fantasma Wanderlan Dias Soares, que depositou na conta de Junqueira o dinheiro que foi parar na conta de Roriz.

Em nota oficial à imprensa, o governador Joaquim Roriz disse que fez empréstimos, com recursos próprios, a deputados distritais e correligionários. Com relação à conta de Wanderlan Dias Soares, afirmou não ter conhecimento sobre ela. Ele lembrou que já prestou esclarecimentos à CPI do Orçamento a esse respeito.

Quanto aos recursos movimentados por Valdevino, afirmou que se tratavam de recursos inicialmente destinados à compra de gado que não chegou a se concretizar. Segundo ele, por isso mesmo é que o dinheiro foi aplicado no banco e posteriormente usado para fazer empréstimos. O governador disse que Valdevino tinha procuração outorgada por ele, com plenos poderes para comprar e vender gado da fazenda da qual era capataz, assim como para compra de materiais.

O gabinete do governador distribuiu ainda outros documentos

para reforçar suas explicações. Entre eles está uma procuração dada por Roriz ao capataz Valdevino Vieira Pinheiro, dando-lhe poderes para fazer negócios em seu nome. Com relação aos pagamentos feitos a deputados distritais, que segundo o gabinete constituíram empréstimos, Roriz divulgou extratos bancários — mostrando que em suas contas foram creditadas quantias corres-

pondentes aos pagamentos feitos pelos parlamentares — e cópias das notas promissórias assinadas por dois deles, Rose Mary Miranda e Feniel Pacheco, acompanhadas pelos recibos que lhes dão quitação.

O CORREJO BRAZILIENSE localizou o capataz Valdevino Pereira em uma fazenda próxima a Luziânia, pois ele já deixou o serviço de Roriz.

A nota de Roriz

A respeito 3ª matéria publicada BB Imprensa de hoje, envolvendo o nome do governador Joaquim Roriz, há que se fazer as seguintes esclarecimentos:

1 - O governador Joaquim Roriz fez empréstimos pessoais, com recursos próprios, a Deputados Distritais correligionários. Em todos os casos, os empréstimos foram pagos em regularidade através de notas promissórias, que estão em poder das pessoas que receberam o dinheiro. M empréstimos;

Z - D governador Joaquim Roriz não tem conhecimento na qualquer relação em conta de Sr. Wanderlan HTM dos Santos, citada na imprensa, não foi feita nenhuma transação bancária entre Sr. ee* e governador Joaquim Roriz;

3 - Quanto KM recursos na conta do Sr. Valdevino Vieira de Souza, a governador reitera as afirmações de que eram inicialmente destinados à compra de gado, que não se concretizou, tendo sido aplicados a pontualmente usaram, na pequena parte, para fazer face aos empréstimos que o governador fez e que foram posteriormente pagos, e também para fazer pagamentos de transações comerciais normais, além de ser um resíduo ft-jool-tado na conta pessoal do governador. O Sr. Valdevino tinha procuração do governador para efetuar compra e venda de gado e de material para a fazenda da qual era capataz naquela época.

Brasília-DF, 11 de janeiro de 1994

Joaquim Roriz
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Jornalistas explicam venda

Os jornalistas acusados de terem se beneficiado com depósitos do fantasma Wanderlan Dias Soares alegam que o dinheiro recebido destinava-se ao pagamento de dívidas vendidas do jornal BSB Brasil, negociado com Ronaldo Junqueira ao valor de, aproximadamente, 200 mil dólares. Os jornalistas Oliveira Bastos e Fernando Lemos dizem que o jornal foi vendido porque estava afundado em dívidas e o dinheiro recebido serviu para pagar as dívidas em processo de cobrança judicial.

Bastos explicou que o BSB Brasil funcionava com equipamento emprestado pelo jornal Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro, e que no momento da venda ele teria sido negociado diretamente entre Ronaldo Junqueira e o jornal carioca. Apenas o título, com dívidas avaliadas em 200 mil dólares, é que pertencia aos dois jornalistas de Brasília, já que o crédito é da família de Bastos e foi alugado.

Quanto ao recebimento de quase 64 mil dólares, Bastos disse que se tratava de um cheque nominal em cruzeiros para o pagamento das dívidas em seu nome. "Na ocasião em que se vende alguma coisa, você não quer saber quem emitiu o cheque. Se é um político, um atendente ou um repórter do Globo, disse, mostrando-se magoado com a inclusão do seu nome no esquema de corrupção. Lemos, que também é secretário de Cultura e Esportes do CDF, afirmou que vendeu o título do jornal "para invitar-se de um abacaxi". Ele também recebeu um cheque nominal em cruzeiros no valor aproximado de 32 mil dólares. "Com esse dinheiro pagamos as dívidas e nos livramos daquilo", disse. Fernando Lemos acrescentou que, à época da venda do jornal do qual era cotista, não trabalhava no GDF.

Junqueira — Em fax enviado ao CORREJO BRAZILIENSE, um dos pivôs das denúncias, Ronaldo Junqueira, disse que os pagamentos que efetuou são todos plenamente explicáveis e referem-se a empréstimos, amortização de compras de imóveis e outros negócios.

34/15
528

Distritais se contradizem sobre créditos bancários

Os deputados distritais que receberam créditos bancários de aplicações financeiras em nome de Valdivino Vieira Pinheiro, ex-capataz de Roriz, apresentaram versões contraditórias. José Edmar Cordeiro (PFL) disse, através de seu assessor de imprensa, Cláudio Tourinho, que recebeu um depósito em sua conta nesse período e, como não sabia a origem, devolveu os recursos ao gerente do Banco Progresso, Clair Borges. O deputado Peniel Pacheco (PTB) disse que os seis mil 704 dólares creditados em sua conta se referem a um empréstimo que o governador ofereceu aos deputados para quitar dívidas de campanha. Ele apresentou inclusive, cópias de duas notas promissórias para comprovar a transação.

— Nunca recebi nada do governador, nem de seu capataz ou quem quer que seja, nesse período, tive um recurso creditado em minha conta, não sabia de onde vinha e devolvi ao gerente do Banco Progresso — explicou Cordeiro.

A informação de José Edmar

pode desmontar a defesa do governador Roriz de que a razão do repasse de sete mil 604 dólares a sete deputados distritais, no ano passado, era um empréstimo pessoal solicitado por eles e a ser quitado em parcelas mensais.

Os deputados Gilson Araújo (PP) e Maurílio Silva (PP) disseram que recorreram ao governador Joaquim Roriz solicitando um empréstimo e foram encaminhados ao Banco Progresso. No banco, eles teriam realizado "uma operação normal de empréstimo como qualquer outro cidadão", diz a nota divulgada por Maurílio Silva.

— Sempre tive crédito e credibilidade. Já paguei tudo o que devia desse empréstimo. Conto com a comunidade evangélica e toda a sociedade — afirmou Silva.

O deputado Salviano Guimarães (PSDB) tem uma versão diferente. Assim como Cordeiro, ele declara que nunca recebeu qualquer empréstimo. Ele enviou as informações através de seu gabinete. Os demais, Rose Mary Miranda e Manoel Andrade não foram localizados.

Rebeldia com GDF antecedeu os depósitos

Quatro dias antes de 10 de julho de 1991, data em que o capataz da fazenda do governador Joaquim Roriz, Valdivino Vieira Pinheiro, fez depósitos iguais, de sete mil 604 dólares, nas contas bancárias de sete deputados distritais, a Câmara Legislativa encerrava sua última sessão ordinária do semestre daquele ano apresentando um requerimento com a reivindicação de pagamento de subsídios e verbas de apresentação pagas aos deputados federais e aos senadores. Pela lei, os deputados estaduais têm direito a dois terços do que é recebido pelos federais, mas esse ganho não tinha sido incorporado aos salários dos distritais. O requerimento foi rasgado literalmente na sessão pelos opositores.

Essa, no entanto não era a única insatisfação dos distritais. Com pouco mais de cinco meses de funcionamento, a Câmara Legislativa batia todos os recor-

des na apresentação de projetos absurdos, fato constatado por pesquisas de opinião e pela imprensa, além de que vários deputados do bloco governista davam seus primeiros sinais de rebeldia. Coincidentemente, os deputados Gilson Araújo (à época do PTB), Rose Mary Miranda (PTR), José Edmar Cordeiro (PFL), Salviano Guimarães (PFL), Peniel Pacheco (PST), cinco dos sete que receberam depósitos em suas contas, demonstravam descontentamento com o Palácio do Buriti por diversos razões. Os deputados Maurílio Silva (PTR) e Manoel de Andrade (PTR) eram tidos como os mais fiéis ao CDF.

Independência — O deputado José Edmar, que depois filiou-se ao PFL, ameaçava adotar uma postura independente ao Buriti caso o governo continuasse pressionando-o para desistir de seu projeto de criação da Cidade Estrutural. O deputado Salviano Guimarães, na época presidente da Câmara Legislativa, também sentia-se mais confortável na Unha da independência, pelo menos era o que ele dizia* a todas as entrevistas à imprensa. Mais tarde, em 1992, o deputado filiou-se ao PDT e agora já está no PSDB.

O deputado Peniel Pacheco, já nas fileiras do PTB, dizia-se independente do GDF, criou alguns atritos com a ala governista na Câmara e ficou algum tempo sem partido. Nesse período namorou vários partidos mas acabou dando sustentação ao bloco governista com sua filiação posterior ao PTB. A deputada Rose Mary Miranda, hoje no PP, chegou a namorar o partido de Leonel Brizola, o PDT. Brizola chegou a visitar seu gabinete na Câmara Legislativa, quando participou da filiação do deputado Salviano Guimarães. A festa de filiação de Salviano ao PDT foi muito concorrida. O deputado Gilson Araújo, hoje no PP, nunca saiu do partido de Roriz roas ameaçou sair várias vezes por se sentir "desprestigiado" pelo Buriti.

O deputado Manoel de Andrade, o Manoelzinho, sempre foi tido como fiel escudeiro do Buriti, mas apresentava também projetos absurdos deixando muitas autoridades inseguras. Um deles, por exemplo, previa a criação de um assentamento na Cellândia, apelidado de "Manuelândia". Outro projeto seu desapropriava uma área de 540 hectares de terras de uma família do DF.

Fantasma cria curiosidade

Quem conhece Wanderlan Dias Soares em Brasília? Sem dúvida alguma, era essa a pergunta que mais se fazia ontem pelos corredores do Congresso Nacional que levam à CPI do Orçamento, e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A cidade parece, mais uma vez, tomada por uma onda de "fantasmas caridosos" que saem distribuindo dólares nas contas de parlamentares, empresários e até de jornalistas da cidade.

Fantasmas assim, só aparecem quando outra CPI desmascarou todo o esquema armado pelo amigo do ex-presidente Fernando Collor e ex-tesoureiro da sua campanha política, PC Farias, hoje preso nas dependências do quartel da Polícia de Choque.

A aparição de fantasmas deixou de ser uma coisa horripilante e passou a ser um negócio rentável que só se complica quando "eles" aparecem em plena luz do dia

CPI investigará as contas Ugadas a Roriz

A Subcomissão de Bancos da CM do Orçamento vai pedir hoje, em reunião plenária, a quebra do sigilo bancário do fantasma Wanderlan Dias Soares e de Valdivino

Vieira Pinheiro, capataz da fazenda do governador Joaquim Roriz. Wanderlan movimentou 735,8 mil e Valdivino 990,2 mil dólares.

Conforme a CPI, o fantasma e o capataz abasteciam as contas de sete deputados distritais de Brasília, aliados do governador. Cada um recebeu o correspondente a 7.604 dólares. Os deputados que receberam dinheiro são Maurílio Silva (PP), Rose Mary Miranda (PP), Gilson Araújo (PP), José Edmar Cordeiro (PFL), Salviano Guimarães (PSDB), Peniel Pacheco (PTB) e Manoel Andrade (PP). A assessoria de Roriz disse que os depósitos são empréstimos pessoais, pagos pelos deputados. O fantasma depositava dinheiro



na conta do jornalista Ronaldo Junqueira e ele fazia os pagamentos. Roriz mandou seus aliados no Congresso — os senadores Waldir Campelo (PTB-DF) e Pedro Teixeira (PP-DF) e o deputado Benedito Domingos (PP-DF) — avisarem ontem o presidente da CPI, Jarbas Passarinho (PPR-PA), que pretendia ir pessoalmente ao gabinete do senador justificar seu patrimônio e sua movimentação bancária. Depois, Roriz telefonou a Passarinho.

Falsidade — Outro problema para Roriz foi a assinatura de um convênio para a Fundação Essência, em 31 de dezembro de 1990. Nesta data o governador ainda não havia assumido o mandato, o que só ocorreu no dia seguinte. Roriz afirma que há provas de que assinou o convênio quando já havia tomado posse é que, algum funcionário zeloso, para garantir a liberação do dinheiro ainda em 1991, mudou a data.

Passarinho admitiu a possibilidade de se convocarem novas pessoas ligadas ao caso, como Junqueira, mas disse que a decisão de pedir essa convocação é do relator, Roberto Magalhães.



Vigilante entre Eurípedes e Maria toara representação pede que Procuradoria investigue pagamento

Câmara também pode apurar

O líder do PT na Assembleia Distrital, deputado Eurípedes Camargo, solicitará uma convocação extraordinária do Legislativo do DF para instalar uma CPI destinada a investigar as denúncias de corrupção envolvendo o governador Joaquim Roriz.

"Esta notícia, publicada hoje (ontem) pela imprensa, foi a gota d'água que faltava. Agora, não há como fugir da CPI. Há vários indícios que o envolvem", afirmou Camargo.

Eurípedes se referia a pelo menos quatro suspeitas já levantadas até agora pela CPI do Orçamento. A primeira envolvia Fábio Simão, ex-secretário particular de Roriz. A segunda foi o sumiço de 35 mil dólares da residência da governador. O dinheiro foi levado por dois meninos de rua que teriam passado uma tarde na casa do governador. A terceira foi o convênio de 1,2 milhão de dólares para a Fundação Fraternidade Essência, assinado em dezembro de 1990, antes de Roriz tomar posse.

34-17
580

Só poaem ter copiado minha assinatura

JOSÉ REZENDE JR.

LUZIANIA (GO) — Valdivino Vieira Pinheiro, ex-capataz do uma das fazendas do governador de Brasília, Joaquim Roriz, é apontado pela CPI da máfia do Orçamento como 9 dono de uma conta bancária que, conforme O GLOBO publicou ontem, abastecia em 1991, com pouco menos de US\$ 1



milhão, contas que o próprio Roriz e sete deputados distritais mantinham numa agência do Banco Progresso. Mas Valdivino nega que tenha feito movimentações bancárias milionárias, inclusive depósitos nas contas dos deputados. Colano de Vianópolis, Wanos, Valdivino afirma que jamais entrou no Banco Progresso e que desconhece depósitos e aplicações financeiras feitos em seu nome.

— Só podem ter copiado minha assinatura — acusa ele, que mora de aluguel.

As 17h30 da última segunda-feira, Valdivino recebeu no atual emprego um telefonema do ex-deputado estadual golano Váler Rodrigues.

— O governador quer falar com você, para desfazer um mal-entendido — disse.

— Vou. Quero que ele me explique por que estão usando meu nome — concordou.

As 20h15, Chico, motorista da fazenda Palmas, de propriedade de Roriz, chegou à

casa de Valdivino tom a missão de levá-lo até Aguas Claras, a residência oficial do governador. O capataz ainda não estava em casa e, quando chegou, a equipe do GLOBO também o aguardava. Valdivino pediu a Chico que voltasse às 22h. Na saída, o motorista tentou convencer a família a impedir que Valdivino falasse. Fernanda, a filha mais velha, de 30 anos, discordou:

— Ele tom que falar, sim. Não tem nada a que esconder.

O GLOBO — O senhor fez depósitos nas contas do governador Joaquim Roriz? — tit. de deputados distritais no banco Progresso?

VALDIVINO PINHEIRO — Nunca. Estive no Banco Progresso um* única m na minha vida, em 1989, como motorista do dono, Vestiana, filha do governador. Estão usando meu nome e vão ler que dar conta disso. A firma «m que trabalho (Agriter Agropecuária Ltda.) já arrumou um advogado pra mim. Mo da pra ser pobre e ainda ficar com um* de rico e com o nome sujo.

O GLOBO — Mas como o senhor explica toda essa movimentação com o seu nome, se os cheques administrativos?

VALDIVINO — É o que eu quero saber e alguém vai ter que explicar. O governador mandou me chamar pra conversar. Nem «lo que o cheque administrativo. Quero ver essa assinatura que estão dizendo que é minha. Só podem ter copiado, porque eles tinham várias notas com minha assinatura.

O GLOBO — Mas o senhor teve alguma conta bancária que movimenta dinheiro do governador?

VALDIVINO — Foi administrador da fazenda dele, a Palmas, de 1989 até junho de 1992. Nesse período, fui João (Roriz) abriu uma conta em meu nome no Banco «Palmerston (Banco Vinte) aqui em Luziânia, que era para pagar rogado, comprar produtos veterinários, essas coisas. Essa conta nunca chegou a ter muito dinheiro. Uns 40 salários-mínimos por mês, no máximo. B antes de sair do emprego, eu fechei a conta, porque «fior. Vestiana voltou a ser a administradora da fazenda. Ela tinha H (falecido) porque estava gravida e depois ficou cuidando do filho, que nasceu com problema de saúde.

O GLOBO — Em Luziânia, comenta-se que a fazenda Palmas cresceu muito desde que Joaquim Roriz assumiu o Governo. É verdade?

VALDIVINO — Não posso dizer isso, não sei o tamanho dela hoje. Eu sei que, primeiro, ela devia ter uns 50 alqueires. Ai, no

“Nunca estive no Banco Progresso. Estão usando meu nome e vão ler que dar conta disso”

“Quero ver essa assinatura que estão dizendo que é minha”

“Laranja”, eu achava que era a fruta. Fantasma eu lá conhecia do caso PC”



Valdivino Vieira Pinheiro, ex-capataz de Roriz: “Sou pobre e, de repente, ficam com minha assinatura e o nome sujo”

‘Deus do céu, é o Divino! Que vergonha!’

N a noite de segunda-feira, as três filhas de Valdivino Pinheiro viam o “Jornal Nacional”. Na cozinha, sua mulher, Ester, fazia café. Valdivino (U não havia chegado e Chico, motorista de Roriz, que estava ali para eva o 11m encontrá-lo com o governador, falou, falando, so telefo ne, olhando para a equipe de reportagem do GLOBO. As 20h15m, o pequeno mundo veio abaixo quando uma reportagem citou Valdivino no coro de festa de Roriz para movimentações bancárias

teu quantos milhões.

— É o pai! — gritou Fernanda, a filha mais velha, enquanto as outras duas arregalaram os olhos.

— Deus do céu, é o Divino. Ai, que vergonha! — gritou Ester, com o bule na mão, antes de atender o telefone e confirmar, aos prantos: “E sim, é o meu Divino, sim”.

Cinco minutos depois, Valdivino chegou em casa. O motorista do governador le vou o pa-

ra a cozinha, para uma conversa em particular. A equipe do GLOBO foi atrás. Tendo se despedido, o motorista foi embora, para voltar às 22h. Não voltou mais. Tranqüilo, Valdivino concordou em falar. Antes, pediu k mulher que buscasse os recibos de aluguel da casa na qual mora há cinco anos e que a sua maior sinal exterior de pobreza.

A casa tem apenas dois quartos, num, dorme o casal, no outro, as três filhas. As paredes são apenas caladas, sem tinta.

A casa não um forro, o banheiro fica do lado de fora e o aluguel é de apenas CR\$ 8.500. A pedido do GLOBO, ele entregou um documento com a sua assinatura (o contrato de aluguel da casa) para que fosse confrontado com os autógrafos dos cheques administrativos. Mostrou também a identidade e o CPF, cujo número confere com o usado nas movimentações bancárias. Administrador de Pequena da empresa Agriter, Valdivino ganha CR\$ 140 mil por mês.

tempo em que estive lá, o governador comprou mais quatro áreas: 102 alqueires do Gerônimo (Germão Alves Barbosa), do Frigorífico (Luzern), em 1989; 50 alqueires de quatro irmãos, inclusive um de nome Afrânio, que foi vereador; dois alqueires de uma mulher conhecida como Ana Doida, em 1990, e cinco alqueires de uma outra mulher em

São Paulo. Parece que depois que eu sai ele andou comprando mais umas áreas, mas eu não posso dizer a quantidade, porque já não estava mais lá.

O GLOBO — Por que o senhor deixou de trabalhar para o governador?

VALDIVINO — Eu tinha um

acordo com ele: ganhava seis salários-mínimos e mais 1% sobre a venda de cada boiada que eu engordava. Vendi a primeira boiada e ele me pagou direitinho. A segunda, tir enrolou e, quando pagou, o dinheiro lá não valia mais nada. A terceira, ele 50 me pagou até hoje. Cobrei dele quatro vezes; na última, ele

me tratou muito mal. Pedi rolinhas contas e larguei pra lá.

O GLOBO — O senhor considera o governador um mau patrão?

VALDIVINO — Ele me tratava a gente bem, lá para a fazenda todo fim de semana, tomava café, almoçava com os empregados.

CPI continuará a investigar governador

BRASÍLIA — O esquema de repasse de dinheiro do governador Joaquim Roriz (PP-DF) para deputados distritais e a movimentação milionária através de contas fantasmas continuarão sendo investigados pela CPI da máfia do Orçamento.

Ontem, contudo, Roriz ligou para o presidente da CPI, senador Jansan Passarinho (PPR-PA), e disse “chocado” com a divulgação do esquema pelo GLOBO. O governador garantiu que terá explicações para todas as denúncias e pediu que a CPI aguardasse uma data para que apresentasse documentos que demonstrariam a existência do fantasma Wanderlan Dias Soares, confirmada a atribuição do capataz Valdivino Pinheiro tit movimentar grandes somas para pagamento de funcionários de sua fazenda. Passarinho disse que decidiu de pedir a convocação de novas pessoas envolvidas no caso, como o jornalista Ronaldo Junqueira, será do relator Roberto Magalhães (PFL-PA).

As investigações vão continuar. Tudo eu* (or levantado por esse CPI — investigado. Depois de analisar os novos documentos que o governador disponibilizou, o relator pode pedir novas convocações* quebras* de silêncio — disse Passarinho.

No telefonema a Passarinho, Joaquim Roriz reclamou que na sábado, durante quatro horas de depoimento, não foi questionado, em nenhum momento, sobre o esquema de repasse de dinheiro aos distritais. Contrariando declarações de Valdivino Pinheiro, que garantiu ao GLOBO desconhecer a utilização de seu nome para a movimentação de uma conta bancária milionária, Roriz disse a Passarinho que ele era um antigo empregado encarregado de fazer o pagamento dos demais funcionários da fazenda de Luziânia. Sobre o fantasma Wanderlan Soares, que fez depósitos milionários na conta do jornalista Ronaldo Junqueira, o governador disse que não o conhece.

— Ele disse que não tem nenhum fantasma — afirmou Passarinho.

Mesmo com o aprofundamento das investigações, para descobrir se M recursos que abastecem o fantasma Wanderlan Dias Soares provieram do Orçamento, 4 CPI não pode fazer nada em relação ao mandato de Roriz. A única indicativa será encaminhada o resultado das investigações para o Ministério Público — Câmara Distrital, onde Roriz tem a maioria dos deputados.

Roriz alega que capataz tinha procuração

BRASÍLIA — O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, divulgou ontem nota oficial em que parte das explicações relativas aos créditos bancários a parlamentares e recursos que recebeu de seu ex-capataz Valdivino Pinheiro e do jornalista Ronaldo Junqueira. Em relação a Valdivino, Roriz anexou cópia da procuração que deu poderes ao capataz de negociar gado, requerer inscrições e outras atividades rurais.

“Os recursos movimentados pelo capataz eram inicialmente destinados a compra de gado que não se concretizou. Por isso, foram aplicados no banco e posteriormente usados, numa pequena parte, para fazer face a empréstimos concedidos e também para pagamentos de transações comerciais. O ar, Valdivino tinha procuração outorgada por mim que lhe concedia poderes para comprar e vender gado da fazenda na qual era capataz, assim como para compra de materiais” — diz a nota de Joaquim Roriz.

Os cheques para compra de gado eram sempre emitidos por ele mesmo. Só uma vez ele pediu que eu passasse com um cheque meu porque ele estava em falta de cheque. Nunca passou dinheiro grande na minha conta. E nunca tive nada M Banco Pro-



O governador Joaquim Roriz: “Dinheiro público foi um empréstimo”

gresso — respondeu Valdivino.

Em relação aos parlamentares, Roriz diz que fez diversos empréstimos e que o dinheiro foi usado em parte da movimentação de seu ex-capataz Valdivino. O governador mostrou apenas os documentos relativos ao empréstimo que (n) deputada Rose Mary Miranda e as cópias de duas promissórias relativas ao empréstimo que concedeu ao deputado Peniel Pacheco (PTB).

Sobre o recurso que recebeu de Ronaldo Junqueira — US\$ 189,7 mil — Roriz nem sequer

faz menção na nota. DU apenas que nunca recebeu recursos do fantasma Wanderlan Dias Soares, Wanderlan Soares, na verdade, abastecia a conta de Junqueira, que repassou parte do dinheiro para Roriz.

As explicações da deposição apresentada por Junqueira na conta de Roriz foram transmitidas verbalmente pela assessoria do governador, que tentou justificar o depósito como pagamento de um empréstimo que o governador teria feito ao jornalista.

Presidente do PP cobra explicações

SÃO PAULO — O presidente do PP, Alvaro Dias, disse ontem que espera do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, também do PP, uma manifestação sobre as denúncias de que teria repassado dinheiro para sete deputados distritais, além de operar com contas fantasmas. O esquema de Roriz foi descoberto pela CPI do Orçamento, que inicia agora o cruzamento dos dados para verificar se os depósitos feitos nas contas do governador e dos sete deputados coincidem com a liberação de recursos públicos para o Governo de Brasília. Há suspeitas de que esse dinheiro tenha saído do Orçamento do União.

O Roriz precisa se manifestar, principalmente depois da matéria publicada pelo GLOBO — afirmou.

O ex-governador do Paraná acrescentou que o PP vai aguardar o relatório final da CPI para decidir que atitude tomar em relação a Roriz. Cauteloso, Dias não quis admitir a possibilidade de expulsão do governador do partido.

Se falo que sim, vão dizer que é revanchismo.

Na página 4, Roriz faz refutação a Roriz um dia antes do depoimento.

13/01/94

O GLOBO

SEQUE

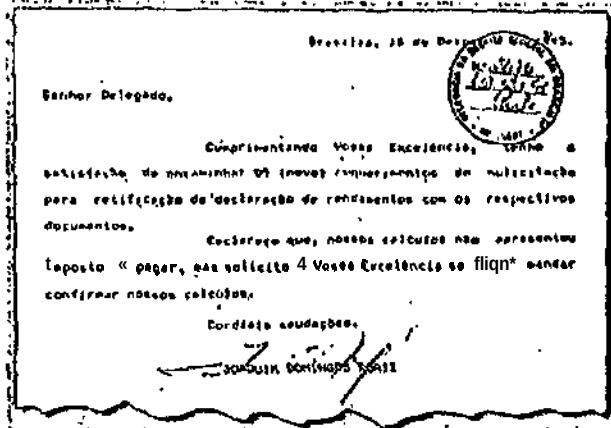
Roriz fez nove ratificações a Receita um dia antes de depor

JOSÉ PAULO TUPYNAMBÁ

BRASÍLIA — O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, enviou a Receita Federal nove ratificações sobre suas declarações de renda prestadas entre 1988 e 1993. As ratificações foram encaminhadas oito dias após a divulgação do relatório que aponta 33 irregularidades em suas declarações. Com erros de ortografia, pontuação e concordância, a documentação chegou a CPI na sexta-feira, véspera do depoimento do governador.

"Esclareço que, nossos cálculos não apresentaram imposto a pagar, mas solicito a Vossa Excelência se digne mandar confirmar nossos cálculos", afirma Roriz na primeira página das nove ratificações. A correspondência é encaminhada ao delegado da Receita Federal em Brasília, Rosalvo Vital Gonzaga Santos.

Roriz inclui em sua declaração de 1990 a compra de 108 alqueires de terra da fazenda Engenho, de Geraldo Alves Barbosa. O governador justifica o que chama de equívoco por ser a fazenda composta de várias glebas de terra. Alves Barbosa é dono da Luzicarne, empresa que comprou 500 cabeças de gado de Roriz. Esta compra é motivo de nova ratificação, desta vez na declaração de 1991. Deputados da



O fac-símile do pedido de Roriz à Receita para que ratifique suas declarações de renda

subcomissão de patrimônio da CPI dizem que Alves Barbosa é testa-de-ferro do governador na compra da fazenda Queimados, com 2.677 alqueires de terra em Alvorada do Norte (GO).

O governador não se esqueceu de por suas iniciais na placa de seu carro, mas se esqueceu de declará-lo. Roriz pede a Receita que o Opala Comodoro modelo 1990 placa JDR 0001 seja incluído em sua declaração de 1991. Pede ainda que seja incluído um Pampa modelo 1988 em sua declaração de 1989.

Para justificar por que o dinheiro da venda de um lote de

sua empresa ãe materiais de construção foi parar em sua conta particular, o governador ratificou que recebeu da empresa um empréstimo de Cr\$ 304.828,00 em 29 de maio de 1993.

•INVESTIGAÇÃO — O governador Joaquim Roriz e os sete deputados distritais envolvidos no caso deverão ser investigados pela Polícia Federal. As dificuldades para a instalação de uma CPI na Assembleia Legislativa, na qual Roriz tem maioria, motivaram o pedido de abertura de inquérito na PF, protocolado ontem pelo PT.

Ficções 3444 582

RELATOR da Comissão Mista de Orçamento durante cinco anos, o deputado Eraldo Tinoco confirmou na CPI que lá era suspenso: com Wollf, a exceção do ano passado, o Congresso jamais aprovou o verdadeiro Orçamento da União.

TODOS os anos, contava ele, punha-se em votação um documento de tamanho assustador, mas que não passava de uma pilha de papéis sobre emendas. Se depois, tem conhecimento do plenário, o Orçamento ganhava forma final: fazia-se uma apostila "adequação técnica" que lá muito além dos acúmulos naturais de uma redação final.

VOTAVA-SE, portanto, uma ficção, que sequer era discutida por um texto com aparência de texto definitivo.

OUASE ninguém reparava: se reprovava, não comovia; se comovia, não agia.

Às vezes é difícil identificar o grande valor da corrupção: se a ganância dos desonestos ou a inércia dos inocentes.

Deputados distritais apresentam versões contraditórias

BRASÍLIA — Os deputados distritais que receberam créditos bancários de aplicações financeiras em nome de Valdivino Vieira Pinheiro, ex-capataz de Roriz, apresentaram versões contraditórias. José Edmar Cordeiro (PFL) disse, através de seu assessor de imprensa, que recebeu um depósito em sua conta nesse período e, como não sabia a origem, devolveu os recursos ao gerente do Banco Progresso, Clair Borges. O deputado Penlei Pacheco (PTB) afirmou que os US\$ 6.704 creditados se referem a um empréstimo que o governador ofereceu aos deputados para quitar dívidas de campanha. Ele apresentou inclusive cópias de duas notas promissórias para

comprovar a transação.

Os deputados Glison Araújo (PP) e Maurício Silva (PP) disseram que recorreram ao governador solicitando um empréstimo e foram encaminhados ao Banco Progresso.

— Sempre tive crédito. Já paguei tudo o que devia desse empréstimo — afirmou Silva.

O deputado Salviano Guimarães (PSDB) tem uma versão diferente. Assim como Cordeiro, ele declara que nunca recebeu qualquer empréstimo. Rose Mary Miranda e Manoel Andrade não foram localizados ontem em Brasília.

Os Jornalistas Oliveira Bastos e Fernando Lemos, que recebe-

ram, respectivamente, US\$ 64 mil e US\$ 32 mil do jornalista Ronaldo Junqueira, disseram que não tinham a menor ideia de que os recursos eram provenientes da conta de um fantasma. Bastos e Lemos eram proprietários do jornal "BSB Brasília" e venderam o título para Ronaldo Junqueira. Os recursos depositados em suas contas bancárias, segundo eles, correspondiam ao pagamento do jornal.

— Não pertencem a qualquer empresa. Ronaldo Junqueira pagou o jornal. Foi uma operação normal. Eu não tinha a menor ideia se o dinheiro vinha de corrupção ou de fantasma — disse Oliveira Bastos.

Fernando Lemos, que hoje é secretário de Cultura de Roriz, também justificou o depósito como pagamento do "BSB Brasília".

— Temos recibos e todas as provas de venda do jornal — afirmou.

O empresário Luiz Estêvão, presidente do Grupo OX, enviou uma carta ao GLOBO, na qual esclarece que os US\$ 182,7 mil depositados na conta da sua empresa se referiam a pagamento. São limonceli. Ronaldo Junqueira, logo depois que recebeu US\$ 730 mil do "fantasma" Wanderlan Dias Soares, comprou um andar inteiro do edifício Trade Center, onde funciona sua empresa, a Multi Consultoria.

SEM JOGAR CONFETE E SERPENTINA
ESCOLHA O MELHOR DO

CARNAVAL

DA SOUTH ATLANTIC

O MELHOR DE ARUBA Vôo Direto VARIG	O MELHOR DE CANCUN Vôando VARIG Carnaval inesquecível num paraíso entre o céu e o mar. Duração 10 dias. Saída 13 Fev. • Retorno 22	O MELHOR DE PUNTA DEL ESTE Vôando PLUNA O mais sofisticado balneário do América * Por 7 dias
---	---	---

DISNEY

FÉRIAS E CARNAVAL

EXCURSÃO 16 DIAS

Além do melhor roteiro que inclui DISNEY, EPCOT, MGM, SEAWORLD, UNIVERS STUDIOS E OUTROS, OFERECEMOS: 2 PARQUES AQUÁTICOS, Passeio de Barco, Disney Village, Café da Manhã em Miami, Geladeira nos Quartos, Seguro Saúde e Bagagem, Duas refeições Brasileiras, VISTO GRÁTIS e Ki da Viagem Completo.

SAÍDAS: 11 e 22 de JAN. e 08 de FEV.

US\$ 1.850, OU US\$ 234, + 15 X US\$ 140,

Via Apia 533-0815
532-4313

COSTA OESTE DO TUR
ARGENTINA, CANADÁ,
EUROPA E OUTROS.

TURISMO

COPACABANA
GUANAMU - 232-2276

GUANAMU - 232-2276

INTERNO - TEMPO LIVRE TUR
532-1127 • 722-6010

VIVA OS PREÇOS

tejiúcialismo

de metade do número de deputados do partido. Jorge Car. Com Collo aconteceu. asmo. Conseguiu 53% segundo turno, mas o 1 SO elegeram 46 parlamen- s de um total de 584. nas 13 dos 33 presiden- eleitos desde 1980 conse- am maiorias no Parla- to e somente seis as servaram ao longo do s mandatos, senão que nas Patrício Aylwin, do te, e Carros Menem, da entina, obtiveram disci- a partidária para apro- quase tudo 6 que que- n. Aylwin 4 não conse- i retirar os poderes do era Pinochet, que conti- chefe das Forças Ar- zas, por ter ele incluído adores bionicos na stituição que fez apro- antes da redemocratiza-

esultado: Raul Alfonsín, Argentina, e Hernan Si- Suazo, da Bolívia, re- ciaram antes da data vista para passarem o go; Fernando Collor e los Andrés Pérez, da rezueta, sofreram im- chu ent- rturo Valenzuela, pro- r da Georgetown Uni- sity num artigo publica- no número do outubro "Journal" Of Demo- cy", sugere, embora par- iente, lista, alguns remé- s para reduzir a instabi- de do presidencialismo: leção simultânea do sidente e do Congresso, o acontecer no Brasil i ano; a vinculação par- íria dos votos para pre- ente e parlamentares; o ler de dissolver o Con- sso uma vez ao longo do ndato presidencial e, fi- raen e, ura segundo tur- restrito ao Parlamento, seja, indireto, como niecia no Chile antes de ochet. lenhumadessas si ges- s será considerada na isão constitucional em so, se é que elas são va- as contra as crises. Em seqüência, é pouco pro- rel que escapemos da tabilidade provocada por pre idente sem maioria greisua), o que será o o far to na eventualidade uma eleição de Lula co- na do seu adversário ! chegue ao segundo tur- como mal menor, sem programa aprovado por ia prévia composição tidária.

Descobertas 19 fazendas avaliadas em US\$ 7,26 milhões em nome de terceiros, mas que seriam do governador

PF amplia suspeitas da CPI sobre Roriz

JOSÉ PAULO TUPYNAMBÁ

BRASÍLIA - A Polícia Federal encaminhou à CPI da máfia do Orçamento uma relação de 19 fazendas que seriam de propriedade do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, mas registradas em nome de terceiros. A investigação foi pedida pela própria CPI, que agora faz a checagem dos dados bancários para encontrar depósitos do governador nas contas dos supostos "laranjas". A relação totaliza 4.167 alqueires de terras que teriam sido comprados pelo governador apostando posse, a um custo estimado de US\$ 7,26 milhões (R\$ 2,54 bilhões).

A investigação da PF foi feita extra-oficialmente, para subsidiar o trabalho da subcomissão de patrimônio. A pesquisa nos registros das fazendas em cartório foi infrutífera, mas informações prestadas por administradores e proprietários de fazendas vizinhas indicaram que o governador seria o verdadeiro dono das terras.

A maior das fazendas é a de Queimados, em Alvorada do Norte (GO), adquirida pela Agropecuária Estiva. A empresa e de

propriedade da família Alves Barbosa, dona também de frigoríficos em Luziânia. O deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) pediu ontem à CPI a quebra de sigilo bancário de Geraldo Alves Barbosa e seus três filhos, Luis Antônio, Renato e Rogério.

Geraldo foi utilizado por Roriz em duas das nove retificações apresentadas à Receita Federal, conforme revelou ontem o GLOBO. Numa delas, aparece como vendedor de três glebas de terra, de 108 alqueires, adquiridas pelo governador em 1989. Em outra, Geraldo compra de Roriz 500 cabeças de gado, em 1990, através de sua empresa Luzicarne.

Documentação produzida pela CPI informa que, na declaração de renda de 1993, o governador declarou ser proprietário de nove glebas de terras da fazenda Engenho, em Luziânia, também conhecida como fazenda Palma. A fazenda aparece nas relações de 1989 e 1990, mas é esquecida nos documentos entregues à Receita em 1991 e 1992.

A relação elaborada pela PF em poder da CPI inclui os nomes de Gil Chaves, cunhado do governador, e de Clodoveu Roriz, que seria utilizado como testa-de-ferro na compra de gado.



Magalhães e Passarinho (à direita) dão entrevista antes da sessão em que o senador colheu uma crise de labirintite

Roberto Slickert

Delegado do caso PC investigará a máfia

BRASÍLIA — O delegado Paulo Lacerda, que comanda as investigações do esquema PC, deverá ser designado para apurar o escândalo do Orçamento. O nome de Lacerda surgiu durante conversa entre o coordenador da Polícia Federal, Nascimento Paulino, e o delegado atualmente à frente do caso, Magnaldo Nicolau. Para ser efetivado, falta a concordância de Lacerda. De férias desde o Natal, ele ainda não foi informado da decisão.

A preferência por Lacerda deve-se a dois fatores: a experiência do delegado acumulada na apuração do esquema PC e a infra-estrutura já montada para uma grande investigação. No auge das apurações sobre o esquema, Lacerda era auxiliado por uma dúzia de agentes, dois peritos, uma dezena de delegados e ainda técnicos do Banco Central, que, numa central de computadores especialmente montada, auxiliavam no cruzamento de dados das contas bancárias dos suspeitos.

Segundo policiais que testemunharam a conversa, Nicolau argumentou a Paulino que um inquérito do porte do que investiga irregularidades no Orçamento necessita de um delegado com exclusividade para o caso. Atualmente, além de presidir o inquérito, Nicolau acumula a coordenação regional da Superintendência de Brasília.

O inquérito sobre a manipulação de verbas do Orçamento está na Procuradoria da República. Antes de voltar à PP, passará ainda pela Justiça Federal. Lacerda voltará de férias no fim de janeiro, quando já estarão encerradas as investigações da CPI, que serão aproveitadas nas investigações.



Delegado Lacerda

Convênio de galpões será investigado

BRASÍLIA - A CPI do Orçamento investigará o convênio entre o Governo do Distrito Federal, a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) e o Ministério da Ação Social, para a construção de galpões profissionalizantes. O convênio foi assinado com data de 31 de dezembro de 1990, antes de o governador tomar posse. Ontem, o secretário da Fazenda do DF, Everardo Maciel, afirmou que o convênio foi efetivamente assinado em 6 de fevereiro de 1991 com data retroativa para aproveitar verbas orçamentárias de 1990. Mas o deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) descobriu que Paulo Zimbres, que assina o contrato como presidente da Codeplan, saiu em 21 de janeiro.

A Codeplan contratou para a construção dos galpões, sem licitação, a Fundação Fraternidade

Essência do Brasil. O dinheiro liberado para a construção, R\$ 2083 mil (valores da época), foi repassado à Fundação em 5 de abril de 1991. Metade desse valor foi dado como adiantamento. Não foi feita licitação cora base em um documento da Associação Comercial do Distrito Federal, que dá exclusividade à entidade para "fornecimento, montagem e construção de casas, pré-montadas, escolas, creches, asilos para idosos".

Augusto Carvalho levantou também um termo de compromisso, assinado em 6 de fevereiro pelo governador e a ex-ministra Margarida Procópio, no qual o Ministério da Ação Social doava para o Governo do DF SS estruturas metálicas.

CPI desiste de fazer novas convocações

BRASÍLIA — A CPI que investiga a máfia do Orçamento decidiu ontem poupar o ex-presidente do Senado e líder do PMDB Mauro Benevides (PMDB-CE), do constrangimento de depor no plenário, e aceitou seu pedido de responder as perguntas da comissão por escrito. A CPI decidiu também que não vai considerar nenhum pedido de investigação dos deputados Miguel Arraes (PSB-PE) e Roseana Sarney (PFL-MA). Hoje, Carlos Chiarelli, ex-ministro da Educação, vai depor na CPI e amanhã se ira vez de Henrique Hargreaves, ex-ministro chefe da Casa Civil, e do deputado Ricardo Fiúza, que volta a depor numa comissão especial integrada por um representante de cada subcomissão. Mauro Benevides pediu para

responder por escrito alegando que tinha esta prerrogativa por ter sido presidente de um Poder (o Congresso). Por 10 votos favoráveis e dois contra, a CPI decidiu aceitar o pedido, apesar de um parecer da Procuradoria Geral da República contrário a esta prerrogativa para ex-presidentes de um dos poderes, mas apenas para os que estão no exercício do cargo. O parecer foi apresentado pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS).

A convocação de Miguel Arraes vinha sendo defendida por parte do PFL e chegou a ser apresentada verbalmente pelo deputado Mauricio Najar (PFL-SP). Desde a manhã, porém, representantes do PDT condicionavam a convocação de Arraes à convocação também de Roseana Sarney. Os

dois são citados nos documentos da Construtora Odebrecht.

— Não há mais tempo para investigar parlamentares — afirmou o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

Quase no fim da sessão plenária da CPI, uma crise de labirintite obrigou seu presidente, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), a suspender a sessão. Passarinho começou a sentir tonturas, sendo imediatamente atendido pela equipe médica que fica de plantão na ante-sala da CPI. Depois de medir a pressão de Passarinho, que se mostrou inalterada, o médico do Senado diagnosticou a crise de labirintite. Passarinho foi aconselhado a ir para casa descansar e que tomasse o medicamento estrugeron.

Pioti alega que só nasceu na panel com Alves

Câmara decide

"O GLOBO" 13/01/94

1583

3420

Adesão à...
mento, mon...
de casas,
as, creches,
to levantou
de compro...
6 de feverei...
ex-minis...
pio, no qual
Social doa*
30 DF 55 es.

diu também que não vai conside-
rar nenhum pedido de investiga-
ção dos deputados Miguel Arraes (PSB-PE) e Roseana Sarney (PFL-MA), e Carlos Chiarel-
li, ex-ministro da Educação, vai depor na CPI e amanhã
vez de Henrique Hargreaves, ex-ministro chefe da Casa Civil, e do deputado Ricardo Fiúza, que volta a depor numa comissão es-
pedal integrada por um repre-
sentante de cada subcomissão.
Mauro Benevides pediu para

de um dos poderes, mas apenas para os que estão no exercício do cargo. O parecer foi apresen-
tado pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS).
A convocação de Miguel Arraes vinha sendo defendida por parte do PFL e chegou a ser apresen-
tada verbalmente pelo deputado Maurício Najar (PFL-SP). Desde a manhã, porém, representantes do PDT condicionavam a convo-
cação de Arraes a convocação também de Roseana Sarney. Os

na da CPI, uma crise de latente obrigou seu presidente, senador Jarbas Passarinho (PPA), a suspendê-la. Passarinho começou a sentir tonturas, sendo imediatamente atendido pela equipe médica que fica de plantão na ante-sala da CPI. Depois de medir a pressão de Passarinho, que se mostrou inalterada, o médico do Senado diagnosti-
cou a crise de labirintite. Passarinho foi aconselhado a ir para casa descansar e que tomasse o medicamento-estrugeron.

584
nencia
na Pro
Antes
ainda
cerda
janeiro.
radas
que se
vestiga

m Alves



comprou papel

passo de pa-
ele não se
se o deputa-
es (PFL-PE),

CPI constata-
dúvidas nas
de deputa-
ele explicou
des que tem
no honora-
de advoga-

ngulos por-
loteria. A
meus imó-
limite tem-
imóveis nos
xplicou.

Roberto Stuckert



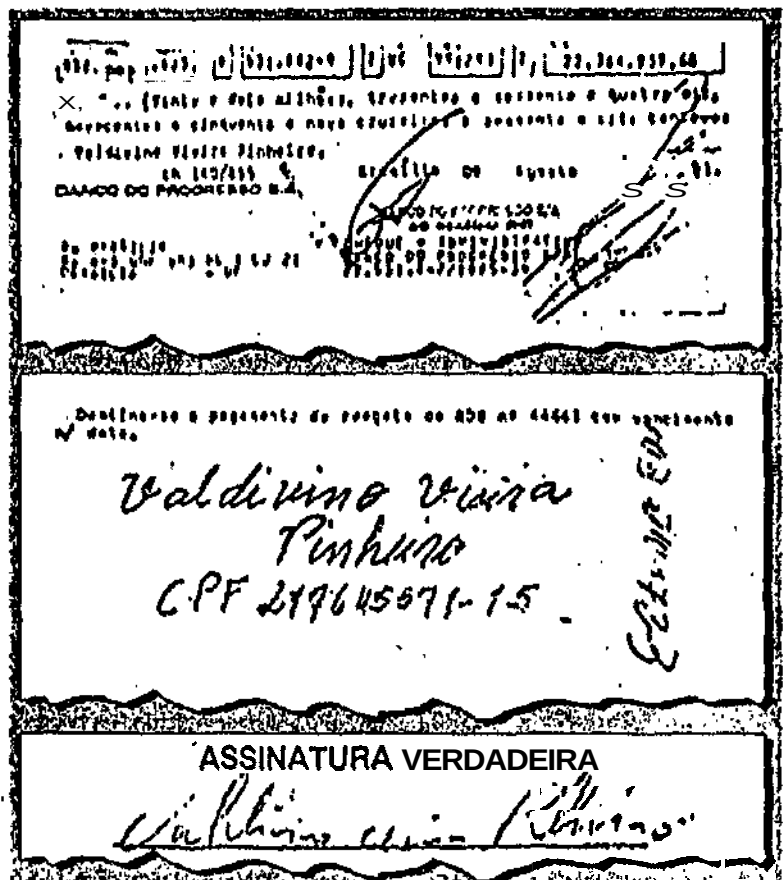
João Oramento

Assinaturas do ex-capataz não conferem

Gerente não sabe quem é Valdivino

BRASÍLIA — A assinatura de Valdivino Vieira Pinheiro encontrada pela CPI no verso de cheques administrativos do Banco Progresso não confere com a assinatura do ex-capataz de Roriz em dois documentos aos quais o GLOBO teve acesso. No Banco Progresso, ninguém esclareceu quem abasteceria com quase US\$ 1 milhão, em nome do capataz, as contas de Roriz e de sete deputados distritais. Depois de olhar a fotografia de Valdivino, um dos gerentes disse que nunca o viu na agência.

No verso de um cheque administrativo emitido em 9 de agosto de 1991, o nome de Valdivino aparece assinado por extenso, assim como na carteira de identidade e no contrato de aluguel da casa onde mora, em Luziânia. Mas as diferenças entre essas duas assinaturas e a do cheque são bastante acentuadas. O Banco Progresso não quis se pronunciar.



No verso do cheque e no contrato de aluguel, as assinaturas de Valdivino

Anibal Teixeira se sai bem no depoimento

BRASÍLIA — A CPI da máfia do Orçamento não conseguiu levantar nada que comprometesse o ex-ministro do Planejamento Anibal Teixeira (PP-MG), citado pelo economista José Carlos Alves dos Santos como conhecedor do esquema de subvenções sociais. Em seu depoimento, ontem, Anibal foi indagado sobre denúncias de intermediação de verbas para prefeituras, ocorridas no período em que ocupou o Ministério do Planejamento do Governo Sarney. Negou ter recebido listas de entidades e prefeituras que deveriam receber verbas e revelou ter atendido a pedidos individuais de parlamentares, entre eles o senador Mano Covas (PSDB-SP) e o ex-deputa-

do Ulysses Guimarães (PMDB-SP).

Quando vi seu nome citado, Covas cobrou imediatamente uma explicação, sendo informado em seguida de que se tratava do pedido de um prefeito a ele ligado, de verbas para o Instituto de Câncer Arnaldo de Carvalho.

— rti cuui a pedidos do doutor Ulysses também, mas isso não tem ra.

Ele prometeu entregar à CPI a lista dos parlamentares que conseguiram a liberação de verbas de subvenção social para atender mais de 200 municípios em sua gestão. Adiantou que João

Alves (PPR-BA) conseguiu liberar verbas para seis prefeituras da Bahia, no valor total de US\$ 60 mil. Contou ainda que naquela época, 1987, o então presidente José Sarney estava cansado de receber parlamentares que iam lhe pedir a liberação de recursos de dotações globais para prefeituras e entidades. Para se livrar do assédio, o presidente lhe repassou a delegação e US\$40 milhões para distribuir aos mentares.

— Mas eu nunca usei um tostão dessa verba. Fui muito cauteloso.

Na página 7, 'CPI terá tropa de choque contra a CUT'

Câmpu
pu
bad
PD'

BRAS
Câmara
Oliveira
o próxi
os sate
ra da
destino
tistas
o decap
tuarem
so Naci
Luiz Sal
ler (RS)
dência
de leitu
mento
titucion
bais e fi
bro do

O cas
pelos m
muita
O próci
tado Vi
vestigou
Comissã
tica a s
dos três
por 30
Mesa da

— Os
da Cam
10h, do
apresen
bre o a
cência
instalaç
são, o d
à Mesa
à força,
primeiro
pos (PM
seguiu,
tar.

Instal
com a a
deputad
flo do n
foi até a
das mac
em segu
em fren
são e di
plexo.

Acordo com empreiteiras envolve Roriz



Hollywood Rock

Zap! mostra hoje o Hollywood/Rocke, rumo, a inevitável convivência entre as tribos rivais. Afinal, o Estado publica caderno especial com toda a programação dos concertos.

NOTAS E INFORMAÇÕES

O Congresso deve nitrar as revelações nitradas u governador niquim Roriz, que põe apontar para um esquema de ligações entre Executivo Legislativo em todos os pontos, no parágrafo e preciso, no parágrafo A3

ÍNDICES TIPO-ESTADUAL

Variação em 30 dias até maio

Preços Consumidores	Preços Fábrica
9,59%	32,83%



Grupo de construtoras superfaturou projeto de penitenciária durante a gestão do governador, que tem um primo proprietário de uma das empresas que participou do esquema

A auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que um grupo de empreiteiras superfaturou o projeto de expansão da Penitenciária da fôpuda, em Brasília, na gestão do governador Joaquim Roriz (PL). O trabalho chegou à CPI do Orçamento e complica ainda mais a situação do governador. Uma das dez empreiteiras do esquema, a Argon, pertence ao deputado distrital Tadeu Roriz

(PT), primo do governador. Entre as outras empresas que participaram do acordo estão a OAS, que ganhou a obra, a Norberto Odebrecht e a Andrade Gutierrez. Todos os preços da Argon apresentaram variação de 112,58% em comparação com os da OAS. Os da Odebrecht tiveram variação de 109,04%. Roriz terá ainda de explicar a origem do seu patrimônio, avaliado por ele próprio em US\$ 20 milhões. Página A8

Sindicalistas do ABC denunciam atentado

Dois homens ligados ao Sindicato dos Rodoviários do ABC, Pedro Luiz de Melo e Aparecido Ruiz, denunciaram ontem à noite ter sofrido atentado na Marginal do Rio Pinheiros. O Gol do sindicato, no

qual estavam, teria sido atingido por três tiros disparados de um Passat. Ninguém saiu ferido. Os dois pertencem ao grupo do sindicalista Oswaldo Cruz Júnior, assassinado na semana passada. Página A10

Comissão nega acerto para o projeto FHC2

O presidente da Comissão constrangeu o deputado Gon-

*
585
34.22

ESCÂNDALO/RAMIFICAÇÕES

Obra em prisão amplia suspeitas sobre Roriz

Relatório do TCU acusa primo do governador de apoiar acerto de empreiteiras

GUILHERME EVELIN
e MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — A CPI do Orçamento recebeu uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) que indica o envolvimento da Construtora Argon, do deputado distrital Tadeu Roriz (PP), com um grupo de empreiteiras acusadas de superfaturar obras de ampliação da Penitenciária da Papuda. O deputado é primo do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP), e as obras foram financiadas com recursos federais.

O relatório do TCU, feito a pedido da subcomissão de emendas da CPI, torna ainda mais crítica a situação do governador nas investigações do escândalo do Orçamento. Roriz ainda deve à CPI explicações para a origem de sua movimentação bancária e seu patrimônio, avaliado por ele próprio em US\$ 20 milhões. Não haverá tempo para a CPI do Orçamento continuar as investigações sobre Roriz, que deverão ser retomadas pelo Ministério Público Federal quando ficar pronto o relatório final da comissão, previsto para dia 24.

Segundo a auditoria do TCU, as empreiteiras fizeram um acerto para que a Construtora OAS ganhasse a concorrência para construir o setor C da penitenciária, com preço superfaturado entre 60% e 100%. Além da Argon, o TCU aponta a participação das empreiteiras Via Engenharia, Serger, Serger-Civilisa, Norberto Odebrecht, Ecocil, Estacon, Andrade Gutierrez e M. Martins no acerto. Os auditores do TCU apuraram que uma mesma pessoa retirou cópias do edital da concorrência para cinco das dez participantes da licitação. Sete das nove concorrentes perdedoras apresentaram pro-



Dúvidas sobre conta bancária e patrimônio pesam sobre Roriz

postas com preços que obedeciam a uma variação idêntica em relação aos preços oferecidos pela OAS. Todos os preços da Argon, por exemplo, apresentaram uma variação - de 112,58% em comparação com os da OAS. Os da Odebrecht apresentaram uma variação constante de 109,04%.

Dois empreiteiras - a Estacon e a M. Martins - não apresentaram preços proporcionais aos da OAS, mas suas propostas foram consideradas absolutamente inconsistentes, do ponto de vista técnico. "Esse (ato) pode ser percebido como parte do acerto, pois é eviden-

te que as mesmas não estavam concorrendo com seriedade", diz o relatório. Segundo os auditores, a hipótese mais provável é que a OAS tenha preparado as propos-

AUDITORIA
VÊ ACRÉSCIMO
DE ATÉ 100%
EM PREÇOS

tas apresentadas por outras empresas na concorrência. Esse tipo de operação é comum entre as empreiteiras. As falsas concorrentes costumam ser premiadas pela vencedora com comissões sobre o valor da obra.

O engenheiro Nathaniel Pelegrino, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, contestou ontem a auditoria do TCU. Ele afirmou que o órgão pode ter cometido enganos ao comparar ta-

custos das obras do presídio com os de uma obra residencial. "Numa penitenciária, os custos de uma parede de um presídio de segurança máxima, * base de concreto armado, são de 2 a 3,5 vezes superiores aos de um apartamento comum", afirmou. Ele disse que a obra está sendo fiscalizada pela Secretaria de Controle Interno do Ministério da Justiça.

Garantia — Os auditores verificaram também que o governo do Distrito Federal aceitou que a OAS apresentasse como fiadora a Coesa Comercio e Engenharia Ltda., empresa da qual a própria empreiteira é acionista majoritária. Pelegrino admitiu que há irregularidades na carta de garantia apresentada pela OAS, mas garantiu que a empreiteira está providenciando novo fiador, que deve ser apresentado ainda nesta semana. "Desta vez, estamos exigindo uma carta de garantia bancária para que não haja dúvidas", disse.

A OAS ofereceu uma garantia de valor irrisório, que durante quase um ano não sofreu qualquer tipo de correção monetária, enquanto a inflação ultrapassou os 2.500% só em 1993. A reforma da Papuda é alvo de investigações do Congresso desde 1990, quando foi instalada a CPI das Obras Públicas. Essa CPI constatou indícios de superfaturamento nas obras do presídio e na construção do Hospital do Paranoá, patrocinada pelo governo Roriz com verbas do Ministério da Saúde.

A CPI do Orçamento decide hoje de manhã, em sessão secreta, a quebra do sigilo bancário do fantasma Wanderlan pias Soares, de Valdivino Vieira Pinheiro, capataz da fazenda do governador Roriz, e do jornalista Ronaldo Junqueira. Todos tem envolvimento com a movimentação bancária de Roriz. O fantasma Wanderlan movimentou nos últimos cinco anos US\$ 735,8 mil e Valdivino, US\$ 990,2 mil. Também poderá ser quebrado o sigilo da Fundação Essência e de Joana D'Arc, presidente da entidade, beneficiada por convênio com Roriz assinado com o Ministério da Ação Social no governo Collor.

CPI desiste de ouvir Arraes e Roseana

BRASÍLIA — Na mais tumultuada de todas as reuniões secretas que já realizou, a CPI do Orçamento desistiu ontem à noite de convocar os deputados Miguel Arraes (PSB-PE) e Roseana Sarney (PFL-MA) para depor. Os nomes dos dois apareceram em documentos apreendidos na casa do diretor da Construtora Norberto Odebrecht em Brasília, Altton Reis. Em um dos papéis, a empreiteira cita um pedido que Arraes teria feito à empreiteira uma ajuda mensal de US\$ 30 mil para sua campanha eleitoral. Roseana é mencionada em listas de presentes e como participante de reuniões com diretores e lobistas da Odebrecht.

O deputado Maurício Najar (PFL-SP) foi quem lançou na reunião o assunto de Arraes. Argumentou que ele deveria ser interrogado como foram os parlamentares que aparecem nos documentos da empreiteira ao lado de porcentuais. Aliados de Arraes, liderados pelo senador Ney Maranhão (PRN-PE), chegaram a impedir que Najar falasse. A mesa da CPI decidiu não convocar Arraes porque há cerca de um mês definiu que só seriam interrogados os políticos associados a porcentuais nos papéis. A mesma justificativa foi usada para dispensar Roseana de depor. O vice-presidente da CPI, deputado Odacir Klein (PMDB-RS), que estava presidindo a sessão, considerou a proposta de convocação de Arraes e Roseana matéria superada por se tratar de assunto já decidido.

Só um depoimento foi tomado para hoje, o do ministro da Educação Carlos Chiarelli, acusado de manipulação do Orçamento por ter liberado verbas de subvenções sociais para entidades indicadas pelos ânions do Orçamento. Chiarelli será interrogado às 18 horas. Também foi decidido que será ouvido amanhã, ainda sem hora marcada, o ex-chefe da Casa Civil Henrique Hartmann. No sábado, será a vez do deputado Ezio Ferreira (PFL-AM). A CPI descobriu que Ferreira movimentou cerca de US\$ 18 milhões nos últimos cinco anos em suas contas e recebeu US\$ 560 mil da empreiteira.

A sessão foi confusa e tomou muitas vezes pelo vazio dos parlamentares. O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), teve um mal súbito, numa crise de labirintite, que passou logo depois que ele foi medicado. Também foi acordado que o líder do PMDB no Senado, Mauro Beneditos (CE), poderá depor por escrito à comissão. A decisão foi tomada por 14 votos a X. Foram contra o privilégio apenas os deputados Luiz Salomão (PDT-RJ) e Aloizio Mercadante (PT-SP). Beneditos alega que tem direito a prestar depoimento por escrito porque quando as irregularidades da empreiteira ocorreram ele era presidente do Congresso. O atual presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), também ganhou o direito de responder à CPI por escrito.

LUCENA E
BENEVIDES
VÃO DEPOR
POR ESCRITO

CA
DA E
COBRIMO
LIGU

CONEXÃO PARA SE
50 M

FAC-SÍMILE SATISFACTION
Display de cristal líquido em 4 dígitos
espanhol e português. Transmissão
programada. Garantia de 1 ano. 1x.
Apenas 50 peças

A vista CR\$ 253.0
2 X CR\$ 15

TV EM CORES XV-1440B 1-
TRINITRON SONY
Tela plana. Duas entradas de áudio e
Timer. VHF/UHF. Garantia de 1 ano.
Apenas 50 peças

SUPEROFER

2 586 3423

Apurar é preciso

O próximo encerramento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento não pode ser visto como o ponto final nesta degradante história da corrupção no Brasil. Deverá ser, quando muito, o ponto final num dos capítulos da longa dissertação sobre como um sistema de governo centralizador e movido a emissões moletanas, apoiado num sistema eleitoral e partidário, viciado, que torna qualquer eleição uma corrida em busca do ouro esteja onde estiver, e estimulado pela cobiça de recompensas políticas ou monetárias, permitiu que interesses privados se acumpliciassem para fazer do Tesouro Nacional uma das muitas fontes de enriquecimento ilícito que deitam água pelo País afora. A *Coisa Nossa* que denunciámos anos atrás, vista em perspectiva, era uma associação de malfetores sofisticados e inteligentes. O que a CPI vem pondo a nu, ainda que à custa de indiscrições que ferem padrões de ética política mais severos, não encontra similar na história do País. Não bastasse o que já se descobriu e o que ainda está para ser revelado, agora w* sabe que, ligados ou não à chamada "máfia do Orçamento", há outros esquemas possivelmente tão danosos à saúde política do Estado brasileiro quanto aqueles que se descobriram desde que se instalou a CPI sobre as atividades do sr. Paulo César Farias.

As revelações sobre o relacionamento entre o governador do Distrito Federal e sete depu-

tados distritais (assim se chamam em Brasília os representantes à assembleia local) vão além do que se poderia supor. O sr. Joaquim Roriz, surpreendido pelos dados publicados, apressou-se em comunicar ao presidente da CM do Orçamento que desconhecia a existência do titular de uma conta "fantasma" que o abastecia e a terceiros c seu capataz, Valdivino Vieira Pinheiro, tinha procuração sua para negociar gado, além do que — e aí vem a parte mais importante de sua defesa — o dinheiro depositado na conta dos deputados era empréstimo que a eles havia feito. Não à toa dissemos que a *Coisa Nossa* era mais sofisticada — pelo menos, assim cremos, jamais algum integrante dela, pilhado no que se poderia dizer ser um flagrante, alegaria ter feito depósitos iguais de US\$ 7.604,00 (é curiosa a precisão dos números) na conta de sete deputados a título de empréstimos pessoais. A aceitar como verdadeira a afirmação do governador de Brasília, o sr. Joaquim Roriz conseguiu ou descobriu ou realizou a igualdade de necessidades entre pessoas de pelo menos quatro partidos diferentes, todas com assento no órgão legislativo do qual depende para governar. Não seria de estranhar se um tivesse tomado emprestado US\$ 10 mil,



outro US\$ 15 mil, um terceiro apenas US\$ 2 mil; afinal, as necessidades não essenciais variam de indivíduo para indivíduo, de família para família. Respeitada a palavra do governador, é lícito pelo menos estranhar que tenha desejado ter seu nome inscrito no Guinness por haver batido recorde buscado por filósofos e cientistas desde que o mundo é mundo: o de encontrar, melhor, realizar a perfeita igualdade das necessidades.

A CPI do Orçamento não terá tempo para verificar se os depósitos feitos em conta fantasma, se as transferências para terceiros (inclusive jornalistas influentes em Brasília) e pura o governador ele próprio, se os depósitos feitos nas contas de deputados (até do PSDB) têm ou não relação com o que se investiga, isto é, fraudes ao amparo do Orçamento. Seguramente, não haverá tempo; isso não impede que o Congresso Nacional investigue — se o Ministério Público ea Polícia Federal não conseguirem instaurar inquéritos por motivos jurídico-constitucionais — como é possível 3 um governador de Estado (o Distrito Federal pode ser equiparado a um Estado) ter rendimentos suficientes para emprestar US\$ 53.228,00 a deputados, e se a esse empréstimo houve contrapartida política ou não.

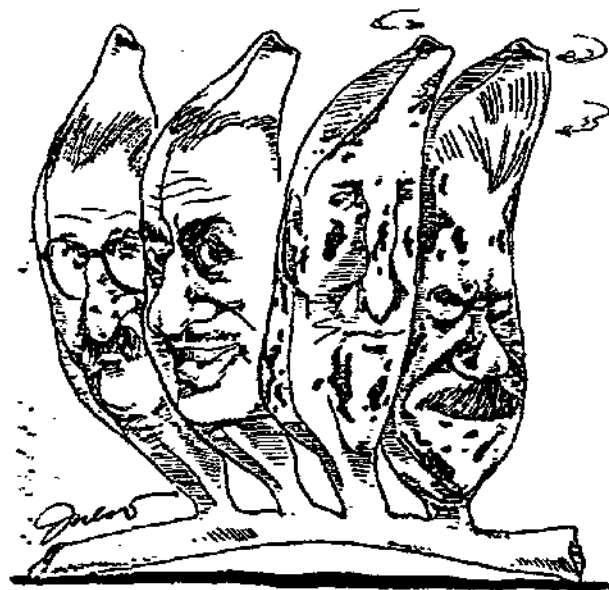
Mais importante que isso, o Congresso Nacional deve estender as investigações para verificar até que ponto a prática do empréstimo pessoal, diretamente do bolso pessoal dos governadores ou feito pelos bancos estatais estaduais, não é moeda corrente de troca em todos os Estados da Federação.

As revelações sobre os negócios pessoais do sr. Joaquim Roriz levantam veu sobre coisas insuspeitadas até então, que, comprovadas,

O governador Roriz entrara para o 'Guinness' por realizar q perfeita igualdade

ajudariam a explicar como tem sido possível a governadores e prefeitos em minoria nas câmaras legislativas governar sem grandes percalços. As explicações preliminares do sr. Roriz não levam a grande con-

vencimento; abrem, porém, um novo capítulo na história da corrupção brasileira, envolvendo desta feita todo, absolutamente todo, o País. Apurar é preciso, sob pena de, cortadas algumas cabeças no Congresso Nacional, a hidra da corrupção continuar vivendo nos Estados e municípios ao amparo dos fantasmas — que se vê não ter sido invenção do sr. Paulo César Farias, mas ser, isto sim, prática corrente no meio político — e naqueles meios que abastecem as contas dos fantasmas.



Semana passada, a cúpula do PMDB passou pelo constrangimento de ouvir as rotas explicações do ex-governador Orestes Quêrcia a respeito de sua fortuna... mas não sobre a origem de seus bens. A encenação visava tirar proveito do pueril bate-boca, via fax, com que o presidente ffar Franco inadvertidamente tirou o rico empreendedor do ostracismo. De volta à cena, assumia ares de dono: dono da política paulista, do PMDB, do destino do País. Mas Orestes Quêrcia é dono apenas dos US\$ 52 milhões cuja origem não explica. No domingo, enquanto Quêrcia relançava por alguns jornais a agressiva esperteza de sempre, já se registrava forte reação a esta tentativa de assalto ao poder. O deputado Nelson Jobim, do PMDB gaúcho e relator da revisão constitucional, dizia que em hipótese alguma votaria em

José Sarney e Orestes Quêrcia, caso eles dominassem a máquina do partido e lancassem suas candidaturas. "Até trabalharia contra e defenderia uma posição de rebelião do PMDB do Rio Grande do Sul contra eles."

Anteontem, na reunião do conselho político do PMDB, a banda boa do partido isolou a banda podre, nem incluindo na pauta do trabalho a proposta de Quêrcia de rompimento com o governo federal. O assunto já havia sido tratado em setembro por proposta do afilhado político de Quêrcia, o governador Luiz Antônio Fleury Filho, que teve voto vencido. Desta vez, nem Fleury pode apoiar o desejo de Quêrcia, tamanho o isolamento do ex-governador.

Doravante fica claro, embora disso já existissem anteriormente fortes indícios, que existem dois PMDBs. Um, o PMDB de Quêrcia,

invertebrado instrumento das ambições de seu mentor. Km torno dele, excluídos aqueles que foram obrigados à posição pelos mesquinhos imperativos da política provinciana, reúnem-se os *profiteurs* e os flibusteiros. Seu objetivo único é conquistar

posições de mando, não porque isso seja da essência da política, mas porque é daí que derivam as boas oportunidades f os bons negócios. Não há lealdade que os prenda. O sr. Orestes Quêrcia, por exemplo, quando indagado sobre os laços que o uniam aos "anões" do Orçamento, saiu-se com uma tirada para enrubescer frade de pedra: "Esse pessoal também era ligado ao Ulysses Guimarães, aliás

mais ligado a ele do que a mim".

No outro PMDB, ao contrário, há preocupações com a decência que deve presidir toda e qualquer ação política. Ganhar eleições é preciso porque esta é a maneira de se colocar em prática um ideário e

um programa pelo qual se bate. Existe uma clara noção de que o político está a serviço do público e de uma causa. Para infortúnio do sr. Orestes Quêrcia e da fidelidade geral da Nação, a primeira linha de resistência deste

PMDB ético é constituída por políticos gaúchos formados na velha escola que não termina a luta pela fuga. Não buscaram nem buscarão outra sigla. Seu lugar é no PMDB, e Quêrcia que s* retire ou se contente com posições menores.

A bandapodre

A volta de Quêrcia à cena política deixa claro que existem dois PMDBs e que um deles é bom

Roriz pode ter usado

Perícia preliminar feita pela CPI indica que são falsas

assinaturas falsas

as assinaturas do ex-capataz do governador

WILLIAM FRANÇA
ELVIS CÉSAR BONASSA
Da Sucursal de Brasília

Uma análise grafotécnica preliminar feita por técnicos da CPI do Orçamento indica que são falsas as assinaturas usadas para movimentar no Banco Progresso uma conta bancária em nome de Valdivino Vieira Pinheiro, ex-capataz de uma fazenda do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. A comissão suspeita que Roriz tenha se utilizado da conta

sua movimentação bancária, sem que o capataz soubesse. A análise preliminar foi feita sobre cópias dos documentos, o que não tem validade jurídica. A CPI vai pedir uma nova análise sobre os documentos originais, feitas por um perito.

Da conta de Valdivino saíram depósitos equivalentes a R\$ 588 mil para a conta de Roriz. Além disso, há pagamentos da conta de Valdivino para sete deputados distritais de Brasília. Roriz admite que foi o autor de um pagamento que alega tratar-se de empréstimos pessoais. Da mesma conta saíram depósitos para Caminho Donato Junior, consultor jurídico do governo do DF, Almir Vieira Pias, então presidente da Telêbrás, e Marco Aurélio Martins Araújo, chefe de gabinete do governador.

Roriz diz que havia depositado dinheiro na conta do capataz para pagar uma operação de compra de gado. Como essa operação não teria se realizado, alega, ele teria usado o dinheiro para outras finalidades. Esta versão foi desmontada por Valdivino.

Ele disse que nunca assinou nenhum documento, nem abriu conta no Banco Progresso. O capataz afirma que sua assinatura foi falsificada, confirmando a suspeita da CPI. Os parlamentares da comissão acreditam que a conta em nome de Valdivino foi usada diretamente para operações do governador. Roriz teria utilizado seu ex-empregado como um operador "laranja".

As assinaturas de Valdivino usadas para sacar cheques no banco Progresso têm um padrão diferente da assinatura da Carteira de Identidade. A letra que assina os cheques aparece ser de uma pes-

soa com pouco domínio da escrita — como Valdivino. Mas as letras "v" e "p", por exemplo, são incompatíveis, quando se comparam os cheques com a Identidade.

Divino, como é conhecido, disse que está sendo orientado a não dar declarações à imprensa nem falar sem a presença de um advogado para não dificultar a vida do governador. A orientação teria sido de seu patrão, Paulo Bom, 34, proprietário da Agropecuária Agriter Ltda., distante 32 km de Luziânia.

Paulo Boni ameaçou demitir Valdivino, caso ele fique em contato com jornalistas. A mesma amizade que tenho pelo governador, tenho pelo Divino. Ele presta um serviço para mim e tudo isso, (as denúncias da CPI) ao está deixando ele trabalhar direito", disse Boni. Folha, após negar que tenha conversado com Roriz, orientando Divino a não falar com a imprensa.

A Folha encontrou Divino andando a cavalo, a 200 metros da sede da Agriter, numa estrada secundária entre um milharal e uma plantação de soja. Ele chegou a dizer que Valdivino não era ele. Ao ser confrontado com uma foto sua, respondeu: "O que vocês querem comigo?", perguntou, entre gargalhadas.

Ele acha graça de ser "laranja" de Roriz e acha "muito dinheiro" a soma de US\$ 990,2 mil que a CPI encontrou em seu nome. "Acho que ele (Roriz) devia arrumar um 'laranja' maior", diz Divino, exibindo com um riso o jeito de quem lhe contou na arcada superior. Abaixo os principais trechos da entrevista:

ASSINATURAS
"Eu 'escrambuli' (sic) sobre como é que o meu nome e como que começou isso. Nunca assinei nenhuma ficha bancária no Banco Progresso. Nunca friei pediram, nunca falei nada."

ALTAS SOMAS
"Nunca assinei documento nenhum. Até agora não vi e não posso dizer como está essa assinatura."

PROCURAÇÃO
"A procuração não dava poder para assinar nada sobre a fazenda nem de fazer depósito grande. Quando tinha compra de gado pequena, era meu cheque. Quando era compra maior, era dele."



FOLHA DE
SÃO PAULO
13/03/94

588

34-25

Obra no presídio ao DF foi superfaturada

Da Sucursal de Brasília

Auditoria feita pela CPI nas obra de ampliação do presídio da Papuda identificou um superfaturamento entre 60% e 100%. O convênio para a realização da obra foi fechado em 91 entre o governo do DF e o Ministério da Justiça. Além disso, há indícios de que houve acerto entre as empreiteiras para definir previamente o resultado da licitação. A obra está sendo tocada pela empreiteira OAS.

O superfaturamento foi calculado por amostragem, sobre alguns itens da planilha de custos. Dois itens — cabo elétrico isolado e transformador — apresentaram preços 1.000% superiores ao de mercado. Em itens de construção civil, a auditoria calculou um superfaturamento de 60%.

Os indícios de acerto entre as empreiteiras começam no momento da retirada do edital de licitação. A mesma pessoa retirou o edital para cinco das dez empresas

concorrentes. Nas propostas de preço, o acerto fica mais visível de acordo com a auditoria.

Oito das dez empresas apresentaram propostas de preços proporcionais em relação à OAS. Por exemplo, todos os itens de preço da Serveng Civilsan ficaram exatos 5,02% acima dos da OAS. No caso da Odebrecht, sua proposta em cada item de preço ficou exatamente 9,04% acima da proposta vencedora.

Fundação

A Fundação Essência do Brasil, entidade filantrópica, assinou em 1990 convênio no valor de US\$ 1 milhão com o Ministério da Ação Social para a construção de 54 galpões de uso educacional graças a uma declaração de exclusividade emitida pela Associação Comercial de Brasília, na época presidida por Nuri Andraus, ex-secretário do governo Roriz. Com a declaração, a Codeplan, órgão do GDF que empenhou a obra, alegou que não era preciso licitação.

CPI decide quebra de sigilo

Da Sucursal de Brasília

A CPI do Orçamento está fechando o cerco ao governador Joaquim Roriz (DF). Já existem sete linhas diferentes de investigação. Hoje a CPI deve decidir a quebra de sigilo bancário de quatro pessoas ligadas ao caso Roriz: Valdivino Vieira Pinheiro (ex-capataz de Roriz), Wanderlan Dias Soares (conta fantasma), Joana D'Arc Fraga da Rosa (presidenta da Fundação Essência) e da Fundação

Além das transações bancárias envolvendo conta fantasma, a CPI quer mapear o patrimônio do governador. Os parlamentares dispõem de uma lista de 15 pessoas que atuam como testas-de-ferro do governador na compra de fazendas. As 15 propriedades sob investigação se localizam em Luziânia, feudo da família Roriz.

Os resultados mais imediatos, no entanto, são esperados na análise das contas do fantasma Wanderlan Dias Soares e do jornalista Ronaldo Junqueira. O deputado Augusto Carvalho vai levar à CPI o pedido de quebra do sigilo bancário de Junqueira, que por

enquanto não está incluído na lista a ser votada pela CPI.

Da conta de Wanderlan saiu um depósito de US\$ 730 mil para Junqueira. Parte desse dinheiro foi usada para pagar a Gráfica Ipiranga, que produziu os impressos de campanha para Roriz. Outra parte foi diretamente para o governador.

Ronaldo Junqueira é considerado uma possível conexão das contas de Roriz com o esquema de PC Farias. O nome de Junqueira já havia surgido na CPI do Collor. Ele estava envolvido em negociações de publicidade com Cláudio Vieira, então secretário particular de Collor.

A Subcomissão de Patrimônio deverá incluir o nome de Roriz entre os investigados que apresentaram irregularidades. O governador teve crescimento patrimonial descoberto de 1988 a 1990. Isso significa que não havia rendimentos declarados suficientes para justificar o aumento de patrimônio de Roriz. A irregularidade permaneceu mesmo depois das nove retificações encaminhadas por Roriz à Receita Federal.

Congresso não pode depor Roriz

Da Sucursal de Brasília

O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães, afirmou que vai encaminhar todas as conclusões sobre o governador Joaquim Roriz para a Câmara Legislativa do DF e Ministério Público. A Câmara Legislativa tem a prerrogativa de decidir se toma qualquer tipo de ação contra o governador. "Não posso propor impeachment de um governador, porque isso cabe à Câmara Legislativa", disse Magalhães.

A autorização da Câmara Legislativa é necessária até mesmo para que o governador seja eventualmente processado pela Justiça. O senador José Paulo Bisol, no entanto, acredita que a revisão constitucional pode derrubar essa exigência. "Caso a revisão mude esse preceito, ele deve entrar imediatamente em vigor", disse Bisol.

O deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), ao contrário do

relator, acredita que a CPI pode fazer indicação de impeachment. "A CPI não decide nada, mas propõe as medidas que julga adequadas para os órgãos competentes", afirmou.

Na Câmara Distrital Roriz tem ampla maioria. A bancada oposicionista conta com nove deputados, no total de 24 membros. A bancada fiel a Roriz conseguiu até agora barrar a criação de uma CPI para apurar as denúncias contra Fábio Simão, ex-secretário particular do governador.

No ministério público, há três caminhos para as denúncias contra Roriz eventualmente encaminhadas pela CPI: abertura de inquérito policial para concluir investigações ou denúncia frente ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), fórum adequado para processar governadores. Caso o MF julgue as denúncias improcedentes, determina seu arquivamento.

Procurador espera a CPI para investigar

Construtora e suspeita de irregularidade 590



O procurador-geral da República em exercício, Moacir Antônio Machado da Silva, aguarda o relatório final da CPI do Orçamento para decidir se determina a abertura de inquérito policial sobre a origem dos US\$ 53,2 mil depositados pelo governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, nas contas bancárias de sete deputados distritais. Machado da Silva recebeu hoje a representação ajuizada pelo deputado Chico Vigilante (PT-DF) pedindo a instauração de inquérito visando a abertura de processo criminal contra o governador e os deputados.

A expectativa de Chico Vigilante é de que uma ação do Ministério Público motive a abertura de uma CPI na Assembleia Legislativa do Distrito Federal para investigar o governador e justificar um processo de cassação dos deputados envolvidos. O procurador-geral em exercício adiantou também que pretende esperar a conclusão do relatório da CPI para decidir sobre o pe-



Bisol: incluindo nomes

dido de indisponibilidade de bens dos parlamentares envolvidos no escândalo da manipulação de verbas da Comissão Mista de Orçamento do Congresso.

Patrimônio — O coordenador da Subcomissão de Patrimônio da CPI do Orçamento, senador José Paulo Bisol, vai incluir em seu relatório uma relação de 23 nomes de pessoas e 15 de empresas ligadas ao governador Joaquim Roriz, em transações comerciais levantadas com a quebra de seu sigilo bancário

e fiscal. A subcomissão chegou a preparar a lista para ser submetida ontem ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, e posteriormente ao plenário, pedindo a quebra do sigilo bancário de todos eles. Mas Bisol desistiu da iniciativa, por não haver tempo hábil para apurar, e decidiu sinalizar ao Ministério Público a importância de se investigar estes nomes.

Segundo o senador Bisol, faltam condições objetivas e tempo para se realizarem as investigações necessárias. Diante das dificuldades nas apurações, uma vez que o prazo para conclusão de todos os trabalhos das subcomissões é o dia 17, Bisol optou por colocar em seu relatório informações suficientes ao Ministério Público, justificando a importância de se fazer investigações nas contas bancárias e na evolução patrimonial dos nomes que fazem parte do rol do governador Roriz.

Na lista, a subcomissão incluiu os secretários do ODF José Roberto Arruda, Renato Riella, Fernando Lemos, Valter Rodrigues e Everardo Maciel, além de presidentes de empresas do GDF, prefeito, empresários e parlamentar. As empresas sob suspeição relacionadas pelos técnicos da CPI atuam em Brasília.

Oposição pede documentos de Roriz

Os deputados da oposição tu Câmara Legislativa encaminharam ao presidente da CPI do Orçamento, Jarbas Passarinho, ontem à tarde, requerimento para obter todos os documentos sobre o patrimônio e a movimentação bancária do governador Joaquim Roriz, que estão em poder da comissão. Os distritais querem esgotar todos os meios no sentido de comprovar a necessidade de instalação de uma CPI no âmbito local, na qual sejam apurados os empréstimos feitos por Roriz a sete deputados da Casa. Como são minoria e para não esbarrar no impasse de ter 13 assinaturas que asseguram uma auto convocação, esta K-

mana, eles vão aproveitar a ausência dos líderes da situação, assumir a Mesa Diretora interinamente, e convocar o plenário.

Se a estratégia der certo, a oposição terá então que vencer outra barreira: se articular para garantir que a maioria absoluta da Câmara — 13 deputados — assinem o pedido de abertura da CPI.

X expectativa da esquerda é de que, pressionados pela sociedade, todos da bancada governista, inclusive, os envolvidos na negociação, assinem o pedido. "Não há como eles correrem dessa responsabilidade. Se querem provar que são inocentes terão que mostrar, deixando

as apurações serem realizadas", sustenta Agnelo Queiroz (PC do B).

Aasselno — Até agora apenas um dos sete que contrairam o empréstimo confirmou, através de sua assessoria, que subscreverá o requerimento da CPI; José Edmar Cordeiro. O deputado chega a Brasília na segunda-feira procedente da Bolívia, e promete provar que fez um empréstimo ao banco e não ao governador. Os demais distritais, depois de terem dado informações descontradas na última terça-feira, adotaram ontem uma postura mais moderada: evitaram contato com a imprensa.

Fibra desmente acordo com a Odebrecht

A notícia divulgada pela Subcomissão de Patrimônio da CPI do Orçamento sobre um "compromisso" da Construtora Odebrecht "através da Fibra", publicada ontem pelo Jornal de Brasília sob o título "Acordo Fibra-Odebrecht sob investigação", foi contestada pelo presidente da Federação das Indústrias do DF (Fibra), Antônio Fábio Ribeiro. Segundo ele, a sigla Fibra citada em documento encontrado na residência do diretor da Odebrecht (Ailton Reis) trata-se da Filial Brasileira (Fibra) daquela empresa, e não, como se interpretou, Federação das Indústrias do DF. A interpretação de que a sigla se refere à Federação, conforme afirmou o

Comissão recebe novos dados sobre convênio

O deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) entregou à CPI do Orçamento uma série de documentos confirmando irregularidades no convênio firmado entre o Ministério da Ação Social e o ODF, para construção de galpões em todo o País, através da Fundação Fraternidade Essência do Brasil. O convênio é de 31 de dezembro de 90 e assinado pelo governador Joaquim Roriz, um dia antes de sua posse. O ODF alegou que o documento foi firmado em 6 de fevereiro de 91, sem data, "Só que nesse caso o doutor Paulo Zimbres não poderia assinar como presidente da Codeplan, porque deixou o cargo em 21 de janeiro", informou Augusto

do o critério para liberação de licitação na escolha do executor da obra. A Fundação Essência foi contratada com base em uma declaração da Associação Comercial do DF que lhe dá exclusividade para esse tipo de trabalho no Distrito Federal e Goiás. Entretanto num memorando de 25 de março de 91, os responsáveis pelo projeto em nome da Codeplan, arquiteto José Roberto Domênico e engenheiro Guilherme Botelho V6, contestam o documento, ressaltando que a competência da Fundação é para troncos de madeira.

Um levantamento feito no Sias (Serviço Integrado de Administração)

Com base em auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) a a CPI do Orçamento constatou que a Construtora Argon, do deputado distrital Tadeu Roriz (PP), primo do governador do Distrito Federal Joaquim Roriz (PP), fez parte de um grupo de empreiteiras responsável pelo superfaturamento de obras de expansão na Penitenciária da Papuda, financiadas com recursos federais.

A auditoria do TCU nas obras da Papuda, obtida pela Agência Estado, envolve dez empreiteiras no grupo montado para que a concorrência de construção do setor "C" da penitenciária fosse vencida pela empreiteira OAS, com um preço superfaturado em 60% a 100%. Além da Argon, pertencente a Tadeu Roriz, que já foi vice-presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal com o apoio do primeiro governador, participaram do acerto as empreiteiras Via Engenharia, Sergen, Serveng-Civilsan, Norberto Odebrecht, Ecocil, Estacon, Andrade Gutierrez e M. Martins.

Vários indícios foram coletados pelos auditores do TCU para a conclusão de que "houve, forçosamente, acerto entre as empresas durante a elaboração das propostas". Dos 10 participantes da licitação, cinco tiveram suas cópias do edital e anexos retirados pela mesma pessoa. Sete das nove concorrentes perdedoras apresentaram propostas com preços que obedeciam uma variação constante em relação aos preços oferecidos pela OAS.

Resposta — O engenheiro Nathaniel Pelegrino, da Secretaria de Segurança Pública de Brasília, negou ontem as acusações de membros da CPI do Orçamento de que houve superfaturamento nas obras de expansão da Penitenciária da Papuda. Segundo o engenheiro, ao comparar os custos de uma obra residencial com a que está sendo feita na penitenciária, os auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) podem ter induzido os parlamentares a levantar suspeitas. "Numa penitenciária, os custos de uma parede de um prédio de segurança máxima, à base de concreto armado, são de 3,5 a 2 vezes superiores a de um apartamento comum", afirmou.

Pelegrino explicou ainda que o prazo para concluir a expansão da penitenciária era de 30 meses, mas até agora apenas 9% dos recursos federais foram repassados. Tudo o que foi edificado corresponde a esse valor e, além disso, a obra passou por uma fiscalização da Secretaria de Controle Interno no Ministério da Justiça. Admitiu, no entanto, que a carta de garantia apresentada pela OAS é falha porque a fiadora é uma empresa da qual ela própria é acionista majoritária. Mas garantiu que a empresa está providenciando um novo fiador, que deve ser apresentado ainda esta semana. "Desta vez, estamos exigindo uma carta de garantia bancária para que não haja dúvidas", disse. Pelegrino estranhou também que o relatório do TCU já esteja circulando pela CPI, pois ainda falta ser aprovado pelo plenário do tribunal.

Stella L...

Oposição pede documentos de Roriz

Os deputados da oposição na Câmara Legislativa encaminharam ao presidente da CPI do Orçamento, Jarbas Passarinho, ontem à tarde, requerimento para obter todos os documentos sobre o patrimônio e a movimentação bancária do governador Joaquim Roriz, que estão em poder da comissão. Os distritais querem esgotar todos os meios no sentido de comprovar a necessidade de instalação de uma CPI no âmbito local, na qual sejam apurados os empréstimos feitos por Roriz a sete deputados da Casa. Como são minoria e para não esbarrar no impasse de ter 3 assinaturas que assegurem uma auto convocação, esta se-

mana, eles vão aproveitar a ausência dos líderes da situação, assumir a Mesa Diretora interinamente, e convocar o plenário.

Se a estratégia der certo, a oposição terá então que vencer outra barreira: se articular para garantir que a maioria absoluta da Câmara — 13 deputados — assine o pedido de abertura da CPI.

A expectativa da esquerda é de que, pressionados pela sociedade, todos da bancada governista, inclusive, os envolvidos na negociação, assinem o pedido. "Não há como eles correrem dessa responsabilidade. Se querem provar que são inocentes, terão que mostrar, deixando

as apurações serem realizadas", sustenta Agnelo Queiroz (PC do B).

Assino — Até agora apenas um dos sete que contraíram o empréstimo confirmou, através de sua assessoria, que subscreverá o requerimento da CPI; José Edmar Cordeiro. O deputado chega a Brasília na segunda-feira procedente da Bolívia, e promete provar que fez um empréstimo ao banco e não ao governador. Os demais distritais, depois de terem dado informações desincontradas na última terça-feira, adotaram ontem uma postura mais moderada: evitaram contato com a imprensa.

riação constante em relação aos preços oferecidos pela OAS. **Resposta** — O engenheiro Nathaniel Pelegrino, da Secretaria de Segurança Pública de Brasília, negou ontem as acusações de membros da CPI do Orçamento de que houve superfaturamento nas obras de expansão da Penitenciária da Papuda. Segundo o engenheiro, ao comparar os custos de uma obra residencial com a que está sendo feita na penitenciária, os auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) podem ter induzido os parlamentares a levantar suspeitas. "Numa penitenciária, os custos de uma parede de um presídio de segurança máxima, à base de concreto armado, são de 3,5 a 2 vezes superiores a de um apartamento comum", afirmou.

Pelegrino explicou ainda que o prazo para concluir a expansão da penitenciária era de 30 meses, mas até agora apenas 9% dos recursos federais foram repassados. Tudo o que foi edificado corresponde a esse valor e, além disso, a obra passou por uma fiscalização da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Justiça. Admitiu, no entanto, que a carta de garantia apresentada pela OAS é falha porque a fiadora é uma empresa da qual ela própria é acionista majoritária. Mas garantiu que a empresa está providenciando um novo fiador, que deve ser apresentado ainda esta semana. "Desta vez, estamos exigindo uma carta de garantia bancária para que não haja dúvidas", disse. Pelegrino estranhou também que o relatório do TCU já esteja circulando pela CPI, pois ainda falta ser aprovado pelo plenário do tribunal.

Fibra desmente acordo com a Odebrecht

A notícia divulgada pela Subcomissão de Patrimônio da CPI do Orçamento sobre um "compromisso" da Construtora Odebrecht "através da Fibra", publicada ontem pelo Jornal de Brasília sob título "Acordo Fibra-Odebrecht sob investigação", foi contestada pelo presidente da Federação das Indústrias do DF (Fibra), Antônio Fábio Ribeiro. Segundo ele, a sigla Fibra citada em documento encontrado na residência do diretor da Odebrecht (Ailton Reis) trata-se da Filial Brasília (Fibra) daquela empresa, e não, como se interpretou, Federação das Indústrias do DF. A interpretação < e que a sigla se refere à Federação, conforme apurou o JBr, é da própria Subcomissão de Patrimônio.

O empresário Antônio Fábio Ribeiro entende que, assim, pode-se esclarecer o engano ocorrido na notícia, que estabeleceu ligação entre os protagonistas da obra referida no documento e a Federação das Indústrias do DF.

A Construtora Norberto Odebrecht, através de seu coordenador de Comunicação (Sócia), Severino Góes, esclareceu que a empreiteira manteve com a empresa Estacon, vencedora da concorrência para a construção do edifício-sede da Justiça Federal em Goiânia, um contrato de assistência técnica durante a realização da obra. Por este motivo, explica, era comum a troca de correspondência entre os escritórios da CNO e da Estacon, em Brasília. A sigla Fibra se refere à Filial Brasília, de acordo com nomenclatura interna utilizada pela Estacon, segundo Góes.

O assessor da Odebrecht alega ainda que "supor a existência de um acordo entre a CNO e a Federação das Indústrias do DF não passa de mais um exercício de imaginação de alguns integrantes da CPI do Orçamento que, de maneira açodada, trazem a público informações que não correspondem à realidade".

Apesar disso, a Subcomissão de Patrimônio da CPI vai incluir em seu relatório o nome do empresário Antônio Fábio Ribeiro na relação a ser encaminhada ao Ministério Público para investigações.

Comissão recebe novos dados sobre convênio

O deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) entregou a CPI do Orçamento uma série de documentos confirmando irregularidades no convênio firmado entre o Ministério da Ação Social e o ODF, para construção de galpões em todo o País, através da Fundação Fraternidade Essência do Brasil. O convênio é de 31 de dezembro de 90 e assinado pelo governador Joaquim Roriz, um dia antes de sua posse. O GDF alegou que o documento foi firmado em 6 de fevereiro de 91, sem data. "Só que nesse caso o doutor Paulo Zimbres não poderia assinar como presidente da Codeplan, porque deixou o cargo em 21 de janeiro", informou Augusto.

O convênio de CRS 208.900 milhões (valor da época) previa a construção de 54 galpões com estrutura metálica para atendimento de menores carentes. Da mesma data que o GDF diz ter sido firmado o convênio, o deputado encontrou um termo de doação de 55 estruturas metálicas, do Ministério da Ação Social para o GDF, com as mesmas dimensões dos galpões. "A doação não promoveu qualquer redução nos custos das construções — o que representa mais uma incorreção", argumentou, ao acrescentar que não há pistas de onde tenha sido implantada a estrutura excedente.

Crítério — Também é questiona-

do o critério para liberação de licitação na escolha do executor da obra. A Fundação Essência foi contratada com base em uma declaração da Associação Comercial do DF que lhe dá exclusividade para esse tipo de trabalho no Distrito Federal e Goiás. Entretanto num memorando de 25 de março de 91, os responsáveis pelo projeto em nome da Codeplan, arquiteto José Roberto Domênico e engenheiro Guilherme Boechat V6, contestam o documento, ressaltando que a competência da Fundação é para troncos de madeira.

Um levantamento feito no Siaf (Serviço Integrado de Administração Financeira) mostra que 50% dos recursos (CR\$ 104.450 milhões) foram repassados para o GDF, através da Secretaria de Comunicação Social — outro ponto nebuloso, segundo a CPI — no dia 5 de fevereiro de 91. Porém, o contrato com a Fundação Essência só foi firmado um mês depois. "Por que a verba ficou parada nesse período ninguém sabe. Nem o motivo desse desvio — do Ministério para a Secretaria e finalmente para a Codeplan", frisou Augusto. Os dois técnicos encarregados de acompanhar a execução do convênio também não concordam com os termos do contrato assinado entre a Codeplan e a Fundação Essência.

Peniel mostra que fez empréstimo em banco

O deputado Distrital Peniel Pacheco (PTB) enviou ontem, officio ao presidente da CPI que investiga irregularidades na Comissão de Orçamento do Congresso, senador Jarbas Passarinho, encaminhando documentação comprovando que sua movimentação junto ao Banco Progresso corresponde a empréstimo contraído diretamente junto àquela instituição.

Exibindo promissórias quitadas e avisos de lançamento dos débitos em sua conta corrente, emitidos pelo banco, o deputado informa que só teve conhecimento de que os recursos relativos a operação, ao

contrário do previsto, não provinham da instituição, mas sim do Governador Joaquim Roriz, há dois dias.

O deputado pretende esclarecer o fato e apoiar toda e qualquer iniciativa nesse sentido argumentando que até o caso ser levantado pela CPI, estava convicto de ter realizado uma operação com o banco, tendo preenchido para tanto a formalidades de praxe, — apresentação de documentos cadastrais, garantias e fiadores — e recebido o montante do empréstimo e feito sua quitação (inclusive dos juros correspondentes), através de sua conta corrente.

Sigilo bancário de ex-capataz será quebrado

A CPI do Orçamento vai analisar, hoje de manhã, o pedido de quebra do sigilo bancário do ex-capataz da fazenda do governador Joaquim Roriz, Valdivino Vieira Pinheiro, do fantasma Wanderlan Dias Soares, da Fundação Fraternidade Essência e da sua procuradora Joana D'Arc Fraga da Rosa. Os dois primeiros têm ligações com a movimentação bancária do governador e os últimos com convênios do GDF, sob suspeita de irregularidade. A Subcomissão de Patrimônio também investiga a ligação de Roriz com o industrial Rogério Alves Barbosa, apontado como "testa-de-ferro" do governador na compra de fazendas em Goiás.

O cheque é datado de 16 de outubro de 89, no valor nominal de NCz\$ 82.230,53. A Subcomissão está investigando a aquisição de cinco fazendas, num total de 22 mil hectares, em São Domingos (GO), com escrituras lavradas no dia 3 de junho de 93. Quatro fazendas foram vendidas pela Agropecuária Canabrava, de Brasília, à Agropecuária Estiva, de Luziânia, de propriedade de Luis Antônio, Renato e Rogério Alves Barbosa. A Fazenda Sítio Plo, comercializada por Cr\$ 506.163.585,00 (valor da época), foi negociada à Estiva pela Codipe — Distribuidora de Peças e Veículos, cujo diretor é o ex-secretário de Agricultura do DF, Nuri Andrauss.

3428
(59)

CPI decide hoje quebras de sigilo

A CPI do Orçamento decide hoje, pela manhã, em **sessão secreta**, a quebra do **sigilo** bancário do **fantasma** Wanderlan Dias Soares, do ex-capataz da fazenda do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP), do jornalista Ronaldo Junqueira, da Fundação Essência e da sua presidente, Joana D'Arc, Todos estão ligados com a movimentação bancária do governador, citado pelo economista José Carlos Alves dos Santos por envolvimento com as fraudes na Comissão Mista de Orçamento do Congresso.

A CPI encontrou cheque de Wanderlan Dias Soares, o fantasma, emitido em favor do jornalista Ronaldo Junqueira e deste para o governador Joaquim Roriz. Para a CPI, neste caso, foi fechado o círculo de transferência de dinheiro. Wanderlan Soares, nos últimos cinco anos, movimentou 735,8 mil dólares. Já o capataz Valdivino Pinheiro movimentou 990,2 mil dólares. O ex-empregado do governador afirmou que nunca teve tal quantia e que foi usado por alguém. Roriz distribuiu, do valor depositado em sua conta, 53 mil dólares entre sete deputados distritais, todos seus aliados na Câmara Distrital.

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), dis-



Passarinho, de costas, na reunião do CPI, definição de competência

se que o que for apurado e não tiver relação com as irregularidades no Orçamento será enviado ao Ministério Público Federal à Câmara Distrital, instâncias que têm competência para julgar o governador de Brasília. A maior parte das acusações não está relacionada com o Orçamento.

A Subcomissão de Bancos já tem dados revelando que a suposta assinatura do ex-capataz Valdivino Pinheiro, encontrada no verso de cheques administrativos do Banco Progresso não confere com a assinatura do ex-capataz de Ro-

riz, em pelo menos dois documentos. O ex-empregado do governo garantiu que jamais esteve no Banco Progresso. Na agência bancária, ninguém também quis, esclarecer quem abasteceu com quase um milhão de dólares, em nome do ex-capataz, as contas de Roriz e dos sete deputados distritais.

Banco mudo — O gerente-geral do banco, em Brasília, Clair Borges, está de férias. Seu substituto, Luiz Lara, disse que as informações seriam prestadas pelo gerente-administrativo, Rodney

Teixeira. Este, por sua vez, disse que não tinha autorização para dar informações e repassou a competência para a direção do banco, em Belo Horizonte. Na capital mineira, o banco informou que as explicações seriam dadas pela diretoria de marketing, em São Paulo. Em São Paulo, a diretoria de Marketing disse que as informações seriam fornecidas pelo diretor-jurídico, Luiz Antônio Moraes, mas ele estava viajando e não foi localizado.

O Ministério Público vai aguardar a conclusão dos trabalhos da CPI do Orçamento para decidir se determina ou não a abertura de inquérito na Polícia Federal para investigar o governador Joaquim Roriz. O coordenador da Subcomissão de Emendas, deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), disse que os fatos até agora apurados representam crime e devem ser investigados tanto pelo Ministério Público quanto pela Polícia.

Através de sua assessoria de imprensa, o governador Roriz disse que o ex-capataz Valdivino Vieira está mentindo para o prejudicar, pressionado por adversários políticos. O governador garante ter provas de que Valdivino era seu procurador numa aplicação em RDBs.

Oposição quer acesso à contas

A bancada oposicionista da Câmara Legislativa do DF enviou ontem ofícios ao presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho, e ao presidente das Subcomissões de Bancos e Patrimônios, solicitando o acesso a todos os documentos referentes aos depósitos de Valdivino Vieira ex-capataz do governador Joaquim Roriz, nas contas dos deputados distritais Salviano Guimarães (PSDB), José Edmar (PSDB), Peniel Pacheco (PTB), Rose Mary Miranda, Maurílio Silva, Gilson Araújo e Manoel Andrade (PP). Com estes dados, a oposição pretende reunir argumentos concretos à instalação de uma CPI para investigar as denúncias de corrupção no GDF.

Os ofícios foram assinados pelos deputados Cláudio Monteiro (PPS), Agnelo Queiroz (PC do B) e Eurípedes Camargo (líder do PT). Os três deputados estiveram reunidos ontem com os deputados federais Chico Vigilante, Maria Laura (PT) e Augusto Carvalho (PPS) para traçar uma estratégia conjunta de ação.

* Câmara distrital só se reúne após recesso

O deputado distrital Peniel Pacheco (PTB), presidente em exercício da Câmara Legislativa, afirmou ontem que não fará a convocação extraordinária sem consultar antes o presidente Benício Tavares (PP) e a assessoria jurídica da Casa. A convocação para Investigar as denúncias envolvendo o governador Joaquim Roriz e sete deputados distritais foi solicitada ontem em ofício do deputado Eurípedes Camargo, líder do PT. Peniel revelou ainda que o empréstimo que tomou no Banco Progresso foi avalizado pelo deputado Salviano Guimarães (PSDB), outro envolvido nas denúncias.

"Como estou na interinidade, só faria a convocação depois de ouvir o presidente. Mas, se riSo houver obstáculos de natureza regimental ou constitucional, é um direito dos parlamentares pedir a convocação", disse Peniel, que deu ontem novas explicações sobre o depósito encontrado pela Subcomissão de Bancos da CPI do Orçamento em sua conta no Banco Progresso.

Peniel mostrou ao COBREIO BRAZILIENSE dois avisos de

lançamento de débitos do Banco Progresso em sua conta. O aviso de número 014321, de 21 de janeiro de 1992, no valor de CR\$ 442 mil, é referente, segundo Peniel, a uma nota promissória do mesmo valor datada de 9 de janeiro. No verso da promissória, está a assinatura como avalista do deputado Salviano Guimarães (PSDB), outro envolvido nas denúncias. O segundo, aviso é o de número 141518, de 12 de fevereiro, referente, segundo Peniel, a uma nota promissória de CR\$ 452 mil, de 10 de fevereiro. Salviano Guimarães também é o avalista.

Peniel disse ter tomado conhecimento — através de um dos outros deputados envolvidos nas denúncias, cujo nome não quis citar — de que o Banco Progresso estava oferecendo empréstimos a pessoas físicas que tivessem bons salários. Segundo Peniel, ele e Salviano se interessaram pelo empréstimo. "Não tenho certeza, mas acho que eu fui o avalista do empréstimo do Salviano", disse Peniel.

O deputado diz não entender como transferência dos recursos

pouso ter partido do ex-capataz do governador, já que o negócio foi feito diretamente com o banco. "O gerente e o banco vão ter que me explicar isto", ressaltou.

A deputada Rose Mary Miranda ainda não foi encontrada para explicar o depósito. O seu gabinete ontem estava fechado, e o telefone celular desligado. Segundo funcionários da Câmara Legislativa, ela está no Nordeste.

Outro envolvido nas denúncias, o deputado José Edmar (PSDB) informou através de sua assessoria de imprensa, que é favorável à instalação de uma CPI para investigar todas as irregularidades no GDF e na Câmara Legislativa. Da Bolívia, o deputado pediu ao banco todos os extratos de sua conta.

Uma funcionária do gabinete de Manoel Andrade (PP) disse que o deputado vai autorizar a quebra do seu sigilo bancário, pois "quem não deve não teme". Em contato telefônico com o gabinete, o parlamentar que está no Nordeste, disse que fez um empréstimo e pagou, mas não sabe se o empréstimo foi contraído junto ao governador.

Valdivino
some do mapa

Ex-capataz do governador



Galpões suscitam
novas denúncias

O deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) denunciou ontem mais irregularidades envolvendo o

Wanderlan Dias Soares, o fantasma, emitido em favor do jornalista Ronaldo Junqueira e deste para o governador Joaquim Roriz. Para a CPI, neste caso, foi fechado o círculo de transferência de dinheiro. Wanderlan Soares, nos últimos cinco anos, movimentou 735,8 mil dólares. Já o capataz Valdivino Pinheiro movimentou 990,2 mil dólares. O ex-empregado do governador afirmou que nunca teve tal quantia e que foi usado por alguém. Roriz distribuiu, do valor depositado em sua conta, 53 mil dólares entre sete deputados distritais, todos sem aliados na Câmara Distrital.

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), dis-

Passarinho, de costas, na reunião de CPI de definição de competência

se que o que foi apurado e não tiver relação com as irregularidades no Orçamento será enviado ao Ministério Público Federal e à Câmara Distrital, instâncias que têm competência para julgar o governador de Brasília. A maior parte das acusações não está relacionada com o Orçamento.

A Subcomissão de Bancos já está revelando que a suposta assinatura do ex-capataz Valdivino Pinheiro, encontrada no verso de cheques administrativos do Banco Progresso não confere com a assinatura do ex-capataz de Ro-

riz, em pelo menos dois documentos. O ex-empregado do governo garantiu que jamais esteve no Banco Progresso. Na agência bancária, ninguém também quis esclarecer quem abasteceu com quase um milhão de dólares, em nome do ex-capataz, as contas de Roriz e dos sete deputados distritais.

Banco mudo — O gerente-geral do banco, em Brasília, Clair Borges, está de férias. Seu substituto, Luiz Lara, disse que as informações seriam prestadas pelo gerente-administrativo, Rodney

decidir se determina ou não a abertura de inquérito na Polícia Federal para investigar o governador Joaquim Roriz. O coordenador da Subcomissão de Emendas, deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), disse que os fatos até agora apurados representam crime e devem ser investigados tanto pelo Ministério Público quanto pela Polícia.

Através de sua assessoria de imprensa, o governador Roriz disse que o ex-capataz Valdivino Vieira está mentindo para o prejudicar, pressionado por adversários políticos. O governador garante ter provas de que Valdivino era seu procurador numa aplicação em RDBs.

Oposição quer acesso a contas

A bancada oposicionista da Câmara Legislativa do DF enviou ontem ofícios ao presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho, e ao presidente das Subcomissões de Bancos e Patrimônios, solicitando o acesso a todos os documentos referentes aos depósitos de Valdivino Vieira ex-capataz do governador Joaquim Roriz, nas contas dos deputados distritais Salviano Guimarães (PSDB), José Edmar (PSDB), Pênier Pinheiro (PTB), Rose Mary Miranda, Maurílio Silva, Gilson Araújo e Manoel Andrade (PP). Com estes dados, a oposição pretende reunir argumentos concretos à instalação de uma CPI para investigar as denúncias de corrupção no GDF.

Os ofícios foram assinados pelos deputados Cláudio Monteiro (PPS), Arnaldo Queiroz (PC do B) e Eurípedes Camargo (PDT). Os três deputados estiveram reunidos ontem com os deputados federais Chico Vigilante, Maria Laura (PT) e Augusto Carvalho (PPS), para traçar uma estratégia conjunta de ação.

* Câmara distrital só se reúne após recesso

O deputado distrital Pênier Pacheco (PTB), presidente em exercício da Câmara Legislativa, afirmou ontem que não fará a convocação extraordinária sem consultar antes o presidente Benício Tavares (PP) e a assessoria jurídica da Casa. A convocação para investigar as denúncias envolvendo o governador Joaquim Roriz e sete deputados distritais foi solicitada ontem em ofício do deputado Eurípedes Camargo, líder do PT. Pênier revelou ainda que o empréstimo que tomou no Banco Progresso foi avalizado pelo deputado Salviano Guimarães (PSDB), outro envolvido nas denúncias.

"Como estou na interinidade, só faria a convocação depois de ouvir o presidente. Mas, se não houver obstáculos de natureza regimental ou constitucional, é um direito dos parlamentares pedir a convocação", disse Pênier, que deu ontem novas explicações sobre o depósito encontrado pela Subcomissão de Bancos da CPI do Orçamento em sua conta no Banco Progresso.

Pênier mostrou ao CORREIO BRAZILIENSE dois avisos de

lançamento de débitos do Banco Progresso em sua conta. O aviso de número 014321, de 21 de janeiro de 1992, no valor de CR\$ 442 mil, é referente, segundo Pênier, a uma nota promissória do mesmo valor datada de 9 de janeiro. No verso da promissória, está a assinatura como avalista do deputado Salviano Guimarães (PSDB), outro envolvido nas denúncias. O segundo aviso é o de número 141518, de 12 de fevereiro, referente, segundo Pênier, a uma nota promissória de CR\$ 452 mil, de 10 de fevereiro. Salviano Guimarães também é o avalista.

Pênier disse ter tomado conhecimento — através de um dos outros deputados envolvidos nas denúncias, cujo nome não quis citar — de que o Banco Progresso estava oferecendo empréstimos a pessoas físicas que tivessem bons salários. Segundo Pênier, ele e Salviano se interessaram pelo empréstimo. "Não tenho certeza, mas acho que eu fui o avalista do empréstimo do Salviano", disse Pênier.

O deputado diz não entender como a transferência dos recursos

possa ter partido do ex-capataz do governador, já que o negócio foi feito diretamente com o banco. "O gerente e o banco vão ter que me explicar isto", ressaltou.

A deputada Rose Mary Miranda ainda não foi encontrada para explicar o depósito. O seu gabinete ontem estava fechado, e o telefone celular desligado. Segundo funcionários da Câmara Legislativa, ela está no Nordeste.

Outro envolvido nas denúncias, o deputado José Edmar (PSDB) informou através de sua assessoria de imprensa, que é favorável a instalação de uma CPI para investigar todas as irregularidades no GDF e na Câmara Legislativa. Da Bolívia, o deputado pediu ao banco todos os extratos de sua conta.

Uma funcionária do gabinete de Manoel Andrade (PP) disse que o deputado vai autorizar a quebra do seu sigilo bancário, pois "quem não deve não teme". Em contato telefônico com o gabinete, o parlamentar que está no Nordeste, disse que fez um empréstimo e pagou, mas não sabe se o empréstimo foi contraído junto ao governador.

Valdivino some do mapa

O ex-capataz do governador Joaquim Roriz, Valdivino Vieira Pinheiro, está desaparecido desde a manhã de terça-feira, dia em que saiu de casa, na rua São Benedito, em Luziânia, para trabalhar na Fazenda Agriter, de propriedade dos irmãos Bone. O empresário Paulo Bone impediu os repórteres do COBREIO, ainda à noite de terça-feira, de entrevistar Valdivino. Ele alegou que o ex-capataz do governador só voltaria a dar declarações ao lado de um advogado da empresa.

Valdivino Vieira Pinheiro é apontado pela CPI da máfia do Orçamento como o dono de uma conta bancária com pouco menos de um milhão de dólares, dinheiro que era destinado a abastecer contas que o governador Joaquim Roriz e sete deputados distritais mantinham em uma das agências do Banco Progresso. O ex-capataz desmentiu, em entrevista concedida a um jornal do Rio de Janeiro, feita na segunda-feira, qualquer envolvimento no caso. Por três anos, Valdivino Vieira trabalhou como



Fernanda, a filha, e Ester, * esposa, preocupação com Valdivino

administrador da fazenda-sede do governador Joaquim Roriz, localizada nos arredores de Luziânia.

Mistério — Ontem pela manhã o empresário Paulo Bone disse que Valdivino, não mais voltaria a dar declarações sobre o caso. A mulher de Valdivino, Ester Batista Pinheiro, também não sabe onde o marido se encontra. "Enfiaram meu marido nessa confusão dos dólares só para encobrir os verdadeiros responsáveis", desabafou ela ontem.

A família de Valdivino Vieira Pinheiro está tensa e preocupada com seu destino. Debaixo de muita chuva e frio, sua mulher, Ester Batista, as filhas, Fernanda Batista de 20, Lívia Batista Pinheiro, de 17 anos e Sônia Batista Pinheiro, de 14 anos, receberam jornalistas por quase toda a tarde, numa modesta casa da rua São Benedito, nº 432. As três filhas do capataz repetiam que o pai "sempre foi honesto e muito trabalhador" e que "nunca iria se envolver com qualquer tipo de crime".

Galpões suscitam novas denúncias

O deputado Augusto Carvalho (PPS/DF) denunciou ontem mais irregularidades envolvendo o convênio celebrado entre a Codeplan e o Ministério da Ação Social, com a liberação de CR\$ 208 milhões e 900 mil para a construção de 54 galpões em todo País, pela Fundação Fraternidade Essência do Brasil. Além da assinatura do governador Joaquim Roriz em 31 de dezembro de 1990, um dia antes de sua posse.

Entre elas estaria um termo de compromisso de doação de 55 estruturas metálicas do Ministério da Ação Social para o GDF, em 6 de março de 1991. As estruturas têm as mesmas dimensões dos 54 galpões (154m²) que deveriam ser construídos. "O termo de doação está desvinculado do convênio e não promoveu redução nos custos das construções", alerta Augusto. Outra irregularidade apontada pelo deputado está no contrato entre a Codeplan e a Fundação Essência. "O contrato estabeleceu a liberação de 50 por cento do valor no ato da assinatura e os 50 por cento restantes apenas 30 dias após, o que significa beneficiamento esdrúxulo",

INVESTIGAÇÃO

CPI quebra sigilo de pessoas ligadas a Roriz

Nova denúncia, sobre licitação de merenda escolar, envolve jornalista e empresa pública de Brasília

ELVISCÉSAR BONASSA
GUSTAVO KRIEGER
Da Sucursal de Brasília

A CPI do Orçamento **quebrou** ontem o sigilo bancário de quatro pessoas e uma instituição ligadas ao governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP): **Ronaldo Junqueira** (jornalista), **Wanderlan Dias Soares** (que a CPI diz ser "fantasma"), **Valdivino Pinheiro** (ex-capataz das fazendas do governador), **Joana D'arc Fraga** (vice-presidente da Fundação Fraternidade Essência) e a fundação.

O nome de **Ronaldo Junqueira**, ex-editor do "Correio Brasileiro" e dono da empresa de lobby **Multi**, foi incluído ontem, em virtude de novas denúncias que chegaram ao conhecimento da CPI. Conforme a denúncia, a conta em nome de **Wanderlan Dias Soares** pode ter surgido em 1990 com o pagamento de propina de uma empresa que vendeu alimentos para o programa de merenda escolar da FAE (Fundação de Assistência ao Estudante). Informações da CPI indicam que essa empresa pode ser a **SAB** (Sociedade de Abastecimento de Brasília), empresa pública controlada na época pelo grupo político de Roriz.

Da conta do "fantasma" de **Wanderlan** saíram US\$ 730 mil para o jornalista **Ronaldo Junqueira**. Este, por sua vez, repassou US\$ 159,2 mil para Roriz.



O presidente da CPI do Orçamento, Jarbas Passarinho

A origem da conta foi relatada ao deputado **Benito Gama** (PFL-BA), coordenador da Subcomissão de Bancos, por duas fontes diferentes. Com base nisso, a CPI quebrou o sigilo bancário de Junqueira.

O deputado **Augusto Carvalho** (PPS-DF) localizou um caso que se encaixa na denúncia apresenta-

da à CPI. Trata-se da liberação de Cr\$ 2 bilhões (US\$ 17 milhões) feita pela FAE à SAB, em 5 de novembro de 91. O deputado forneceu à Folha cópia dos documentos relativos a esta liberação, obtidos no Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira).

O dinheiro foi liberado dentro do Pnae (Programa Nacional de

Alimentação Escolar). De acordo com dados de uma auditoria feita pelo TCU nos programas de alimentação, os US\$ 17 milhões correspondem a 50% de todos os recursos gastos pelo PNAE em toda a região Centro-Oeste no ano de 90.

A conta "fantasma" de **Wanderlan** foi aberta em 9 de novembro de 1990, quatro dias depois da emissão pela FAE da Ordem Bancária 900B02333, em favor da SAB, no valor de Cr\$ 2 bilhões. Poucos dias depois, a conta "fantasma" recebeu um depósito equivalente a US\$ 735 mil. Dali saíram, no dia 14 do mesmo mês, US\$ 90 milhões para Junqueira — exatos 4,5% do total liberado para a SAB. No dia 16, Junqueira pagou Roriz.

Os 4,5%, na hipótese investigada pela CPI, seriam correspondentes a parte da propina, destinada a Junqueira por dois lobistas que teriam comandado a intermediação do negócio.

Na versão que chegou à CPI, Junqueira recebeu parte do dinheiro porque mobilizou alguns amigos para garantir a liberação do dinheiro. Entre os amigos estaria Roriz — ligado ao então presidente **Fernando Collor**. Por causa dessa ajuda, o governador teria recebido os US\$ 159 mil de Junqueira. No mesmo caso estaria o empresário **Luiz Estevão**, dono do grupo OK e amigo pessoal de Collor. O grupo OK recebeu de Junqueira o equivalente a US\$ 180 mil.

Colaborou DENISE MADUENO, da Sucursal de Brasília

OUTRO LADO

Governador nega envolvimento

Da Sucursal de Brasília

O governador do Distrito Federal, **Joaquim Roriz**, disse ontem através de sua assessoria de imprensa que não tem nada a esclarecer sobre a denúncia de que teria recebido dinheiro por licitação superfaturada na Fundação de Assistência ao Estudante.

"O que havia era uma dívida do jornalista **Ronaldo Junqueira** com o governador. De onde veio o dinheiro e se era lícito ou não, cabe ao jornalista esclarecer", disse **Welington Moraes**, secretário de Comunicação do Distrito Federal.

De acordo com **Welington**, na data em que está sendo questionado o repasse desse dinheiro — 14 de novembro de 90 —, Roriz era apenas governador eleito do DF. "Não deve responder então como governador", completou o secretário de Roriz.

Outra denúncia rebatida por Roriz é quanto ao superfaturamento na ampliação do presídio da Papuda. Auditoria da CPI identificou superfaturamento entre 60% e 100%, além de haver indícios de acordo prévio entre as empreiteiras que realizaram a obra.

Segundo ele, o TCU (Tribunal de Contas da União) não

tem parecer conclusivo sobre o assunto. "O que existe é a posição de um conselheiro com base em custo de construção civil em residências", diz nota do GDF.

Roriz usa um dado do Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça que aponta o custo de construção de uma penitenciária em US\$ 1370 por metro quadrado. A Papada teve custo, segundo o GDF, de US\$ 700 por metro.

Quanto à suspensão da primeira licitação do presídio, diz Roriz que a decisão foi tomada pelo ex-governador **Vanderlei Vallim**, depois ratificada pelo Tribunal de Contas do DF.

Até as 20h15, o secretário de Comunicação não havia dado a sua versão sobre a entrevistado ex-capataz **Valdivino Vieira Pinheiro**, que negou ter feito movimentações financeiras em nome de Roriz e aponta falsificação das suas assinaturas em uma conta no Banco Progresso.

A Folha deixou recado desde quarta-feira para **Ronaldo Junqueira**. Não houve retorno. O telefone fornecido pela Telebrasil como da residência de Junqueira não atendeu. O celular estava desligado.

No caso de **Luiz Estevão**, a Folha deixou recado no escritório. Não houve retorno.

Para Passarinho, houve abuso

O QUE A CPI INVESTIGA SOBRE RORIZ

Editoria de Arte/Folha Imagem

34-31
594
OEGUE

instituição ligada ao governador do Distrito Federal, Joaquim

Roriz (PP): Ronaldo Junqueira (jornalista), Wanderlan Dias Soares (que a CPI diz ser "fantasma"), Valdivino Pinheiro (ex-capataz das fazendas do governador), Joana D'arc Fraga (vice-presidente da Fundação Fraternidade Essência) e a fundação.

O nome de Ronaldo Junqueira, ex-editor do "Correio Braziliense" e dono da empresa de lobby Multi, foi incluído ontem, em virtude de novas denúncias que chegaram ao conhecimento da CPI. Conforme a denúncia, a conta em nome de Wanderlan Dias Soares pode ter surgido em 1990 com o pagamento de propina de uma empresa que vendeu alimentos para o programa de merenda escolar da FAE (Fundação de Assistência ao Estudante). Informações da CPI indicam que essa empresa pode ser a SAB (Sociedade de Abastecimento de Brasília), empresa pública controlada na época pelo grupo político de Roriz.

Da conta do "fantasma" de Wanderlan saíram US\$ 730 mil para o jornalista Ronaldo Junqueira. Este, por sua vez, repassou US\$ 159,2 mil para Roriz.



O presidente da CPI do Orçamento, Jarbas Passarinho

A origem da conta foi relatada ao deputado Benito Gama (PFL-BA), coordenador da Subcomissão de Bancos, por duas fontes diferentes. Com base nisso, a CPI quebrou o sigilo bancário de Junqueira.

O deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) localizou um caso que se encaixa na denúncia apresenta-

da à CPI. Trata-se da liberação de Cr\$ 2 bilhões (US\$ 17 milhões) feita pela FAE à SAB, em 5 de novembro de 91. O deputado forneceu à Folha cópia dos documentos relativos a esta liberação, obtidos no Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira).

O dinheiro foi liberado dentro do Pnac (Programa Nacional de

Orçamento) em 7 de novembro de 1990, quatro dias depois da emissão pela FAE da Ordem Bancária 900B02333, em favor da SAB, no valor de Cr\$ 2 bilhões. Poucos dias depois, a conta "fantasma" recebeu um depósito equivalente a US\$ 735 mil. Dali saíram, no dia 14 do mesmo mês, US\$ 90 milhões para Junqueira —exatos 4,5% do total liberado para a SAB. No dia 16, Junqueira pagou Roriz.

Os 4,5%, na hipótese investigada pela CPI, seriam correspondentes a parte da propina, destinada a Junqueira por dois lobistas que teriam comandado a intermediação do negócio.

Na versão que chegou à CPI, Junqueira recebeu parte do dinheiro porque mobilizou alguns amigos para garantir a liberação do dinheiro. Entre os amigos estaria Roriz —ligado ao então presidente Fernando Collor. Por causa dessa ajuda, o governador teria recebido os US\$ 159 mil de Junqueira. No mesmo caso estaria o empresário Luiz Estevão, dono do grupo OK e amigo pessoal de Collor. O grupo OK recebeu de Junqueira o equivalente a US\$ 180 mil.

Colaborou DENISE MADUENO, da Sucursal de Brasília

tem através de sua assessoria de imprensa que não tem nada a esclarecer sobre a denúncia de que teria recebido dinheiro por licitação superfaturada na Fundação de Assistência ao Estudante.

"O que havia era uma dívida do jornalista Ronaldo Junqueira com o governador. De onde veio o dinheiro e se era lícito ou não, cabe ao jornalista esclarecer", disse Welington Moraes, secretário de Comunicação do Distrito Federal.

De acordo com Welington, na data em que está sendo questionado o repasse desse dinheiro —14 de novembro de 90—, Roriz era apenas governador eleito do DF. "Não deve responder então como governador", completou o secretário de Roriz.

Outra denúncia rebatida por Roriz é quanto ao superfaturamento na ampliação do presídio da Papuda. Auditoria da CPI identificou superfaturamento entre 60% e 100%, além de haver indícios de acordo prévio entre as empreiteiras que realizaram a obra.

Segundo ele, o TCU (Tribunal de Contas da União) não

teve em consideração a denúncia do GDF.

Roriz usa um dado do Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça que aponta o custo de construção de uma penitenciária em US\$ 1,370 por metro quadrado. A Papuda teve custo, segundo o GDF, de US\$ 700 o metro.

Quanto à suspensão da primeira licitação do presídio, diz Roriz que a decisão foi tomada pelo ex-governador Vanderlei Vallim, depois ratificada pelo Tribunal de Contas do DF.

Até as 20h15, o secretário de Comunicação não havia dado a sua versão sobre a entrevista do ex-capataz Valdivino Vieira Pinheiro, que negou ter feito movimentações financeiras em nome de Roriz e aponta falsificação das suas assinaturas em uma conta do Banco Progresso.

A Folha deixou recado desde quarta-feira para Ronaldo Junqueira. Não houve retorno. O telefone fornecido pela Telebrasil, que estava desligado.

No caso de Luiz Estevão, a Folha deixou recado no escritório. Não houve retorno.

Para Passarinho, houve abuso

Da Sucursal de Brasília

O presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), disse que foi um "abuso" a investigação de contas bancárias de pessoas cujo sigilo bancário não tinha sido quebrado. A investigação foi realizada pela Subcomissão de Bancos.

Passarinho quer saber como a subcomissão conseguiu ter informações sobre as contas do jornalista Ronaldo Junqueira, do "fantasma" Wanderlan Soares e de Valdivino Pinheiro, ex-capataz do governador Joaquim Roriz. As contas tinham ligação com Roriz,

A CPI tinha autorizado apenas a quebra de sigilo das contas de Roriz. Esta quebra permitia que a Subcomissão de Bancos rastreasse a origem de todos os depósitos feitos na conta de Roriz. A pesquisa demonstrou que o governador tinha recebido um cheque equivalente a US\$ 159 mil saído de uma conta do jornalista Ronaldo Junqueira no Banco Progresso.

Para investigar a conta de Junqueira, a CPI deveria ter quebrado seu sigilo bancário. O problema é que, antes mesmo que a quebra de sigilo fosse proposta, a

Subcomissão de Bancos divulgou cheques depositados na conta do jornalista. Os cheques eram da conta de Wanderlan Soares, que também não tinha tido o sigilo quebrado. A CPI descobriu que a conta era fantasma.

O mesmo processo aconteceu com uma conta do Banco Progresso em nome do ex-capataz Valdivino. Investigando a conta de Roriz, a CPI descobriu depósitos milionários vindos da conta do empregado. Depois a subcomissão divulgou cheques de Valdivino para sete deputados distritais de Brasília, sem que o sigilo bancário dele tivesse sido quebrado.

A investigação destas contas sem autorização da CPI é ilegal. A subcomissão se defende dizendo que as informações sobre Valdivino, Junqueira e Wanderlan foram enviadas pelo BC dentro da investigação para descobrir a origem do dinheiro depositado na conta de Roriz. Esta operação seria autorizada pela quebra de sigilo do governador. O BC negou oficialmente que tivesse recebido qualquer pedido da CPI para investigar contas de pessoas ligadas a Roriz.

INVESTIGAÇÃO SOBRE RORIZ

1. A conta fantasma em nome de Wandertan Dias Soares, no Banco Brasileiro Comercial, transferiu o equivalente a US\$ 730 mil para a conta do jornalista Ronaldo Junqueira.
2. A conta de Valdivino Vieira Pinheiro, administrador de fazendas de Roriz, no Banco Progresso. Dessa conta, saíram US\$ 588 mil para a conta do governador.
3. Uma relação de 15 nomes que funcionariam como testas-de-ferro de Roriz na compra de propriedades rurais. Entre eles está Geraldo Alves Barbosa.
4. A CPI já localizou depósitos de Roriz para Barbosa. As propriedades sob investigação M localizam no município de Luminia (GO).
5. A movimentação bancária do governador da ordem de US\$ 6,3 milhões, entre dezembro de 88 e setembro de 93.
6. O crescimento patrimonial do governador, é incompatível com os rendimentos declarados.
7. O convênio firmado pelo governo do DF com o Ministério da Ação Social para construção de galpões em todo o país. O documento, assinado por Roriz, tem data de 31 de dezembro de 1990.
8. O fantasma Wanderlan Dias Soares pode ter nascido de uma propina paga pela SAB (Sociedade de Abastecimento de Brasília) para liberar US\$ 17 milhões na FAE (Fundação de Assistência ao Estudante).

Além disso, há indícios fortes de acerto prévio entre as empreiteiras que participaram da licitação para definir o vencedor —no, caso a OAS.

No mesmo período, o rendimento assalariado de Roriz somou o total de apenas US\$ 170 mil.

Naquele dia, ele ainda não tinha assumido o cargo. A obra ferri entregue a uma entidade assistencial, que se transformou em construtora. O dinheiro passou pela Secretaria de Comunicação Social do GDF.

A CPI COMPLETA NO DIA DE HOJE

87

dias de funcionamento

28.78

595

CAPA

Quebrado sigilo de ex-capataz de Roriz

Depois de uma reunião tensa, a CPI do Orçamento decidiu ontem quebrar o sigilo bancário do fantasma Wanderlan Soares, do ex-capataz do governador Joaquim Roriz, Valdivino Pinheiro, do jornalista Ronaldo Junqueira, da Fundação Essência e de sua presidente, Joana D'Arc. Os três primeiros aparecem no esquema de distribuição de dinheiro para sete deputados distritais ligados

ao governador. Assim que soube da decisão, Roriz declarou-se muito satisfeito pois a investigação "vai comprovar que não são fundamentadas essas denúncias". A CPI revelou ontem estar apurando a destinação de 735 mil dólares de uma verba do programa de merenda escolar para diversos implicados nas investigações.

Páginas 5 e 8

CARLOS MOURA



Distritais estiveram ontem com Passarinho pedindo documentos sobre GDF

Presidente da Câmara distrital está em inquérito

A CPI do Orçamento recebeu ontem cópia de inquérito instaurado na Justiça do Distrito Federal que envolve a Fundação Fraternidade Essência do Brasil em irregularidades praticadas pelo presidente da Assembleia Distrital, deputado Benício Tavares (PP). O nome de Benício ainda não aparecera nas investigações da CPI. Numa das irregularidades, seu ex-assessor, Suede Miranda Leite, recebe dinheiro destinado à construção de um galpão que fora anteriormente erguido pela Fundação.

A Associação de Deficientes Físicos de Brasília à época (1991), presidida por Benício, recebeu CR\$ 230 milhões para reforma de um galpão. Mas o referido galpão, segundo o promotor de Justiça, Vandir da Silva Ferreira, "não foi reformado" e tratava-se do mesmo construído pela Fundação Essência.

Fundação usou de artifício

As irregularidades descobertas pela CPI do Orçamento no convênio assinado pelo governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, com o Ministério da Ação Social não se resumem à data da assinatura. Para ser escolhida — sem licitação — para construir 54 galpões da Companhia de Desenvolvimento do Planalto (Codeplan), a Fundação Fraternidade Essência do Brasil usou artifício. Obteve na Associação Comercial do Distrito Federal "declaração de exclusividade" para "fornecimento, montagem e construção de casas pré-montadas, escolas, creches, asilos para idosos, parques de lazer e equipamentos para ginástica em troncos de madeiras laminadas, fixadas com sarrafos sem pregos, com exclusividade também para o Estado de Goiás".

Os parlamentares consideram um absurdo que a declaração tenha sido concedida pela Associação.



Os distritais da Oposição cercam Passarinho no Congresso: pedindo o envio de provas, que só irão após a CPI

Benício nega-se a convocar distritais para abrir CPI

O presidente da Câmara Legislativa, Benício Tavares (PP) afirmou ontem que não fará convocação extraordinária da Casa para avaliar as denúncias envolvendo o governador Joaquim Roriz e sete deputados distritais antes da conclusão do relatório final da CPI do Orçamento, no próximo dia 24. Benício não atendeu aos apelos da bancada oposicionista, que queria a retomada imediata dos trabalhos e alegou que a Câmara já foi



ma, estaremos evitando também um jogo de governo contra a oposição, pois a minha postura deve ser neutra, de Magistrado, e não posso me precipitar", disse Benício.

O presidente da Câmara Legislativa, que estava fora da cidade, retornou ontem a Brasília e participou pela manhã de uma reunião das bancadas federal e distrital do PP com o governador Joaquim Roriz, na residência oficial de Águas Claras. Benício disse que o seu retorno à cidade não foi uma determinação do governador, e declarou que a reunião da bancada não abordou as últimas denúncias envolvendo o GDF e parlamentares. "Cheguei atrasado à reunião e estavam sendo debatidos temas mais amplos. Voltei porque achei que seria mais pro-

conflitantes. Ainda não conversei sobre isto com eles", disse.

No início da noite, Benício recebeu os deputados Cláudio Monteiro (PPS) e Eurípedes Camargo (líder do PT), que pediram a convocação, alertando que a imagem da Câmara Legislativa seria afetada se a Casa se omitisse. "Estou disposto a conversar, mas no momento não existe quorum e já tivemos duas convocações extraordinárias. Quando o relatório for concluído, poderemos avaliar o que escapou da CPI", repetiu. Eurípedes, Cláudio Monteiro e Agnelo Queiroz (PC do B), acompanhados do deputado federal Augusto Carvalho (PPS-DF), estiveram também com o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, para tentar obter a documentação existente

Ministério suspende verba à Papuda desde dezembro

O Ministério da Justiça suspendeu o repasse de recursos para a ampliação do presídio da Papuda há mais de três meses, desde que foi informado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que havia irregularidades na construção. Um repasse no valor de CR\$ 939 milhões foi suspenso até que as investigações apontem as falhas no processo licitatório e no preço da obra iniciada em 1988.

Segundo o diretor do Departamento de Assuntos Penitenciários (Depen), Léo Sebastião Davi, o ministério está esperando apenas o comunicado oficial do TCU para deflagrar as medidas de apuração em conjunto com o Governo do Distrito Federal (GDF), a quem a obra está subordinada. Caso fiquem constatadas irregularidades no processo licitatório e de superfaturamento, o GDF deverá realizar outra licitação. Se comprovadas as irregularidades a

O AS ficará inidônea para participar de outras licitações públicas.

A estimativa inicial da obra era de um CR\$ 1 milhão 754 mil (valores de 1988). Desde então, o Ministério da Justiça vem repassando os recursos para a ampliação do complexo C, inclusive com uma ala destinada a mulheres. Em dezembro passado, estava previsto o repasse dos CR\$ 939 milhões juntamente com outros recursos destinados a segurança pública do DF.

A ampliação da Papuda estava prevista para ser encerrada em 1990, mas não houve disponibilidade de recursos do Tesouro Nacional para a conclusão. No ano passado houve cortes no Orçamento que impediu que a construção avançasse. Em função do atraso o Ministério da Justiça renovou o convênio em 1991, 1992, 1993 e 1994 com a assinatura de aditivos.

Denúncia veio do Tribunal

Foi uma auditoria iniciada pelo Tribunal de Contas da União que apontou superfaturamento em duas obras da primeira gestão do governador Joaquim Roriz: a escola técnica de Taguatinga e, antes dela, o setor C da Papuda. A construção da escola técnica, custou 12 milhões de dólares, enquanto poderia ter sido feita por seis milhões de dólares, segundo o preço de mercado na época levantado pelos auditores. Com esta obra, sobe para 40,5 milhões de dólares o total de superfaturamento em apenas duas obras ligadas ao primeiro governo Roriz.

A primeira obra que a CPI constatou superfaturamento foi a construção do setor C da penitenciária Papuda. Que, segundo auditoria do TCU teve seus preços cem por cento acima do valor real. Os dois convênios, tan-

superfaturado e só contou com duas empresas: a Cosa! e a OAS. A penitenciária teve várias concorrentes no papel mas a mesma pessoa pegou cópia do edital para a OAS e mais quatro das empresas que se apresentaram para participar da licitação.

Depois de apresentar uma análise técnica detalhada da proposta de cada empresa, o TCU concluiu que "houve, formalmente, acerto entre as empresas durante a elaboração das propostas".

No caso da licitação para a escola técnica, os auditores suspeitam de um acerto prévio entre a OAS e a Cosa! Construções e Saneamento Ltda, a empresa vencedora. Apenas as duas se apresentaram para participar do edital, que, segundo o TCU, apresenta uma série de irregularidades, inclusive, o preço-base acabou superfaturado.

O secretário de imprensa do GDF, Welington Moraes, afirmou que o governador pretende encaminhar uma série de documentos à CPI para comprovar que não houve qualquer irregu-

Se que
3434
597

As irregularidades descobertas pela CPI do Orçamento no convênio assinado pelo governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, com o Ministério da Ação Social não se resumem à data da assinatura. Para ser escolhida — sem licitação — para construir 54 galpões da Companhia de Desenvolvimento do Planalto (Codeplan), a Fundação Essência do Brasil usou artifício. Obteve na Associação Comercial do Distrito Federal "declaração de exclusividade" para "fornecimento, montagem e construção de casas pré-moldadas, escolas, creches, asilos para idosos, parques de lazer e equipamentos para ginástica em troncos de madeiras laminadas, fixadas com sarrafos sem pregos, com exclusividade também para o Estado de Goiás".

Os parlamentares consideram um absurdo que a declaração tenha sido concedida pela Associação Comercial, quando só teria crédito se assinada por alguma entidade vinculada à construção civil. Mesmo assim, os deputados Sérgio Miranda (PC do B/MG) e Augusto Carvalho (PPS-DF) estranham que alguém tenha exclusividade para a construção de escolas, creches e asilos.

Advertência — Dois técnicos da Companhia de Desenvolvimento do Planalto (Codeplan), designados para fiscalizar a obra — José Roberto Silva de Domênico e Guilherme Boechat Véo — alertaram, em 21 de março de 1991, a diretoria de Administração da empresa que a declaração era inconsistente, pois o projeto previa uma edificação convencional.

A declaração foi obtida em 21 de fevereiro de 1991, depois que a empresa do DF, a Novacap, já havia entregue à Fundação Essência 55 estruturas metálicas que serviriam para a construção dos galpões. As estruturas foram doadas pelo Ministério da Ação Social ao Governo do DF por um termo de compromisso assinado em 6 de fevereiro.

O convênio para a construção dos galpões previa a liberação de R\$ 208,9 milhões (em valores da época, cerca de 1,2 milhão de dólares). Metade desse valor, R\$ 104,45 milhões, foi liberado em 5 de fevereiro de 1991 e recebido pela Fundação Essência em 5 de março, dia em que foi assinado o contrato entre a Fundação e a Codeplan. O dinheiro ficou parado um mês, mas a CPI ainda não conseguiu descobrir na conta de que entidade foi depositado ou se aplicado no mercado financeiro.

distritais para abrir CPI



O presidente da Câmara Legislativa, Benício Tavares (PP) afirmou ontem que não fará convocação extraordinária da Casa para avaliar as denúncias envolvendo o governador Joaquim Roriz e sete deputados distritais antes da conclusão do relatório final da CPI do Orçamento, no próximo dia 24. Benício não atendeu aos apelos da bancada oposicionista, que queria a retomada imediata dos trabalhos e alegou que a Câmara já foi convocada extraordinariamente duas vezes desde o início do receso, na primeira quinzena de dezembro. De acordo com Benício, a convocação da Câmara agora poderia desmoralizar a instituição, já que a maioria dos deputados não está em Brasília.

"O Congresso Nacional vem fazendo um trabalho sério há meses, portanto devemos esperar o relatório da CPI para discutir de forma ampla os temas que não foram esgotados. Agindo desta for-

ma, estaremos evitando também um jogo de governo contra a oposição, pois a minha postura deve ser neutra, de Magistrado, e não posso me precipitar", disse Benício.

O presidente da Câmara Legislativa, que estava fora da cidade, retornou ontem a Brasília e participou pela manhã de uma reunião das bancadas federal e distrital do PP com o governador Joaquim Roriz, na residência oficial de Aguas Claras. Benício disse que o seu retorno à cidade não foi uma determinação do governador, e declarou que a reunião da bancada não abordou as últimas denúncias envolvendo o GDF e parlamentares. "Cheguei atrasado à reunião e estavam sendo debatidos temas mais amplos. Voltei porque achei que seria mais prudente, diante da situação", explicou.

À tarde, Benício recebeu em seu gabinete os deputados Fernando Neves e Cílon Araújo (PP) e depois Peniel Pacheco (PTB), um dos envolvidos nas denúncias. Mas o presidente frisou que não teve tempo de pedir a qualquer dos sete deputados informações sobre os depósitos no Banco do Progresso. "Só sei o que li nos jornais e algumas informações eram

confiantes. Ainda não conversei sobre isto com eles", disse.

No início da noite, Benício recebeu os deputados Cláudio Monteiro (PPS) e Eurípedes Camargo (líder do PT), que pediram a convocação, alertando que a imagem da Câmara Legislativa seria afetada se a Casa se omitisse. "Estou disposto a conversar, mas no momento não existe quorum e já tivemos duas convocações extraordinárias. Quando o relatório for concluído, poderemos avaliar o que escapou da CPI", repetiu. Eurípedes, Cláudio Monteiro e Agnelo Queiroz (PC do B), acompanhados do deputado federal Augusto Carvalho (PPS-DF), estiveram também com o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, para tentar obter a documentação existente contra o governador Roriz. Passarinho disse que a comissão ainda está apurando as denúncias.

Os deputados insistiram que a reação popular seria muito desfavorável. Mas Benício argumentou que as cobranças da sociedade só começariam quando a CPI apresentar suas conclusões. "No momento não posso ser favorável à instalação de uma CPI na Câmara Legislativa, pois ela precisa estar fundamentada. Mas estou disposto a conversar", afirmou.

Foi «uma auditoria iniciada pelo Tribunal de Contas da União que apontou superfaturamento em duas obras da primeira gestão do governador Joaquim Roriz: a escola técnica de Taguatinga e, antes dela, o seio C da Papuda. A construção da escola técnica, custou 12 milhões de dólares, enquanto poderia ter sido feita por seis milhões de dólares, segundo o preço de mercado na época levantado pelos auditores. Com esta obra, sobe para 40,5 milhões de dólares o total de superfaturamento em apenas duas obras ligadas ao primeiro governo Roriz.

A primeira obra que a CPI constatou superfaturamento foi a construção do seio C da penitenciária Papuda, que, segundo auditoria do TCU teve seus preços cem por cento acima do valor real. Os dois convênios, tanto da escola técnica como da penitenciária, foram assinados em 1989. No caso da escola, os recursos foram repassados pelo Ministério da Educação. Na época, o ministro era Carlos Sant'Anna, hoje secretário de Saúde do governador Joaquim Roriz.

Quando à licitação, os dois casos apresentam irregularidades, segundo relatório da auditoria. A da escola teve o preço-base

para a OAS v mais quatro títulos, empresas que se apresentaram para participar da licitação.

Depois de apresentar uma análise técnica detalhada da proposta de cada empresa, o TCU concluiu que "houve, logicamente, acerto entre as empresas durante a elaboração das propostas".

No caso da licitação para a escola técnica, os auditores suspeitam de um acerto prévio entre a OAS e a Cosal Construções e Saneamento Ltda, a empresa vencedora. Apenas as duas se apresentaram para participar do edital, que, segundo o TCU, apresenta uma série de irregularidades, inclusive, preço-base acabou superfaturado.

O secretário de imprensa do GDF, Welington Moraes, afirmou que o governador pretende encaminhar uma série de documentos à CPI para comprovar que não houve qualquer irregularidade na contratação das obras. Como exemplo, ele citou uma outra penitenciária construída recentemente pelo Ministério da Justiça que teve um custo médio de mil 370 dólares o metro quadrado enquanto o do setor C da Papuda custou mil dólares o metro quadrado. Procurada ontem ao início da noite, a assessoria de imprensa de Sant'Anna também ficou de prestar esclarecimentos a CPI.

Como os deputados receberam

O deputado Peniel Pacheco (PTB) conta como conseguiu os recursos creditados em sua conta, no Banco do Progresso:

"Ao final do primeiro semestre de 1991, conversando com alguns parlamentares, tomei conhecimento de que haveria uma Unha de crédito a pessoas físicas junto ao Banco do Progresso.

Indagado se teria interesse em contratar empréstimo junto aquele banco, resolvi analisar as condições oferecidas pelo mesmo.

Tomei, então, a iniciativa de procurar aquela instituição bancária para obter maiores informações, ocasião em que me foram apresentadas as condições para a concretização da operação de crédito, quais sejam a apresentação de ficha cadastral com comprovante de rendimentos, garantias fiduciárias, mediante notas promissórias devidamente avalizadas por duas pessoas idôneas e abrir conta-corrente naquela agência para o

crédito do empréstimo e débito das parcelas relativas ao mesmo.

Tomei as providências exigidas, ocasionando o lançamento em minha conta do valor estipulado para o empréstimo, que correspondia ao teto máximo compatível com os rendimentos indicados em meu cadastro.

A partir de então, nas respectivas datas de vencimento, as parcelas foram sendo debitadas em conta-corrente, sendo resgatadas as correspondentes notas promissórias dadas em garantia, até a quitação completa do empréstimo contraído.

Qual não foi a minha surpresa ao ouvir de uma repórter, na última segunda-feira, que existiam denúncias referentes ao crédito em minha conta-corrente do Banco do Progresso, de uma importância originária de terceiros, que coincidia com as datas e os valores da movimentação relativa ao empréstimo mencionado.

Estarrecido, entrei em contato com o referido banco, objeti-

vando esclarecer as razões da denúncia, sendo informado que, por acaso do empréstimo, não foi possível concretizar a operação diretamente pelo banco e que, por iniciativa própria, a gerência daquele estabelecimento recorreu ao governador do Distrito Federal, recebendo deste autorização para transferir os recursos necessários à concretização do empréstimo.

Somente então pude tomar conhecimento do que realmente havia ocorrido, lamentando profundamente o fato de não ter sido consultado, em momento algum, se concordava com a intermediação do senhor governador para a viabilização do contrato de crédito.

Posso garantir que se tivesse tomado conhecimento de que o empréstimo não seria feito com recursos do próprio banco, não o teria sequer solicitado.

Por esta razão, solicitei àquela instituição bancária o completo esclarecimento desta operação realizada à minha revelia?

Governo diz que já atendeu ao TCU

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Distrito Federal rebateu, ontem, as denúncias da CPI do Orçamento sobre superfaturamento e irregularidades na licitação das obras de ampliação da Penitenciária da Papuda. Em nota divulgada no final da tarde, a SSP informa que a Construtora OAS já substituiu a carta de fiança da Coesa Comércio e Engenharia Ltda, empresa da qual a OAS é acionista majoritária, por uma fiança bancária do Banco Nacional. Essa era uma das irregularidades apontadas.

A nota informa que a troca da garantia foi feita depois de uma inspeção da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Justiça (Ciset/MJ). "Nenhuma outra recomendação ou crítica foram feitas pela Ciset/MJ, em qualquer das prestações de contas", acrescenta. A SSP afirma que, quanto a uma possível combinação de preços entre as empresas participantes do consórcio vencedor da licitação, o relatório do TCU isenta o Governo do DF, "na medida em que afirma que pôde constatar

que o sigilo de todos os procedimentos foi preservado".

A Secretaria nega o superfaturamento, como teria constatado o TCU. De acordo com a SSP, técnicos do tribunal "tomaram por base para levantamento dos custos, o custo parcial de um residência em Brasília. Como comparar os custos de uma residência com os custos de um prédio de segurança máxima? pergunta. O texto afirma que o custo médio do prédio foi arrendado por engenheiros da Secretaria de Obras da Secretaria, que verificaram estar abaixo do preço médio com o qual trabalham técnicos do Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça (Depen/MJ). De acordo com nota, o custo médio por metro quadrado do Depen/MJ é de 1,1 mil dólares, enquanto o custo médio da construção na Papuda é de um mil dólares.

O texto divulgado não se refere ao envolvimento da Construtora Argon, do deputado distrital Roriz, no consórcio vencedor.

95/35
1991

Benício prefere aguardar pelo relatório final

O presidente da Câmara Legislativa, deputado **Benício Tavares (PP)**, afastou ontem a possibilidade de o plenário se manifestar sobre as denúncias de corrupção envolvendo sete distritais e o governador Joaquim Roriz antes de conhecer o teor do relatório final da CPI do Orçamento, previsto para ser divulgado no próximo dia 24. Com isto, ele derruba a tese defendida pela oposição de convocar extraordinariamente os parlamentares, na próxima semana, para apreciar o pedido de abertura de uma CPI no âmbito local que apure a liberação de empréstimo pelo governador do DF para os distritais do PP.

Na leitura de Benício Tavares, a Câmara estaria fazendo prejulgamento se discutisse a instalação de uma CPI desconhecendo o resultado do relatório. "É mais razoável iniciarmos os debates em 1º de fevereiro, no reinício das atividades legislativas", ponderou, depois de uma reunião com parlamentares do Partido Progressista. O presidente da Câmara usa como argumento o fato de a maioria dos distritais estarem fora de Brasília, em viagem de férias. "Uma convocação agora não terá quorum suficiente", justifica.

Impeachment — De acordo com o presidente da Câmara, a ausência da maioria dos deputados da oposição — principais interessados na abertura da CPI — só reforça a tese de que o momento não é oportuno para apreciar a proposta. "Depois do recesso teremos tempo de sobra, e dados suficientes, para avaliar até que ponto é necessário o pedido da CPI", salienta.

Quanto ao teor das denúncias, ele não quis fazer maiores observações. "Só conversei com o deputado Gilson Araújo e, pelo W senti, se tratou de uma operação bancária normal e legal, mas vou precisar ouvir os demais para tomar uma posição". Sobre a hipótese de as acusações chegarem ao ponto de provocar o impeachment do governador Joaquim Roriz, Benício foi enfático: "É muito prematuro falar nisso. Temos que avaliar os fatos; e só depois de conhecê-los a fundo partir para um julgamento", completa.

* TCU apura obra superfaturada

Mais uma obra superfaturada na gestão do governador Joaquim Roriz — a Escola Técnica de Taguatinga — foi apurada em uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), entregue à CPI do Orçamento. Os técnicos acusaram fraude na licitação da obra ocorrida em setembro de 1989, que teve o preço-base sigiloso mais de 100% superior ao valor orçado por uma empresa contratada pelo MEC. O governador Roriz enviou ontem à CPI documento no qual transfere para o Governo Federal qualquer responsabilidade pelas supostas irregularidades na construção da escola.

O preço-base da licitação foi fixado em NCz\$ 9,77 milhões (valor de maio/89), embora o orçamento básico elaborado pela Figueiredo Ferraz, autora do projeto, foi NCz\$ 4,21 milhões. Em setembro de 89, quando foi feita a concorrência, o preço-base foi encaminhado em envelope lacrado, corrigido para o valor de NCz\$ 43,09 milhões. As duas empreiteiras que concorreram à obra, OAS e Cosal, apresentaram propostas quase idênticas, nos valores de NCz\$ 41,96 e NCz\$ 41,04, respectivamente. A Cosal foi a vencedora da licitação.

Os auditores suspeitam de um acordo prévio entre a OAS e Cosal e apontaram o superfaturamento do preço-base. Segundo o relatório do TCU, o custo do metro quadrado da obra ficou em US\$ 1,7 mil, enquanto que a Escola Classe 316 em

Santa Maria teve um custo de US\$ 240, e o Centro de Ensino da CL 308, na mesma satélite, de US\$ 162.

De acordo com o documento enviado à CPI por Roriz, cabia ao Ministério da Educação fornecer o edital, indicar o preço-base da obra e homologar a licitação. "Ao Distrito Federal, por intermédio de sua Secretaria de Educação, caberia apenas receber o repasse em contas exclusivas e executar a obra", diz o texto. O governador explica que os estados beneficiados pela construção de 41 escolas, projeto do qual fazia parte a Escola Técnica de Taguatinga, assinaram convênio idêntico.

Recursos — As verbas liberadas para a Escola Técnica foram repassadas pelo ministro Carlos Sant'Anna, é época ocupando a pasta da Educação, e atualmente secretário de Saúde do GDF. O governador reitera que as obras, iniciadas em novembro de 89, ficaram paradas entre 7 de março de 90 e 10 de setembro de 92, por falta de recursos. Segundo dados da Subcomissão de Emendas da CPI, foram liquidados CR\$ 9,3 bilhões no Orçamento da União de 1992 (valor orçamentário). Tanto o senador Valmir Campeio (PTB-DF), como a deputada Eurides Brito (PP-DF), apresentaram emendas ao orçamento para a construção da escola. Prevaleceu a emenda de Valmir, de CR\$ 3,2 bilhões, da qual o relator acatou CR\$ 1,6 bilhão.

SSP nega denúncia sobre Papuda

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Distrito Federal rebateu, ontem, as denúncias da CPI do Orçamento sobre superfaturamento e irregularidades na licitação das obras de ampliação da Penitenciária da Papuda. Em nota divulgada no final da tarde, a SSP informa que a Construtora OAS já substituiu a carta de fiança da Coesa Comércio e Engenharia Ltda., empresa da qual a OAS é acionista majoritária, por uma fiança bancária do Banco Nacional. Essa era uma das irregularidades apontadas em auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A nota informa que a troca da garantia foi feita depois de uma inspeção da Secretaria de Controle In-

terno do Ministério da Justiça (Ciset/MJ).

A secretaria nega o superfaturamento, como teria constatado o TCU. De acordo com a SSP, os técnicos do tribunal "tomaram por base para levantamento dos custos, o custo parcial de uma residência em Brasília". Como comparar os custos de uma residência com os custos de um presídio de segurança máxima?, pergunta. O texto afirma que o custo médio do presídio foi apurado por engenheiros da assessoria de Obras da secretaria, que verificaram estar abaixo do preço médio com o qual trabalham os técnicos do Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça (Depen/MJ).

J. DE BRAS. LIA 34/37
14/01/94
600

A quebra do sigilo bancário do jornalista Ronaldo Junqueira, do fantasma Wanderlan Dias Soares e do capataz Valdivino Dias Soares — os três ligados & movimentação financeira do governador Joaquim Roriz — gerou mais uma crise na CPI do Orçamento. Antes do pedido ser aprovado pelo plenário, o senador Jarbas Passarinho reclamou com o deputado Benito Gama, coordenador da Subcomissão de Bancos, a respeito da investigação da vida financeira de pessoas que não Unham o sigilo quebrado. "Ocorreu algo muito estranho e grave. O Banco Central forneceu documentos sobre pessoas que não tiveram o sigilo quebrado", protestou Passarinho, que se recusava a "oficializar uma bandalheira".

Indignado, o senador ameaçou cancelar a reunião do final da tarde, quando o pedido seria votado em plenário, mas foi convencido por Benito Gama de que não havia irregularidade. Depois, o plenário da CPI aprovou a quebra do sigilo dos três, da Fundação Fraternidade Essênia e da sua presidente, Joana D'Arc da Rosa. "Eu fico muito satisfeito com essa decisão, pois será a grande oportunidade de provar a minha inocência, diante dos últimos acontecimentos envolvendo o meu nome, desses personagens e da entidade", afirmou Roriz, logo após a reunião da CPI.

Origem — Em nota distribuída pela Secretaria de Comunicação Social, Roriz explica que quando



recebeu um cheque do jornalista Ronaldo Junqueira, resgatando uma dívida, em 1990, sequer era governador. Ele também desconhece a origem dos recursos usados por Junqueira para quitar o débito e nega qualquer envolvimento com o fantasma Wanderlan Dias Soares. O jornalista e empresário garantiu que "não foi inspirador, nem operador da conta fantasma" em nome de Wanderlan. Ele disse que "na hora oportuna, ou seja, sem explorações políticas em torno do tema, esclarecerei toda a questão que diz respeito à minha pessoa".

O presidente da CPI resistiu & aprovação da quebra do sigilo bancário das pessoas e entidades ligadas ao governador do DF, porque não viu ligação de Roriz com o escândalo do Orçamento. Passarinho ficou chocado ao ser informado que havia sido aprovada a quebra do sigilo com votos contrários dos senadores Cid Sabóia, Pedro Teixeira, Jonas Pinheiro, Gilberto Miranda e Francisco Rollemberg. Passarinho ficou bastante irritado com a divulgação de informações sobre as contas de Valdivino, Wanderlan e Junqueira, sem quebra de sigilo.

Durante as discussões sobre o assunto, Benito Gama chegou a ser acusado de pressionar a direção do Banco Progresso para liberar a documentação. No final, o deputado Aloísio Mercadante explicou que as informações chegaram a partir de diligências feitas pelo Banco Central, a pedido da CPI, com origem na conta do governador.

Fundação Essênia aponta a Codeplan

A presidente da Fundação Fraternidade Essênia, Joana D'Arc Fraga Rosa, responsabilizou, ontem, o funcionário da Companhia de Desenvolvimento do Planalto (Codeplan), Guilherme Boechat, "por todas as negociações, levantamento de custos, transporte de materiais, fiscalização e pagamentos" das obras de construção de 54 galpões através de convênio firmado entre o Ministério da Ação Social e o Governo do Distrito Federal. O convênio foi denunciado à CPI do Orçamento, pelo deputado Sérgio Miranda (PC do B/MG), sob a alegação de várias irregularidades, como a assinatura do governador no convênio antes mesmos de sua posse.

Foi a primeira vez que a presidente da fundação pronunciou-se depois que estouraram as denúncias no último sábado, durante depoimento do governador a membros da CPI. "Querem pegar um jacaré. Passa um gato e pegam o gato", protestou Joana D'Arc. O funcionário da Codeplan, Guilherme Boechat, interrompeu suas férias em Guarapari, "para atender chamado da direção da Codeplan", e chegou ontem a noite à Brasília. Ele disse estar disposto a apresentar todas as planilhas de custos da construção dos galpões ao JBr e, ainda à CPI do Orçamento se forem requisitadas. Mas os documentos, segundo ele, estão em poder da empresa. "Não temos nada a esconder", frisou. Ele negou denúncia do deputado Augusto Carvalho (PPS/DF) de que não foi considerada a doação de estruturas metálicas pelo Ministério da Ação Social para a construção dos galpões. "Isso já estava previsto nos preços da obra. O deputado está transmitindo inverdades", assegurou.

O presidente da Codeplan, Reinaldo Mustafa, disse ontem à noite que o assunto está sendo tratado pela comissão criada pelo secretário de Fazenda, Everardo Maciel, para investigar o convênio. Ele negou que a direção da empresa tenha convocado Ricardo Boechat. "Ele foi chamado pela comissão", concluiu.

Merenda pode envolver fantasma

A CPI da Máfia do Orçamento está investigando uma denúncia que o fantasma Wanderlan Dias Soares, que aparece de forma indireta nas contas do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, recebeu cerca de US\$ 800 mil em novembro de 1990 de uma empresa fornecedora de merenda escolar para o Fundo de Assistência ao Estudante (FAE). O depósito equivale a 10% do total da venda, e teria sido feito poucos dias antes de Wanderlan Soares ter depositado US\$ 730 mil na conta de Ronaldo Junqueira, que, por sua vez, depositou US\$ 150 mil na conta de Roriz na mesma ocasião. Na época do depósito, Joaquim Roriz já tinha sido eleito, mas ainda não havia sido empossa-

do no governo, o que ocorreu só em 1º de janeiro de 1991. V

A denúncia foi feita ontem à Subcomissão de Bancos por duas pessoas diferentes, uma residente em Brasília e outra em Nova Iorque. Em telefonemas a membros da Subcomissão de Bancos as duas pessoas se identificaram, relataram o mesmo fato e deram o nome da empresa fornecedora. A identidade das pessoas e o nome da empresa fornecedora estão sendo mantidos em sigilo pelos membros da Subcomissão de Bancos. A empresa também será investigada se nas contas de Wanderlan Soares, que teve seu sigilo bancário quebrado, a Subcomissão de Bancos identificar os documentos do depósito.



Subcomissão de subvenções sociais pode incluir hoje mais um nome, o do deputado Ricardo Fiúza

Relatório propõe a cassação de 14

Governador será citado em 3 crimes

BRASÍLIA — A CPI da máfia do Orçamento definiu ontem a primeira lista de 14 parlamentares que terão indicação de cassação no parecer final do relator Roberto Magalhães (PFL-PE). Essa primeira lista consta do relatório da subcomissão de subvenções sociais, concluído ontem à noite e o primeiro divulgado oficialmente. Magalhães anunciou que vai incorporar integralmente o parecer e as indicações de cassação da subcomissão de subvenções sociais. A relação pode ter um 15º nome: o do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que será ouvido hoje.

— O trabalho do senador Garibaldi Alves foi excepcional. Pretendo incorporar integralmente seu relatório em meu relatório geral — informou Magalhães.

Estão na lista de indicação de cassação da subcomissão os seguintes parlamentares: senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), deputados João Alves (sem partido-BA), Paulo Portugal (PP-RJ), Fábio Ranzuetti (PTB-RJ), João de Deus Antunes (PP-RS), Raquel Cândido (PTB-RO), José Geraldo (PMDB-MG), Cid Carvalho (PMDB-MA), Manoel Moreira (PMDB-SP), Genivaldo Correia (PMDB-BA), Feres Nader (PTB-RJ), Paes Landim (PFL-PI), Carlos Benevides (PMDB-CE), Daniel Silva (PP-MA).

Hoje, o deputado Ricardo Fiúza vai tentar explicar novas denúncias feitas pelo economista José Carlos Alves dos Santos, que em depoimento na última semana detalhou um bilhete em que o então ministro da Ação Social pedia a liberação de verbas de subvenção para entidades ligadas aos "anões" do Orçamento.

—SIGILO— Foi uma sessão tensa, mas depois de muita obstrução os membros da CPI da máfia do Orçamento decidiram aprofundar as investigações sobre o governador Joaquim Roriz (DF), aprovando a quebra de sigilo bancário do capataz Valdivino Pinheiro, do "fantasma" Wanderlan Dias Soares, do jornalista Ronaldo Junqueira, às Fundação Fraternidade Essência e de sua presidente, Joana D'Arc. O coordenador da subcomissão de Bancos, deputado Benito Gama (PFL-BA), disse que as diligências feitas preliminarmente nas contas das pessoas ligadas a Roriz foram legais, avaliadas pelo BC.

Na página 7, "Casos em aberto" e "Poder e representação"

Caso Roriz aumenta conflito na CPI

Passarinho se irrita com quebra de sigilo

BRASÍLIA — A descoberta de irregularidades envolvendo o governador Joaquim Roriz acirrou ainda mais os ânimos entre membros da CPI da máfia do Orçamento. De um lado estão os integrantes da "tropa de choque" arregimentada pelo próprio Roriz, que tentam barrar as investigações. Do outro, ficam os coordenadores das subcomissões, que lutam para evitar a paralisação das investigações.

O próprio presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), tem se mostrado vulnerável às pressões que vem recebendo da amiga de juventude e antiga colaboradora Eurides Brito, uma acreana que Roriz nomeou secretária de Educação de Brasília. Ela e Roriz telefonam diariamente para o presidente da CPI.

Para fugir da pouca disposição de Passarinho de submeter ao plenário a quebra de sigilo bancário do jornalista Ronaldo Junqueira, do capataz Valdivi-



Senador Jarbas Passarinho, presidente da CPI: "Ex estou chumbado"

no Pinheiro é do "fantasma" Wanderlan Dias Soares, o coordenador da subcomissão de Bancos, deputado Benito Gama (PFL-BA), está fazendo uma triagem das informações que vem recebendo de diversas fontes.

As contas tiveram o sigilo quebrado sem autorização da CPI e isso é muito grave. Agora eu tenho que aprovar para regularizar uma irregularidade? O que esse Valdivino Pinheiro (em a ver com o Orçamento?) — reagiu Passarinho.

Na parte da manhã, Passarinho chegou a anunciar que não haveria reunião plenária para aprovar as quebras de sigilo, mas voltou atrás e confirmou a reunião. No início da tarde, ele foi para casa, porque estava passando mal. Na véspera, tivera uma crise de labirintite.

— Estou chumbado! O Sturgeson já dá sono, junto com Valium fica pior ainda — reclamou Passarinho, que só voltaria à para o depoimento de Carlos Chiarelli.

Escola custou US\$ 6 milhões a mais

DESENE NOTIMENBURG
JOSE PAULO TUPINAMBA

BRASÍLIA — Uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) entregue à CPI do Orçamento, aponta mais uma obra superfaturada na primeira gestão de Joaquim Roriz como governador do Distrito Federal: a escola técnica de Taguatinga. O prédio custou US\$ 12 milhões, quando poderia ter sido feito por US\$ 6 milhões. Com isso, sobe para US\$ 40,5 milhões, o total de superfaturamento em apenas duas obras do Governo Roriz.

A primeira obra em que a CPI constatou superfaturamento foi a construção do setor "C" da penitenciária Papuda, que, segundo auditoria do TCU, teve seus preços 100% acima do valor real.

Os dois convênios, tanto da escola técnica como da penitenciária, foram assinados em 1988. No caso da escola, os recursos foram repassados pelo Ministério da Educação. Na época, o ministro era Carlos Sant'Ana, que hoje é o secretário de Saúde do governador Joaquim Roriz.

Quanto à licitação, os dois casos apresentam irregularidades. A da escola teve o preço-base superfaturado e só contou com duas empresas: a Cosal e a OAS. A penitenciária teve várias concorrentes no papel, mas a mesma pessoa pegou cópia do edital para a OAS e mais quatro das dez empresas que se apresentaram para participar da licitação. Depois de apresentar uma análise técnica detalhada da proposta de cada empresa, o TCU concluiu que "houve, forçosamente, acer-

to entre as empresas durante a elaboração das propostas". No caso da licitação para a escola técnica, os auditores suspeitam de um acordo prévio entre a OAS e a Cosal construções e Saneamento Ltda.

Roriz enviou ontem um documento à CPI do Orçamento, atribuindo ao Governo federal eventuais irregularidades na licitação que escolheu a Cosal para construir a Escola Técnica de Taguatinga. No texto, ele alega que o Ministério é que ficou responsável pela licitação, incluindo desde o fornecimento do edital, indicação do preço-base, do índice de reajuste de preço da obra e de bonificação por despesas indiretas, até a homologação do resultado. A diretoria da OAS comunicou ontem que não vai comentar o assunto.

MARIA LIMA

BRASÍLIA — O relatório final da subcomissão de emendas vai sugerir o enquadramento do governador Joaquim Roriz, do Distrito Federal, nos crimes de emprego irregular de verbas públicas, falsidade ideológica e falsificação de documento público. Os três crimes tipificados pelo Código de Processo Penal prevêem penas que vão de 15 dias a cinco anos de reclusão. A assinatura de um convênio entre o Ministério da Ação Social e o Governo do Distrito Federal para a construção dos galpões pela Fundação Fraternidade Essência, em 31 de dezembro de 1990 — antes da posse de Roriz como governador — esta tipificada como delito criminal em dois artigos: o 299 (falsificação de documento público) e o 324 (exercício da função pública antes de satisfeitas as exigências legais).

O convênio foi assinado pelo governador «pela ex-ministra Margarida Procópio em 31 de dezembro. No mesmo dia foi feito o empenho. Dias depois a Fundação Essência ganhou a CT-Usidade para a construção dos galpões, descumprindo a exigência de licitação que o contrato previa. Pelo relatório do TCU feito na fundação, está claro que houve desvio de recursos do Orçamento para esse programa —



Roriz: subcomissão pedirá punição

disse o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG).

O terceiro delito que será imputado a Roriz diz respeito à aplicação no mercado financeiro dos recursos repassados pela União para o pagamento dos funcionários das Fundações de Saúde e Educação do DF. Em seu depoimento, Roriz confessou que a União repassa os recursos no dia 10 de cada mês e ele determina a aplicação no mercado financeiro até o fim do mês. O resultado dessa aplicação Roriz disse que usa em obras. Segundo Miranda, «é uma clara transgressão do artigo 315 do Código Penal, que trata do emprego irregular de verbas públicas».

SEU CORAÇÃO
AGÜENTA?

GRATUITO

A Faculdade de Educação Física

34/38
601

que o então ministro da Justiça Social pedia a liberação de verbas de subvenção para entidades ligadas aos "anos" do Orçamento.

•SIGILO — Foi uma sessão tensa, mas depois de muita obstrução os membros da CPI da máfia do Orçamento decidiram aprofundar as investigações sobre o governador Joaquim Roriz (DF), aprovando a quebra de sigilo bancário do capataz Valdivino Pinheiro, do "fantasma" Wanderlan Dias Soares, do jornalista Ronaldo Junqueira, da Fundação Fraternidade Essência e de sua presidente, Joana D'Arc. O condenado da subcomissão de Bancos, deputado Renato Gama (PFL-BA), disse que as diligências feitas preliminarmente nas contas das pessoas ligadas a Roriz fariam legais, avaliadas pelo BC.

Na página 7, "Canais de denúncia" e "Canais de denúncia"

Na página 7, "Canais de denúncia" e "Canais de denúncia"

dinheiro de merenda
BRASILIA - A CPI da máfia do Orçamento está investigando denúncia de que o fantasma Wanderlan Dias Soares -- que aparece, de forma indireta nas contas do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz -- recebeu cerca de US\$ 800 mil em novembro de 1990 de uma empresa fornecedora de merenda escolar para o Fundo de Assistência ao Estudante (FAE). O depósito equivale a 10% do total da venda e teria sido feito poucos dias antes de Wanderlan ter depositado US\$ 730 mil na conta do jornalista Ronaldo Junqueira, que, por sua vez, depositou US\$ 150 mil na conta de Roriz na mesma ocasião. Na época do depósito, Roriz já tinha sido eleito, mas ainda não tinha sido empossado no Governo, o que só ocorreu em 1º de janeiro de 1991.

A denúncia foi feita ontem à subcomissão de bancos da CPI por duas pessoas diferentes, uma residente em Brasília e outra em Nova York. Em telefonemas a membros da subcomissão, as duas pessoas se identificaram, relataram o mesmo fato e deram o nome da empresa fornecedora. A identidade delas e o nome da empresa fornecedora estão sendo mantidos em sigilo pelos membros da subcomissão.

Roriz distribuiu ontem nota oficial ao saber que novas denúncias haviam sido formuladas contra seu nome.
"1 — Em 1990, quando recebi cheque do jornalista Ronaldo Junqueira resgatando dívida que ele tinha para comigo, eu sequer era governador.

"2 — Desconheço a origem dos recursos de que o sr. Junqueira se valeu para pagar aquela dívida.

"3 — Jamais tive qualquer relacionamento, seja pessoal, seja de outra ordem, com o sr. Wanderlan Dias Soares."

Escola custou US\$ 6 milhões a mais

DEISE ROTHENBURG e JOSÉ PAULO TURPINIAMBÁ

BRASILIA — Uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) entregue à CPI do Orçamento aponta mais uma obra superfaturada: a primeira gestão de Joaquim Roriz como governador do Distrito Federal: a escola técnica de Taguatinga. O prédio custou US\$ 12 milhões, quando poderia ter sido feito por US\$ 6 milhões. Com isso, sobe para US\$ 40,5 milhões, o total de superfaturamento em apenas duas obras do Governo Roriz.

A primeira obra em que a CPI constatou superfaturamento foi a construção do setor "C" da penitenciária Papuda, que, segundo a auditoria do TCU, teve seus preços 100% acima do valor real.

Os dois convênios, tanto da escola técnica como da penitenciária, foram assinados em 1989. No caso da escola, os recursos foram repassados pelo Ministério da Educação. Na época, o ministro era Carlos Sant'Ana, que hoje é o secretário de Saúde do governador Joaquim Roriz.

Quanto à licitação, os dois casos apresentam irregularidades. A da escola teve o preço-base superfaturado e só contou com duas empresas: a Cosal e a OAS. A penitenciária teve várias concorrentes no papel, mas a mesma pessoa pegou cópia do edital para a OAS e mais quatro das dez empresas que se apresentaram para participar da licitação. Depois de apresentar uma análise técnica detalhada da proposta de cada empresa, o TCU concluiu que "houve, forçosamente, acerto entre as empresas durante a elaboração das propostas". No caso da licitação para a escola técnica, os auditores suspeitam de um acordo prévio entre a OAS e a Cosal construções e Saneamento Ltda.

Roriz enviou ontem um documento à CPI do Orçamento, atribuindo ao Governo federal eventuais irregularidades na licitação que escolheu a Cosal para construir a Escola Técnica de Taguatinga. No texto, ele alega que o Ministério é que ficou responsável pela licitação, incluindo desde o fornecimento do edital indicação do preço-base, do índice de reajuste de preço da obra e de bonificação por despesas indiretas, até a homologação do resultado. A diretoria da OAS comunicou ontem que não vai comentar o assunto.

O COLEGIO ANDREWS LANÇA O SISTEMA DE CREDITO PARA SEGUNDO GRAU COM UM CRÉDITO QUE NENHUM OUTRO COLÉGIO TEM.

Só um colégio com a tradição do Andrews pode lançar um sistema de credito que permite a conclusão do curso até em 2 anos, inclusive para alunos transferidos, com o mesmo nível de ensino do curso em 3 séries. Só um colégio com 75 anos dedicados ao aperfeiçoamento e modernização dos métodos educacionais, pode oferecer o segundo grau nos dois sistemas com a mesma qualidade e credibilidade. Só mesmo o Andrews tem o crédito de ser o Andrews.



Colégio Andrews
Praia de Botafogo, 308
Tel.: 551-7742

MATRÍCULAS ABERTAS

SEU (ORAÇÃO) AGÜENTA?

GRATUITO

A Faculdade de Educação Física
Corporal — Universidade Estadual de São Paulo — oferece, gratuitamente, avaliação feita
computadorizada no SM LABORATÓRIO MÓVEL
que estará à disposição dos interessados,
das 9h às 17h, nos seguintes locais:

PRAIA DA BARRA DA TIJUCA
(BARRAMARES)

16/01

PRAIA DE IPANEMA
(RUA GARCIA D'ÁVILA)

23/01

Testes

• Aptidão Cardiovascular
• Pressão Arterial
• Flexibilidade

• Composição Corporal
• Força e Endurance Muscular
• Performance

Faça seu Teste e saiba, no ato, como
computadorizada e personalizada com resultado
da evolução, prescrição da atividade física
e orientação básica nutricional.

INICIATIVA COLABORAÇÃO



551/7742
2002

INVESTIGAÇÃO

CPI apura liberação-relâmpago de US\$ 60 mi

Empresa ligada a Roriz recebeu o dinheiro de fundação do governo, para compra de merenda, em apenas 8 dias

ELVIS CESAR BONASSA
Da Sucursal de Brasília

A CPI do Orçamento descobriu ontem que o repasse de recursos da FAE (Fundação de Assistência ao Estudante) para a SAB (Sociedade de Abastecimento de Brasília) chegou a US\$ 60 milhões em apenas oito dias—entre 29 de outubro e 6 de novembro de 90. O valor foi obtido pelos deputados Augusto Carvalho (PPS-DF) e Zaire Rezende (PMDB-MG) em diligência realizada ontem na fundação.

A CPI investiga a denúncia de que a conta "fantasma" de Wanderton Dias Soares, aberta em novembro daquele ano, nasceu de propinas pagas nessa negociação. Esse "fantasma" abasteceu o jornalista Ronaldo Janquetta com o equivalente a US\$ 730 mil. Desse lotai. Junqueira repassou US\$ 159,2 mil para a conta do governador Joaquim Roriz (DF). Em novembro de 90, Roriz não era

governador mas a SAB era controlada por seu grupo político.

Merenda

O dinheiro repassado à SAB foi empregado na compra de merenda escolar. Em uma reunião conjunta, em 24 de outubro daquele ano, a FAE e a SAB decidiram gastar US\$ 7 milhões em merenda. Para acelerar o processo de compra, declararam "emergência". Isso em final de ano, próximo às férias escolares, época em que cessa o consumo da merenda.

A liberação dos recursos para a SAB teve uma tramitação relâmpago dentro da FAE. No dia 26 de outubro, uma sexta-feira, o então diretor de apoio alimentar e nutricional da FAE, Rubem Noé Wilke, mandou um memorando ao presidente da FAE pedindo a liberação da primeira parcela, de Cr\$ 4 bilhões (US\$ 34 milhões). No mesmo dia, o pedido percorreu todos os trâmites burocráticos necessários—normalmente demora dez dias. No dia 29, segunda-feira, o dinheiro foi pago.

As duas liberações seguintes conseguiram bater o recorde de velocidade em liberação de recur-

sos. Em 5, de novembro, um ofício semelhante ao anterior pedia ao presidente da FAE a liberação de Cr\$ 2 bilhões (US\$ 17 milhões). O protocolo registra a chegada do pedido às 14h50. No mesmo dia, por volta das 18h, a FAB emitiu a ordem bancária em favor da SAB.

O terceiro pagamento, no dia seguinte, manteve a mesma velocidade: mais Cr\$ 1,5 bilhão (US\$ 12,7 milhões). O processo de liberação consumiu uma única tarde—o pedido havia chegado às mãos do presidente da FAE às 13h.

Sem licitação

A tramitação das compras dentro da SAB também obedeceu uma velocidade incomum no serviço público. No dia 24 de outubro, uma reunião conjunta entre FAE e SAB decidiu comprar 12 mil toneladas de alimentos formulados (pré elaborados, de preparo instantâneo). Usando o argumento de "emergência" não foi realizada licitação—empregou-se irregularmente o processo de carta convite. Graças a isso, apenas cinco dias depois a SAB já dispunha do nome das 13 empresas que forneceriam os alimentos.



O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP)

OUTROLADO

Governador não responde

Da Sucursal de Brasília

A Folha está tentando há dois dias uma entrevista com o governador Joaquim Roriz. O secretário de Comunicação Social, José Wellington, disse que ele aceita falar, mas não marcou a entrevista. Desde que a CPI começou a reunir denúncias, Roriz tem garantido ser inocente.

Roriz nega qualquer relação com a conta "fantasma" em nome de Wanderton Dias Soares, encontrada pela CPI. Ele admite ter usado uma conta bancária do et-capataz de suas fazendas, Valdivino Pinheiro, mas diz que só o fez para negócios de suas fazendas.

Roriz admite ter feito depósitos por deputados distritais. Segundo ele, foram empréstimos.

PP vai discutir expulsão dia 25

Da Sucursal do Rio

O PP vai aguardar a divulgação do relatório final da CPI do Orçamento, prevista para o próximo dia 24, para decidir se o governador Joaquim Roriz (DF) será expulso do partido. A informação foi dada ontem pelo presidente nacional do PP, Álvaro Dias.

"Se os fatos divulgados forem comprovados pela CPI, não vamos contemporizar: expulsaremos os dois do partido", disse Álvaro Dias. Além de Roriz, corre risco de expulsão por envolvimento no escândalo o deputado Paulo Portugal (RJ). A Comissão de Ética do partido definiu para o dia 25 a data para o julgamento interno dos dois filiados.

O presidente da Executiva Regional do PP no Rio, Tércio Lins e Silva, designou ontem o tesoureiro do partido no Estado, Max Szajn, como relator do processo contra Paulo Portugal. O deputado encaminhou uma defesa ao partido. Portugal é acusado de desvio de subvenções sociais.

Fiúza depõe por 8 horas e não convence

Da Sucursal de Brasília

Pelo menos na Subcomissão de Subvenções Sociais, o nome do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) deverá estar incluído na lista de cassados depois de seu depoimento de ontem. Em oito horas de depoimento, ele não conseguiu repetir a boa atuação de sua primeira passagem pela CPI do Orçamento. Além de problemas ligados à destinação de verbas para entidades filantrópicas, Fiúza também deixou sem explicação algumas questões ligadas à Subcomissão de Emendas.

Em sua primeira atuação como relator dos parlamentares envolvidos no escândalo do Orçamento, o deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP) apontou três questões pendentes no depoimento de Fiúza: a destinação de subvenções sociais para quatro prefeituras inadimplentes de Sergipe, a inclusão de emendas no Orçamento de 92 depois da sua aprovação e o empréstimo da Caixa Econômica Federal à usina Jacaná, de propriedade da família de Fiúza.

Acusações

A Subcomissão de Subvenções Sociais aguardava apenas o depoimento de Fiúza para concluir a pane de seus relatório referente às acusações contra parlamentares. No depoimento, Fiúza afirmou que, como ministro da Ação Social, nunca destinou recursos para entidades inadimplentes.

A CPI descobriu que Fiúza liberou verbas para quatro municípios de Sergipe apenas seis dias depois de a Coordenação de Orçamento e Finanças do próprio Ministério da Ação Social alertá-lo que as prefeituras dos municípios não estavam em dia com as suas contas.

Ameaça

Ao caminho de seu primeiro depoimento à CPI, Fiúza não estava calmo. O deputado começou ameaçando os parlamentares da Subcomissão de Subvenções Sociais e os representantes das demais subcomissões que o inquiriram. "Não estou disposto a ser inquirido por deputado travestido

de polícia. O tratamento que receber, darei em dobro", ameaçou.

"Vou garantir aos parlamentares todas as prerrogativas inerentes ao trabalho de investigação. Não vou aceitar que o deputado Fiúza agreda ou iniba quem quer que seja", respondeu o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), presidente da subcomissão.

O empréstimo da Caiu à usina Jacaná, já mencionado no primeiro depoimento de Fiúza, voltou a ser discutido ontem. Fiúza afirmou que o empréstimo foi contratado com juros de mercado. E acrescentou: "Não é assunto ligado ao Orçamento. Não tem que ser discutido aqui". "Ainda que não seja, o empréstimo é de interesse público. Assim, será relatado por essa CPI", respondeu Roberto Rollemberg.

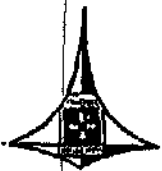
Sobre o relatório da Odebrecht que afirma que incluiu no Orçamento de 92 US\$ 102 milhões em emendas do interesse da empreiteira, Fiúza disse desconhecer os interesses específicos da Odebrecht no Orçamento.



Ricardo Fiúza depõe à Subcomissão de Subvenções Sociais

603

* 34/40



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

34/42

605

TAQUI.: KATIA

REVISOR: GERALDO

HORA: 11:45 Nº: 0-34.

DATA: 01/02

ORADOR:

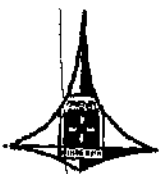
O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o
Deputado Maurílio Silva.

O SR. MAURÍLIO SILVA (PP. Sem revisão do orador.) - Sr.
Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, pessoal da galeria que aqui
veio para acompanhar nossos trabalhos hoje.

Sr, Presidente, venho a esta tribuna com a tranquilidade
de sempre. No entanto, gostaria de chamar a atenção de todos aqueles que
nos acompanham pelo serviço de som, nas galerias e aqui no plenário.

O que ocorreu de fato, nestes últimos dias, foi qualquer
coisa de absurdo e abusiva, quando recentemente, tomei conhecimento de que
meu nome fora envolvido em empréstimo ilegal, a imprensa chegou a afirmar
que eu havia feito . operação ilegal, com fantasma.

Em nenhum momento me dirigi a estabelecimento que



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

606

TAQUI.: KATIA

REVISOR: GERALDO

HORA: 11:45 Nº: 0-34.43

DATA: 01/02/94

ORADOR: Dep. Maurílio Silva

não seja devidamente regulamentado pelo Banco Central do Brasil. Banco este que hoje contesto. Contesto o Banco Central, tendo em vista que, na prática, houve quebra ilegal do meu e de outros sigilos bancários *por esse Banco.*

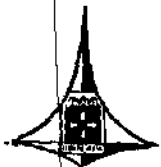
Ao dar uma entrevista recentemente, ao Jornal de Brasília onde o título foi: "Maurílio cobra explicação sobre a quebra do sigilo", recebi inclusive do Banco Central telefonemas de pessoas preocupadas com o que eu havia falado. Não há, Sras. e Srs., sigilo bancário neste país.

No mês de novembro eu tinha conhecimento de que minhas contas estavam sendo investigadas.

No dia 8 de dezembro fui informado aqui nesta Casa que todas minhas contas estavam abertas. O Banco Central depois tentando arrumar, apreendendo algumas mariposas de holofotes da CPI, decidiu quebrar o sigilo de algumas pessoas, só não quebraram oficialmente o nosso sigilo, tendo em vista que tínhamos o respaldo do art. 61 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Eu não tenho absolutamente nada o que esconder. Quando cheguei a esta Casa, Líder do Governo, cheguei sem ter recursos. Não cheguei aqui com dinheiro de empresário nenhum, não cheguei aqui com dinheiro público...

S/Célia...



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

607

TAQUI.: CELIA

REVISOR: ALICEA

HORA: 11h50 Nº: 0/35.1

,DATA: 1.2.94

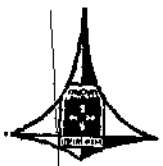
ORADOR: Dep. Maurílio Silva

cheguei aqui com a minha base eleitoral -grande parte dos evangélicos do Distrito Federal - e tenho procurado honrá-los. Nesses últimos dias,o que eu sofri talvez nenhum dos Srs. possa imaginar. Em particular,o abalo que isto causou à minha família,à minha esposa é muito maior do que V. Exas. po ,sam calcular. É um absurdo o que se faz neste País em alguns momentos. Eu devo dizer que a vida pública, certamente, não foi para mim a melhor coisa. Patei toda a minha vida com decência, honestidade, com equilíbrio que, hoje, tento manter, mas, devo dizer que nao é fácil ver nossa vida ser investigada de maneira ilegal. Tomar conhecimento disso em novembro, e saber, dia 8 de dezembro, oficialmente, só em 3 de janeiro é que comunicaram.

Sr. Presidente, preciso de um pouco mais de tempo e da tolerância de meus companheiros para expor esta situação.

Recebo telefonema de uma rede de televisão, dizendo literalmente isto: "você tomou um empréstimo?" Eu disse: "Sim" Eu não tomei só um empréstimo, Sras. e Srs. , sou um homem que vive de salário, tomei vários empréstimos, mas paguei todos eles, eu tenho crédito para isso.

j Quando confirmei que tomei o empréstimo e paguei em 5 vezes, então, literalmente, parte da imprensa disse; " a sua declaração não interessa mais." Queriam que eu fizesse o quê? Negasse o empréstimo? Por que não levantaram OS em préstimos que fiz no BRB? Oito empréstimos nestes 6 últimos anos. Por que não



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

608

TAQUI.: CÉLIA

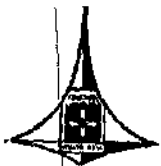
REVISOR: ALICEA

HORA: 11h50 Nº: 0/35.2

DATA: 1.2.94

ORADOR: Dep. Maurílio Silva

levantaram os empréstimos que fiz no Banco Real? Não. Só procuraram fazer algo para me prejudicar. Por que não levantaram meu patrimônio de 1988, quando eu trabalhava para o Fontoura White, que sendo uma empresa multinacional exigia que se declarasse renda, o que fiz, declarei o que tinha em 1988 e foi o mesmo que declarei em 1990 no Tribunal Regional Eleitoral. Não foi diferente, Srs. e Srs. E, hoje, estou colocando para a Mesa desta Casa, precisamente, 24 documentos. No final de meu pronunciamento farei a entrega ao Presidente desta Casa, mostrando o meu patrimônio desde 1968. Não é um patrimônio vindo de negócios ilícitos. Vou mostrar o que tenho hoje: uma chácara, porque vendi uma casa para comprar a e está devidamente registrada a venda e a compra na minha declaração de renda de 1992, ano-base de 1991. Vou entregar também os documentos do DETRAN, onde constam um carro no meu nome e outro em nome de minha mulher. É tudo o que possuo. Também documentos da Telebrasil, mostrando que duas linhas telefônicas, já que o celular não consta, é prestação de serviços e não linha. Está aqui e mostro para os Srs. . Passei o dia 31 de dezembro para o dia 1º de janeiro a descoberto no BRB, em CRS 182.000,00, porque não tinha dinheiro para cobrir a minha conta, só pude fazê-lo no final de janeiro. Não sou nenhum bandido, nenhum crápula, mas devo mostrar que nesta cidade há pessoas, crápulas de informação, em sair difamando pais de família, homens honrados que cumprem com os seus deveres. Absolutamente não tenho do que me envergonhar e não vim a esta Casa, Srs.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

609

TAQUI.: CELIA

REVISOR: ALICEA

HORA: 11h50 Nº: 0/35.3

DATA: 1:2.94

ORADOR: Dep. Maurílio Silva

e Srs. , de cabeça baixa. Na noite de ontem minha mulher me perguntou se eu estava preocupado. Eu disse: "Não." Passo às mãos da Presidência - tenho 5 documentos iguais a estes - que provam que eu paguei o



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

610

TAQUI.: ELIANE

REVISOR: ALICÉA

HORA: 11:55 Nº: 0 -36.1

DATA: 1.02.94

ORADOR: O SR. MAURÍLIO SILVA (continuação)

empréstimo do Banco do Progresso. Aqui está, Sr. Presidente, a primeira parte dos documentos.

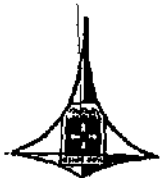
Pagar quatrocentos e trinta e quatro mil cruzeiros, naquela época, era difícil para mim. Liquidei meu débito, não devo àquele Banco nem obrigação, porque me cobraram juros e eu paguei. Quando se paga juros não se deve nem obrigação.

Entrei com uma ação, na Justiça, contra o Banco do Progresso. Não contra, mas no sentido de notificá-lo para que explique quais foram as operações feitas na minha conta bancária, porque eu não tenho poderes para adentrar na contabilidade dele e discutir,

Passo às mãos da Presidência desta Casa todas as minhas declarações de renda dos últimos cinco anos. Estão aqui.

i Rigorosamente, Sr. Presidente, é a mesma, infelizmente, porque este é um País onde não conseguimos crescer e desenvolver. É a mesma de 1968, porque ao sair de uma empresa multinacional fui trabalhar numa grande outra empresa, Pibigás do Brasil, onde passei quase quinze anos, onde também exigiam a prestação de declaração de imposto de renda.

Passo às mãos de V. Exa. todas as certidões de Cartórios



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

611

TAQUI.: ELIANE

REVISOR: ALICÉA

HORA: 11:55 Nº: 0-36.2

DATA: 01.02.94

ORADOR::

no meu nome, da minha esposa e dos meus filhos, Cartório de Registro de Imóveis do Distrito Federal. Não possuo, infelizmente, nada a não ser uma chácara no INCRA VIII, apenas com 4,5 hectares.

Passo às mãos, Sr. Presidente, também de V. Exa., documentos do DETRAN, onde provo que eu possuo dois automóveis, e nada mais além disso, sendo que um ainda está alienado ao Banco Holandês, pois que ainda devo lá, me parece, que cinco prestações.

Passo às mãos de V. Exa., Sr. Presidente, a ação que entrei contra um bandido chamado Aldo Monteiro, que não tem nada a ver com o Deputado Cláudio Monteiro. A Deputada Maria de Lourdes Abadia e o Deputado Agnelo Queiroz conhecem bem este crápula. É um cidadão que tentou vender parte do Cemitério Campo da Esperança. O Deputado Agnelo Queiroz, a Deputada Maria de Lourdes Abadia e eu fizemos um projeto de lei e cópia desse projeto se encontra aqui nessa ação. Este bandido estava explorando os pobres desta cidade e espero que ele esteja aqui me ouvindo. Nós estivemos com o Sr. Secretário, naquela ocasião, ou melhor Chefe do Gabinete Civil, tentamos aprovar uma lei, tivemos um problema com referência ao art. 175 da Constituição Federal. Este crápula, naquela época, me mandou uma carta de ameaça e eu enviei-a à Mesa, daque



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

612

TAQUI.: ELIANE

REVISOR: ALICÊA

HORA: 11:55 Nº: 0-36.3

DATA: 01.02.94

ORADOR:

Na ocasião, e o encontrei, aqui no corredor, quando ele também fez ameaças à minha vida. Eu disse a ele que não tinha medo de bandido, quando eu estava defendendo a sociedade, defendendo pobres que, na hora da dor, eram espoliados por aquele cidadão. Este homem vai à imprensa, agora, recentemente, e diz: "Evangelicos pedem punição para Deputados envolvidos". Este, inclusive, um documento que me foi passado pelo nobre Deputado Agnelo Queiroz, mostrando que este homem assinou um termo de embalsamento ilegal, porque ele é semi-analfabeto e o br. Agnelo Queiroz sabe que só um médico pode assinar esse termo. Aqui está a ação que entrei na Justiça contra ele. Passo às mãos desta Presidência,

Passo às mãos desta Presidência, também, a notificação judicial ao Banco do Progresso.

E devo concluir, faltando um documento. Passo às mãos,

S/Hermione



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: HERMIONE

REVISOR: ARNAUD

HORA: 12:00 Nº: 0.37.1

DATA: 01.02.94

ORADOR: MAURILIO SILVA

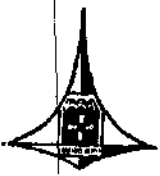
del V.Exa. os ofícios de 1 a 24, pedindo à Presidência desta Casa que faça uma análise junto ao Banco do Progresso e faça um levantamento junto ao Banco Central do Brasil, e que a Consultoria Jurídica da Casa me responda onde foi que cometi algum ilícito penal.

Moro nesta cidade há 34 anos e não tenho de que me envergonhar. Acho que o Banco Central cometeu um absurdo - não são palavras minhas, são palavras do nobre Senador Jarbas Passarinho, a um jornal desta Capital: - "O Senador Jarbas Passarinho, Presidente da CPI do Orçamento, disse que a quebra de sigilo de Deputados Distritais foi feita por funcionários do Banco Central, sem conhecimento da CPI".

Estou notificando, hoje, judicialmente o Banco Central, para o reparo dos danos que ele me causou.

Senhoras e senhores, quero encerrar dizendo o seguinte: não é destruindo que vamos consertar este País; não é transferindo o Conselho de Valores Mobiliários para o Rio de Janeiro, não é transferindo o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que vamos consertar o Distrito Federal. O caminho não é o Sr. Paulo Delgado ir a um programa de televisão propor a extinção da Câmara Legislativa - e não sabia como fazer, não conhecia nem mesmo o art. 32 da Constituição Federal. O cidadão não sabia o que falar e enrolou o tempo.

Senhoras e senhores, devo dizer da minha profunda irritação quando aqui



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

614

TAQUI. : HERMIONE

REVISOR: ARNAUD

HORA: 12:00 Nº: 0:37.2

DATA: 01.02.94

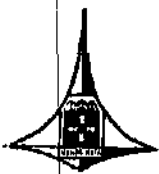
ORADOR:

*Célio.

estive como líder do Governo e disseram que eu conhecia um esquema. Eu não conhecia o esquema, não participei nem participo de esquemas. Mas eu disse na televisão e quero repetir aqui: sou amigo do Governador Roriz; continuo amigo do Governador Roriz e não deixo companheiro no meio do caminho. Penso que é no mínimo um ato de ombridade de um homem continuar amigo de outro em qualquer situação.

Quero dizer também que um jornal, que atribuía a responsabilidade ao afirmado aos partidos políticos do Distrito Federal, à CUT e 32 outros afiliados, diz que eles querem a CPI para investigar desvios de verbas públicas. Está aqui. Quero que todos eles me provem na Justiça - estou entrando com 39 processos, individualmente - quero que eles me provem qual foi a verba pública que desviei neste País ou em qualquer país onde estive. Esta é uma questão de honra e vou até o fim. Não tenho a mínima preocupação com o tempo, pois são 39 processos a que estou dando entrada na Justiça hoje. Eles terão de provar qual foi a verba pública que desviei neste País, em Brasília ou em qualquer outro lugar. Não tenho medo de partido político, não tenho medo de CUT, não tenho medo absolutamente de nada na defesa dos meus direitos, na defesa do meu mandato e daqueles que votaram em mim e me enviaram para esta Casa.

Aqui ficam os meus registros e também a minha gratidão aos Deputados da minha bancada nesta Casa, tais como Deputado Aroldo Satake, Deputado Jorge



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

613

TAQUI.: HERMIONE REVISOR: ARNAUD HORA: 12:00 Nº: 0:37.3

PATA: 01.02.94 ORADOR: *

*Célio.

Cauhy, Deputado Odilon Aires, Deputada Rose Mary Miranda, Deputado Fernando Naves, Deputado Peniel Pacheco, Deputado Benício Tavares, Deputado Edimar Pireneus, Deputado Gilson Araújo e a tantos outros que estiverem solzdários comigo nestes dias difícies.

Senhores e Senhoras, meu muito obrigado, pedindo desculpas, porque às; vezes, a irritação me atinge mais do que posso suportar.

(Documentos a que se refere o Sr. Deputado Maurílio Silva:)

037/4

616

OI 007/94-GMS

Brasília, 31 de Janeiro de 1994.

Senhor Presidente,

Em virtude das citações do meu nome nos meios de comunicação, referente ao empréstimo efetuado junto ao banco Progreso S/A, encaminho a Vossa Excelência cópias das documentações comprobatórias do referido empréstimo que foi devidamente quitado nas datas de vencimento.

1) Documento nº 01

Aviso de débito nº 982283
no valor de Cr\$ 425.000,00

2) Documento nº 02

Aviso de débito nº 998513
no valor de Cr\$ 429.000,00

3) Documento nº 03

Aviso de débito nº 998857
no valor de Cr\$ 434.000,00

Ao Exmo. Sr.
Deputado BENÍCIO TAVARES
DD. Presidente da Câmara Legislativa do DF
N E B T A

037/5

617

4) Documento nº 04

Aviso de débito nº 976356
no valor de Cr\$ 438.000,00

5) Documento nº 05

Aviso de débito nº 014638
no valor de Cr\$ 442.000,00

Informo ainda que o Empréstimo foi realizado de forma absolutamente lícita, cumprindo todas as exigências bancárias, segundo se pode constatar na presente documentação que envio com o objetivo de mostrar a forma transparente da referida operação financeira.

Encaminho ainda, cópias do imposto de renda dos últimos cinco anos, cópias das certidões dos cartórios de imóveis com a devida comprovação dos bens e duas ações na justiça.

1) Documentos nºs 06, 07, 08, 09 e 10

Declarações do imposto de renda nos anos bast? 1992, 1991, 1990, 1989 e 1988.

2) Documentos nºs 11, 12, 14, 15 e 16

Certidões de nada consta dos cartórios 19, 29, 49, 59 e 69. Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal.

3) Documento nº 13

Certidão do Cartório de 39 Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal na qual consta uma propriedade em meu nome, localizada à QSE: 05 casa 08.

037/6

618

Anexo VAMOS 15 são de direito de venda de 1 estm cas VA em 0 B de
siulho de 199 Sx constando na minha declaração do imposto de
renda ano base 1992.

4) Documentos nºs 17 a 21

Referem-se a veículos cadastrados em
meu nome junto ao DETRAN/DF, fiando que os veículos
constantes nos documentos de 17 a 20 foram vendidos,
conforme comprovação anexa.

5) Documento nº 22

Declaração da Telebrasfilia informando
as linhas telefônicas sob minha titularidade.

6) Documento nº 23

Ação junto ao Ministério Público do
Distrito Federal contra o senhor Aldo Monteiro.

7) Documento nº 24

Notificação ao Banco Progresso S.A.
BohrK em Préstimo pessoal realizado em 1991.

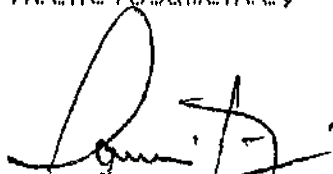
Ufaste, solicito a análise da
documentação em questão, pelo setor Jurídico da Casa, com
indagando da prática de qualquer ilícito penal ou
administrativo, que possa vir a ser imputado como ferimento
ao decoro parlamentar ou outra ilicitude.

037/8

619

Sem mais, renovo meus Protestos de
elevada estima e consideração

Atenciosamente,



MAURÍLIO SILVA
Deputado Distrital

APD/aamc.

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

[3] NÚMERO DO CPF

01335189251 [53]

74] ASSINALE COM UM "X" SE POR DECLARAÇÃO

RETIFICADORA

N

DECURAÇÃO
DE AJUSTE
ANUALMODELO
COMPLETO

1993

1

ANO - CALENDÁRIO 1992
71-RESERVADOARQUIVAMENTO
Mo utilizar grampo nesta área

.5.024.777

75] NOME COMPLETO DO DECLARANTE

MAURILIO SILVA

76] PAI

FILIAÇÃO

HORACIO LUIZ DA SILVA

77] MÃE

IDUINA SILVA DUTRA

78] ENDEREÇO (rua,av,praça,etc)

QSA

79] NÚMERO

14

80] COMPLEMENTO (apto,sala,bloco,etc)

CASA 13

81] BAIRRO/DISTRITO

TAGUATINGA

82] CEP

72015140

83] MUNICÍPIO

BRASILIA

84] UF

85] TELEFONE

DF

0003511655

86] DATA NASCIMENTO

03/07/45

87] SEXO

1 - MASCULINO
2 - FEMININO

88] ESTADO CIVIL

3 - SOLTEIRO 5 - VIÚVO
4 - CASADO 6 - DIVORCIADO 7 - OUTROS

89] NÚMERO DE DEPENDENTES

02

90] SECTOR PRINCIPAL FONTE PAGADORA

26963645000113

91] OCUPAÇÃO PRINCIPAL

MEMBRO DO PODER LEGISLATIVO

92] CÓDIGO

201

93] NATUREZA

4

94] CPF DO CONJUGE

95] ASSINALE COM "X" SE OS BENS ESTÃO
RELACIONADOS NA DECLARAÇÃO DO CONJUGE96] ASSINALE COM "X" SE
EFETUOU DESPESAS PRÓPRIAS
COM INSTRUÇÃO

N

S

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS

VALORES EM UFIR
(utilize duas casas decimais)

RECEBIDOS PESSOAS JURÍDICAS	[01]	135.889.0118
REC.PESSOAS FÍSICAS E DO EXTERIOR	[02]	
RESULTADO TRIBUTÁVEL DA ATIV. RURAL	[03]	
TOTAL (01 + 02 + 03)	[04]	135.889.012

DEDUÇÕES

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA OFICIAL	[07]	fl41.0618
DEPENDENTES (*)	[08]	960.0017
DESPESAS COM INSTRUÇÃO (*)	[09]	650.0018
DESPESAS MÉDICAS	[08]	3.580.162
PENSÃO JUDICIAL	[09]	
LIVRO CAIXA	[10]	
SUBTOTAL (05+06+07+08+09+10)	[11]	6.031.2218
CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES (*)	[12]	8.550.8014
TOTAL (11 + 12)	[13]	14.582.0218

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO (04 - 13)	[14]	121.006.9918
IMPOSTO (CÁLCULO USE TABELA AO LADO)	[15]	26.111.7417
INCENTIVO À CULTURA (*)	[16]	
IMPOSTO DEVIDO (TB - 15)	[17]	26.111.7418

IMPOSTO PAGO

IMPOSTO RETIDO NA FONTE	[18]	28.934.2917
CARNE LEÃO	[19]	
IMPOSTO COMPLEMENTAR	[20]	
IMPOSTO PAGO NO EXTERIOR (*)	[21]	
TOTAL (18 + 19 + 20 + 21)	[22]	28.934.2918

IMPOSTO A RESTITUIR

(22 - 17)	[23]	2.822.5518
-----------	------	------------

SALDO IMPOSTO A PAGAR

(17 - 22)	[24]	
-----------	------	--

PARCELAMENTO

NÚMERO DE QUOTAS (ATE 6)	[25]	10
VALOR DA QUOTA (MÍNIMO DE 60 UFIR)	[26]	

DELEGACIA	REMESSA	DATA	HORA
01101005	000000	21/06/93	17:46:00
POSTO SEERD/FIBRA-----060			
FILIAL	RELAT.	DRF DOMICILIAR	DRF TRAB/ARG
01	RP02	0110100	0110100
		MALHA	PARAM.
		3	00

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL EM UFIR

VALORES EM UFIR
(utilize duas casas decimais)

BENS E DIREITOS - 1991 (V)	[27]	25.568.1915
BENS E DIREITOS - 1992 (B)	[28]	112.282.5813
DÍVIDAS E ÔNUS REAIS - 1991 (C)	[29]	
DÍVIDAS E ÔNUS REAIS - 1992 (D)	[30]	38.317.0318
INFORMAÇÕES DO CONJUGE (E)	[31]	

OUTRAS INFORMAÇÕES

RENT. ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS	[32]	
RENT. SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA	[33]	9.750.0814
IMPOSTO SOBRE GANHOS DE CAPITAL	[34]	
IMPOSTO SOBRE RENDA VARIÁVEL	[35]	
RESULTADO NEGATIVO DA ATIV. RURAL	[36]	

TABELA PROGRESSIVA EM UFIR		
BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA K	PARCELA A DEDUZIR
ATÉ 12.000	-	-
ACIMA DE 12.000 ATÉ 28.400	15	1.800
ACIMA DE 28.400	25	4.140

A PRESENTE DECLARAÇÃO É A EXPRESSÃO DA VERDADE

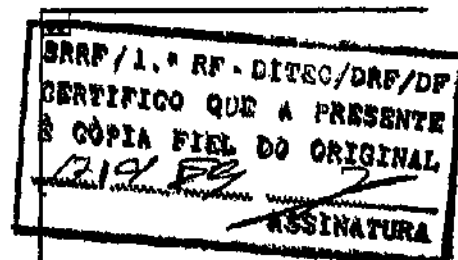
LOCAL

DATA

ASSINATURA DO DECLARANTE OU DE SEU REPRESENTANTE LEGAL

97] ANEXOS A DECLARAÇÃO
(Quantidade)[1] [] COMPROVANTE DE
RENDIMENTOS[2] [] DECLARAÇÃO DE
BENS E DIREITOS[3] [] DANOS DE
CAPITAL[4] [] DANOS EM
RENDA VARIÁVEL[5] [] ATIVIDADE
RURAL

[6] [] OUTROS



037/00 621

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA ANO CALENDÁRIO - 1992	FAR MODELO COMPLETO	1993 5	50 CÓDIGO DO MUNICÍPIO ARQUIVAMENTO 7542.96
--	--------------------------------------	-----------------------------	---

51 NÚMERO DO CPF 03358925152	52 NÚMERO DA DECLARAÇÃO ANTERIOR 5024222	ATENÇÃO: ASSINALE COM "X" EM CASO M ALTERAÇÃO DE NOME DO DECLARANTE
--	--	--

53 MOTIVO DO FAR ☐ 1 GRU ☒ 5 MALHA	54 INTENÇÃO DE SUPLEMENTAR ☐ SIM ☐ NAO
---	--

55 NOME MAURILIO SILVA	☐
----------------------------------	--------------------------

56 NOME DA MÃE

57 ENDEREÇO	58 NÚMERO	59 COMPLEMENTO
--------------------	------------------	-----------------------

60 BAIRRO/DISTRITO	61 CEP	62 MUNICÍPIO	63 UF	64 TELEFONE
---------------------------	---------------	---------------------	--------------	--------------------

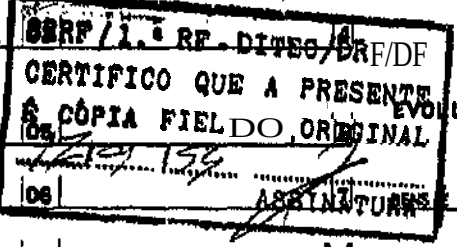
65 DATA DE NASCIMENTO	66 N. DEPENDENTES	67 COD. OCUP. PRINC.	68 NAT. OCUP. PRINC.	69 CPF DO CÔNJUGE
------------------------------	--------------------------	-----------------------------	-----------------------------	--------------------------

70 BENS RELACIONADOS NA DECLARAÇÃO DO CÔNJUGE? ☒ SIM ☐ NÃO	71 EFETUOU DESPESAS PRÓPRIAS COM INSTRUÇÃO? ☐ SIM ☒ NÃO
--	---

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	VALORES EM UFIR (Utilize duas casas decimais)	PARCELAMENTO
--------------------------------	---	---------------------

RECEBIDOS DE PESSOAS JURÍDICAS	01	NÚMERO DE QUOTAS (ATÉ 6)	25
--------------------------------	-----------	--------------------------	-----------

RECEB. DE PESSOAS FÍSICAS E EXTERIOR	02	VALOR DA QUOTA EM UFIR (MÍNIMO PE 60 UFIR)	26
--------------------------------------	-----------	--	-----------

RESULT. TRIBUTÁVEL DA ATIV. RURAL	03		EVOLUÇÃO PATRIMONIAL EM UFIR	VALORES EM UFIR (Utilize duas casas decimais)
DEDUÇÕES	04		BENS E DIREITOS - 1991 (A)	27
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA OFICIAL	05		BENS E DIREITOS - 1992 (B)	28

DEPENDENTES (*)	06	DÍVIDAS E ÔNUS REAIS - 1991 (C)	29
-----------------	-----------	---------------------------------	-----------

DESPESAS COM INSTRUÇÃO (*)	07	DÍVIDAS E ÔNUS REAIS - 1992 (D)	30
----------------------------	-----------	---------------------------------	-----------

DESPESAS MÉDICAS	08	INFORMAÇÕES M. CÔNJUGE (E)	31
------------------	-----------	----------------------------	-----------

EXENÇÃO JUDICIAL	09		
------------------	-----------	--	--

LIVRO CAIXA	10		
-------------	-----------	--	--

CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES	12		
-------------------------	-----------	--	--

CÁLCULO DO IMPOSTO	16		
--------------------	-----------	--	--

IMPOSTO PAGO	18		
--------------	-----------	--	--

IMPOSTO RETIDO NA FONTE	19		
-------------------------	-----------	--	--

CARNE-LEÃO	20		
------------	-----------	--	--

IMPOSTO COMPLEMENTAR	21		
----------------------	-----------	--	--

IMPOST. PAGO NO EXTERIOR (<=)	22		
-------------------------------	-----------	--	--

72 ATENÇÃO: INFORMAR A QUANTIDADE DE ITENS PREENCHIDOS	004
---	------------

73 DATA DE ENTREGA	74 BANCO/AGÊNCIA	75 LOCAL	76 DATA
---------------------------	-------------------------	-----------------	----------------

77 DRP	78 MATRÍCULA	79 ASSINATURA
---------------	---------------------	----------------------

Page 1

(O fty/fis 623

1. RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOAS JURÍDICAS 5.024.777

NOME DA FONTE PAGADORA		CGC	RENDIMENTOS	IMPOSTO NA FONTE
01. CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO				
02. FEDERAL		26.963.645/0001-13	135.889,01	28.934,29
03.				
04.				
05.				
06.				
07.				
08.				
09.				
10.				
11.				
12.				
13.				
14.				
15.				
16.				
17.				
18.				
19.				
20.				
21.				
22.				
23.				
24.				
25.				
26.				
27.				
28.				
29.				
30.				
31. TOTAL OU SUBTOTAL			135.889,01	28.934,29

2. RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOAS FÍSICAS E DO EXTERIOR

2.1. RELAÇÃO DAS FONTES PAGADORAS

NOME DA FONTE PAGADORA	CPF
01.	
02.	
03.	
04.	
05.	
06.	
07.	
08.	
09.	
10.	
11.	
12.	

SRPF/2. Nº. DITEC/DRF/DF
CERTIFICADO QUE A PRESENTE
É COPIA FIEL DO ORIGINAL
ASSINATURA

2.2. DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DO RECOLHIMENTO MENSAL (RENDIMENTOS, DEDUÇÕES E CARNÊ-LEÃO PAGO)

MÊS DE RECEBIMENTO	RENDIMENTOS	DEDUÇÕES		CARNÊ-LEÃO PAGO
		LIVRO CAIXA	DEPENDENTES, PREVIDÊNCIA E PENSÃO JUDICIAL	
01. JANEIRO				
02. FEVEREIRO				
03. MARÇO				
04. ABRIL				
05. MAIO				
06. JUNHO				
07. JULHO				
08. AGOSTO				
09. SETEMBRO				
10. OUTUBRO				
11. NOVEMBRO				
12. DEZEMBRO				
TOTAL	Transporte p/linha 03 da pág.4	Transporte p/linha 10 da pág.4		Transporte p/linha 18 da pág.4

3 RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

VALORES EM UFIR

(UTILIZE DUAS CASAS DECIMAIS)

DISCRIMINAÇÃO	RENDIMENTOS
01. AÇÕES OU QUOTAS RECEBIDAS EM BONIFICAÇÃO	
02. AVISO PRÉVIO INDENIZADO, INDENIZAÇÕES POR RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO / FQTS	
03. BENEFÍCIOS RECEBIDOS DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	
04. INDENIZAÇÃO RECEBIDA EM VIRTUDE DE ACIDENTE DE TRABALHO	
05. LUCRO NA ALIENAÇÃO DE BENS E/OU DIREITOS DE PEQUENO VALOR OU DO ÚNICO IMÓVEL E VALOR DA REDUÇÃO DO GANHO	
06. PARCELA ISENTA CORRESPONDENTE À ATIVIDADE RURAL	
07. PARCELA ISENTA DOS RENDIMENTOS DE AUSENTES NO EXTERIOR	
08. PECÚLIO RECEBIDO DO INSS	
09. PRÊMIOS RESTITUIDOS E INDENIZAÇÕES PAGAS POR SEGURADORA	
10. PROVENTOS DE APOSENTADORIAS OU REFORMA POR MOLÉSTIA GRAVE OU POR INVALIDEZ PERMANENTE	
11. PROVENTOS DE APOSENTADORIA, RESERVA REMUNERADA, REFORMA E PENSÃO DE DECLARANTES COM «B ANOS W MAIS	
12. RENDIMENTOS DE CADERNETAS DE POUANÇA, LETRAS HIPOTECÁRIAS E CRUZADOS NOVOS BLOQUEADOS	
13. TRANSFERÊNCIAS PATRIMONIAIS - DOAÇÕES, HERANÇAS E «AÇÕES	
14. OUTROS	
15. TOTAL (Transporte para * linha 32 de pág. 4)	

4 RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA

VALORES EM UFIR

(UTILIZE DUAS CASAS DECIMAIS)

DISCRIMINAÇÃO	RENDIMENTOS
01. DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	
02. GANHOS DE CAPITAL NA ALIENAÇÃO DE BENS OU DIREITOS	
03. GANHOS LÍQUIDOS EM RENDA VARIÁVEL (BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS, FUTUROS E ASSEMBLHADAS)	
04. LUCROS, DIVIDENDOS, BONIFICAÇÕES E OUTROS INTERESSES DISTRIBUÍDOS EM DINHEIRO POR PESSOA JURÍDICA	
M. PRÊMIOS E SORTEIOS EM GERAL	
06. RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	9.750,08
07. OUTROS	
08. TOTAL (Transporte para * linha 33 de pág.4)	9.750,08

SRRF / 1.º RF - DITEC/DRF/DF
CERTIFICO QUE A PRESENTE
É CÓPIA FIEL DO ORIGINAL
17/01/94
ASSINATURA

5 DEPENDENTES

NOME COMPLETO	CÓDIGO	DATA NASCIMENTO	N DE MESES DE DEPENDÊNCIA
01 LAZARA DE MELO SILVA	11	30/07/48	12
02 DONNY LIVINGSTONE COSTA SILVA	24	27/06/89	12
03			
04			
05			
06			
07			
08 TOTAL OU SUBTOTAL DO N. DE MESES DE DEPENDÊNCIA			024
09 Indique o número de dependentes com quem efetivou III meses com instrução			00

037/14625

1. IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

NÚMERO DO CPF	NOME COMPLETO
033.589.251-53	MAURILIO SILVA

2. DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

< UTILIZE DUAS CAIAS DECIMAIS >

ITEM	DISCRIMINAÇÃO, DATA E VALOR DE AQUISIÇÃO E VENDA, QUANDO FOR O CASO	CÓDIGO DO BEM OU DIREITO	VALORES EM UFR	
			SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO	
			ANO DE 1991	ANO DE 1992
00	1 AUTOMÓVEL GM MONZA/SLE 2.0 ANO 88	01		
	ADQUIRIDO EM 26/01/90.	02 21	25.568,19	31.494,86
00	1 CHACARA SITUADA NA AREA DO INCRA 08 GLEBA	03		
	03 N. 338. ADQUIRIDA EM JULHO/1992.	04 13		19.008,87
00	1 CASA SITUADA NA OSE 05 CASA 08 - TAGUATIN	05		
	3A SUL VENDIDA EM 30/07/92.	06 12		61.778,85
		07		
		08		
		09		
		10		
		11		
		12		
		13		
		14		
		15		
		16		
		17		
		18		
		19		
		20		
		21		
		22		
		23		
		24		
		25		
		26		
		27		
		28		
		29		
		30		
		31		
		32		
		33		
		34		
		35		
		36		
		37		
		38		
		39		
		40		
		41		
		42		
		43		
		44		
		45		
		46		
		47		
		48		
		49		
		50		
		51		
		52		
		53		
		54		
		55		
		56		
		57		
		58		
		59		
		60		
TOTAL O SUBTOTAL (transporte D TOTAL para as linhas 27 - 28, respectivamente, de pág.4 de Modelo Completo)			25.568,19	112.282,58

SRRF / I. - RECEITA FEDERAL DO BRASIL
CERTIFICO QUE A PRESENTE
E COPIA FIEL DO ORIGINAL
27/07/92
ASSINATURA

2. DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS (continuação)

(UTILIZE DUAS CASAS DECIMAIS)

ITEM	DISCRIMINAÇÃO, DATA E VALOR DE AQUISIÇÃO E VENDA, QUANDO FOR O CASO	CÓDIGO DO TITULO DO DIREITO	VALORES EM UFIR SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO	
			ANO DE 1991	ANO DE 1992
		60		B
		61		1
		62		1
		W		B
		64		B
		65		1
		66		2
		67		B
		W		7
		68		B
		69		B
		70		B
		71		1
		72		B
		73		B
		74		4
		75		2
		76		1
		77		B
		78		B
		79		1
		M		1
TOTAL OU SUBTOTAL (transporte o TOTAL para « linhas 27 + 28, respectivamente, da pág.4 do Modelo Completo)				B

3. DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

(UTILIZE DUAS CASAS DECIMAIS)

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO DA DÍVIDA	VALORES EM UFIR SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO	
			ANO DE 1991	ANO DE 1992
01	BRB S/A	01 17		24.588,37 4
02	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	02 17		13.327,66 2
		02		1
		04		1
		05		1
		06		1
		07		1
		08		1
		09		1
		10		1
		11		1
		12		1
		13		1
		14		1
		15		1
		16		1
		17		1
		18		1
		19		1
		20		1
		21		1
		21		1
TOTAL OU SUBTOTAL (transporte o TOTAL para as linhas 29 a 30, respectivamente, da pág.4 do Modelo Completo)				38.317,03 B

SRB/1.4 RR - DITECURE/DF
CERTIFICADO QUE A PRESENTAÇÃO
CÓPIA FIEL
F. 1.2.1.3
ORIGINAL
ASSINATURA

4. INFORMAÇÕES DO CÔNJUGE

VALOR EM UFIR
(UTILIZE DUAS CASAS DECIMAIS)

CPF DO CÔNJUGE	CALCULE: Linha 14 * 27 + 30 + 12 * 33 - 22 - 2B - 28 da pág.4 do Modelo Completo da declaração do cônjuge (consulte o manual). Se positivo, transporte para linha 31 da pág.4 do Modelo Completo.	
----------------	---	--

5. DECLARAÇÃO DE ESPÓLIO, INFORME:

CPF DO INVENTARIANTE	NOME COMPLETO DO INVENTARIANTE
----------------------	--------------------------------

6. A PRESENTE DECLARAÇÃO É A EXPRESSÃO DA VERDADE

LOCAL	DATA	ASSINATURA DO DECLARANTE OU DE SEU REPRESENTANTE LEGAL
-------	------	--

FINIAA/AA/it

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO DE DIREITOS QUE ENTRE SI FAZEM; TERESINHA DE JESUS MELO e MAURILIO SILVA, na forma abaixo:

Pelo presente Instrumento particular, de um lado, como Outorgante(s) Cedente(s) TERESINHA DE JESUS MELO, brasileira, divorciada, advogada, portadora da carteira de Identidade nº 117.729 DFSP/DF e do CIC: 144.796.131-53, residente e domiciliada à SQN-104, Bloco "E", apartamento 101 BSB-DF, -----

e, de outro lado, como Outorgado(a)(s) Cessionário(a)(s) MAURILIO SILVA, brasileiro, casado, servidor público, portadora da carteira de Identidade nº 105.511 SSP/OF e do CIC: 033.589.251-53, residente e domiciliado à QSE-05, Casa 08, Taguatinga-DF. —

tem justo e contratado a presente CESSÃO DE DIREITOS, na forma das cláusulas e condições seguintes :-

PRIMEIRA - Que o(a)(s) Cedente(s) é(são) senhor(a)(es) e possuidor(a)(es) dos direitos aquisitivos sobre a área de terras desmembrada do lote nº 338 (trezentos e trinta e oito), da GLEBA nº 03 (três), do INCRA 08 (oito), do Projeto Integrado de colonização Alexandre de Gusmão, desta capital com uma área total de 15,16ha (quinze vírgula dezesséis) hectares, sendo que a cessionária terá direito a área de a ser desmembrada medindo: 70 metros de frente para a estrada vicinal 36,8 metros de fundo; tendo como limite o córrego Capão Comprido, vide verso.

SEGUNDA - Que ditos direitos foram adquiridos de(o)(a)

RAIMUNDO NONATO ARRUDA, sua mulher e EDMAR GOMES DE MELO e sua mulher. -----

TERCEIRA * Que possuindo esses direitos contratou(ram) com o(a)(s) Outorgado(a)(s) Cessionário(a)(s) ceder-lhos, como ora na verdade os têm efetivamente cedido e desde já transferido, por este Instrumento, pelo preço ajustado de NCZS. CR\$ 47.500.000,00 (quarenta e sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), pagos neste ato em moeda corrente e legal do país do que lhe di plena e total quitação. -----

110

7

037/14
628

CONTINUAÇÃO: Cláusula 3ª

50
OFÍCIO DE
NOTAS
TAGUATINGA-DF

600 metros pelo lado oeste e 595 metros pelo lado leste,

Teresinha de Jesus Melo

TERESINHA DE JESUS MELO
CEDENTE.

Maurilio Silva

MAURILIO SILVA
CESSIONÁRIO.

50 OFÍCIO DE NOTAS TAGUATINGA-DF

Reconheço por ter sido assinada em minha presença

a firma TERESINHA DE JESUS

MELO

Carteira de Ident. n.º 6.405

Emitida em 09/12/85 pelo 010

Taguatinga - DF

13 JUL 1992

Em 13/07/1992 da verdade

Ronaldo Ribeiro de Faria
Ronaldo Ribeiro de Faria
Tabelião

Geraldo Enstacio Pereira
Geraldo Enstacio Pereira
Substituto

QUARTA - Que o(a)(s) Cedente(s) transmite(m) ao(a)(s) Cessionário(a)(s) todo o direito e ação que exercia(m) sobre o objeto desta Cessão, imitando-o(a)(s) na posse direta e imediata desse bem, a título definitivo, obrigando-se pela validade desta transferência em qualquer tempo e a responder pela evicção.

QUINTA - Que este bem se encontra livre e desembaraçado de quaisquer ônus reais, pessoais, judiciais ou extrajudiciais afe a presente data, quite com impostos, taxas e prestações, sendo que, de ora em diante, correrão por conta do(a)(s) Cessionário(a)(s), todos e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir sobre ele.

SEXTA - Que o(a)(s) Cedente(s) se obriga(m), por si, seus herdeiros e sucessores, a assinar, em qualquer tempo, documentos que sejam exigidos para a efetiva regularização do bem, objeto deste Contrato, perante cartórios e repartições competentes, eximindo o(a)(s) Cessionário(a)(s) de quaisquer outros pagamentos futuros, uma vez que se confessa(m) satisfeito(s) do preço contratado e recebido*

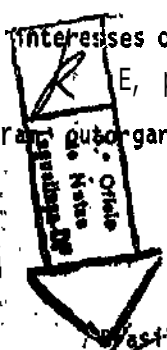
SÉTIMA - Que o(a)(s) Cedente(s) constitui(em) o(a)(s) Cessionário(a)(s) procurador(a)(es) em causa própria, conferindo-lhe(s), em caráter Irrevogável, poder para adquirir, de quem de direito, em Contrato Definitivo, o objeto desta Cessão, podendo zelar, administrar, inclusive cedê-lo, vendê-lo e transferi-lo a si próprio ou a quem convier, na forma e condições que ajustar, assinando os Contratos respectivos, dar recibos e quitação, transmitir posse, domínio, direito e ação, usar dos poderes da cláusula "adjudicia" e substabelecer.

OITAVA - Que, em caso de falecimento do(a)(s) Cedente(s), o(a)(s) Cessionário(a)(s) fica(m) investido(a)(s) na faculdade de se habilitar em Inventário e requerer que lhe(s) sejam deferidos, integralmente, os direitos ora adquiridos, mediante Carta de Adjudicação.

NONA - Que as partes contratantes declaram, expressamente ter conhecimento das disposições legais atinentes à presente transação, obrigando-se reciprocamente a não vir de futuro, alegar responsabilidades, visando o desfazimento deste negócio jurídico ou o recebimento de posteriores indenizações, sendo este Contrato outorgado em caráter Irrevogável para ambas as partes, por ser, nos termos do artigo 1317, Item II, do Código Civil, meio de cumprir obrigação bilateral.

DÉCIMA - Que o(a)(s) Cessionário(a)(s) declara(m) conhecer o teor das cláusulas constantes do Contrato originário desses direitos, obrigando-se a cumprí-las integralmente, resguardando os interesses creditórios do(a)(s) Cedente(s).

E, por estarem assim, justos e contratados, formalizaram o presente Instrumento, que aceitaram, outorgaram e assinam, para todos os efeitos e fins de direito*



SO OFICIO DE NOTAS TAGUATINGA - DF
Reconheço por ter sido assinada em minha presença a firma

TERESINHA DE JESUS MELO

Carteira de Ident. n.º 6.4405

Emitida em 09/12/95 pelo CRM

Taguatinga - DF 13 JUL 1992

Em testemunha da verdade

Assinada-D.F. 13 / Julho / 1992

Teresinha de Jesus Melo
Cedente: TERESINHA DE JESUS MELO

037/19

630

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE BRASÍLIA/DF

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL

17 JUN 1991 001337

CONFERÊNCIA GEN. DE DISTRIBUIÇÃO

MAURILTO SILVA, brasileiro

casado, Deputado Distrital, portador da carteira
identidade nº 105.511 SSP/DF, residente e domiciliado à QSA
14 casa 13 Taguatinga-DF, vem, respeitosamente à presença de
V.Exa., por sua procuradora nos termos dos artigos 867/869
do Código de Processo Civil

NOTIFICAR JUDICIALMENTE ao

BANCO PROGRESSO S/A, sito na
CR8 503 bloco "A" loja 21 Brasília-DF, na pessoa de seu
gerente geral, pelos fatos e fundamentos seguintes*

1. Em junho de 1991, o autor
tendo recorrido ao Senhor Governador solicitando um
empréstimo pessoal foi encaminhado ao Banco Progresso, onde
foi realizada normalmente a operação financeira, conforme as
exigências bancárias.

037/20
(63)

2. O numerário emprestado se deu de forma legal, inclusive com nota promissória? avalistas, tendo sido os trâmites internos para o empréstimo de responsabilidade exclusiva do BANCO PROGRESSO.

A presente ação visa essencialmente confirmar a legalidade e transparência do negócio jurídico acabado e perfeito, bem como a sua liquidação "in totum", isto é, a quitação da débito- Ressalta-se que os valores correspondentes às notas promissórias foram debitadas em conta corrente no próprio banco.

3. Ocorre que recentemente a imprensa escrita e falada vem inserindo notícias do possível envolvimento do notificante com escândalos do referido empréstimo que, segundo a mídia foi depositado no BANCO PROGRESSO de forma ilegal.

4. Para salvaguardar seus direitos e prevenir responsabilidades, requer de acordo com a legislação pertinente, que o BANCO PROGRESSO seja notificado dos fatos expendidos (transação bancária, liquidação e inserção do nome do requerente em ttscÔndalo público que envolve o empréstimo) e apresente querendo, sua contra-notificação.

032/2
632

Requer ainda, sejam os «tutcm restituídos ao postulante, findo o prazo de 48 horas após a efetiva notificação, em obediência ao artigo 873 do Código de Processo Civil»

Em atenção ao inciso V do artigo 282 do Código de Processo Civil, dá-se a causa o valor de Cr\$ 1.000,00 (Um mil cruzeiros reais).

Nestes termos,

Pede deferimento.

Brasília/DF, 10 de Janeiro de 1994.


EMI/BALDINI RIBEIRO
OAB/DF 6375

Maurício

000056-6/94

037/22 (633)

ILMO. SR. DR. PROCURADOR GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
DISTRITO FEDERAL **SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES**

2. Ainda em 1991, o representado afrontou pessoalmente o representante, bem como enviou carta ameacadora a este. Tais fatos não foram registrados em órgãos competentes à época, por imaginar o peticionário que tudo não passava de anúncios exclusivos e momentâneos, « ainda por ser o mesmo, homem de cunho evangélico e pacífico».

21/10/1944

034/23

634

3. Ocorre que no dia 14 de Janeiro próximo passado o Sr- **ALDO MONTEIRO**, ainda não satisfeito com VA perseguição assina nota da sua associação **PROLIDER-ASSOCIAÇÃO DE LÍDERES CRISTÃOS NO CORREIO BRAZILIENSE**-página 8, contra o requerente atribuindo a este críticas grotescas. (doc.05)

No contexto da nota referindo-se especialmente ao querelante, o querelado em nome da **PROLIDER**, diz que os evangélicos "**não apoiam homens corruptos e mentirosos.**"(grifo no»»o)

4. Ora, como 'homem público, evangélico de reputação ilibada, o autor não poderia deixar de representar criminalmente contra seu agressor em virtude de ocupar targo público: ox bem como do fato ferir sua dignidade.

Resalta-se que o querelante pretende galgar VA escada da vida pública e a nota dada a imprensa repercute sobre sua base eleitoral.

Face aos fatos narrados, caracterizarem forma de criminalidade evolutiva, criando clima propício pela multiplicidade de relações jurídicas e sua divulgação pela mídia, faz-se necessário que a lei seja aplicada com rigor nestes crime» (difamação e injúria).

A conduta do suplicante está perfeitamente tipificada no artigo 139, 140 e 141 inciso III do Código Penal, motivo pelo qual requer oferecimento de denúncia para competente Ação Penal ou caso V.Sa. achar por bem determinar a instauração do inquérito policial para o deslinde do evento doloso de intimidação representado para que se possa ver interrogado, qualificado, processado e condenado criminalmente, conforme a lei substantiva*

Brasília/DF, 24 de Janeiro de 1994.


EMI BALDINI RIBEIRO
OAB/DF 6375

RC1

037/24
635

3º Secretário
M. M. de Almeida
C. C. de Almeida
06.12.91
L. Aguiar

LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Projeto de Lei no OSJ /91

"Dispõe sobre a criação dos serviços funerários e administrativos dos cemitérios e dá outras providências".

A CÂMARA LEGISLATIVA DECRETA !

Art. 10. São exclusivamente públicos os cemitérios do Distrito Federal, os quais serão administrados e organizados pelo Poder Público, podendo para isso manter convênios com outros órgãos da Administração Pública.

[Handwritten signature]

Parágrafo Único. Considera-se administração e organização dos cemitérios, para efeitos deste artigo, os serviços de: sepultamento, exumação, confecção de sepulturas e campas, escrituração, controle, manutenção, vigilância, ajardinamento, limpeza e demais serviços correlatos prestados sem fins lucrativos.

[Handwritten signature]

Art. 20. O órgão público responsável pelos serviços funerários deverá colocar à disposição da sociedade transporte, comercialização de urnas funerárias e demais serviços afins.

Art* 30. Fica autorizado o órgão público responsável pelo cumprimento desta Lei a adotar providências no sentido de manter os recursos materiais e humanos existentes na atual estrutura*

[Handwritten signature]

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL n.º 051/1991
Fls. n.º 001

Processo legislativo - C. C. de Almeida
Emenda de alteração ao art. 10 - aprovada p/ parecer da Comissão
1ª Turma aprovou por 24 votos a 3 o substitutivo C. C. de Almeida e Dep. Claudio Monteiro

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos recursos financeiros constantes do orçamento vigente e da receita dos preços e taxas estabelecidos no Código Tributário do DF (DL 82/66) e legislação específica.

Art. 5º. Os serviços e atividades previstos nesta Lei são de utilidade pública.

Art. 6º* No prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Lei, o Poder Executivo adotará providências necessárias ao cumprimento do diploma legal.

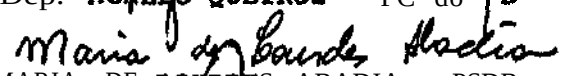
Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

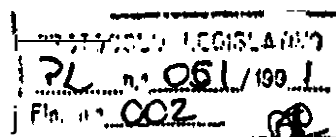
Sala das Sessões, 06 de Fevereiro de 1991

Dep.  EURIPEDES CAMARGO-PT

Dep.  AGNELO QUEIROZ - PC do B

Dep.  MARIA DE LOURDES ABADIA - PSDB

Dep.  MAURÍLIO SILVA - PTR



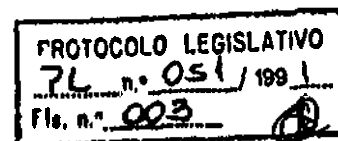
JUSTIFICAÇÃO

A presente Proposição é consequência de acordo de lideranças, em Plenário, **que** redundou em Requerimento de pedido de arquivamento dos Projetos de Lei nos 005 e 007, de Autoria, respectivamente, do Deputados Maria de Lourdes Abadia e Agnelo Queiroz,

A intenção do Projeto é devolver ao GDF os serviços funerários, o que constitui atribuições específicas do Estado pelo caráter de utilidade pública.

A transformação deste Projeto em norma **jurídica** **porá** fim a uma das mais odiosas explorações comerciais, que agride o sentimento humano, o **comércio** de **sepultamento**.

Estas as nossas intenções.





CORREIO BRAZILIENSE

16.08.1991

; Funerária é acusada de embalsamar sem permissão

Uma denúncia de fraude na **Fundação do Serviço Social** foi levantada ontem, na tribuna da **Câmara Legislativa**, pelo deputado Agnelo Queiroz (PC do B). Segundo ele, o cemitério Campo da Esperança, de **responsabilidade** da Fundação, vem aceitando termos de **embalsamamentos**, proferidos por uma **funerária local**, que não tem autorização para efetuar este tipo de trabalho, que compete unicamente aos hospitais.

De acordo com os documentos apresentados por Agnelo Queiroz, o dono da **Funerária Bethânia**, Aldo Monteiro, é quem está assinando os termos de **embalsamamento**, irregularmente, Aldo Monteiro também é o presidente

do Sindicato das Funerárias de Brasília. "Isto me faz pensar que está havendo uma certa **conivência** com relação à **falsificação** de laudos, entre a Fundação e as funerárias de Brasília".

Outro ponto grave apontado pelo deputado do PC do B, que também é **médico**, é o risco que a população pode vir a sofrer com este tipo de procedimento. "O **embalsamamento** não está sendo devidamente comprovado e corre o perigo de nem sequer ter sido realmente **feito**". Caso a pessoa que deveria ter sofrido o **embalsamamento**, tenha morrido de alguma doença infecciosa e permaneça nas capelas em contato com os **visitantes**, o risco de contágio é

grande e pode causar **inúmeros desconfortos**, como mau cheiro, por exemplo.

Na opinião do deputado, as funerárias vêm realizando este tipo de serviço, para **lucrare** em cima do aluguel das capelas, **cobrado** pelo Campo da Esperança. De posse de uma guia de **sepultamento** de José Alves, emitida pelo **Cartório** ao 2º Ofício de Registro Civil e Casamentos, e outra de **embalsamamento**, assinada pelo dono da Funerária **Bethânia**, o deputado encontrou **as evidências**. A primeira atesta que a pessoa tinha morrido em casa e a outra no Hospital Santa **Lúcia**, fato que levou o deputado a descobrir toda a fraude.

Sindicato rebate denúncia de deputado

A **denúncia** do deputado Agnelo Queiroz foi rebatida com **veemência** pelo dono da Funerária **Bethânia** e também presidente do Sindicato das Funerárias de **Brasília**, Aldo Monteiro, que **considerou** o depoimento do parlamentar **leviano**. Aldo garante que **não existem salas** clandestinas para o **embalsamamento** já que este é **atualmente** realizado em unidades hospitalares como no caso do **Hospital Santa Lúcia** e do **Hospital São Luiz de Taguatinga**.

O serviço de introdução de **substâncias** conservadoras no corpo humano pode ser efetuado pelas dez funerárias encontradas

hoje no Distrito **Federal**. O Decreto 11º 11.352 de 1988 autoriza estes estabelecimentos a **fazerem** o embalsamamento desde que em "salas apropriadas ou em **unidades hospitalares**". O presidente do sindicato define uma sala apropriada como aquela **contendo** uma área mínima de dez metros **quadrados**, com esgoto e água, além de possuir serviços **prestados** por um médico.

"A funerária pode ter uma **sala** para o embalsamamento, mas nenhuma possui", enfatiza Aldo. Mas, de qualquer forma, **complementa ele**, o **sindicato** sempre

recomenda que os **proprietários** tomem os devidos cuidados para não praticarem atos clandestinos. "Se o deputado **não** provar a **denúncia contra** a Funerária **Bethânia**, em especial, eu pedirei **licença** à Câmara para processá-lo", concluiu ele.

A Fundação do Serviço Social, **acusada pelo** deputado de ser **conivente** com o procedimento de embalsamamento de cadáveres em funerárias, **alegou desconhecer o assunto**. Também, a Coordenadoria da **Administração de Necrópolis** da FSS, que lida com questões **funerárias**, não soube informar sobre a denúncia.

Maurílio Silva

Deputado Demai

SA1N Parque Rural - Gabinete 17 - Fone: 347-5294 • 347-4626 R: 371 e 357 Resid. 351-1655 Brasília-DF



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E CASAMENTOS,
TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

Ed. Antonio Venâncio da Silva • Lojas 9 • 10 • SCS • Fone 293-4508 • Brasília • DF

GUIA DE SEPULTAMENTO

Livro C n.º 52

Folhas 032

Número 31.718

Data 10.08.91

Rondon Augusto de Assunção
OFICIAL

CERTIFICA que, fob os número* e data acima mencionados, dq livro de Registro de Óbitos deste Cartório, consta que foi registrado o óbito de JOSE ALVES falecido(a) em 09 de agosto de 19 91 às 08:00 horas em Residência - QNN-07, conj. casa 42 - Ceilândia-DF do sexo Masculino de profissão Aposentado natural de Alagoínhas-BA domiciliado(p) e residente QNN-07, conj. I, casa 42 - Ceilândia-DF com Oitenta (80) anos de idade, estadocivil Casado filho (a) de Hermenegildo Alves Mathilde de Jesus tendo sido declarante Agualdo da Costa Monteiro t o óbito atestado pelo(a) Dr.(a) Anelino José de Resende - CRM 2507 que deu como (causa) ortóQ Morte natural sem assistência médica e o sepultamento foi feito no Cemitério de

CAMPO DA ESPERANÇA-DF

Observações: O extinto era eleitor em Brasília-DF. Não deixou bens a inventariar e nem testamento conhecido. Deixou viúva a Sra. LUDY NEIA DOS SANTOS; Deixou dois (02) filhos de nome: JANETE e GERTÉ. Nada mais foi declarado.

O referido é verdade • dá fé.

Brasília, 10 de agosto de 19 91

Certificado pelo Oficial de Registro Civil

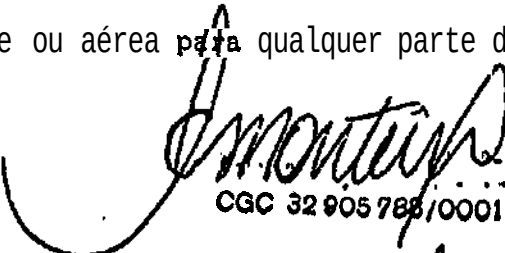
Alcides P. de Oliveira
Auxiliar Judiciário

Alcides P. de Oliveira
Auxiliar Judiciário

Termo de Embalsamamento

Às 17:30 horas do dia 09 de Agosto de 19 91, foi feito o
Embalsamamento no corpo de José Alves
Cujo o óbito ocorreu às 08:00 horas do dia 09 de Agosto de 19 91
no Hospital St.ª Lucía

A técnica usada foi a clássica para este fim, estando o corpo apto para
viajar por vias terrestre ou aérea para qualquer parte do território nacional.


CGC 32.905.788/0001-71
Brasília, 09 de Agosto de 19 91

FR ALDO MONTEIRO

037/30

64J

Brasília, sexta-feira, 14 de janeiro de 1994

CORREIO BRAZILIENSE

da época, cerca de 1,2 milhão de dólares). Metade desse valor, CR\$ 104,45 milhões, foi liberado em 5 de fevereiro de 1991 e recebido pela Fundação Essênica em 5 de março, dia em que foi assinado o contrato entre a Fundação e a Codeplan. O dinheiro ficou parado um mês, mas a CPI ainda não conseguiu descobrir na conta de que entidade foi depositado ou se aplicado no mercado financeiro.

CARLOS MOURA

caria para obter informações, ocasião em que foram apresentadas para a concretização de crédito, e apresentação de notas com comprovantes, garantias e promissões, ante notas promissórias, devidamente avaliadas por pessoas idôneas e correntes naquela

inspeção da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Justiça (Ciset/MJ). "Nenhuma outra recomendação ou crítica foram feitas pela Ciset/MJ, em qualquer das prestações de contas, acrescenta. A SSP afirma que, quanto a uma possível combinação de preços entre as empresas participantes do consórcio vencedor da licitação, o relatório do TCU isenta o Governo de DF, "na medida em que afirma que pôde constatar

relatório do Departamento de Contabilidade do Ministério da Justiça (Depen/MJ). De acordo com a nota, o custo médio por metro quadrado do Depen/MJ é de 1,37 mil dólares, enquanto o custo médio da construção na Papuda é de um mil dólares. O texto divulgado não se refere ao envolvimento da Construtora Argon, do deputado distrital Tadeu Roriz, no consórcio vencedor.

SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB
AVISO DE REVOGAÇÃO

A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB, por conhecimento dos interessados, que foi revogada a CARTA-CONVOCOV, para aquisição de empilhadeira elétrica manual com capacidade de elevação.

Brasília, 12 de janeiro de 1994.

WALTER ALVES DOS SANTOS
Comissão de Licitação
Presidente

GDF-SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/94

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos do IML/SSP/DF.

ABERTURA: 31 de janeiro de 1994.

HORA: 10:00 h.

Cópias do edital e anexos, encontram-se à disposição dos interessados, na Secretaria da CPL/DF, SAIB RI. A, S. Maiores esclarecimentos, nos dias úteis, pessoalmente dos telefones 321-2740, 314-8277, fax nº (061) 314-8

Brasília, 12 de janeiro de 1994

Lécio Reis Lopes de Oliveira
Presidente da CPL/SSP

Evangélicos pedem punição para deputados envolvidos

A Associação de Líderes Cristãos do Distrito Federal divulgou nota oficial ontem apoiando a CPI do Orçamento para que aprofunde as investigações sobre corrupção no âmbito do GDF envolvendo deputados da Câmara Legislativa. Em sua nota, a entidade critica a posição de alguns deputados "evangélicos" distritais, especialmente Maurílio Silva,

"Em entrevista a este jornal, o deputado Maurílio Silva, dando explicações para o recebimento de dinheiro por empréstimo, de* posltado em sua conta por um correntista fantasma, declara que é evangélico e que conta com crédito e credibilidade junto à comunidade evangélica e à sociedade", recorda a Associação de Líderes Cristãos. E acrescenta essa advertência: "A Comunidade Evangélica, por seu órgão representativo e porta-voz oficial já se manifestou, conforme docu-

mento publicado pelo Jornal Convergência, da AEBV (Associação Evangélica Brasileira) e a Prolíder (Associação de Líderes Cristãos) declarando que os evangélicos ou a Igreja Evangélica militante não apóia homens corruptos, mentirosos, e incentivava a CPI a prosseguir nas investigações".

Observa ainda a nota da associação, assinada pelo pastor Aldo Monteiro, "que nenhum político ou deputado que se diz evangélico tem o direito de invocar apoio dos evangélicos, pois os evangélicos não são fiadores de corruptos e, até prova em contrário, todos são desonestos". Os líderes cristãos dizem também que, "diante dos fatos e provas nos encorajamos os membros da CPI do Orçamento e deputados de Brasília a tomarem providências no sentido de abertura de uma CPI do DF para apurar as denúncias contra os suspeitos apontados nos depoimentos e investigações".

037/31 642

CODEFLAN

F : MAURILIO SILVA DocId.: 09358925153
CNPJ : 98609870408104080 Registre : N Mar/Med : GM(OPALA COMC)DDRD
BL6932 240664127 *Ass.Poss.: 005 PBT n CMT :
17 05 - CINZA Categoria: PARTIC
01 ALCOFF PAS Potencia: 088
NACIONAL 010293 Code CRV Emitt.: 02
Ra Registro: 01 Data Pagam.: 140493
Tp Carroceria : 013 - C. FECHADA
Motor :
Eloq: Cap.Car.:
Modelo :
Retro : TAG SUL
CEP: 00072000
UF: DF
Proprietario Anterior : ANTONIO M R C DE ALBUQUERQUE
UF : Cidade :
Motiv DER : (Roubo/Furto S
Restricao2:
Restricao4:
Observacao:

Veículo vendido.
DIT em poder
do comprador
para transferência.

037/32
(643)

Brasília, 27 de Janeiro de 1994

Senhor Diretor,

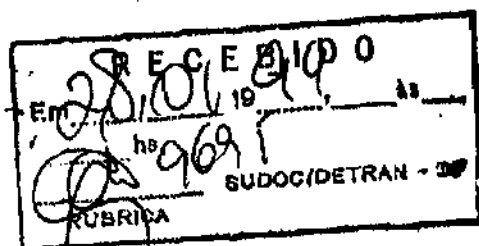
Comunico a Vossa Senhoria que o veículo OPALA 86/87 - Placa BL 6932/DF, tipo comodoro e o veículo CORCEL LDO Ano 76 - Placa AL 8966/DF, continuam registrados neste Departamento de Trânsito em meu nome, embora tenha sido vendido há vários anos.

Tendo em vista a não transferência por parte dos compradores, solicito sua determinação para apreensão e recolhimento ao pátio deste Departamento, até que os interessados efetuem a devida transferência.

Na certeza da vossa colaboração, colho a oportunidade para reiterar expressões de apreço e consideração

Atenciosamente,


MAURÍLIO SILVA



Ilmo. Sr.
DILSON DE ALMEIDA SOUZA
DD. Diretor do Departamento de Trânsito - DETRAN/DF
N E S T A

JV/aamc

037/32.A
644

SECRETARIA DE RECURSOS DE TRANSITO
COMPANHIA VEICULO POR NOME

CODEPLAN

MAURICIO SILVA

Doc.to.: 03358925153

Modelo: N. 000/000 GM/MONZA SL/E

Cor: VERDE PRT: 005 CMT:

Cap. Car.: 110

Potencia: 110

Qtd. CRV Emit.: 06

Placa: 130893

re Carrocemia: 013 - C. FECHADA

Motor:

Fixos: Cap. Car.:

Numero:

Sigla: TAGUATINGA

CPF: 00070000

Cidade: BRASILIA

UF: DF

Nome: APARECIDA MARIA D MAGALHAES

UF: DF

Cidade:

UF: DF

UF: DF

Roubo/Furto:

Nome: AGENCIA FRODUCTART

UF: DF

UF: DF

UF: DF

Observacao:

Veículo vendido
em 12/01/94.
DT em poder do
comprador para
transferência.

R E O I B O

037/33

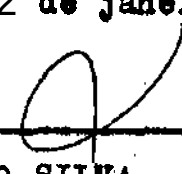
645

Eu, MAURILIO SILVA , portador do CPF nº 033 589 251 53 , residente e domiciliado à QSA 14 casa 13 Taguatinga-DF ., Recebi a importância de R\$ 2.800,000,00 (dois milhões e oitocentos mil cruzeiros reais), do UNI BAN 00 LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL , CGO Nº 34120899/0001-06.

Referente a venda do veículo de minha propriedade placa BI 1513-DF, marca GM modelo MONZA SLE , cor verde, ano de fabricação 1989 modelo 1989 f chassi nº (9BGJK69YKK B038357).

For ser verdade dato e assino o presente' recebo em duas vias de igual teor .

Brasília-DF 12 de janeiro de 1994.



MAURILIO SILVA

DT para
transferência
em favor do
comprador.

037/34⁶⁴⁷
646

py CMCVPT04886821JCN94 9401
BDF/SOP/DETRAN

Proxima Tela :
SISTEMA DE RECURSOS DE TRANSITO
CONSULTA VEICULO - PLACA

CODEPLA

PLACA : JD24989 Chassi : 9BD146000P8917913 Remarc. : NRenavam : 613690087
Marca/Modelo : 804714 - FIAT/FIORINO PICK-UP Cor : 04 - BRANCA
Tipo : 13 - CAMIONETA Cap.Pass. : Cap.Car. : PBT ; CMT :
Ano Modelo : 93 Ano Fab. : 93 Categoria : PARTIC Eixos :
Combustivel : 01 - ALCOOL Especie : CAR Cilindradas : Potencia : 067
Procedencia : NACIONAL Data Emissao CRV : 251093Qtd de CRV Emit. : 0E
Faixa Seguro : 10 Data Pagam. : Tp Carroceria : 035 - PICK-UP
Modelo Reg. :

+ : Carroceria : Motor : 3780757
Proprietario : HAZARA DE MELO BRITAV *

Endereco : RUA 14 CASA 137

Numero :

Docto. : 03858925153

Complem

Bairro : TAGUATINGA

Cidade : BRASILIA

UF : DP

CEP : 00072015

Proprietario Anterior : M AUTOMOVEIS LTDA

Placa : UF :

Cidade :

Multas DETRAN :

Multas DER :

Roubo/Furto :

Situacao IPVA :

Restricao1 :

Restricao2 :

Restricao3 :

Restricao4 :

Observacao :

Esposa de MARINIO SILVA

037/35
647

Telebrasil
Telecomunicações de Brasília S.A.

CT. Nº 070/434.0/434.1/94

Brasília, 18 de janeiro de 1994.

Exroo H Sr.
Dep. MAURILTO SILVA
CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
BRASILIA-DF

Senhor Deputador

Em atenção à solicitação transmitida por V.Exa. a esta Empresa, através de correspondência datada de 17 do mês em curso, relacionamos a seguir as linhas telefônicas que» do período de 1991 até a presente data, se encontram sob a sua titularidades

UNHA TELEFÔNICA

Nº DO CONTRATO

351-1655

900 728 594-2

361-1971

900 966 998-5

Permanecendo a disposição de V.Exa. nesta Empresa, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Jose August V. Trentino
JOSE AUGUSTO DOMINGOS TRENTINO
Chefe da Divisão de Operações Centro



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 3.º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO D. F.

HELIANTHO DE SIQUEIRA LIMA,Titular do 3º Ofício do Registro
de Imóveis do Distrito Federal

CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, que revendo os livros de registro deste Cartório desde sua instalação em 19.07.67, até a presente data, deles constou que MAURILIO SILVA, bras. casado, CI-105.511-SSP/DF, CIC-033.589.251-53 e proprietário do seguinte imóvel: LOTE-08 QSE-05 TAG-DF, conforme R/1 na matrícula nº 37056, -----

CERTIFICA, finalmente, não constar dos livros desta Serventia que MAURILIO SILVA CI-105511-SSP/DF, CIC-033.589.251-53 e sua esposa LAZARA DE MELO SILVA, -----

seja (m) proprietário(s) ou promitente(s) comprador(es) de qualquer OUTRO imóvel na circunscrição deste Ofício. DOU FÉ. TAGUATINGA-DF, 18 de JANEIRO de 1994.

OFICIAL
CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE REGISTRO DE
IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERALBel. Dagner José Chaves
Ofício Judiciário Autorizado

EMOL. CRS 1626,00

Busca procedida por

A

037/38

(649)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO DE DIREITOS QUE ENTRE SI FAZEM: MAURÍLIO SILVA e sua mulher, e MARIA DE LOURDES OTTONI BATISTA, na forma abaixo:

Pelo presente Instrumento particular, de um lado, co-

ITO Outorgante(s) Cedentes(s) MAURÍLIO SILVA, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da carteira de identidade nº 105.511 SEP/DF e do CIC Nº 033.589.25) - 53, e sua mulher LÁZARA DE MELO SILVA, brasileira, casada, psicóloga, portadora da carteira de identidade nº e do CIC Nº residentes e domiciliados na QSE-05 casa 08 em Taguatinga-Distrito Federal;

e, de outro lado, como Outorgado(a)(s) Cessionário(a)(s) MARIA DE LOURDES OTTONI BATISTA, brasileira, casada, aposentada, portadora da carteira de identidade nº 373.862 SEP DF e do CIC Nº 182.501.571-68, residente e domiciliada na QNA-31 casa U em Taguatinga-DF; têm justo e contratado a presente CESSÃO DE DIREITOS, na forma das cláusulas e condições seguintes :

PRIMEIRA- Que o(a)(s) Cedente(s) é(são) senhor(a)(es) e possuidor(a)(es) dos direitos aquisitivos sobre O LOTE DE TERRENO DE Nº 08 (OITO) da QUADRA QS-05 (CINCO), do Setor "E" de Taguatinga, Distrito Federal. O lote com área cie 300,00 m2 .

SEGUNDA- Que ditos direitos foram adquiridos de(o)(a) RAIMUNDO BATISTA DA SILVA, conforme Escritura Pública de Compra e Venda lavrada nas fls. 112 do Livro 154, no cartório do 3º Ofício de Notas de Taguatinga-DF, e registrada sob o nº 02 na matrícula de nº 37056, no Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Taguatinga-DF, em 06,07,79»

TERCEIRA - Que possuindo esses direitos contratou(ram) com o(a)(s) Outorgado(a)(s) Cessionário(a)(s) ceder-lhos, como ora na verdade os tem efetivamente cedido e desde já transferido, por este instrumento, pelo preço ajustado de ~~125.000.000~~ Cr\$ 125.000.000,00 (CENTO E VINTE E CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS), pagos da seguinte forma: Cr\$... 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) pagos neste ato em moeda corrente e legal do país; Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros) representados pelo cheque de nº 809587, a ser resgatado no dia 13 de julho de 1992; Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) representados pelo cheque de nº 809588, a ser resgatado no dia 25 de julho de 1992. Ambos os cheques são do Banco do Brasil, agência nº 3590;

N. A.

037/38
650

QUARTA - Que o(a)(s) Cedente(s) transmite(m) ao(a)(s) Cessionário(a)(s) todo o direito e ação que exercia(m) sobre o objeto desta Cessão, imitando-o(a)(s) na posse direta e imediata desse bem, a título definitivo, obrigando-se pela validade desta transferência em qualquer tempo e a responder pela evicção.

QUINTA - Que este bem se encontra livre e desembaraçado de quaisquer ônus reais, pessoais, judiciais ou extrajudiciais até a presente data, quite com impostos, taxas e prestações, sendo que, de ora em diante, correrão por conta do(a)(s) Cessionário(a)(s), todos e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir sobre ele.

SEXTA - Que o(a)(s) Cedente(s) se obriga(m), por si, seus herdeiros e sucessores, a assinar, em qualquer tempo, documentos que sejam exigidos para a efetiva regularização do bem, objeto deste Contrato, perante cartórios e repartições competentes, eximindo o(a)(s) Cessionário(a)(s) de quaisquer outros pagamentos futuros, uma vez que se confessa(m) satisfeito(s) do preço contratado e recebido.

SÉTIMA - Que o(a)(s) Cedente(s) constitui(em) o(a)(s) Cessionário(a)(s) procurador{a}(es) em causa própria, conferindo-lhe(s), em caráter irrevogável, poder(es) para adquirir, de quem de direito, em Contrato Definitivo, o objeto desta Cessão, podendo zelar, administrar, inclusive cedê-lo, vendê-lo e transferi-lo a si próprio ou a quem convier, na forma e condições que ajustar, assinando os Contratos respectivos, dar recibos e quitação, transmitir posse, domínio, direito e ação, usar dos poderes da cláusula "ad judicium" e substabelecer.

OITAVA - Que, em caso de falecimento do(a)(s) Cedente(s), o(a)(s) Cessionário(a)(s) fica(m) investido(a)(s) na faculdade de se habilitar em Inventário e requerer que lhe(s) sejam deferidos, integralmente, os direitos ora adquiridos, mediante Carta de Adjudicação.

NONA - Que as partes contratantes declaram, expressamente ter conhecimento das disposições legais atinentes à presente transação, obrigando-se reciprocamente, a não vir de futuro, alegar responsabilidades, visando o desfazimento deste negócio jurídico ou o recebimento de posteriores indenizações, sendo este Contrato outorgado em caráter Irrevogável para ambas as partes, por ser, nos termos do artigo 1317, Item II, do Código Civil, meio de cumprir obrigação bilateral.

DÉCIMA - Que o(a)(s) Cessionário(a)(s) declara(m) conhecer o teor das cláusulas constantes do Contrato originário desses direitos, obrigando-se a cumprí-las integralmente, resguardando os Interesses creditórios do(a)(s) Cedente(s).

E, por estarem assim, justos e contratados, formalizaram o presente Instrumento, que aceitaram, outorgaram e assinam, para todos os efeitos e fins de direito.

DÉCIMA PRIMEIRA: Que os cedentes se comprometem a entregar o imóvel livre e desocupado em um período de 40 (quarenta) dias a contar desta data.

OFÍCIO DE NOTAS TACUATINGA
RECORDE DO REGISTRO DE IMÓVELS
ASSINADA
Pelo Cessionário(a)(s)
Pelo Cedente(s)
Pelo Mediador(a)
Pelo Testemunha(s)
Pelo Arquivo(s)

08 JUL 1992

NA VERDADE

Brasília-D.F.

Cedente:

MAURILIO SILVA

Conjuge

LAZARA DE MELO SILVA

OFÍCIO DE NOTAS TACUATINGA



REPÚBLICA **FEDERATIVA** DO BRASIL
CARTÓRIO DO 4.º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO D.F.

PEDRO HENRIQUE TEIXEIRA, Titular do 4º Ofício
de Registro de Imóveis do Distrito Federal,

CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, que revendo os livros de registro deste cartório desde sua instalação, 16.03.92, até a presente data, deles não consta que MAURILIO SILVA ~~esua~~fluher-4 AZARA-DE-PIEt.O: SILVA, ~~que em solteir~~assinava LAZARA DE MELO ~~que em solteir~~

sejam ou tenha(m) sido: proprietário(s), promitente(s) comprador(es), cessionário(s) ou promitente(s), cessionário(s) de qualquer imóvel na circunscrição deste Ofício da Região Administrativa do Guarará, abrangendo a área territorial das cidades satélites do Guarará (I e II) e Núcleo Bandeirante no 4º Ofício de Registro de Imóveis do Brasil, Comarca do 4º Ofício de Registro de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul.

DOU FE - Brasília - (DF) - 18 de JANEIRO

Emolumentos:

CR# 9284

Contrat de location de locaux de bureaux de l'Etat

Official Support

DOCUMENTO EMITIDO POR PRO. ASSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS, QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

037/39
651

039/40 (652)

GR:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO 5.º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO DF.

RONDON AUGUSTO DE ASSUMPÇÃO, Titular do Cartório do 5º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, Capital da República Federativa do Brasil, na forma da lei, etc.

CERTIFICA, o requerimento da parte interessada, que revendo os livros de registro deste cartório desde sua instalação, 16-03-92, até a data 19.01 94 deles nada consta que ***** MAURILIO SILVA, e sua mulher: *LAZARA DE MELO SILVA, que em solteira assinava: *LAZARA DE MELO,

seja(m) ou tenha(m) sido proprietário(s), promitente(s) comprador(es), cessionário(s), ou promitente(s) cessionário(s) de qualquer imóvel na circunscrição deste ofício, • DOU FÉ -

GAMA (DF) 20 de JANEIRO de 1994

Original
CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL - GAMA
Bel. Ely Horta Costa
Técnico Judiciário

EMOLCr\$ 530,00
Busca Procedida por

037(4) 653

GR: _____



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO 6º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO

Titular do **Cartório do 6º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal**

CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, que revendo os livros de registro deste **CARTÓRIO**, desde a sua instalação, em 16 de março de 1992, até a presente data, deles não consta ~~o~~ **MAURILIO SILVA** e sua esposa **LÁZARA DE MELO SILVA**, que em solteira assinava: **LÁZARA DE MELO**.*****

*

*

*

*

seja(m) ou tenha(m) sido proprietário(s), promitente(s), comprador(es) cessionário(s) ou promitente(s) cessionário(s) de qualquer Imóvel na circunscrição deste Ofício.

- DOU FÉ -CEILÂNDIA (DF) 17 de janeiro de 1994.

EMOL-CPS
Busca procedida por

OFICIAL
Cartório do 6º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal
Maria de Oliveira Santana

037/42

654

ENCUNTE 047.620.425.6 Proxima Tela :
SISTEMA DE RECURSOS DE TRANSITO
CONSULTA VEICULO POR NOME
CODEPLAN

Nome : MAURICIO SILVA
Data de Nascimento : 00/05/1968
CPF : 000052128
Cap. Car. : 005
Pot. : 096
Data Emissao CRV : 1 231191
Data Pagam. : 080293

Dono : 03358925153
Mod. : VW/SANTANA GLS
Cor : CINZA
Categor. : PARTIC
Potencia : 096
Data Emissao CRV : 1 231191
Data Pagam. : 080293

Tip. Carroc. : 013 - C. FECHADA
Motor :
Cilindradas :
Cap. Car. :
Numero :
Bairro : TAGUATINGA
CEP : 00072000

Proprietario : AGUIAR DE VASCONCELOS CIA LTDA
Cidade :
M. J. DER :
Roubo/Furto :
Restricao1 : 03 - ATENACAO FIDUCIARIA
Restricao2 : 04 - RESTRICAO JUDICIAL
Restricao3 :
Restricao4 :
Observacao :

A - ADM BRASAL LTDA

*Assinatura de Joao Galvao da Silva
em fevereiro/93.*

Pelo presente Instrumento Particular de Cessão de Direitos, vantagens, obrigações e responsabilidades, mandado datilografado aos 16(dezesseis) dias do mês de fevereiro do ano de num mil novecentos e noventa e três, nesta Cidade de Taguatinga/DF., pelas partes adiante nomeadas e qualificadas a saber de um lado, como **OUTORGANTE CEDENTE - MAURÍLIO SILVA**, brasileiro, casado, deputado distrital, portador da carteira de identidade nº105.511 SSP/DF., residente e domiciliado à QSA 14 Casa 13 Taguatinga/DF., e de outro como **OUTORGADO CESSIONÁRIO JOÃO GALDINO DA SILVA**, brasileiro, casado, pastor evangélico, portador da C.I. nº 108.253 SSP/DF, residente e domiciliado à QE 24 Conj. I Casa 07 Guarará II; que tem entre si justo e contratado, o que mutuamente, outorgam, aceitam e assinam, convencionalizado pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Que o primeiro nomeado, designado **OUTORGANTE CEDENTE**, é senhor e legítimo possuidor de todos os direitos, vantagens, obrigações e responsabilidades sobre o veículo **VW SANTANA GLS ANO 86 Modelo 87 Placa BK 7077 Chassi 9 BWZ 32ZHP 207408**, alienado junto ao Consórcio-BRASAL TAGUAUTO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Que assim sendo, vem ele **OUTORGANTE CEDENTE**, via deste Instrumento, na melhor forma de direito, ceder e transferir, como de fato cedido e transferido tem à pessoa do **OUTORGADO CESSIONÁRIO**, todos os seus referidos direitos, vantagens, obrigações e responsabilidades decorridos do aludido contrato de alienação do veículo citado pelo preço certo e ajustado do ágio de Cr\$ 3.000.000,00 (Três

plena, raza, geral e irrevogável quitação.

037/44
(656)

CLÁUSULA TERCEIRA

Que fica o OUTORGADO **CESSIONÁRIO**, imitido na posse, domínio, direito, ação, uso, gozo sobre o veículo objeto deste Instrumento no dia 16 de fevereiro de 1993, correndo por conta única e exclusiva do OUTORGADO **CESSIONÁRIO**, a partir desta todas as prestações restantes junto ao **CONSÓRCIO BRASAL- Ta** guauto.

CLÁUSULA QUARTA

Que o **OUTORGANTE CEDENTE** se obriga e se compromete a prestar toda e qualquer assistência, bem como a sua presença se solicitado for, para regularização e transferência definitiva do veículo, objeto deste Instrumento em favor do **OUTORGADO CESSIONÁRIO**, ou a quem este indicar, independente de outorga de procurações.

CLÁUSULA QUINTA

Que na hipótese de **SINISTRO**, fica o **OUTORGADO CESSIONÁRIO**, responsável pelos danos de qualquer natureza a partir desta data.

CLÁUSULA SEXTA

Que o presente Instrumento é feito entre as partes contratantes entre si, seus herdeiros e sucessores em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se estas mesmas partes a manter esta Cessão sempre boa, firme e valiosa.

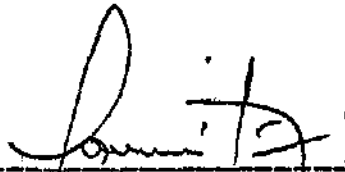
CLÁUSULA SÉTIMA

Que fica eleito o **FORO** desta cidade, para expressa renúncia de outro qualquer, por mais especial que seja, para a solução de quaisquer pendências oriundas deste Instrumento, ou dele decorrentes. E, por estarem acordes, assinam o presente Instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, para que

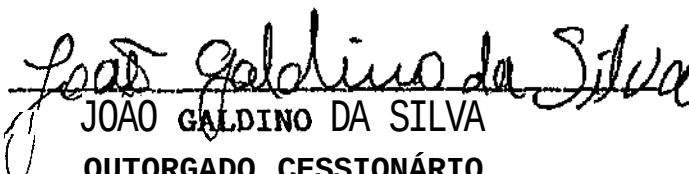
037/4B
(657)

para que produza seus efeitos legais e em direito permitido.

Taguatinga/DF., 16 de fevereiro de 1993.



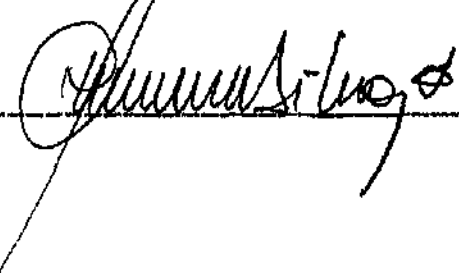
MAURÍLIO SILVA
OUTORGANTE CEDENTE



JOÃO GALDINO DA SILVA
OUTORGADO CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS





18

658

CODEPLAN

Veículo vendido.
DIT em poder
do comprador
para transferência

037/47
(659)

Brasília, 27 de Janeiro de 1994

Senhor Diretor,

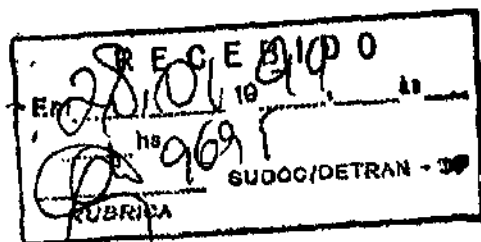
Comunico a Vossa Senhoria que o veículo OPALA 86/87 - Placa BL 6932/DF, tipo comodo e o veículo CORCEL LDO Ano 76 - Placa AL 8966/DF, continuam registrados neste Departamento de Trânsito em meu nome, embora tenha sido vendido há vários anos.

Tendo em vista a não transferência por partição DOE; com FM's adores, solicito sua determinação para apreensão e recolhimento ao pátio deste Departamento, até que os interessados efetuem a devida transferência.

Na certeza da vossa colaboração, colho a oportunidade para reiterar expressões de apreço e consideração

Atenciosamente,


MAURÍLIO SILVA



K

Ilmo. Sr.
DILSON DE ALMEIDA SOUZA
DD. Diretor do Departamento de Trânsito - DETRAN/DF
N E B T A

JV/aamc

0.37.48

660

PROGRESSO	CÓDIGO DE DEPENDÊNCIA: 103.855	DATA DE EMISSÃO: 10.09.91	Nº 982283
RAZÃO DENOMINAÇÃO:		C/CMS:	
AL - Depósitos Pessoais Titulares MAURILIO SILVA 003.211.318-4 003.211.318-4			
LOTE: 1-9-CAIXA			
ALSDRICO			VALOR
Valor que lhe debitamos referente liquidação de NP com vencimento na data, conf. autorização de nosso poder. 07/0000. Quatrocentos e vinte e cinco mil (QUATROCENTOS E VINTE E CINCO MIL CRUZEIROS). Carlos Alberto Banco do Progresso S.A.			425.000,00 425.000,00
BANCO DO PROGRESSO S.A. 25/09/91 425.000,00 PAGO			TOTAL 425.000,00

0.37.49

037.49

661

PROGRESSO		CÓDIGO DA DEPENDÊNCIA: BSB/105	DATA DE EMISSÃO: 11-10-92	Nº 998513
RAZÃO DOMINAÇÃO				
EDUARDO DE CASTRO PEREIRA - 003 - 211.318-4				
C/CNT: 211.325-7				
R: N-9-CAIXA				
HISTÓRICO				
Valor que lhes debitamos ref. liquida- ção NORCC/vento. em data, conf. autori- zação em anexo Poder.....			VALOR	
Cruzados e unida a nova mil cruzeiros			0000044	
429.000,00			429.000,00	
429.000,00			429.000,00	
TOTAL			429.000,00	

GRESSO	CÓDIGO DA DEPENDÊNCIA: 858/105	DATA DE EMISSÃO: 12.11.91	Nº 998857
NOME: WILIO SILVA Nº de identificação: 003 - 211.318-4			
ENDEREÇO: 11, PRQ. RUA DE MG 003.010.294-0			
Cidade: 48 - Depósitos Pessoas Físicas			
1-9-CAIXA			
HISTÓRICO			VALOR
Valor que lhe debitamos ref. 434.000,00			
ação de NP, com vector n/ data 100.00,00			
Aq. Cristalina a av. 0.042			
Porcentos e trinta e quatro mil cruzeiros			
cruzeiros			
TOTAL			434.000,00

663

PROGRESSO		CÓDIGO DA DEPENDÊNCIA 100/105	DATA DE EMISSÃO 20.12.98	Nº 976356
RAZÃO 43 - Depósitos Pessoas Físicas				
INDICAÇÃO FOLHA DE CASTRO - 003 - 211.310-4				
ORIGEM NTE: 2-9-CAIXA				
HISTÓRICO			VALOR	
Valor que lhe debitamos ref. a liquidação de conforme autorização de nosso poder			430.000,00	
centos e trinta e oito mil cruzeiros			065	
BANCO DO PROGRESSO S.A. 13801278			TOTAL 430.000,00	

037/52
(664)

PROGRESSO

CAIXA PAGAMENTO
COM AVISO

N* 014638

NOME DO DEP. 105 - AC BRASÍLIA

DATA DE EMISSÃO 15.01.92

TO 43 - Depósitos Pessoas Físicas

MAURILIO SILVA

003 - 211.318-4

OUTRO: L-P - CAIXA

HISTÓRICO

Valor que lha debitemos referente liquidação
da NP com vencimento n/ data, conf. autorização em
nosso poder.

(QUATROCENTOS E QUARENTA E DOIS MIL CRUZEIROS)

442.000,00P # 02900239

VALOR

442.000,00

(p; **DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS**

DISCRIMINAÇÃO, DATA DE AQUISIÇÃO E VENDA, QUANDO FOR O CASO

ANO DE 1990 - O»

VALOR DE AQUISIÇÃO
SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO

ANO DE 1991 - Cr

VALOR DE MERCADO
SITUAÇÃO EM 31/12/91
EM N.º DE UFIR

01.-Imovel residencial sito CHE- 05
lote 08 Taguatinga DP. DECLARADO
NO EXERCÍCIO DE 1.967.

60.00

80.00

300 492 41

02- Disponibilidades

10.500.000,00

TOTAL OU A **TRANSPORTAR** A

000000

cc

10,500, 24 GF

1

109.492.1

8 DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

DISCRIMINACÃO

SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO
ANO DE 1990 — CR\$ ANO DE 1991 — CR\$

ANO DE 1991 -- C/5

SALDO EM 31/12/91
EM Nº DE UFIR

TOTAL OU A TRANSPORTAR C

D

G

4) INFORMAÇÕES DO CÔNJUGE ESTE ITEM DEVE SER PREENCHIDO **OBRIGATORIAMENTE** POR UM DOS CÔNJUGES.

CPF DO CONJUGE

CALCULE: LINHA 11 + 24 + 25 + 26 - 19 - 27 OA PAG 4
DA DECLARAÇÃO 00 CÔNJUGE (CONSULTE O MANUAL)

1	
---	--

10 VARIAÇÃO PATRIMONIAL

CALCULATED: C - A - D - E

SC **POSITIVO**, TRANSPORTE PARA A UNHA 27, PAQ. 4 ►

10,500,000 .00

(11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CALCULEZ $f - 0$

SE POSITIVO, TRANSPORTE PARA A UNHA N. PAO. 4

EM Nº DE UFIR
(UTILIZE DUAS DECIMAIS)

100-492-11

12 BO DE DECLARAÇÃO DE ESPÓLIO, INFORME:

GRF DO INVENTARIANTE

NOME COMPLETO DO INVENTARIANTE

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

COLE AQUI A SUA ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO.
 NÃO HAVENDO ETIQUETA, PREENCHA COM O Nº DO CPF
 DE FORMA PERFEITAMENTE LEGÍVEL

71 - Nº 00 CPF

0 3 3 5 8 9 2 5 1 5 3

1992

DECLARAÇÃO
 M
 RENDIMENTOS

ANO-BASE 1991

71 - RESERVADO

ARQUIVAMENTO

Não utilizar grampo neste área

4675885

74 NOME COMPLETO DO DECLARANTE

MAURILIO SILVA.

ATENÇÃO

75 ENDEREÇO (RUA, AV., PRAÇA ETC.)

QSE 05 casa

76 NÚMERO

77 COMPLEMENTO (APTO., SALA ETC.)

08

ASSINALE COM
 X SE O SEU
 ATUAL ENDEREÇO
 É DIFERENTE DO
 CONSTANTE NA
 SUA ÚLTIMA
 DECLARAÇÃO

78 BAIRRO OU DISTRITO

Taguatinga

79 CEP

72000

80 MUNICÍPIO

Brasilia

81 U.F.

82 TELEFONE

DF

83 DATA DE NASCIMENTO

03 09 46

84 SEXO

1 - MASCULINO
 2 - FEMININO

85 ESTADO CIVIL

3 - SOLTEIRO
 4 - CASADO

86 Nº DEPENDENTES

0 2

87 CGC/CPF DA PRINCIPAL FONTE PAGADORA

26 963 645/0001-13

88 OCUPAÇÃO PRINCIPAL

deputado distrital

89 CÓDIGO

201

90 NATUREZA

4

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS

VALORES EM C\$
 NÃO UTILIZE CENTAVOS

RECEBIDOS DE PESSOAS JURÍDICAS	01	22.069.319,00	8
RECEBIDOS DE PESSOAS FÍSICAS E DO EXTERIOR	02		6
TOTAL 01 + 02	03	22.069.319,00	4

DEDUÇÕES

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA OFICIAL	04	408.985,00	M
CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES LIMITADO A 15% DE (LINHA 03 MENOS LINHA 04)	05		6
DOAÇÃO ESTATUTO DA CRIANÇA LIMITADO A 10% DE (LINHA 03 MENOS LINHA 04)	06		3
DEPENDENTES: C\$ 101.000,00 POR DEPENDENTE (LIMITADO A CINCO)	07	202.000,00	1
DESPEAS MÉDICAS	08		6
PENSÃO JUDICIAL	09		6
TOTAL 04 + 05 + 06 + 07 + 08 + 09	10	610.985,00	8

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO	03 - 10	21.458.334,00	8
IMPOSTO DEVIDO (USE A TABELA AO LADO) (*)	12	4.602.670,00	9
70 DA ATIVIDADE RURAL	13		7
TOTAL 00 IMPOSTO DEVIDO	12 + 13	4.602.670,00	8

IMPOSTO PAGO

IMPOSTO RETIDO NA FONTE	15	5.210.654,00	3
CARNÊ-LEÃO	16		6
TRO PAGA	17		4
IMPOSTO PAGO NO EXTERIOR (C)	18		00M
TOTAL 15 + 16 + 17 + 18	19	5.210.654,00	5

SALDO DO IMPOSTO A RESTITUIR

1.010,29	19 - 14	20	607.984,00	7
----------	---------	----	------------	---

SALDO DO IMPOSTO A PAGAR

	14 - 19	21		5
--	---------	----	--	---

PARCELAMENTO (VENCIMENTO DA 1ª QUOTA EM 27.04.92)

NÚMERO DE QUOTAS (ATE 8)	22		9
VALOR DA QUOTA EM UFIR (MÍNIMO DE 35 UFIR)	23		1

UFIR DE 1992 - C\$ 597,06

C) VE4A MANUAL

OUTRAS INFORMAÇÕES

VALORES EM C\$
 NÃO UTILIZE CENTAVOS

RESULTADO DA ATIVIDADE RURAL	24		00
RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS	25	2.396.015,00	
RENDIMENTOS TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA	26		00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	27	10.500.00000	
IMPOSTO SOBRE GANHOS DE CAPITAL	28		00
IMPOSTO SOBRE RENDA VARIÁVEL	29		00
DECLARAÇÃO DE BENS			EM Nº DE UFIR UTILIZE DUAS DECIMAIS
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30	100.492,81	

RESERVADO AO DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL

31		37	
32		38	
33		39	
34		40	
35		41	
36			

TABELA raOMWtWVA

BASE DE CÁLCULO C\$	ALÍQUOTA %	PARCELA A DEDUZIR C\$
ATÉ 1.294.020,00	—	
DE 1.294.020,01 A 4.216.742,00	10	129.402,00
ACIMA DE 4.216.742,00	25	761.913,00

A PRESENTE DECLARAÇÃO É A EXPRESSÃO DA VERDADE

Brasilia 14 / 05 / 92
 LOCAL DATA
 ASSINATURA DO DECLARANTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL

91 - ANEXOS A DECLARAÇÃO (QUANTIDADE)

1	ATIVIDADE RURAL
2	GANHOS DE CAPITAL
3	GANHOS EM RENDA VARIÁVEL
4	OUTROS

CARIMBO DE RECEPÇÃO

070/0003-1

14/05/92

1.010,29

011010148

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

1039/55(667)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SECRETARIA DA FAZENDA NACIONAL
DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL

PARA USO DO PROCESSAMENTO
70 CÓDIGO DO MUNICÍPIO 00 ARQUIVAMENTO

FORMULÁRIO DE ALTERAÇÃO E
RETIFICAÇÃO - IRPF 1992

FAR 3

7612058

71 MOTIVO DO FAR 72 Nº DA DECLARAÇÃO ANTERIOR
ATENDIMENTO À SRL 1 TRABALHO DE MALHA 2 4675305

11 IDENTIFICAÇÃO 00 DECLARANTE

73 CPF DA DECLARAÇÃO 03338925153

74 NOME COMPLETO MAURICIO SILVA

ATENÇÃO
JUNTA COM X
EM CASO DE
ALTERAÇÃO M NOME

75 ENDEREÇO (RUA, AV, PRAÇA, ETC) 76 NÚMERO

77 COMPLEMENTO (SALA, APTO, ETC) 78 BAIRRO OU DISTRITO 79 CEP

80 MUNICÍPIO 81 UF 82 TELEFONE 83 COD.OP 84 NAT.OP

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS PARCELAMENTO (VENCIMENTO DA 1ª QUOTA EM 14.05.92)

RECEBIDOS DE PESSOAS JURÍDICAS 01 20118196.00181 NÚMERO DE QUOTAS (ATE B 22 3

RECEB. DE PESSOAS FÍSICAS E EXTERIOR 02 .00161 VALOR DA QUOTA EM UFIR(MÍNIMO DE 36 UFIR) 23 11

DEDUÇÕES

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA OFICIAL 04 .00171 OUTRAS INFORMAÇÕES-

CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES 05 .00151 RESULTADO DA ATIVIDADE RURAL 24 .00131

DOAÇÃO ESTATUTO DA CRIANÇA 06 .00131 RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS 25 .00111

DEPENDENTES C/R\$101.000,00 POR DEPENDENTE ILIMITADO A CINCO 07 .00111 RENDIMENTOS TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA 26 .00141

DESPESAS MÉDICAS 08 .00181 VARIACÃO PATRIMONIAL 27 .00121

PENSAO JUDICIAL 09 .00161 IMPOSTO SOBRE GANHOS DE CAPITAL 28 .00151

CÁLCULO DO IMPOSTO IMPOSTO SOBRE RENDA VARIÁVEL 29 .00131

IMPOSTO DA ATIVIDADE RURAL 13 .00171

IMPOSTO PAGO

IMPOSTO RETIDO NA FONTE 15 52111019 .00131

CARNÊ-LEÃO 16 .00181

TRD PAGO 17 .00141

IMPOSTO PAGO NO EXTERIOR 18 .00171

DECLARAÇÃO DE BENS

PATRIMÔNIO LÍQUIDO 30 19

DATA DE RECEPÇÃO DA DECLARAÇÃO 45 1

ATENÇÃO: INFORMAR A QUANTIDADE DE ITENS PREENCHIDOS

46 055

85 CÓDIGO DR* 010100-5 86 MATRÍCULA FUNCIONÁRIO 3009413-5 87 LOCAL BSB-DF

88 DATA DE PREENCHIMENTO 30/12/92 89 ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO C. Silva



DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

1982

© RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOAS JURÍDICAS

VALORES EM Cr\$
NÃO UTILIZE CENTAVOS

	NOME DA FONTE PAGADORA	CGC/CPF	RENDIMENTOS	IMPOSTO NA FONTE
01	Camara Legislativa do DP.	26 963 645/0001-13	22.069.319 00	5.210.654 00
02			00	00
03			00	00
04			00	00
05			00	00
06			00	00
07			00	00
08			00	00
09			00	00
10			00	00
TOTAL TRANSPORTE PARA AS LINHAS 01 E 15, RESPECTIVAMENTE, DA PAG. 4			22.069.319 00	5.210.654 00

® RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOAS FÍSICAS E DE FONTES DO EXTERIOR

	NOME DA FONTE PAGADORA	CPF/CGC	RENDIMENTOS
01			00
02			00
03			00
04			00
06			00
TOTAL TRANSPORTE PARA A LINHA 02, PAG. 4			00

③ RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

	DISCRIMINAÇÃO	RENDIMENTOS
01	AVISO PRÉVIO INDENIZADO, INDENIZAÇÕES POR RESCISÃO OE CONTRATO OE TRABALHO E FGTS	00
02	BENEFÍCIOS RECEBIDOS DE ENTIDADES OE PREVIDÊNCIA PRIVADA	00
03	RÊND MENTQS DE CADERNETAS DE POUPANÇA, LETRAS HIPOTECARIAS E CRUZADOS NOVOS BLOQUEADOS	00
04	LUCRO NA ALIENAÇÃO OE BENS E/OU DIREITOS DE PEQUENO VALOR OU DO ÚNICO IMÓVEL E PARCELA ISENTA NA ALIENAÇÃO OE BENS OU DIREITOS	00
05	PROVENTOS OE APOSENTADORIA, RESERVA REMUNERADA, REFORMA E PENSÃO DE DECLARANTES COM 65 ANOS OU MAIS, ATE Cr\$ 1.466.020,00	00
06	PROVENTOS DE APOSENTADORIA OU REFORMA - ISENÇÃO POR MOLÉSTIA GRAVE	00
07	TRANSFERÊNCIAS PATRIMONIAIS - DOAÇÕES, HERANÇAS E MEAÇÕES	00
08	OUTROS	2.396.015 00
TOTAL TRANSPORTE PARA A LINHA 25, PAG. 4		2.396.015 00

④ RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA

	DISCRIMINAÇÃO	RENDIMENTOS
01	ACÇÕES OU QUOTAS RECEBIDAS EM BONIFICAÇÃO	00
02	DECIMO TERCEIRO SALÁRIO	00
03	GANHOS DE CAPITAL NA ALIENAÇÃO DE BENS OU DIREITOS	00
04	GANHOS LIQUIDOS EM RENDA VARIÁVEL (BOLSAS DE VALORES, MERCADORIAS, FUTUROS E ASSEMBLHADAS)	00
06	LUCROS, DIVIDENDOS, BONIFICAÇÕES E OUTROS INTERESSES DISTRIBUIDOS EM DINHEIRO POR PESSOA JURIDICA	00
06	PRÊMIOS E SORTEIOS EM GERAL	00
07	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	00
08	TÍTULOS E FUNDOS AO PORTADOR TRIBUTADOS NO RESGATE (LEI Nº 8.021/90, ART. 3º)	00
09	OUTROS	00
TOTAL TRANSPORTE PARA A LINHA 26, PAG. 4		00

® DEPENDENTES

	NOME COMPLETO	RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	DATA DE NASCIMENTO
01	Lazara de Melo Silva,	esposa	15 10 46
02	Leise Patricia de Melo	filha	18 12 77
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			

6) RELAÇÃO DE DOAÇÕES E PAGAMENTOS EFETUADOS

• Relacione todos os pagamentos e doações efetuados a terceiros (pessoas físicas ou jurídicas) tais como: pensão judicial, aluguéis, arrendamento rural, pagamentos a hospitais e a profissionais liberais (médicos, dentistas, psicólogos, advogados, engenheiros, arquitetos, corretores etc.).

• Indique-as mesmo que essas despesas não constituam deduções. A falta desta informação sujeita-o à multa de 20% do valor não declarado, corrigido monetariamente pela variação da Unidade Fiscal de Referência — UFIR.

• Cite o nome completo, CPF ou CGC das pessoas ou empresas a quem fez pagamento e doações, indicando o código de acordo com a tabela ao lado.

* No caso de despesas com aluguéis, informe sempre o nome e CPF ou CGC do locador, mesmo que o aluguel tenha sido pago através de procurador ou de imobiliária (verifique o nome do locador no contrato).

* No caso de pensão judicial, informe sempre o nome e CPF da pessoa beneficiária da pensão, mesmo que o valor tenha sido descontado por seu empregador.

- Declara os valores efetivamente pagos.
 - Se o número de unhas for insuficiente, continue em folha à parte.
- e Não é necessário juntar os comprovantes à declaração. Conserve-os até 31.12.97.

CÓDIGOS DE DOAÇÕES E PAGAMENTOS

1	ALUGUÉIS DE IMÓVEIS
2	HOSPITAIS E CLÍNICAS
3	MÉDICOS, DENTISTAS, PSICÓLOGOS, FISIOTERAPEUTAS E TERAPEUTAS OCUPACIONAIS
4	PENSÃO JUDICIAL
9	ADVOGADOS, ENGENHEIROS, ARQUITETOS E DEMAIS PROFISSIONAIS LIBERAIS
6	DOAÇÕES A ENTIDADES FILANTRÓPICAS
7	DOAÇÕES ESTATUTO DA CRIANÇA
9	OUTROS

NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF OU CGC	CÓDIGO	VALORES EM Cr*
	01		9
	02		a
	03		7
NADA A DECLARAR.	W		6
	05		S
	06		4
	07		9
	W		a
	09		7
	10		6
	11		5
	12		4
	13		9
	14		8
	1*		7
	16		6
	17		S
	18		4
	10		9
	20		e
	21		T
	22		f
	23		5
	24		J
	25		-
	28		*
	27		-
	28		1
	29		I
	30		M
	31		S
	32		B
	33		*
	34		e



MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
Secretaria da Fazenda Nacional - Departamento da Receita Federal

EXERCÍCIO 1991
ANO-BASE 1990

037/58 (610)
IMPOSTO DE RENDA - PESSOA FÍSICA

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

CPF DO DECLARANTE

033 589 251-53

NOME COMPLETO

MAURILIO SILVA.

CARIMBO DE RECEPÇÃO

01.1.01.01-3

27 JAN 1994

ARF - TAGUATINGA

NOTIFICAÇÃO

O declarante acima identificado fica notificado, de acordo com os artigos 129 e 758-I do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 85.450/80, a pagar o saldo do imposto constante deste documento, no prazo estabelecido, em quota única ou em até 6 quotas (Leis nº 8.134/90 e 8.177/91). Não sendo paga a quota única até a data de seu vencimento ou vencida uma quota e não paga até o vencimento da seguinte, poderá ser considerada vencida a dívida global, correndo o prazo de 30 dias para a cobrança amigável, nos termos do artigo 695 do citado Regulamento. Não obstante, se antes de encaminhado o débito para a cobrança executiva, o contribuinte efetivar o pagamento das quotas vencidas com os acréscimos legais, o parcelamento fica automaticamente restabelecido.

LOCAL

Brasília

DATA

27/ 01/ 94

ASSINATURA

SALDO ATUALIZADO

VALORES EM CR\$
NÃO UTILIZE CENTAVOS

A RESTITUIR LINHA 16 X 3,70 18 00 7

A PAGAR LINHA 17 X 3,70 19 15 5

IMPOSTO A ADICIONAR

IMPOSTO DA ATIVIDADE RURAL 20 00 7

IMPOSTO SOBRE GANHOS DE CAPITAL (NÃO PAGO) 21 00 5

IMPOSTO SOBRE RENDA VARIÁVEL (NÃO PAGO) 22 00 3

TOTAL 20 + 21 + 22 23 00 1

SALDO FINAL DO IMPOSTO

A RESTITUIR CALCULE 18 - 23 (SE LINHA 18 FOR MAIOR QUE LINHA 23) 24 00 3

A PAGAR CALCULE 23 - 18 (SE LINHA 23 FOR MAIOR QUE LINHA 18) OU CALCULE 19 + 23 25 00 1

PARCELAMENTO (VENCIMENTO DA 1ª QUOTA EM 27.05.91)

QUANTIDADE DE QUOTAS (ATÉ 6) 26 00 4

VALOR DA QUOTA (MÍNIMO DE CR\$ 4.440,00) 27 00 2

MULTA POR ATRASO NA ENTREGA 00 00

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DA RECEITA FEDERAL

1037/59 676

1991
DECLARAÇÃO
DE
RENDIMENTOS
1

ANO- BASE 1990
70- RESERVADO

ARQUIVAMENTO
Não utilizar grampo nesta área

ETIQUETA

72 RESERVADO

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

73 Nº DO CPF 033 589 251-53 74 NOME COMPLETO MAURILIO SILVA

75 ENDEREÇO (RUA, AV., PRAÇA ETC) QSA 76 NÚMERO U 77 COMPLEMENTO (APTO., SALA ETC) CASA 13

78 BAIRRO OU DISTRITO TAQUATINGA 79 CEP 72 015 80 MUNICÍPIO BRASILIA 81 U.F. 82 TELEFONE DF 356 26 00

83 DATA DE NASCIMENTO 03 09 46 84 SEXO 1 - MASCULINO 2 - FEMININO 85 ESTADO CIVIL 3 - SOLTEIRO 4 - CASADO 5 - VIÚVO 6 - OUTROS 86 Nº DEPENDENTES 02 87 CGC/CPF DA PRINCIPAL FONTE PAGADORA 00 113 232/0001-09 88 CÓDIGO 910 89 NATUREZA 9

88 OCUPAÇÃO PRINCIPAL pastor evangelico

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS

VALORES EM Cr\$ NÃO UTILIZE CENTAVOS

RECEBIDOS DE PESSOAS JURÍDICAS 01 131.194,00 18

RECEBIDOS DE PESSOAS FÍSICAS E DO EXTERIOR 02 ,00 1a

TOTAL 01 + 02 03 131.194,00 18

DEDUÇÕES

CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES (LIMITADO A 6% DA LINHA 03) 04 ,00 17

DOAÇÃO ESTATUTO DA CRIANÇA (LIMITADO A 10% DA LINHA 03) 05 ,00 15

DEPENDENTES: Cr\$ 43.080,00 CADA (LIMITADO A CINCO) 06 46.120,00 3

DESPESAS MÉDICAS 07 ,00 1

PENSÃO JUDICIAL 08 ,00 8

TOTAL 04 + 05 + 06 + 07 + 08 09 46.120,00 6

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO 03 - 09 10 85.074,00 18

IMPOSTO DEVIDO (USE TABELA ABAIXO) 11 T S B S O* ,00 18

IMPOSTO PAGO

TO RETIDO NA FONTE 12 ,00 9

CARNÊ LEÃO E MENSALÃO (*) 13 ,00 7

IMPOSTO PAGO NO EXTERIOR (*) 14 ,00 5

TOTAL 12 + 13 + 14 15 ,00 3

SALDO DO IMPOSTO

A RESTITUIR 16 - 11 16 ,00 18

A PAGAR 11 - 18 17 ,00 18

(*) VEJA MANUAL

TABELA PROGRESSIVA ANUAL

BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	PARCELA A DEDUZIR
ATÉ Cr\$ 328.823,00	-	-
DE Cr\$ 328.823,00 A 1.095.408,00	10%	Cr\$ 32.882,00
ACIMA DE Cr\$ 1.095.408,00	25%	Cr\$ 197.173,00

A PRESENTE DECLARAÇÃO É A EXPRESSÃO DA VERDADE

Brasília LOCAL DATA

SALDO ATUALIZADO

VALORES EM Cr\$ NÃO UTILIZE CENTAVOS

A RESTITUIR LINHA 16 X 3,70 18 ,00 17

A PAGAR UNHA 17 X 3,70 19 ,00 15

IMPOSTO A ADICIONAR

IMPOSTO DA ATIVIDADE RURAL 20 ,00 17

IMPOSTO SOBRE GANHOS DE CAPITAL (NÃO PAGO) 21 ,00 15

IMPOSTO SOBRE RENDA VARIÁVEL (NÃO PAGO) 22 ,00 13

TOTAL 20 + 21 + 22 23 ,00 1

SALDO FINAL DO IMPOSTO

A RESTITUIR CALCULE 16 - 23 (SE UNHA 18 FOR MAIOR QUE LINHA 23) 24 ,00 13

A PAGAR CALCULE 23 - 10 (SE LINHA 23 FOR MAIOR QUE LINHA 18) OU CALCULE 16 + 23 25 ,00 1

PARCELAMENTO (VENCIMENTO DA 1ª QUOTA EM 27.05.91)

QUANTIDADE DE QUOTAS (ATÉ 6) 26 ,00 14

VALOR DA QUOTA (MÍNIMO DE Cr\$ 4.440,00) 27 ,00 12

OUTRAS INFORMAÇÕES

RESULTADO DA ATIVIDADE RURAL 28 ,00 15

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS 29 ,00 13

RENDIMENTOS TRIB. EXCLUSIVAMENTE NA FONTE 30 ,00 9

VARIACÃO PATRIMONIAL 31 ,00 1

RESERVADO AO DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL

32		38	,00
33		39	,00
34		40	,00
35		41	,00
36		42	,00
37			

1 - DOCUMENTOS ANEXADOS A DECLARAÇÃO (QUANTIDADE)

1 ATIVIDADE RURAL

2 GANHOS DE CAPITAL

3 GANHOS EM RENDA VARIÁVEL

h OUTROS

CARIMBO DE RECEPÇÃO

SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO

DISCRIMINACAO, DATA DE AQUISIÇÃO E VENDA, QUANDO FOR O CASO

• ANO DE 1989 - Cr\$

ANO DE 1990 - Cr\$

TOTAL OU A TRANSPORTAR A

80.00

E

88.00

SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO

DISCRIMINAÇÃO

ANO DE 1989 - Cr\$

ANO DE 1990 - Cr\$

TOTAL OU A TRANSPORTAR C

D

ESTE ITEM DEVE SER PREENCHIDO APENAS PÊLO CÔNJUGE QUE DECLARAR OS BENS COMUNS.

GRF DO CONJUG E

INDIQUE O RESULTADO: UNHA 10 **MAIS** LINHA 28 **MAIS** UNHA 29 **MAIS** LINHA 30 MENOS LINHA 15 MENOS UNHA 31 DA PAQ. 4 DA DECLARAÇÃO DO **CÔNJUGE** (VEJA INSTRUÇÕES NO **MANUAL**).

F

CALCULE: $B + C - A - D - E$

SE O RESULTADO FOR POSITIVO, TRANSPORTE PARA A LINHA 31, PÁG. 4

C EM CASO DE DECLARAÇÃO DE **ESPÓLIO**, INFORME:

CPF DO INVENTARIANTE

NOME COMPLETO DO INVENTARIANTE

6) RELAÇÃO DE DOAÇÕES E PAGAMENTOS EFETUADOS

Relacione todos os pagamentos e doações efetuados a terceiros (pessoas físicas ou jurídicas) tais como: pensão judicial, aluguéis, arrendamento rural, pagamentos a hospitais e a profissionais liberais (médicos, dentistas, psicólogos, advogados, engenheiros, arquitetos, corretores etc.).

Indique os meses em que essas despesas não constituam deduções. A falta desta informação sujeita-o à multa de 20% do valor não declarado.

Cite o nome completo, CPF ou CGC das pessoas ou empresas a quem fez pagamentos e doações, indicando o código de acordo com a tabela ao lado.

No caso de despesas com aluguéis, Informe sempre o nome e CPF ou CGC do locador, mesmo que o aluguel tenha sido pago através de procurador ou de imobiliária (verifique o nome do locador no contrato).

* No caso de pensão judicial, Informe sempre o nome e CPF da pessoa beneficiária da pensão, mesmo que o valor tenha sido descontado por seu empregador.

- Declare os valores efetivamente pagos.
- Se o número de linhas for insuficiente, continue em folha à parte.
- Não é necessário juntar os comprovantes à declaração. Conserve-os até 31.12.96.

CÓDIGOS DE DOAÇÕES E PAGAMENTOS

1	ALUGUÉIS DE IMÓVEIS
2	HOSPITAIS E CLÍNICAS
3	MÉDICOS, DENTISTAS, PSICÓLOGOS, FISIOTERAPÊUTAS E TERAPEUTAS OCUPACIONAIS
4	PENSÃO JUDICIAL
5	ADVOGADOS, ENGENHEIROS, ARQUITETOS E DEMAIS PROFISSIONAIS LIBERAIS
6	DOAÇÕES A ENTIDADES FILANTRÓPICAS
7	DOAÇÕES ESTATUTO DA CRIANÇA
8	OUTROS

NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF OU CGC	CÓDIGO	VALORES EM Cr\$
	01		8
	02	NADA a DECLARAR.	8
	03		7
	04		8
	05		5
	06		4
	07		9
	08		8
	09		7
	10		6
	11		5
	12		4
	13		9
	14		8
	15		7
	16		6
	17		5
	18		4
	19		3
	20		2
	21		1
	22		0
	23		9
	24		8
	25		7
	26		6
	27		5
	28		4
	29		3
	30		2
	31		1
	32		0
	33		9
	34		8
	35		7

037/62 674

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS 1991

1 RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOAS JURÍDICAS

VALORES EM C\$
NÃO UTILIZE CENTAVOS

NOME DA FONTE PAGADORA	CGC	RENDIMENTOS	IMPOSTO NA FONTE
01. Fabernacu n Evangelico de Jesus	00 113 233/0001-09	131.194,00	,00
02.		,00	,00
03.		,00	,00
04.		,00	,00
05.		,00	,00
06.		,00	,00
07.		,00	,00
08.		,00	,00
09.		,00	,00
10.		,00	,00
TOTAL TRANSPORTE PARA AS LINHAS 01 E 12, RESPECTIVAMENTE, DA PAG. 4		131.194,00	,00

2 RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOAS FÍSICAS E DE FONTES DO EXTERIOR

NOME DA FONTE PAGADORA	CPF	RENDIMENTOS
01.		,00
02.		,00
03.		,00
04.		,00
05.		,00
TOTAL TRANSPORTE PARA A UNHA 02, PAG. 4		,00

3 RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

DISCRIMINAÇÃO		RENDIMENTOS
01.	AVISO PRÉVIO, INDENIZAÇÕES POR RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO E FGTS	,00
02.	BENEFÍCIOS RECEBIDOS DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	,00
03.	JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DE CADERNETAS DE POUPANÇA E DE LETRAS HIPOTECÁRIAS	,00
04.	LUCRO NA ALIENAÇÃO DE ACUES NEGOCIADAS EM BOLSAS DE VALORES	,00
05.	LUCRO NA ALIENAÇÃO DE BENS E/OU DIREITOS DE PEQUENO VALOR OU DO ÚNICO IMÓVEL - LEI 7713/88 E DECRETO 98848/89 E PARCELA ISENTA NA ALIENAÇÃO DE BENS OU DIREITOS	,00
06.	PROVENTOS DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO DE DECLARANTES COM 65 ANOS OU MAIS, ATÉ Cr\$ 278.733,00	,00
07.	PROVENTOS DE APOSENTADORIA, RESERVA OU REFORMA - ISENÇÃO POR MOLÉSTIA GRAVE	,00
08.	TRANSFERÊNCIAS PATRIMONIAIS - DOAÇÕES, HERANÇAS E MEACOES	,00
09.	OUTROS	,00
TOTAL TRANSPORTE PARA A LINHA 29, PAG. 4		,00

4 RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA

DISCRIMINAÇÃO	RENDIMENTOS	
01. AÇÕES OU QUOTAS RECEBIDAS EM BONIFICAÇÃO	,00	
02. DECIMO TERCEIRO SALÁRIO	,00	
03. GANHOS DE CAPITAL NA ALIENAÇÃO DE BENS ou DIREITOS	,00	
04. GANHOS LÍQUIDOS EM RENDA VARIÁVEL	,00	
05. LUCROS, DIVIDENDOS, BONIFICAÇÕES E OUTROS INTERESSES DISTRIBUÍDOS EM DINHEIRO POR PESSOA JURÍDICA	,00	
06. PRÊMIOS e SORTEIOS EM GERAL	,00	
07. RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	,00	
08. TÍTULOS E FUNDOS AO PORTADOR TRIBUTADOS NO REGIME DE LUCRO LÍQUIDO (LEI Nº 8.021/90 ART. 3º)	,00	
09. OUTROS	,00	
TOTAL TRANSPORTE PARA A UNHA 30, PAG. 4		00

5 DEPENDENTES

NOME COMPLETO	RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	DATA DE NASCIMENTO
01. Lazara de Melo Silva	esposa	15 / 10 / 4*
02. Lia Patricia de Melo	filha	18 / 12 / 71
03.		/ /
04.		/ /
05.		/ /
06.		/ /
07.		/ /
08.		/ /
09.		/ /



MINISTERIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal



03768 675
Imposto de Renda Pessoa Física

72 RESERVADO

1990
DECLARAÇÃO
DE
INFORMAÇÕES

ANO-BASE 1989

70 RESERVADO

ARQUIVAMENTO

6773473

97012

1 IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

73 N° CPF

033.589.251-53

74 NOME COMPLETO

MAURILIO SILVA

ATENÇÃO

75 ENDEREÇO (RUA, AV., PRAÇA ETC.)

QSE 05

76 NÚMERO

05

77 COMPLEMENTO (APTO, SALA ETC.)

Casa 08 O. Lima

ASSINALE COM "X"
SE O SEU ATUAL
ENDEREÇO
É DIFERENTE DO
CONSTANTE NA SUA
ÚLTIMA DECLARAÇÃO

78 BAIRRO OU DISTRITO

TAGUATINGA*

79 CEP

72025

80 MUNICÍPIO

BRASÍLIA - DF

81 U.F. 82 TELEFONE

DF 562 7322

83 DATA DE NASCIMENTO

03/09/46

84 SEXO

1 MASCULINO

85 ESTADO CIVIL

1 SOLTEIRO

86 N° DEPENDENTES

02

87 CGC/CPF DA PRINCIPAL FONTE PAGADORA

00113233/0001-09

88 NOME DA FONTE

PAQUOORA

89 OCUPAÇÃO

IGREJA TABERNÁCULO EVANGÉLICO DE JESUS MISSIONÁRIO

2 DECLARAÇÃO DE BENS

DISCRIMINAÇÃO, DATA DE AQUISIÇÃO E VENDA, QUANDO FOR O CASO

SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO
ANO DE 1988 - NCZ\$

ANO DE 1989 - NCZ\$

UMA CASA NA QSE 05 CASA 08-TAGUATINGA

1.200.000

1.800.000,

TOTAL

1.200.000-

1.800.000,

3 DIVÍDUAS E ÔNUS REAIS

DISCRIMINAÇÃO

SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO
ANO DE 1988 - NCZ\$

ANO DE 1989 - NCZ\$

TOTAL

4 INFORMAÇÕES DO CÔNJUGE

91 N° CPF

VALORES

BASE DE CÁLCULO + RENDIMENTOS ISENTOS + RENO. TRIB. EXCLUS. FONTE + VARIAÇÃO PATRIMONIAL

5 RESUMO ANUAL

NCZ\$

RENDIMENTOS BRUTOS TRIBUTÁVEIS	01	20.511	,00	8
IMPOSTO NA FONTE OU RECOLHIMENTO MENSAL (CARNE-LEÃO)	M	702	,00	8
RENDIMENTOS ISENTOS, NÃO TRIBUTÁVEIS E TRIB. EXCLUSIVAMENTE NA FONTE	09		,00	4
VARIAÇÃO PATRIMONIAL (+ - C - A - O - E)	04	20.511	,00	2

A PRESENTE DECLARAÇÃO A A EXPRESSÃO DA VERDADE

BRASÍLIA

LOCAL

290S 90

DATA

ASSINATURA DO DECLARANTE OU DO REPRESENTANTE LEGAL

MODELO APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF

K CARIMBO DE RECEPÇÃO
(CARIMBAR A 2ª VIA COMO RECIBO)

033/8676-5

29-05-90

BANESPA

010101-8

ETIQUETA

MODELO
SIMPLIFICADO

EXERCÍCIO 1989
ANO-BASE 1988

10371614-676
NÃO UTILIZAR GRAMPO NESTA APE.
3717076

73 RESERVADO

70 RESERVADO

2

74 CPF DO DECLARANTE

75 NOME COMPLETO

0335892

MAURILIO SILVA

76 ENDEREÇO, RUA, AV, PRAÇA ETC

77 NÚMERO

78 COMPLEMENTO, SALA, APTO ETC

NOVO ENDEREÇO

0505 CASA

08

79 BAIRRO/DISTRITO

80 CEP

81 MUNICÍPIO

82 U.F.

83 TELEFONE

TAGUATINGA

72025

BRASILIA

PF

562 7322

84 DATA DE NASCIMENTO

85 SEXO

86 ESTADO CIVIL

87 O CONJUGE APRESENTA DECLARAÇÃO EM SEPARADO?

88 CPF DO CONJUGE

89 CAC ou CPF DA PRINCIPAL FONTE PAGADORA

90 OCUPAÇÃO PRINCIPAL

91 DENOMINAÇÃO

92 CÓDIGO

93 NATURALIDADE

03 09 46 MASCULINO J

1 SOLTEIRO
2 CASADO
3 VIUVO
4 OUTROS

5 SIM
6 NÃO

ATENÇÃO
ASSINALE COM
SE O SEU ATUAL
ENDEREÇO É
DIFERENTE DO
CONSTANTE NA
ÚLTIMA DECLARAÇÃO

00113233/0001-09

MISSIONÁRIO

91

92

RENDIMENTOS DO TRABALHO ASSALARIADO

CÁLCULO DO IMPOSTO

QUANTO GANHOU DE SALÁRIOS E
DEMAIS RECEBIMENTOS DA CÉDULA C

VALOR EM NCZ\$

2.689,30

IMPOSTO - (EJA TABELA)

VALOR EM NCZ\$

30

DESCONTO PADRÃO
25% DA LINHA 02 ATÉ NCZ\$ 60000

09 600,00

IMPOSTO RETIDO NA FONTE

43

QUANTO GANHOU MENOS O
DESCONTO PADRÃO

02-09

16 2.089,30

IMPOSTO A SER RESTITUÍDO

43 - 36

47

OUTROS RENDIMENTOS

17

SALDO A PAGAR

36 - 43

48

153,40

RENTA BRUTA

PARCELAMENTO

VENCIMENTO DA 1ª QUOTA EM 28/04

16+17

18 2.089,30

VALOR DA
QUOTA MÍNIMA
NCZ\$ 6,92

QUANTIDADE DE QUOTAS
VALOR DA QUOTA

49

50

153,40

ABATIMENTOS

ALUGUEL RESIDENCIAL ATÉ NCZ\$ 340,00

28

MÉDICOS, DENTISTAS, PSICÓLOGOS E HOSPITAIS

30

PENSAO ALIMENTÍCIA JUDICIAL

31

DEPENDENTES

32

230,00

DECL COM 65 ANOS OU MAIS EM 31/12/88

33

RENDIMENTOS NÃO TRIBUTÁVEIS

51

RENDIMENTOS TRIBUTADOS EXCLUS. NA FONTE

52

VARIACAO PATRIMONIAL

53

TOTAL

28+...+33

34 230,00

RENTA LIQUIDA

18 - 34

35 1.859,30

TABELA PROGRESSIVA PARA CÁLCULO DO IMPOSTO

Classe de renda líquida (NCZ\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (NCZ\$)
Até 620,00	isento	—
De 620,01 a 1.270,00	10	62,00
De 1.270,01 a 1.951,00	15	125,50
De 1.951,01 a 2.725,00	20	223,05
De 2.725,01 a 3.592,00	25	359,30
De 3.592,01 a 4.768,00	30	538,90
De 4.768,01 a 7.245,00	35	777,30
De 7.245,01 a 10.217,00	40	1.139,55
Acima de 10.217,00	45	1.650,40

USO RESERVADO

54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	

62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	

FVD

A PRESENTE DECLARAÇÃO G A EXPRESSÃO DA VERDADE.
RECEBI NO ATO DA ENTREGA A NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO CORRESPONDENTE.

64 DOCUMENTOS ANEXADOS
A DECLARAÇÃO (QUANTIDADE)

65 CARIMBO DE RECEPÇÃO

7399/0896-37

12/05/89

BANCO BRASILEIRO DO BRASIL
SOCIEDADE ANÔNIMA
10900/9701

Brasília

12 / 05 / 89

LOCAL

DATA

1 0 M FONTE PAGADORA

OUTROS

ASSINATURA DO DECLARANTE OU DE SEU REPRESENTANTE LEGAL

PREPARE PARA

CONSULTA O MANUAL

Origina Bradesco S

DISCRIMINAÇÃO, DATA DE AQUISIÇÃO E VENDA QUANDO FOR O CASO

SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO

ANO ANTERIOR (1987)
/ALOR EM NC: \$

ANO-BASE (1988)
VALOR EM NCZ\$TOTAL OU A TRANSPORTAR | A

800.00

6

1:200,00

DISCRIMINAÇÃO

SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO

ANO ANTERIOR (1987)
VALOR EM NCz\$

ANO-BASE (1968)
VALOR EM NCz\$

TOTAL OU A TRANSPORTAR C

OBS: SE VOCÊ É CASADO, ESTÁ DECLARANDO EM SEPARADO E ESTÁ INCLUINDO OS BENS COMUNS DO CASAL, INFORME.

REND. LÍQUIDA + RENDIMENTOS NÃO TRIBUTÁVEIS * RENDIMENTOS TRIBUTADOS EXCLUSIVAMENTE NA FONTE - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DO CÔNJUGE

F **CALCULE:** $p + c \cdot A \cdot D \cdot e$

SE O RESULTADO FOR POSITIVO, TRANSPORTE PARA A LINHA 53, PÁG. 4

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS
IMPOSTO DE RENDA - PESSOA FÍSICA

1989

NOTE PAGADORA

RENDIMENTOS - NCz3

IMPOSTO RETIDO NA FONTE - NC28

IGREJA TABERNÁCULO EVANGÉLICO PE JESUS

2,689.30

219

TRANSPORTE O TOTAL DOS RENDIMENTOS PARA A UNHA 02, PAG 4

2.689.30

TRANSPORTE O TOTAL DO IMPOSTO RETIDO NA FONTE PARA A LINHA 43, PAG. 4

3) **OUTROS RENDIMENTOS** SE O TOTAL DESTES RENDIMENTOS FOR SUPERIOR A NCZ\$ 60000. UTILIZE OBRIGATORIAMENTE O MODELO COMPLETO - FORMULÁRIO AZUL

ONTE PAGADOR

PENDIMENTOS - NCz\$

IMPOSTO RETIDO NA FONTE - NCZ\$

07418

TRANSPORTE O TOTAL DOS RENDIMENTOS PARA A LINHA 17, PAG. 4

TRANSPORTE O TOTAL DO IMPOSTO RETIDO NA FONTE PARA A LINHA 43. PAG. 4

3) **DEPENDENTES** INFORME APENAS AQUELES CONSIDERADOS PARA ABATIMENTO DA RENDA BRUTA
VALOR DO ABATIMENTO POR DEPENDENTE. NC28 11500

INFORME APENAS AQUELES CONSIDERADOS PARA ABA
VALOR DO ABATIMENTO POR DEPENDENTE NCZ\$ 11500

ONE COMPLETE

RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA

DATA DO NASCIMENTO

LAZARA DE MELO SILVA
LEISE PATRICIA DE MELO

**ESPOSA
FILHA**

15/10/46
18/12/71

CALCULE o VALOR DOS DEPENDENTES E LANCE NA LINHA 32, PAO. 4

MODELO APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRE

037/67
(679)



IGREJA TABERNÁCULO EVANGÉLICO DE JESUS

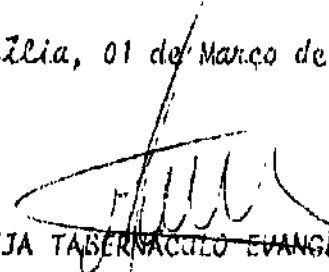
- JULHO/89 - CONVENÇÃO DE PRATA -
"23 ANOS DE LINGUAGENS"

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos para fins de comprovação junto a RECEITA FEDERAL, que o Pastor/Missionário: MAURILIO SILVA brasileiro, casado residente e domiciliado à: QSE 05 CASA 08-TAGUATINGA SUL-DF., portador do CPF nº 033.589.251-53, recebeu durante o exercício de 1988, a importância de R\$ 2.689,30 (Dois mil seicentos e oitenta e nove cruzados novos e trinta centavos), da IGREJA TABERNÁCULO EVANGÉLICO DE JESUS, situada às áreas especiais nºs 4/5 Setor F Sul-Taguatinga Sul-Brasília-DF.

Por ser verdade, datamos e firmamos a presente,

Brasília, 01 de Março de 1989.


IGREJA TABERNÁCULO EVANGÉLICO DE JESUS
CGC nº 00113233/0001-39



680



Humberto de Jesus Ferreira
SUBSTITUTO

Certifico, a requerimento de parte interessada, que revendo os livros de registro deste Cartório, desde a sua instalação, até a presente data, deles não consta que =MAURILIO SILVA e sua mulher LAZARA DE MELO SILVA que em solteira assina LÁZARA DE MELO, x.x.xx.x.x.x.xx,x.x,x.x,x.x-xx,x=x.xx o x.o x.a.xa seja(m) ou tenha(m) sido, proprietário(s), promitente(s) comprador(es), cessionários ou promitente(s) cessionário(s) de qualquer imóvel nesta Capital - Dou fé - Brasília, 19 de janeiro de 1994. Eu, _____
Técnico Judiciário, a datilografei e conferi.

OFICIAL

Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal

Oficial:
GERALDO MALVAR

Substituto:
HUMBERTO DE JESUS FERREIRA

Técnico Judiciário Autorizado:
ANIZIO ABRAHÃO CHERIM



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO 22 OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO D. F.

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 22 Ofício
do Registro de Imóveis do Distrito Federal,

CERTIFICA, a requerimento de parte interessada que, revendo em livros de registros do Cartório, de sua instalação, em 19 de julho de 1967, até a presente data, deles não consta que, MAURILIO SILVA e sua mulher, LAZARA DE MELO SILVA, que em solteira assinava LAZARA DE MELO, sejam, ou tenham sido, Proprietários, promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários de qualquer imóvel situado na circunscrição deste Ofício - DOU Fé. - Brasília, DF, em 19 de janeiro de 1994 -.-.-.-.-

2.º Ofício do Registro de Imóveis do D. F.
Aluisio Bastos Brandão
2.º AUTORIZADO

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

Terça-feira, 25/1/94

Cidade

Jornal de Brasília

Maurflilio cobra explicação sobre a quebra do sigilo

Dida Sampaio

O deputado Maurflilio Silva (PP) vai cobrar explicações ao Banco Central sobre a quebra de seu sigilo bancário, que deu **origem** à **denúncia** de que ele e **seis** outros **distritais** da Câmara Legislativa teriam **contraído empréstimo** junto ao Banco Progresso, com a intermediação do governador Joaquim Roriz. O parlamentar da bancada **governista** encaminha **hoje**, através do Ministério **Público**, uma notificação judicial na qual exige do BC os nomes dos **responsáveis** pelo pedido de **rastreamento** de suas **contas**, e **pede** esclarecimento sobre o **procedimento** da quebra de sigilo que, segundo ele, **não** seguiu às normas legais.

Na avaliação do distrital do PP, a divulgação do empréstimo por integrantes da Subcomissão de Bancos da CPI do Orçamento teve a intenção **nfida** de prejudicá-lo **politicamente**. "O próprio presidente da CPI, senador Jarbas **Passarinho**, **confirmou** em matéria **veiculada** nos principais jornais que a quebra de sigilo foi **ilegal**", sustenta o parlamentar, depois de assegurar que "é um direito seu saber como a operação **foi** conduzida". Maurflilio também **encaminhou**, na semana passada, notificação idêntica ao Banco Progresso, mas até ontem ainda não havia recebido resposta.

O **distrital pepista** não tem dúvidas de que a transação foi feita a pedido de integrantes da **oposição** que atuavam na Subcomissão de **Bancos**. Não quis, contudo, citar nomes. "Vamos aguardar o resultado da notificação, para **nos** certificarmos se houve ou não **má-fé**, se foi uma manobra clara para tentar desmoralizar a mim, aos meus colegas e ao governador Joaquim **Roriz**", reagiu ofendido, prometendo **processar** os responsáveis pela **liberação** de seus dados.

A iniciativa de acionar a **Justiça**, segundo **conta**, foi tomada sem



Maurflilio quer saber nomes dos responsáveis pela quebra do sigilo

qualquer consulta ao governador ou aos seis outros parlamentares envolvidos no escândalo, "Fui **prejudicado**, e não acho correto calar quando estou sendo acusado **injustamente**", **adianta**, mostrando preocupação quanto à **repercussão**

negativa provocada pelas **notícias** veiculadas na imprensa. "**Vou processá-los** por injúria e difamação", promete, referindo-se aos parlamentares supostamente responsáveis pelo vazamento de seu extrato bancário.

Maurflilio Silva
Deputado Distrital

Câmara Legislativa DF - Gabinete 17
Fones: (061) 347-5294 e 349-5561 - Fax: (061) 561-1971
Brasília - Distrito Federal

Maurílio Silva processa Aldo Monteiro

Empréstimo pago

O deputado distrital Maurílio Silva (PP), evangélico, lamenta profundamente o fato de pessoas que se intitulam representantes da comunidade evangélica, como o pastor Aldo Monteiro, da Associação de Líderes Cristãos do DF (Prolider), utilizarem a imprensa para falar em nome de uma comunidade tão séria e respeitável como essa. Quem conhece a vida pregressa de Aldo Monteiro, segundo Maurílio Silva, sabe muito bem que o falso moralismo desse cidadão não tem espaço na comunidade evangélica.

"Quem conhece Aldo Monteiro, que utilizou-se da imprensa com o único propósito de aparecer, sabe também que esse cidadão, um ex-corretor de sepulturas do Campo da Esperança (ocupação que exerceu até a regulamentação da venda de lotes naquele local), não passa de um enganador. Dizendo representante da comunidade evangélica, Aldo Monteiro, foi um dos que me procurou, em 1991, para manifestar sua insatisfação em relação ao projeto que previa regulamentação de venda de lotes no Campo da Esperança, do qual fui co-autor."

O Banco Progresso forneceu, a meu pedido, as cópias dos pagamentos debitados na minha conta corrente nos meses de setembro de 1991 a janeiro de 1992.

Esta operação financeira, feita por mim, é lícita, mas foi usada por setores da sociedade que fazem oposição ao Governo do Distrito Federal. Os inimigos de Brasília são sectários, Ignorantes, oportunistas e eleitores. Mas o povo evangélico irá derrotá-los nas eleições no próximo dia 3 de outubro.

PRIMEIRO PAGAMENTO EM 10/09/91

SEGUNDO PAGAMENTO EM 11/10/91

TERCEIRO PAGAMENTO EM 12/11/91

QUARTO PAGAMENTO EM 20/12/91

QUINTO PAGAMENTO EM 15/01/92 (QUITAÇÃO)

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO D.F. E TERRITÓRIOS
24 JAN 1994 000000

ALMO. BH. DE. PROCURADORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
DISTRITO FEDERAL DE COMUNICAÇÕES

MAURÍLIO SILVA, brasileiro, casado, deputado distrital, portador da carteira de identidade nº 105.511 SSP/DF, residente e domiciliado a QSA 14 Casa 13 Taguatinga/DF, vem, respeitosamente à presença de V.Sa., por sua procuradora, (doc.01) nos termos dos artigos 139, 140 e 141 Inciso III do Código Penal

REPRESENTAR CRIMINALMENTE
contra

ALDO MONTEIRO, brasileiro, estado civil e profissão desconhecidos, residente e domiciliado à SGA 713 módulo 73/74 "A" Brasília/DF, pelos motivos que passa a expor:

1. A pessoa do requerido a tudo vem tentando causar constrangimento ao autor, em razão deste ter apresentado Projeto de Lei na Câmara Legislativa do Distrito Federal que indiretamente o teria prejudicado (doc.02).

Os documentos números 03/04 em anexo, são provas cristalinas da má conduta do requerido, ver que no documento 04, ele próprio assinou a Termo da Embalsamento.

2. Ainda em 1991, o representado afrontou pessoalmente o representante, bem como enviou carta ameaçadora a este. Tais fatos não foram registrados em órgãos competentes a época, por imaginar o peticionário que tudo não passava de ansios excessivos e momentâneos, e ainda por ser o mesmo, homem de cunho evangélico e pacífico.

3. Ocorre que no dia 14 de janeiro próximo passado o Sr. ALDO MONTEIRO, ainda não satisfeito COM a perseguição assina nota da sua Associação PROLIDER-ASSOCIAÇÃO DE LÍDERES CRISTÃOS NO CORREIO BRAZILIENSE-página B, contra o requerente atribuindo R este críticas grotescas. (doc.05)

No contexto d» nota referindo-se especialmente ao querelante, a querelada em nome da PROLIDER, diz que os evangélicos "não apoiam homens corruptos e mentirosos." (grifo nosso)

4. Ora, como homem público, evangélico de reputação ilibada, o autor não poderia deixar de representar criminalmente contra seu agressor em virtude de ocupar cargo público, bem como do fato ferir sua dignidade.

flessalt-a-se que o querelante pretenda galgar a escada da vida pública e a nota dada a imprensa repercute sobre sua base eleitoral.

Faço aos fatos narrados, caracterizarem forma de criminalidade evolutiva, criando clima propício pela multiplicidade de relações jurídicas e sua divulgação pela mídia, faz-se necessário que A lei seja aplicada COM rigor nestes crimes (difamação e injúria).

A conduta do rauplicante está perfeitamente tipificada no artigo 139, 140 e 141 inciso III do Código Penal, motivo pelo qual requer oferecimento de denúncia para competente Ação Penal ou caso V.Sa. achar por bem determinar a instauração do inquérito policial para o deslinde do evento doloso depois de intimado o representado para que se possa ver interrogado, qualificado, processado e condenado criminalmente, conforme a lei substantiva.

Brasília/DF, 24 de janeiro de 1994.

Baldini
EM BALDINI RIBEIRO
OAB/DF 4375

CPI PARA RORIZ

Este jornal é de inteira responsabilidade de partidos políticos do Distrito Federal - PT, PSTU, PC do B, PCB, PPS e do PSDB, CUT e seus 32 sindicatos filiados, UNE, UBES, DCE da UnB, Associações de Moradores do DF, Central de Movimentos Populares e Famibre. Estas entidades

exigem a abertura imediata de uma CPI para apurar as irregularidades que envolvem o governador **Roriz** e os deputados distritais **Maurílio Silva** (PP), **Rose Mary Miranda** (PP), **Gilson Araújo** (PP), **José Edma Cordeiro** (PP), **Salviano Guimarães** (PSDB), **Peniel Pacheco** (PTB) e Manoel

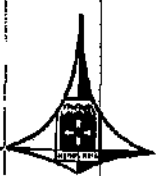
Andrade (PP), além de **Tadeu Roriz** (PP) e **Benício Tavares** (PP), no desvio de verbas públicas. Para isso, é preciso que a Câmara Legislativa do DF se reúna e convoque para que os envolvidos sejam punidos e a dignidade instalada. Abaixo, reproduzimos matérias publicadas no

jornal CORREIO BRAZILIENSE do dia 21 de janeiro de 1994 e da revista VEJA de 19 de janeiro de 1994, bem como informações extraídas do relatório da Subcomissão de Assuntos Patrimoniais e Fiscais sobre o governador **Joaquim Domingos Roriz**.

CPI confirma envolvimento de Roriz

1037/72

6889



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

685

TAQUI.: Yêda

REVISOR: Arnaud

HORA 12h05m Nº 0.38.1

DATA: 01.02.94

ORADOR:

O SR. FERNANDO NAVES

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra

o Deputado Fernando Naves, pela ordem.

O SR. FERNANDO NAVES (PP. Sem revisão do orador.) --

Sr. Presidente, levo ao conhecimento de V.Exa. a existência de um documento que me foi entregue ^{há} poucos instantes e que estava sendo exibido nas galerias, com o seguinte ^{teor}:

01.02.94



ESTADO DE GOIÁS

DIRETORIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA
17ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE LUZIÂNIA-GO.

OF. nº 381/93.

Luziânia, 22 de dezembro de 1.993.

Sr. Presidente,

No dia vinte próximo pretérito, chegou à minha presença, o cidadão WELLINGTON PEREIRA DA SILVA, que, apavorado, pediu-me providências sobre graves ameaças de morte, que sofreria por parte do Sr, PEDRO CELSO, com assento nessa Colenda Casa de Leis, e, de um individuo alto, forte e moreno que o acompanhava.

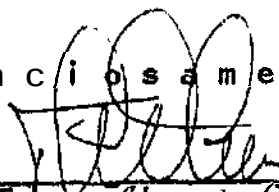
O fato, ocorrera defronte a um bar localizado no Pedregal, circunscrição desta Delegacia.

Como a narrativa era grave, envolvendo, inclusive, problemas de substâncias entorpecentes, solicitei ao notificante que me apresentasse testemunhas da ameaça que sofrera, buscando a procedência da notícia,

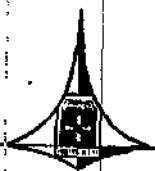
A notitia criminis foi documentada, assim na forma da representação verbal reduzida a termo, que passa às mãos de Vossa Excelência, em caráter confidencial, já que me é vedado a instauração de inquérito a respeito, por razões de ordem legal.

Valendo-me do ensejo, apresento a Vossa Excelência, os meus mais elevados protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente


Bel. Tulene Alves de Oliveira
Delegado de Polícia
9, D. 1. 583. 560

Exmº. Sr.
Dr. Deputado, Benício Tavares
DD. Presidente da Câmara Legislativa
Brasília - DF.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

687

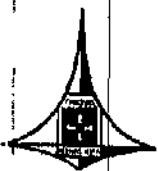
TAQUI.: YÊDA REVTOR; ARNAUD HORA: 1205 Nº: 0:38.3
DATA: 01.02.94 ORADOR: FERNANDO NAVES (Cont.)
*Célio.

Sr. Presidente, isso pode ser questionado devido ao caráter sigiloso do documento, mas, a partir do momento em que ele já está de posse do domínio público, perde o sigilo.

Neste sentido, temos a oportunidade e a obrigação de fazer a leitura dele em público.

Passo o documento às mãos de V.Exa.

Era o que tinha a dizer.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

688

TAQUI.: Yêda

REVISOR: Arnaud

HORA: 12h05m Nº: 0.38.4

DATA: 01.02.94

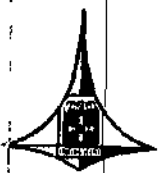
ORADOR:

O SR. PEDRO CELSO

Sr, Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra

o Deputado Pedro Celso, pela ordem.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

689

TAQUI.: Yêda

REVISOR: Arnaud

HORA: 12h05m Nº 0.38.5

DATA: 01.02.94

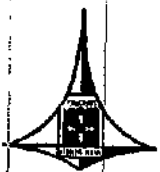
ORADOR:

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) -

Gr. Presidente, isso é o tipo da coisa que não me preocupa absolutamente. Não tenho notícia de quem é ^{esse homem} Wellington, não tenho lembrança dessa discussão em um bar no Pedregal. Isso me parece mais uma armação descabida e despropositada. Digo que estou absolutamente tranquilo com relação a isso, ^{que} para mim não surtirá efeito algum, ^{Apesar} gostaria, de saber quem é esse Sr. "Wellington não sei das quantas," pois não me recordo de sua pessoa.

Então, Sr. Presidente, estou tranquilo com relação a isso. Vou tomar conhecimento deste fato e vou colocar a minha defesa em busca de fatos, pois isto não era sequer de meu conhecimento. Portanto, não me assusta, não me abala em absolutamente nada.

Era o que tinha a dizer.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

690

TAQUI.: Yêda

REVISOR: Arnaud

HORA 12h05m Nº: 0.38.6

DATA: 01.02.94

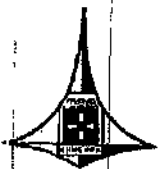
ORADOR:

O SR. MANOEL ANDRADE

- Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra

o Deputado Manoel Andrade, pela ordem.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

693

TAQUI.: YÊDA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 12:05 Nº: 0:38.7

DATA:

01.02.94

ORADOR:

*Célio.

O SR. MANOEL ANDRADE (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em razão da leitura da comunicação que está circulando na Casa, peço a V.Exa., por estarmos ávidos por conhecer os fatos, a leitura integral desse termo apensado ao documento lido.

Por me parecer uma questão muito séria, precisamos conhecer profundamente o documento cuja introdução há poucos instantes o Deputado Fernando Naves acabou de ler.

Peço a V.Exa. que, em razão da gravidade da denúncia, seja lido integralmente no plenário, para que tomemos conhecimento, os Deputados, a imprensa, enfim, todos ^{os} que aqui estão.

Era o que tinha a dizer.

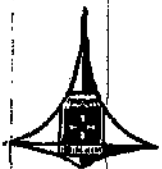
O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - A Presidência entende, Deputado Manoel Andrade, quanto ao teor do documento, que todos precisamos conhecer.

Após o conhecimento deste documento, a Presidência e a Mesa Diretora irão tomar as providências cabíveis e necessárias.

Como o Deputado Fernando Naves já fez a comunicação pela ordem, iremos estudar o assunto e tomar as providências.

O SR. AGNELO QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra por direito de resposta, pois fui citado pelo Deputado Maurílio Silva em seu pronunciamento.

O SR, PRESIDENTE (Benício Tavares) - Deputado Agnelo Queiroz, esta



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

692

TAQUI.: YÊDA

REVISOR: ARNAUD

HORA: 12:05 Nº: 0:38.8

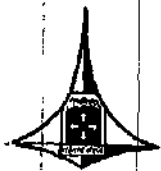
DATA: 01.02.94

ORADOR:

*Célio.

Presidência entende que se tem adotado uma conduta errada em relação ao direito de resposta.

O SR. AGNELO QUEIROZ - Sr. Presidente, fui citado como testemunha de um fato bastante grave e quero confirmar se o que S.Exa. afirmou é verdade ou não.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

693

TAQUI.: Lúcia

REVISOR: M^a Stein

HORA: 12:10 No. 0-39.01

DATA: 01.02.94

ORADOR: Pres. Benício Tavares

agf.

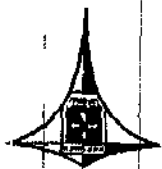
O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Sr. Deputado Agnelo Queiroz, este ano, gostaríamos de iniciar com uma nova condução dos trabalhos. E entendemos que o Deputado, quando é citado de uma forma depreciativa, poderá usar o direito de resposta. Agora, o que estava ocorrendo nas sessões? Ficávamos com os direitos de resposta e grupos políticos citavam determinados Deputados apenas para reforçar a idéia que estava sendo debatida.

Então, quero fazer um apelo a V.Exa. que desse esse testemunho em outro momento.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B.) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Maurílio Silva referiu-se a um Senhor chamado Aldo Monteiro que nós, desta Casa, o conhecemos, porque é dono de uma funerária que explora de uma forma violenta a população do Distrito Federal. Esse documento é a que S. Exa. se referiu na Tribuna, a que tive acesso, e quero afirmar que é verdade o que falou. Este Sr. deu um atestado de embalsamento falso, porque não poderia fazer isso. E mais: disse que fez o embalsamamento no Hospital Santa Lúcia, quando isso nunca aconteceu. Ou seja: tinha uma pessoa para ser



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

694

TAQUI.: Lúcia

REVISOR: M^a Stein

HORA: 12:10 Nº: 0-39.02

DATA: 01.02.94

ORADOR: Agnelo Queiroz

agf.

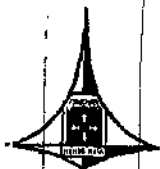
enterrada com o atestado de embasalmamento assinado por ele e que não tinha sido feito tal ato e que não podia fazer. Portanto, já é por demais conhecida as suas ações. Quero confirmar essa denúncia. As coisas precisam ser dessa forma: investigadas e dita a verdade, sem a relação partidária e de perseguição. Quanto ao Sr. que fez a denúncia no jornal, (o Deputado Maurílio Silva está dizendo que é o mesmo da funerária) não merece o menor crédito e respeito, porque está envolvido em crime. Inclusive, acionei essa pessoa no Conselho Regional de Medicina.

Então, quero colocar publicamente que o conheço muito bem, porque o projeto que foi feito por mim, pela Deputada Maria de Lourdes Abadia e pelo Deputado Eurípedes Camargo era para acabar com essa indústria da morte no Distrito da morte no Distrito Federal, Esse Sr. é o principal opositor e articulador. Posteriormente, o Governador vetou o projeto e, até hoje, eles estão loteando o cemitério. Conhecemos muito bem a sanha e o nível de perversidade com que essa pessoa sempre agiu.

Por isso, quero dar o meu testemunho, porque é fato o que foi relatado neste plenário.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PSDB. Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

695

TAQUI.: Lúcia

REVISOR; M^a Stein

HORA:12:10 Nº: 0-39.03

DATA: 01.02.94

ORADOR: Dep. Benício Tavares

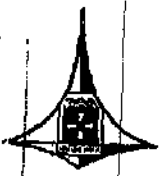
agf.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra a Deputada Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PSDB. Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, como o meu nome foi citado e arrolado como testemunha, eu gostaria de me manifestar. Até confesso que, pessoalmente, não conheço esse cidadão citado pelo companheiro Maurílio Silva. Agora, conheço as suas ações de falcatruas e de exploração da população do Distrito Federal na parte funerária.

Gostaria, também, Sr. Presidente, de deixar registrado os meus cumprimentos ao discurso do companheiro Maurilio Silva, porque é isso que queremos, é isso que a Câmara Legislativa precisa: transparência, seriedade. É isso que o nosso companheiro fez. Eu não tenho dúvidas de que muitas denúncias são injustas e muitos dos nossos companheiros são inocentes e não merecem ser pré-julgados, como estão sendo, por panfletos que circulam pela



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

TAQUI.: LÚCIA REVISOR: M^a STEIN HORA: 12:10 Nº: 0-39/4
DATA: 01/02/94 ORADOR: M^a de Lourdes Abadia

cidade.

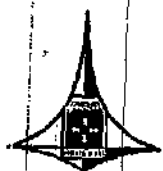
O que precisamos é de responsabilidade f precisamos é de competência. Quero dizer que o discurso do companheiro Maurílio Silva foi um exemplo do que nós, os responsáveis por esta cidade, os que fazem política com responsabilidade, querem. Ou seja: a verdade!

i l Parabéns, Deputado Maurilio Silva, fespero que esta Casa possa resgatar a verdade para todo o Distrito Federal de acusações. Se há culpados, que ocupem as cadeias. Se há inocentes, que não levem essa culpa e que não tenham vergonha, diante dos seus familiares, de seus amigos e de Brasília, desta culpa que perdura por calúnias irresponsáveis.

Parabéns, Deputado Maurilio Silva.

i O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra a Deputada Rose Mary Miranda.

SEGUE LARA.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

697

TAQUI.: Lara

REVISOR: Stein

HORA: 12h15 Nº: 0/40.1

DATA: 01.02.94

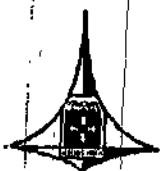
ORADOR:

A SRA. ROSE MARY MIRANDA (PP. Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos presentes, em primeiro lugar, gostaria de dizer que não considero os senhores e as senhoras pessoas que se aliam a gente espúria; considero as senhoras e os senhores como trabalhadores de Brasília que suara a camisa e que aqui estão, na Casa do povo, realmente se manifestando por algo em que acreditam; estão exercendo o direito de cidadãos e não merecem, de maneira alguma, serem xingados por ninguém, muito pelo contrário, são muito bem-vindos aqui.

Desejo, ^{dar as} também boas-vindas a todos os companheiros, a todos vpcês.

Acreditamos que este último ano de mandato será o mais difícil, tendo em vista as eleições de outubro próximo, uma vez que teremos que nos desdobrar para continuarmos com os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Legislativa e nos engajarmos, de corpo e alma, na campanha do nosso partido para vencermos o pleito que se avizinha. Quanto a isso, temos certeza de que alcançaremos o êxito.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

698

TAQUI.: Lara

REVISOR: Stein

HORA: 12h15 N.º 0/40.2

DATA: 01.02,94

ORADOR: Dep. Rose Mary Miranda

ESTE SERÁ UM ANO QUE NÃO COMPORTARÁ
VAGILAÇÕES OU INDECISÕES POLÍTICAS, ATÉ PORQUE A LEI
ELEITORAL JÁ ENCERROU OS PRAZOS PARA AS MUDANÇAS DOS
PARTIDOS. ASSIM, TEREMOS INEVITAVELMENTE NO DISTRITO FEDERAL

UMA BIPOLARIZAÇÃO NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES. DE UM LADO, AQUELES QUE TRABALHARAM EM BUSCA DO CRESCIMENTO E DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILIENSE, LIDERADOS FIRMEMENTE PELO GOVERNADOR JOAQUIM RORIZ, A MAIOR EXPRESSÃO POLÍTICA DO DISTRITO FEDERAL.

DO OUTRO LADO, AQUELES QUE SÓ SABEM JOGAR PALAVRAS AO VENTO, ACUSAR COM MENTIRAS E TENTAR ENGANAR A OPINIÃO PÚBLICA. E NESTAS MANOBRAS ARDILOSAS E ENGANOSAS NÃO POUPAM AQUELES QUE APOIAM E AJUDAM O GOVERNADOR RORIZ. MAS, A POPULAÇÃO DO DF JÁ CONHECE DE SOBRA AS SUAS ARTIMANHAS E O CANTO ENGANOSO DE SEREIA QUE SAI DE SUAS BOCAS.

Sr.
SENHOR PRESIDENTE,
Sr.
SENHORES F. SENHORES DEPUTADOS,

R

* COMO BONS CRISTÃOS, NÓS TAMBÉM APROVEITAMOS AS FESTAS DE FINAL DE ANO PARA REFLETIRMOS E INICIARMOS UMA NOVA JORNADA DE TRABALHO COM SERENIDADE E PAZ. MAS, O QUE NOS PARECE, É QUE ALGUNS PARTIDOS POLÍTICOS E OUTROS TANTOS CANDIDATOS E ATÉ MEMBROS DESTA CASA RESOLVERAM SE APROVEITAR DA CONFUSÃO E DESCONFIANÇA GENERALIZADA QUE TOMOU DE ASSALTO O NOSSO PAÍS A PARTIR DAS DENÚNCIAS SURGIDAS NA CPI DO ORÇAMENTO, DO CONGRESSO NACIONAL. PODE-SE DIZER QUE A NAÇÃO VIVEU E AINDA ESJÁ SOB FORTE EMOÇÃO E ALTÍSSIMO GRAU DE HISTERIA COLETIVA. UMA VERDADEIRA CACA ÀS BRUXAS. É A VOLTA

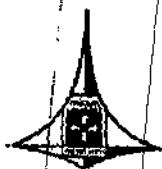
DO MARCARTISMO AO CONTRÁRIO. HOJE A ESQUERDA RADICAL PERSEGUE OS QUE ESTÃO NO CENTRO E NA DIREITA.

SE NA DITADURA, OS MILITARES VIAM COMUNISTAS E SUBVERSIVOS ATÉ EMBAIXO DE SUAS PRÓPRIAS CAMAS, AGORA, A OPOSIÇÃO, PRINCIPALMENTE O PT, VÊ CORRUPTOS E NEGOCIATAS DA MESMA FORMA, EMBAIXO DE SUA CAMAS, COM A MESMA HISTERIA.

POIS BEM, DESEJO DECLARAR NESTE MOMENTO QUE DIFERENTEMENTE DE ANOS PASSADOS, QUANDO RETORNAMOS A ESTA CASA COM O ESPÍRITO DESARMADO, AGORA ESTAMOS PRONTOS PARA O QUE DER E VIER. ESTE AVISO À PARA AQUELES QUE TENTARAM, EM VÃO, ENLAMEAR O NOSSO NOME EM NEGOCIATAS E CORRUPÇÕES. NÓS ESTAMOS PRONTOS PARA O EMBATE NAS URNAS. NÃO DAREMOS TRÉGUAS A TODOS ESTES OPORTUNISTAS DE PLANTÃO, QUE POR ESSE OU AQUELE MOTIVO DISTORCERAM FATOS E NOS ACUSARAM, COVARDEMENTE, NA NOSSA AUSÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL.

O QUE SE VIU NO DISTRITO FEDERAL, É DE ENVERGONHAR QUALQUER CIDADÃO. PARLAMENTARES EM VERDADEIROS DELÍRIOS JUVENIS, VINDOS DE PARTIDOS POLÍTICOS RESPONSÁVEIS POR DÉCADAS DE ATRASO POLÍTICO DE NOSSO PAÍS; DE LEGENDAS QUE DE TANTO HIBERNAREM NOS "APARELHOS CLANDESTINOS", TROUXERAM PENSAMENTOS POLÍTICOS DA ERA GLACIAL, DAS PROFUNDEZAS DO ANACRONISMO POLÍTICO; VERDADEIRAS PEGAS DA ARQUEOLOGIA NO MUNDO POLÍTICO MODERNO; SE ARVORARAM EM SER A PALMATÓRIA DO MUNDO, ACUSANDO E JULGANDO A TODOS, POR CIMA da lei da justiça.

S/Sula



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

701

TAQUI.: SULAMITA

REVISOR: ALZIRA

HORA: 12h20 Nº: 0/41/1

DATA: 01/02

ORADOR: ROSE MARY MIRANDA

Os fatos com que tentaram me envolver, e não só a mim, como também aos outros companheiros, que mereciam estar nesta Tribuna se defendendo também, mas não tiveram oportunidade de se inscrever, como foi o caso do Deputado (Manoel de Andrade, meu companheiro de partido, do Deputado Gilson Araújo, que tinha que estar aqui se defendendo, do Deputado Salviano Guimarães, e do Deputado José Edmar Cordeiro. Eles tinham que ter chance de vir aqui se defender, mas infelizmente não houve condições de se inscreverem. O Deputado Peniel Pacheco já usou da Tribuna, e muito bem; o Deputado Maurício Silva também, mas eu gostaria, Sr. Presidente, que fosse dado uma chance a esses companheiros nossos, que estão sendo acusados pelas ruas.

OS FATOS QUE TENTARAM ME ENVOLVER JÁ SÃO DO CONHECIMENTO DE TODOS E FORAM CABALMENTE EXPLICADOS POR NÓS E POR TODOS^{os} OUTROS COMPANHEIROS ENVOLVIDOS NESTA TRAMA OPORTUNISTA QUE CONTOU COM A CONIVÊNCIA DE PARLAMENTARES DA BANCADA FEDERAL DA OPOSIÇÃO E SERVIDORES PÚBLICOS, A SERVIÇO DE SUAS "GESTAPOS" E "SNI^s SINDICAIS", QUE AO ARREPIO OA LEI QUEBRARAM O NOSSO SIGILO BANCÁRIO PARA BENEFICIAR SEUS PARTIDOS POLÍTICOS. NÓS VAMOS À JUSTIÇA EM BUSCA DOS CULPADOS, *kin*.

AQUELES QUE MC CONHECEM VERDADEIRAMENTE, SABEM QUE NUNCA COMPACTUEI COM A MENTIRA OU COM NEGOCIATAS. MUITO PELO CONTRÁRIO. ALGUMAS VEZES FOMOS ATÉ AMEAÇADOS POR AUTORIDADES, AO TEMPO EM QUE ATUAVÁMOS NO BRASÍLIA-URGENTE, NA TV-BRASÍLIA. POR ISSO, NÃO TENHO NADA A ESCONDER OU DE QUE POSSA ME ENVERGONHAR NAS AÇÕES E POSIÇÕES ASSUMIDAS, DECORRENTES DO EXERCÍCIO DO NOSSO MANDATO PARLAMENTAR NA CÂMARA LEGISLATIVA. ENGANARAM-SE AQUELES QUE PENSAVAM QUE NOS ACUSANDO IRIAM CALAR A NOSSA VOZ. NUNCA FUGIMOS DE NENHUMA LUTA, CONTRA NINGUÉM E NÃO É AGORA QUE ARREDAREMOS O PÉ DA ARENA.

A VERDADE DOS FATOS PRECISA SER DITA! ,